



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
 PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
 GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL ADJUNTO DA PRESIDÊNCIA
 PARA OS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Exmo. Senhor

Chefe do Gabinete de Sua
 Excelência a Presidente da
 Assembleia Legislativa da Região
 Autónoma dos Açores
 Rua Marcelino Lima

9901-858 Horta

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Nº Processo	Angra do Heroísmo
		SAI-SRAPAP/2017/150		15.02.2017

Exmo. Senhor,
**ASSUNTO: PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL – PLANO ANUAL
 REGIONAL PARA O ANO DE 2017**

Para efeitos de apreciação e votação por parte da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, encarrega-me S. Ex.^a o Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares, de enviar a V. Ex.^a a proposta de Decreto Legislativo Regional referenciada em epígrafe, aprovada em Conselho do Governo Regional, realizado em 13 de fevereiro de 2017.

Com os melhores cumprimentos, e *considera*

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
Titulo	<i>Proposta de Dec. Regional</i>
Ass.	<i>Plano Anual Regional para o ano de 2017</i>
Lina Maria Cabral de Freitas	
Entrada n.º	<i>3 / XI</i> de <i>017 / 02 / 15</i>
Arquivo n.º	<i>102</i> Q. Responsável.
LEGISLAÇÃO	<i>[assinatura]</i>

A Chefe do Gabinete
Lina Maria Cabral de Freitas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	<i>547</i> Proc. n.º <i>102</i>
Data	<i>017 / 02 / 15</i> N.º <i>3 / XI</i>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
GOVERNO REGIONAL

PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

Plano Regional Anual para 2017

Nos termos das alíneas f) e h) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional apresenta à Assembleia Legislativa a seguinte proposta de Decreto Legislativo Regional:

Artigo 1.º

É aprovado o Plano Regional Anual para 2017.

Artigo 2.º

É publicado em anexo ao presente diploma, dele fazendo parte integrante, o documento contendo o Plano Regional Anual para 2017.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Ponta Delgada, em 13 de fevereiro de 2017.

O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL

VASCO ILÍDIO ALVES CORDEIRO



Região Autónoma dos Açores
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais

2017 2018 2019 2020 **PLANO REGIONAL ANUAL**

PROPOSTA - Aprovada em Conselho de Governo, de 13 de fevereiro de 2017

Região Autónoma dos Açores
XII Governo Regional dos Açores

ÍNDICE

	Pág.
INTRODUÇÃO	5
I. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO	7
II. POLÍTICAS SECTORIAIS DEFINIDAS PARA O PERÍODO ANUAL.....	23
Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo	25
Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades	40
Melhorar a Sustentabilidade, a Utilização dos Recursos e as Redes do Território	52
Modernizar a Comunicação Institucional, Reforçar a Posição dos Açores no Exterior e Aproximar as Comunidades	61
III. INVESTIMENTO PÚBLICO	65
Dotação do Plano	65
Quadro Global de Financiamento da Administração Pública Regional	68
IV. DESENVOLVIMENTO DA PROGRAMAÇÃO	69
V. PROGRAMAS E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS DISPONÍVEIS PARA A REGIÃO DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PLANO	149
Período de Programação 2014-2020.....	149
Encerramento do Período de Programação 2007-2013.....	160
ANEXOS	
Desagregação por Objetivo	
Desagregação por Entidade Proponente	
Desagregação Espacial	

INTRODUÇÃO

Com o Plano para 2017 inicia-se novo ciclo de planeamento, enquadrado nas Orientações de Médio Prazo 2017-2020.

A programação anual contida neste documento insere-se na estratégia definida para o médio prazo, e estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do governo durante o corrente ano de 2017.

Conforme a legislação aplicável, este Plano Anual compreende um primeiro capítulo onde se apresenta de forma sintética a situação económica e social da Região, em complemento com a informação e dados aduzidos no diagnóstico estratégico inserido nas Orientações de Médio Prazo 2017-2020, um segundo capítulo com as principais linhas de orientação estratégica das políticas sectoriais a prosseguir no período anual, a programação desdobrada por programa, projeto e ação, os valores da despesa de investimento associada, com indicação dos montantes por ilha, e ainda um texto sobre programas e com participação comunitária em vigor na Região.

I- ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL

A submissão do Plano de 2017 acompanha a das Orientações de Médio Prazo 2017-2020, sendo natural que alguns capítulos dos documentos se cruzem em termos de conteúdo, como será o caso do capítulo presente.

Porém, enquanto nas Orientações de Médio Prazo a análise focou-se mais em termos de estrutura, no Plano Anual serão apresentados traços globais da evolução recente de algumas áreas de natureza macroeconómica e uma segunda parte com indicadores de atividade económica, com dados já do 3º trimestre do ano de 2016.

Aspetos de evolução recente da economia regional

A Produção interna

O valor preliminar de 3 785 milhões de euros do PIB nos Açores, em 2015, representou um crescimento nominal à taxa média anual de 2,1% e real à de 1,7%, sendo superior à registada a nível nacional.

Esta evolução anual sucede-se à de um crescimento económico na Região, que foi praticamente coincidente a nível do país, principalmente no período mais agudo do processo de ajustamento financeiro.

Globalmente, a produção económica a nível regional tem vindo a assegurar o posicionamento da Região Autónoma dos Açores no contexto do país.

Produto Interno Bruto – (Base 2011), a preços de mercado

	Açores	País	Açores/País %	PIB per capita (mil euros)	PIB per capita (País=100)	PIB per capita PPC (UE28=100)
2012	3 610	168 398	2,14	14,6	91	70,6
2013	3 663	170 269	2,15	14,8	91	70,3
2014	3 706	173 079	2,14	15,0	90	69,2
2015Pe	3 785	179 540	2,11	15,4	89	68,2

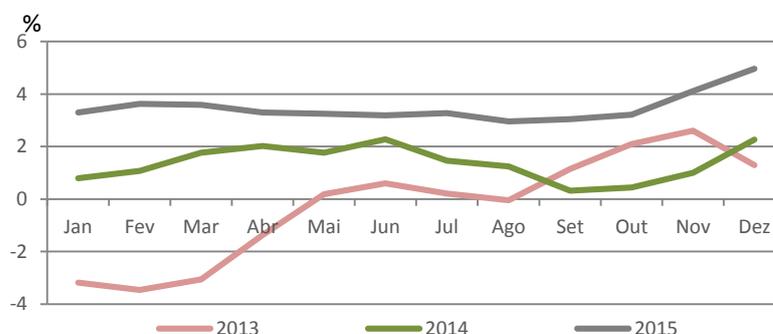
Pe = Resultados preliminares.

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2011).

A evolução intranual, durante o ano de 2015, acompanhada pelo Indicador de Atividade Económica do SREA, mostra valores mensais superiores aos dos anos anteriores e, também, revela uma certa aceleração nos últimos meses que é atribuída, essencialmente, ao

aumento em indicadores relacionados com o turismo, nomeadamente “Passageiros desembarcados por via aérea” e “Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros”.

Indicador de Atividade Económica (IAE)



O Valor Acrescentado Bruto (VAB) regional, a preços correntes, atingiu o valor de 3 301,3 milhões de euros em 2015, prosseguindo numa linha de crescimento, cuja trajetória aponta no sentido da retoma económica após a declarada fase recessiva, com variações anuais negativas nos anos de 2011 e de 2012.

Para o registo de crescimento do VAB destaca-se o contributo do ramo de Comércio, Transportes, Alojamento e Restauração pela intensidade e pelos efeitos decorrentes da sua representatividade no âmbito das atividades económicas em geral.

Os ramos de Agricultura e Pescas mais o de Indústrias, Água e Saneamento, grosso modo e em termos mais práticos, das atividades agroindustriais e transformadoras, mantiveram o seu peso no âmbito da produção na região, representando conjuntamente 18,4% do total do VAB em 2015, exatamente o mesmo valor do ano anterior.

O ramo da construção voltou a decrescer, a uma intensidade mais contida, é certo, mas ainda negativa, à taxa média anual de -1,2%. Ao contrário, o ramo do imobiliário, que abrange aluguer, gestão e atividades de agentes para avaliação e comércio de bens imobiliários, continuou a crescer dentro de uma linha de regularidade bem definida.

VAB por Ramos de Atividades Económicas

	Total	Agricultura e Pesca	Indústrias Água Saneamento	Construção	Comércio Transportes Alojamento Restauração	Informação Comunicação	Finanças Seguros	Imobiliário	Técnico Científico Apoio Adm.	Administração Serviços Púb	Outros Serviços
2012	3 159,1	297,9	271,1	154,5	779,1	60,2	109,6	393,0	108,9	880,4	104,0
2013	3 221,7	299,7	291,0	131,5	782,3	54,7	87,9	419,6	111,4	937,9	105,6
2014	3 240,8	317,8	277,1	123,0	763,1	54,2	97,2	429,5	114,2	955,1	109,6
2015Pe	3 301,3	315,4	291,3	121,5	793,3	55,6	103,7	433,0	117,0	956,8	113,8

Pe: Resultados preliminares.

Fonte: INE. Contas Regional (base 2011).

Os dados disponíveis sobre FBCF, que ainda não incluem valores para o ano de 2015, traduzem-se em 494,2 milhões de euros durante o ano de 2014. Este valor integrar-se-á basicamente numa fase de contração de investimento registada a nível nacional, mas já revelando indícios de desaceleração na quebra.

Efetivamente, o decréscimo à taxa média anual de -8,7% em 2014, é mais moderado do que o de -14,7 no ano anterior e, ainda mais, do que a quebra máxima de -20,6% durante o ano de 2011, em plena fase aguda da crise.

Este tipo de variação global de atividade condensa os efeitos das atividades dos ramos mais representativos em termos de volumes de investimento, quer em atividades de exploração, quer noutras mais associadas a infraestruturas.

Entretanto, assinala-se, os investimentos nos ramos correspondentes aos sectores primários, de transformação e de construção que registaram acréscimos significativos.

FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo

Unid.: milhões de Euros

	Total	Agricultura e Pesca	Indústrias Água Saneamento	Construção	Comércio Transportes Alojamento Restauração	Informação Comunicação	Finanças Seguros	Imobiliário	Técnico Científico Apoio Adm.	Administração Serviços Púb	Outros Serviços
2012	634,3	36,2	109,9	17,1	141,9	29,7	4,3	82,5	13,1	193,4	6,3
2013	541,1	33,7	56,1	10,4	106,1	28,1	6,4	73,0	16,7	204,7	5,9
2014	494,2	40,3	70,0	12,1	86,4	30,6	0,8	80,8	26,7	128,0	18,3

Fonte: INE. Contas Regional (base 2011).

O Rendimento Primário obtido através da participação dos agentes económicos no processo produtivo cifrou-se em 2 786,1 milhões de euros no ano de 2014, sendo a sua principal componente, a de remuneração dos empregados, significativamente mais representativa do que a originada em excedentes de exploração.

Considerando as operações sobre o Rendimento Primário, líquidas de impostos, contribuições, prestações sociais e transferências, obtém-se um Rendimento Disponível de 2 790,7 milhões de euros naquele mesmo ano.

Rendimentos

Unidade: Milhões de euros

	Rendimento Primário Bruto	Rendimento Disponível Bruto
2011	2 862,1	2 942,3
2012	2 724,7	2 774,5
2013	2 774,5	2 776,9
2014	2 786,1	2 790,7

Fontes: INE. Contas Regionais (base 2011)

Mercado de trabalho

Os dados sobre o mercado de trabalho do Inquérito ao Emprego, para o ano de 2015, confirmaram o sentido da evolução já delineada no ano anterior, prosseguindo o crescimento do volume de emprego e reduzindo o do desemprego.

Considerando esta evolução e, por outro lado, tendo presente que o volume de população total praticamente se manteve estabilizado à volta da mesma ordem de grandeza, conclui-se que se registaram condições mais favoráveis no mercado de trabalho, atingindo um elevado nível de atividade à taxa média anual de 49,4% e um grau de desemprego menos grave do que os dos últimos anos, com a taxa de 12,8% significativamente inferior à de 16,3% em 2014.

Condição da População Perante o Trabalho

	Nº Individuos			
	2012	2013	2014	2015
População total	249 463	246 352	247 535	247 358
População Ativa	120 640	119 838	121 583	122 315
Empregada	102 221	99 459	101 768	106 715
Desempregada	18 419	20 380	19 815	15 600
Tx. de Atividade (%)	48,9	48,6	49,1	49,4
Tx. de Atividade Feminina (%)	40,5	41,6	43,1	43,4
Tx. de Desemprego (%)	15,3	17,0	16,3	12,8

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Para o crescimento do emprego em 2015, que atingiu a taxa média de 4,8%, contribuiu sobretudo o sector terciário com uma taxa média na ordem de 7%. Já o sector primário registou um decréscimo a uma taxa média anual na ordem de 6%, o que implicou a redução da sua participação no mercado de trabalho, passando a representar 11,4% em 2015, enquanto no ano anterior apresentara 12,7%.

O crescimento do sector secundário situou-se a um nível próximo da média para o conjunto das atividades, continuando a representar 15,5% do total. A intensidade de crescimento deste sector decorreu da evolução nas indústrias transformadoras, tendo o ramo da construção registado um crescimento positivo mas com expressão mínima e sem efeito significativo para influenciar o ritmo de atividades conexas.

O crescimento no sector terciário incorporou a evolução de serviços com crescimento moderado e regular, mas resultou sobretudo de um impulso em atividades de ordem mais comercial.

População Ativa Empregada por Setores de Atividade

	2012	2013	2014	2015
Sector Primário	14,3	12,9	12,7	11,4
Sector Secundário	15,9	14,5	15,5	15,5
Sector Terciário	69,8	72,6	71,8	73,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

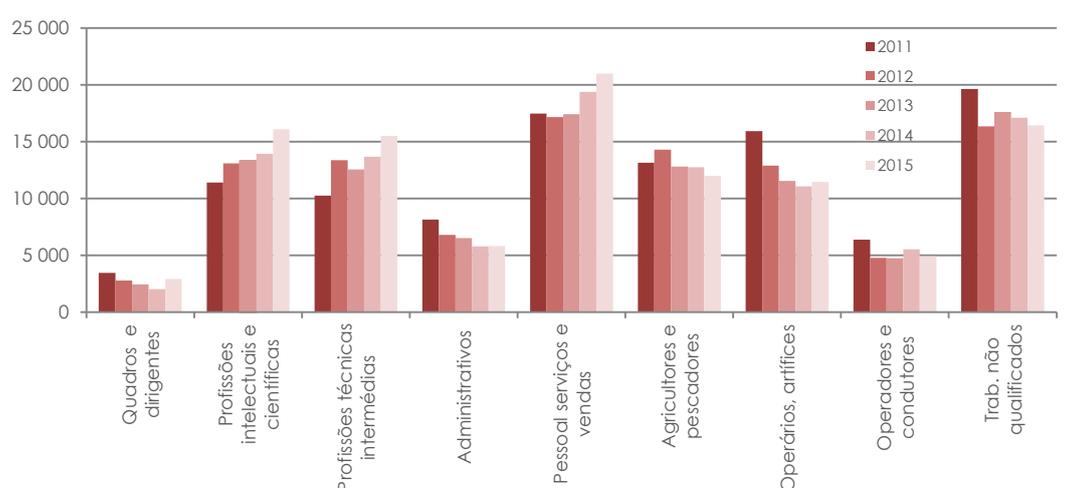
* Nova série.

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Observando a evolução do emprego, segundo as profissões verifica-se que durante o ano de 2015, nomeadamente entre os grupos profissionais mais representativos, é enquadrável nas linhas de tendência de anos anteriores.

Isto é, reforço e alargamento de profissões com maior exigência, complexidade e responsabilidade em contraponto a outras com características de operacionalidade mais direta e imediata.

População Ativa Empregada, por Profissão

**Preços no consumidor**

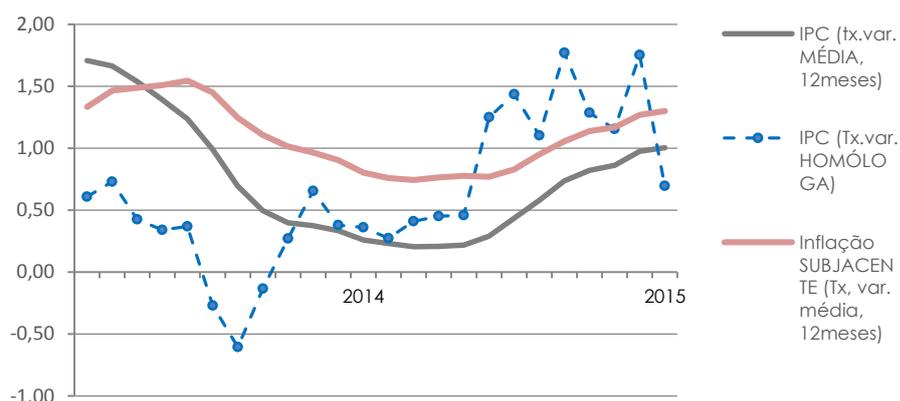
O Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação média de 1% em 2015 (medida no final do ano – dezembro), que compara a 0,3% no ano anterior.

Observando também o IPC, mas em termos de variação mensal de dezembro de 2015 com o seu homólogo de 2014, obtém-se as taxas de 0,7% e 0,4% respetivamente.

Desta forma, a evolução dos preços em 2015 revelou um crescimento com sinais de amplitudes moderadas mas que, considerando a trajetória delineada desde o ano anterior, aponta no sentido da inversão de tendência.

O indicador de inflação subjacente, excluindo do IPC a energia e os bens alimentares não transformados, mostra o efeito de redução do nível de preços em geral, que vem sendo exercido no período em observação.

Evolução intra-anual do IPC, base 2012
(taxas de variação, %)



As classes que mais contribuíram para o crescimento de preços foram as de Bebidas Alcoólicas e Tabaco, de Comunicações e, também, de Habitação, Água, Eletricidade, Gás e outros combustíveis.

Por outro lado, as classes que mais contribuíram para a moderação de preços foram as de Transportes, de Vestuário e Calçado e, também, de Lazer, Recreação e Cultura.

Variação e Contribuição por Classes de Despesa, em 2015

Classes	Variação de preços	Ponderadores (peso)	Unidade: %
			Contribuição
1. Alimentares e Bebidas não Alcoólicas	0,8	27,7	0,2
2. Bebidas Alcoólicas e Tabaco	9,8	5,2	0,5
3. Vestuário e Calçado	-1,7	6,1	-0,1
4. Habitação, Água, Eletricidade, Gás e Outros Combustíveis	2,6	8,4	0,2
5. Acessórios, Equip. Domést. e Manut. Corrente da Habitação	1,2	5,9	0,1
6. Saúde	1,3	8,6	0,1
7. Transportes	-2,7	13,7	-0,4
8. Comunicações	4,2	4,7	0,2
9. Lazer, Recreação e Cultura	-0,7	4,5	0,0
10. Educação	2,4	0,9	0,0
11. Hotéis, Cafés e Restaurantes	1,1	6,3	0,1
12. Bens e Serviços Diversos	0,7	8,1	0,1
Total	1,0	100,0	1,0 *

*Total não corresponde ao somatório das parcelas, por efeitos de arredondamentos e escala numérica.

Fonte: SREA.

Comércio Internacional

As importações de bens totalizaram 131,9 milhões de euros durante o ano de 2015, o que representa um decréscimo nominal de 3,4% em relação ao ano anterior.

Já o total de 104,1 milhões de euros de exportações de bens incorpora um acréscimo nominal de 9,2% no mesmo período.

Sendo assim, a evolução das trocas comerciais com países estrangeiros proporcionou um grau de cobertura maior das exportações em relação às importações, que se traduziu numa taxa de 79,0% em 2015, enquanto no ano anterior fora de 69,9%.

Comércio Internacional de Mercadorias

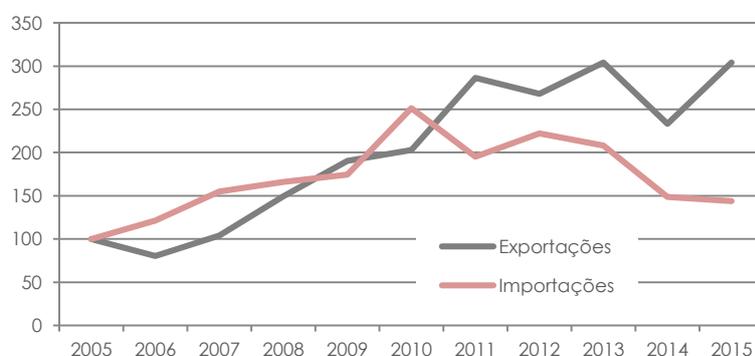
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Importações	230 549	179 197	203 999	190 982	136 522	131 864
Exportações	83 082	117 116	109 670	124 443	95 368	104 120
Total	313 631	296 314	313 668	315 426	231 890	235 984
Taxa de Cobertura (%)	36,0	65,4	53,8	65,2	69,9	79,0

Fonte: INE, Base de dados: definitivos até 2014 e provisórios para 2015.

Esta evolução durante o ano de 2015 aproxima-se das situações observadas nos últimos anos, com as variações das vendas para o estrangeiro a manterem-se a níveis relativamente mais elevados do que as variações de compras a fornecedores do estrangeiro.

Efetivamente, conforme se pode observar no gráfico seguinte, com as importações e exportações a preços correntes, mas representadas através de um índice com base em 2005, há uma evidência a partir de 2011 de uma progressão mais acentuada das exportações.

Importações e Exportações a preços correntes Índice base 2005=100



Os produtos alimentares e bebidas agregam a componente mais expressiva das trocas com o exterior e com características de especialização comercial exportadora evidenciadas através de saldos anuais positivos.

Os fornecimentos industriais estão mais associados a despesas de investimento e com volumes que se têm mantido na ordem de 40 milhões de euros de déficite.

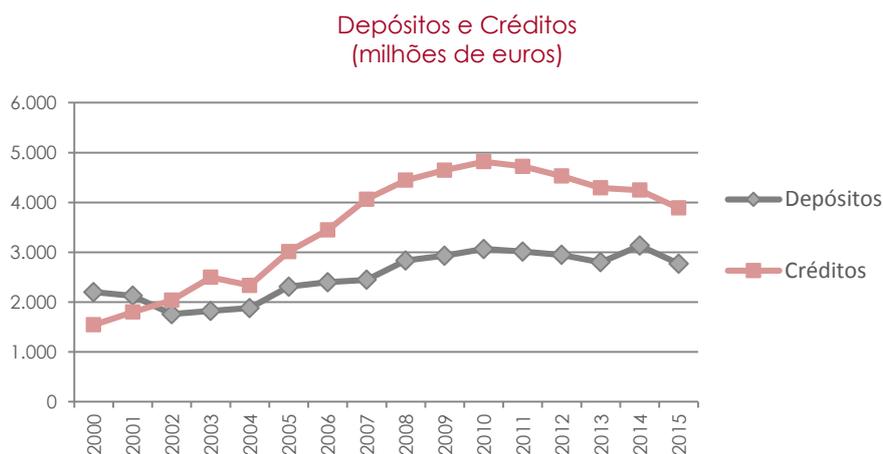
Já os combustíveis e lubrificantes desempenham, principalmente, funções de abastecimento interno. O desagravamento do seu saldo comercial poderá beneficiar de alguns fatores de racionalidade em consumos e produções de energia a nível interno, mas as quebras de preços de petróleo nos mercados internacionais serão elementos geradores de efeitos mais imediatos em termos do valor das importações em relação às exportações e, conseqüentemente, no próprio grau de cobertura das trocas com o exterior na sua globalidade e já referido/constatado anteriormente, nos parágrafos iniciais.

Moeda e crédito

A atividade bancária na RAA concedeu créditos, sob a forma de empréstimos aos diversos agentes económicos, que se traduziram no final do ano de 2015 num montante de 3 889 milhões de euros.

Este valor, em linhas gerais, prosseguiu a trajetória decrescente que já se vinha observando desde 2011.

Por sua vez, os depósitos captados, depois do acréscimo em 2014, voltaram a inserir-se na trajetória também observável a partir daquele mesmo ano de 2011.



A descrição anterior sobre o comportamento das duas variáveis de exploração bancária destaca os sentidos negativos das trajetórias de ambas.

Todavia, as respetivas diferenças de intensidade conduziram ao aumento relativo do grau de transformação de poupanças em investimento.

De facto, o rácio créditos/depósitos traduziu-se em 140,3% em 2015, enquanto no ano anterior fora de 135,5.

Depósitos e Créditos Bancários

10 ⁶ Euros			
Evoluções	Depósitos	Créditos ¹⁾	Créditos/Depósitos (%)
Absoluta			
2012	2 945	4 527	153,7
2013	2 799	4 291	153,3
2014	3 133	4 245	135,5
2015	2 771	3 889	140,3
Relativa Nominal (Δ %)			
2012	-2,3	-4,1	
2013	-5,0	-5,2	
2014	+11,9	-1,1	
2015	-11,6	-8,4	

1) Não inclui crédito titulado.

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico, www.bportugal.pt.

Depósitos

O decréscimo geral de depósitos é compaginável com o desempenho efetivo das atividades produtivas e das condicionantes decorrentes de políticas económicas de reajustamentos macro a nível do país.

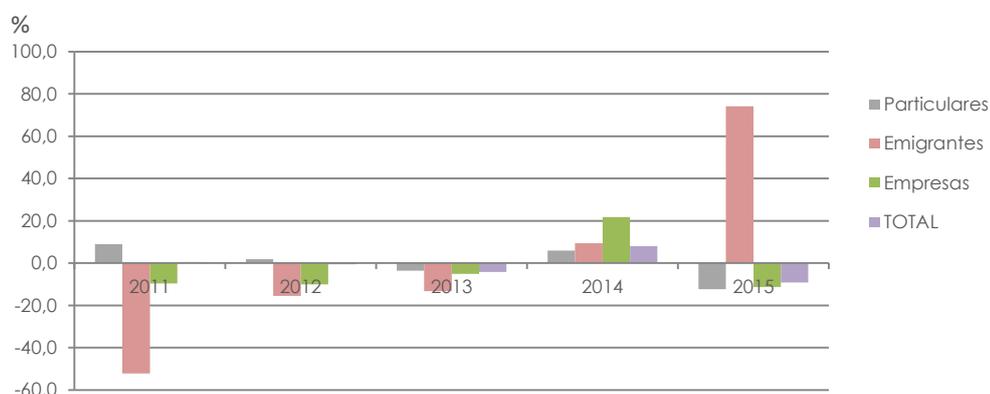
Todavia, a intensidade de variação dos depósitos (taxa média anual de -11,6%) faz admitir a hipótese de um efeito de correção do forte crescimento conjuntural no ano anterior, quando atingiu a taxa média anual de 11,9%.

O decréscimo dos depósitos decorreu através da retração de poupanças de pessoas residentes no país e, também, de excedentes de exploração em empresas, já que os de residentes no estrangeiro (emigrantes) registaram, ao contrário, uma expansão.

Este crescimento de depósitos de residentes no estrangeiro atingiu um nível expressivo, como que prosseguindo uma tendência de recuperação já iniciada em momentos anteriores.

Todavia, são os depósitos de residentes no país que, representando cerca de 80% do volume total acabam por determinar o sentido de variável global durante o ano económico respetivo.

Depósitos bancários por aforradores
(Taxa de variação média anual)



Créditos

A intensidade do decréscimo de créditos em 2015, que atingiu a taxa média anual de -8,4%, corresponde a um desvio significativo face aos sinais de desagramento que aparentemente vinham sendo revelados, com taxas médias de variação anual mais moderadas e apontando mesmo no sentido de um certo reequilíbrio.

Todavia, esta redução de créditos mais acentuada em 2015, será compatível com movimentos no âmbito da economia portuguesa na sua globalidade, já que manteve nesse contexto uma representatividade idêntica, isto é, cerca de 1,9% do total.

A composição da carteira dos créditos segundo os agentes económicos continuou a revelar a importância dos empréstimos às famílias para habitação em termos dos seus efeitos para a evolução geral.

Entretanto, a observação dos elementos no gráfico seguinte induz duas notas mais em evidência:

- o crédito às famílias para consumo, depois de fortes quebras entre 2011 e 2013, está a seguir mais de perto as variações a nível geral;
- o crédito às empresas registou uma variação moderada mas significativa, por ser positiva e, aparentemente, por apontar no sentido de alguma consistência em termos de trajetória de evolução cíclica.

Créditos Concedidos a Agentes Económicos

(Taxa de variação média anual)

**Finanças Públicas***Evolução Geral*

As despesas correntes mais as de capital e as do plano totalizaram 1 047,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015, o que representa um acréscimo nominal de 5,7% em relação ao ano anterior.

A cobertura financeira daquelas despesas e da respetiva evolução distribuiu-se entre as grandes rubricas de receitas fiscais, de transferências e de empréstimos, conforme estrutura observada nos últimos exercícios.

Contudo, no exercício de 2015, se as receitas fiscais, cobrindo 60,9% do financiamento, continuaram a representar a principal fonte de recursos anuais para o orçamento, foi a de empréstimos que se evidenciou em termos de reforço do seu contributo, atingindo 6,6% do total, face a 4,9% no ano anterior.

Já a outra grande fonte de financiamento, a de transferências, manteve a sua representatividade na mesma ordem de grandeza, na casa dos 31%.

Aplicações e Financiamento — Conta da RAA

	Montante (Milhões de Euros)				Estrutura %			
	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015
DESPEASAS	1 028,8	1.127,8	990,3	1 047,1	100,0	100,0	100,0	100,0
Despesas Correntes	575,5	674,6	652,8	664,6	55,9	59,8	65,9	63,5
Despesas de Capital	128,0	80,6	19,8	19,7	12,4	7,1	2,0	1,9
Despesas do Plano	325,3	372,6	317,7	362,8	31,6	33,1	32,1	34,6
RECEITAS (Corr.+Capital)	1 029,5	1.127,8	990,3	1047,1	100,0	100,0	100,0	100,0
Receitas fiscais *	438,1	562,3	625,6	638,0	42,6	49,8	63,2	60,9
Transferências	444,7	445,7	308,8	330,8	43,2	39,5	31,2	31,6
Empréstimos	142,0	111,4	49,0	69,0	13,7	9,9	4,9	6,6
Outras	4,7	8,4	6,9	9,3	0,5	0,8	0,7	0,9

*Impostos mais taxas, incluindo contribuições para a Segurança Social.

Fonte: Conta da R. A. A., DROT.

Despesas

O acréscimo de 5,7% do agregado de despesas em 2015, decorreu sobretudo do valor registado nas Despesas do Plano, enquanto as despesas correntes registaram um crescimento mais contido e as de capital até decresceram.

De facto, as Despesas Correntes de 664,6 milhões de euros incorporaram uma variação média anual à taxa de 1,8%, enquanto as Despesas de Capital de 19,7 milhões de euros corresponderam a uma taxa de -0,6% no mesmo período.

Despesas – Conta da RAA

Despesas	Milhares de Euros		
	2013	2014	2015
Despesas Correntes	674 595	652 785	664 570
Despesas com Pessoal	304 116	303 731	304 750
Aquisição de bens e Serviços correntes	13 811	13 419	13 593
Encargos correntes da dívida (juros e outros)	15 135	15 651	14 087
Transferências correntes	331 138	309 031	321 120
Subsídios	0	0	0
Outras despesas correntes	10 395	10 953	11 020
Despesas de Capital	80 634	19 785	19 661
Aquisição de bens de capital	272	260	358
Ativos financeiros	0	0	0
Passivos financeiros (amortizações)	29 980	19 143	19 143
Transferências de capital	0	0	0
Outras despesas de capital	382	382	160
Despesas do Plano	372 614	317 772	362 792
Contas de Ordem / Operações extraorçamentais	250 518	205 084	227 114
Total	1 378 361	1 195 426	1 274 137

Fonte: Conta da R.A.A., DROT.

Receitas

Os empréstimos (Passivos financeiros), já referidos anteriormente nos parágrafos iniciais, e as transferências com finalidades de investimento constituem as principais componentes para as Receitas de Capital, que somaram 221,7 milhões de euros em 2015, correspondendo a um acréscimo de 24,1% em relação ao ano anterior.

Já as transferências afetas a despesas de consumo fazem parte da rubrica Receitas Correntes, onde também são incluídas as receitas fiscais. Em 2015, aquelas transferências mantiveram um valor nominal idêntico ao do ano anterior, isto é, na ordem de grandeza de 179 milhões de euros. Por sua vez, as receitas fiscais registaram uma evolução que decorreu de diversos Impostos Indiretos, como os aplicados sobre os produtos petrolíferos, o tabaco e outros, visto o imposto mais representativo sobre o consumo, o IVA, ter registado um decréscimo à taxa média anual de 1%.

Receitas – Conta da RAA

Receitas	Milhares de Euros		
	2013	2014	2015
Receitas Correntes	780 227	810 352	823 478
Impostos diretos	229 517	227 361	224 902
Impostos indiretos	319 986	381 953	395 147
Contribuições Segurança Social	5 089	9 129	10 056
Taxas, multas, outras penalidades	7 689	7 175	7 912
Rendimentos de propriedade	3 544	3 423	4 280
Transferências	212 232	179 599	179 259
Outras receitas	2 179	1 712	1 922
Receitas de Capital	345 268	178 650	221 671
Venda de bens de investimento	57	106	507
Transferências	233 439	129 206	151 534
Ativos financeiros	284	233	206
Passivos financeiros	111 430	49 000	69 000
Outras receitas de capital	58	105	424
Outras receitas/ Reposições não abatidas nos pagamentos	1 683	1 316	2 017
Saldo da gerência anterior	693	38	15
Contas de Ordem/ Operações extraorçamentais	253 230	202 156	226 849
Total da Receita	1 381 111	1 192 512	1 274 030

Fonte: Conta da R.A.A., DROT.

Saldos

As operações correntes durante o ano de 2015, registando receitas de 823,5 milhões de euros e despesas de 664,6 milhões de euros, geraram um saldo de 158,9 milhões de euros.

Por outro lado, o saldo de capital, também incluindo aqui as operações de investimento do plano, cifrou-se num resultado de -158,8 milhões de euros.

Sendo assim, obtém-se um saldo global de 0,1 milhões de euros que, sendo agregados aos 14,1 milhões de euros de juros e encargos do serviço da dívida, implicam um saldo primário de 14,2 milhões de euros.

Saldos – Conta da RAA

	Milhões de Euros			
	2012	2013	2014	2015
Saldo Corrente	4,7	105,6	157,6	158,9
Saldo de Capital	-4,0	-105,6	-157,6	-158,8
Saldo Global	0,7	0,0	0,0	0,1
Saldo Primário	16,0	15,1	15,6	14,2

Fonte: Conta da R.A.A., DROT.

Indicadores de atividade económica

Tendo em consideração os últimos dados disponíveis sobre algumas produções de bens e serviços, reportando a evolução desde o 4º trimestre do ano de 2011 até ao mais recente dado reportado ao 3º trimestre de 2016, ressaltam os sinais de recuperação após o choque externo, materializado na crise anterior.

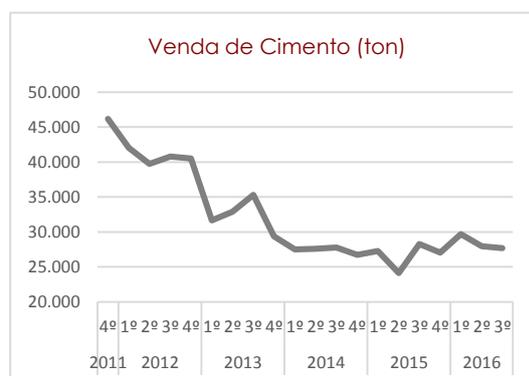
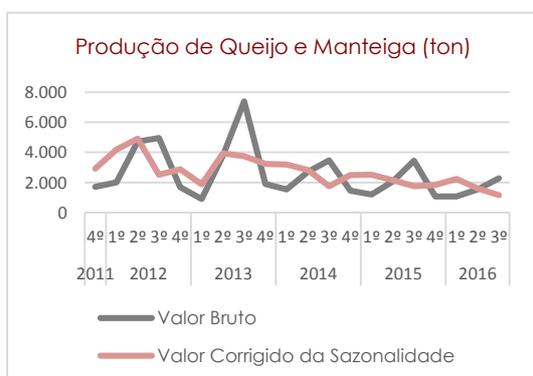
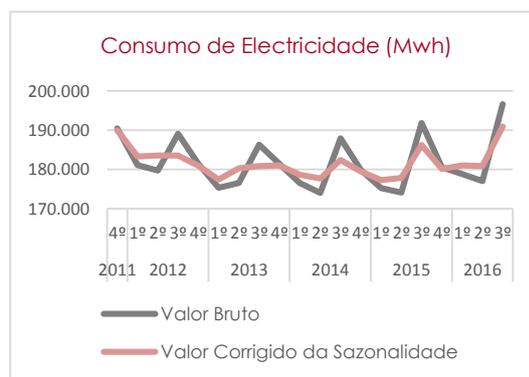
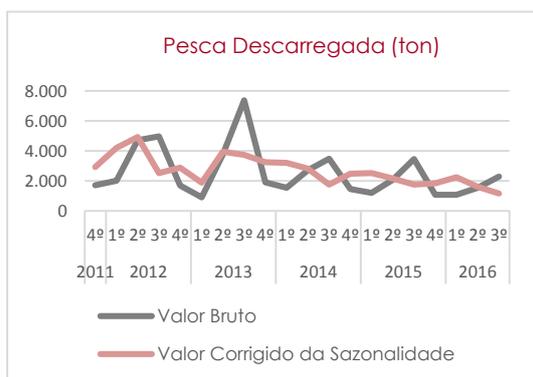
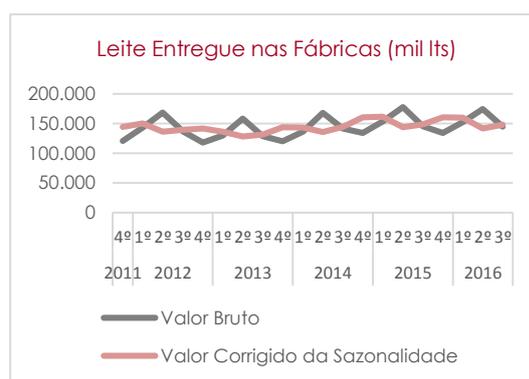
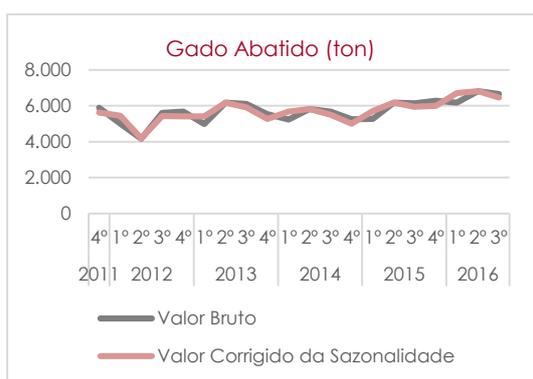
Tratando de informação trimestral, retirando algum efeito da sazonalidade, observa-se que as produções associadas à carne e ao leite mantêm trajetórias de consolidação, sendo as pescas, por estar associada também a fatores exógenos como o clima, uma evolução um pouco errática.

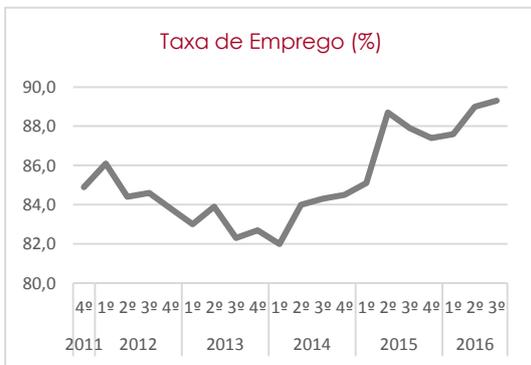
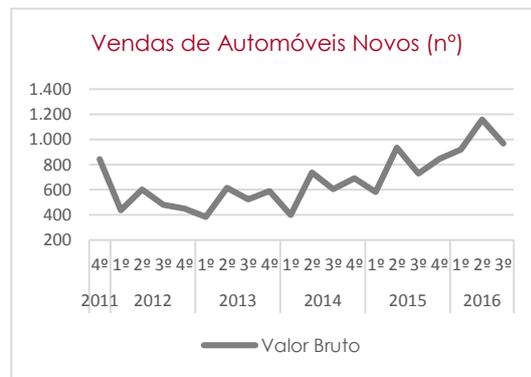
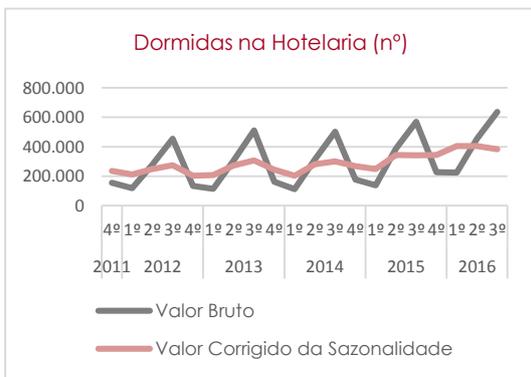
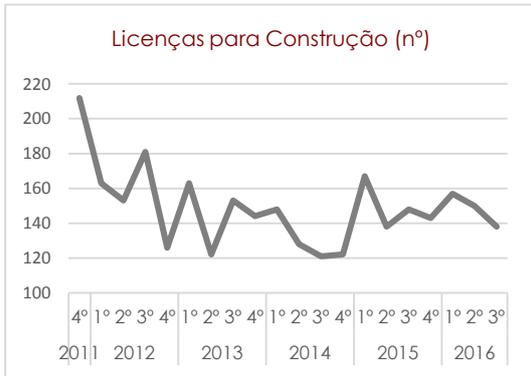
No caso do licenciamento para construção e das vendas de cimento na Região, após períodos de quebra de registar a partir de meados de 2015 uma tendência de sustentação e pontualmente de viragem positiva. As vendas de eletricidade conhecem um crescimento muito acentuado, nos últimos meses.

O número de dormidas na hotelaria regional tem uma evolução alinhada com o movimento nos aeroportos regionais sendo em ambos os indicadores marcante o crescimento positivo recente tributário da evolução da situação em matéria de transporte aéreo de e para o

exterior. A venda de automóveis no espaço regional teve uma evolução muito significativa e no sentido positivo, principalmente a partir de 2015.

A taxa de emprego, enquanto dado complementar da taxa de desemprego, depois de um valor menor no primeiro trimestre de 2014, tem vindo desde então a subir de forma sustentada, representando maior empregabilidade nos Açores e consequentemente menor desocupação involuntária de ativos.





II- POLÍTICAS SECTORIAIS DEFINIDAS PARA O PERÍODO ANUAL

ENQUADRAMENTO DAS POLÍTICAS SECTORIAIS

Os objetivos de desenvolvimento propostos nas OMP constituem-se como referencial das respetivas políticas sectoriais como a seguir se apresenta.

OBJ. 1 Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo

A este objetivo geral associam-se as políticas de Fomento da Competitividade, do Emprego e da Qualificação Profissional, da Agricultura e Florestas e Desenvolvimento Rural, das Pescas e Aquicultura, do Turismo e da Investigação, Desenvolvimento e Inovação.

OBJ. 2 Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades

Neste objeto agregam-se as Políticas sectoriais no âmbito da Educação, da Cultura, do Desporto, da Juventude, da Saúde, da Solidariedade Social e da Habitação e Renovação Urbana.

OBJ. 3 Melhorar a Sustentabilidade, a Utilização dos Recursos e as Redes do Território

Este objetivo contempla as políticas sectoriais do Ambiente e Energia, da Prevenção de Riscos e Proteção Civil. Assuntos do Mar e dos Transportes e Obras Públicas.

OBJ. 4 Modernizar a Comunicação Institucional, Reforçar a Posição dos Açores no Exterior e Aproximar as Comunidades

As áreas de incidência deste objetivo são as relativas à Informação e Comunicação e às Relações Externas e Comunidades.

APRESENTAÇÃO DAS POLÍTICAS SECTORIAIS

Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo

➤ **Empresas, Emprego e Eficiência Administrativa**

Competitividade

Ao nível das políticas públicas de estímulo ao investimento privado, os sistemas de incentivo financeiros continuarão a assumir em 2017 uma inegável relevância no reforço da competitividade das empresas açorianas.

Com efeito, a política de incentivos para o período 2014-2020, consubstanciada no Competir +, constitui um instrumento essencial para alavancar o investimento privado, estimular a produção de bens e serviços transacionáveis e de carácter inovador, aproveitar o conhecimento para valorizar e diferenciar recursos, e estimular a cooperação entre empresas, associações empresariais, municípios e entidades do Sistema Científico e Tecnológico Regional. No Competir +, é também conferida a maior importância ao reforço da competitividade externa das empresas açorianas, assim como ao incremento do comércio intrarregional, no sentido de promover um maior nível de coesão económica e social.

Ao longo de 2017, pretende-se criar novos incentivos de reduzido montante, sob a forma de vales de incubação e inovação, que irão incentivar as empresas regionais a realizar projetos de pequena dimensão, mas que poderão ter um impacto significativo no seu posicionamento no mercado.

No primeiro semestre de 2017, e numa estratégia articulada com a IFD-Instituição Financeira de Desenvolvimento, serão criados, em complementaridade aos sistemas de incentivo, instrumentos financeiros, assumindo a natureza de linhas de crédito com garantia mútua e mecanismos de capital de risco, que serão disponibilizados às empresas através das

entidades bancárias protocoladas para o efeito, permitindo gerar um fluxo renovável de meios financeiros ao dispor das empresas.

O Governo dos Açores pretende também desenvolver um conjunto diversificado de iniciativas para atração de investimento externo, promovendo a divulgação das potencialidades económicas e das vantagens competitivas que a Região oferece para a concretização de negócios, assim como consolidando um ambiente cada mais facilitador da realização de investimento por investidores externos.

No âmbito da redução de custos de contexto, pretende-se lançar um programa de modernização administrativa, complementar ao Simplex +, incluindo diversas medidas de simplificação administrativa e de desmaterialização de procedimentos, tendo em vista eliminar obstáculos ao ciclo de vida das empresas, e assim reforçar a competitividade do nosso tecido empresarial.

No fomento da base económica de exportação, e reforçando a estratégia de promoção dos Açores, assumirá especial importância o plano de capacitação empresarial para o acesso e consolidação de novos mercados, em cooperação com as associações representativas dos empresários, envolvendo a participação em feiras e missões empresariais, a realização de missões inversas, e a dinamização de um conjunto muito diversificado de iniciativas para estimular o consumo e comercialização crescentes dos produtos açorianos.

Ao longo do ano, proceder-se-á, à consolidação da Marca Açores, a qual, ao identificar a Região com uma marca sinónimo de qualidade, permite induzir valor acrescentado aos produtos e serviços regionais.

Dar-se-á também continuidade às medidas de estímulo ao consumo e comercialização de produtos regionais, com inegáveis efeitos na redução de importações e no alargamento da base económica de exportação.

Neste sentido, o Programa de Apoio à Restauração e Hotelaria para a Aquisição de Produtos Regionais, dá um importante contributo ao nível da promoção da competitividade e inovação no setor da restauração e hotelaria açoriana, através da utilização predominante de produtos regionais. Esta medida, estimula, ao mesmo tempo, o setor produtivo regional, enquadrando-se também uma política de crescente substituição de importações e da promoção, aprofundamento e desenvolvimento dos produtos integrados na "Marca Açores"

O fomento do empreendedorismo e da inovação continuará a merecer uma especial atenção, tendo em vista promover uma cultura empresarial dinâmica. Deste modo, através de um conjunto muito diversificado e devidamente articulado de medidas, pretende-se que os Açores fiquem dotados de um ecossistema empreendedor especialmente atrativo, que se revele impulsionador da criação de emprego e de riqueza através da iniciativa privada.

Neste domínio, e para além de ser desejável dar continuidade a iniciativas anteriormente desenvolvidas, como sejam o Concurso Regional de Empreendedorismo, a plataforma Accelerate Azores, ou o Projeto Entrepreneurship Triple Helix, entre muitos outros, o desenvolvimento da Rede de Incubadoras de Empresas, abrangendo de forma integrada incubadoras de base tecnológica, de carácter temático e de âmbito regional, e incubadoras de base local, alicerçadas em estratégias locais de desenvolvimento, sustentadas na participação dos agentes locais, vai seguramente assumir um papel relevante na criação de start-ups, e contribuir de forma decisiva para o fomento da inovação e para uma maior vitalidade económica e social da sociedade açoriana.

Artesanato

O artesanato é hoje reconhecido pelas suas potencialidades, como motor de desenvolvimento a várias escalas, sendo múltiplos os seus impactos, diretos e indiretos. Para além do valor cultural, histórico e patrimonial, que lhe é inerente, o artesanato interfere nos tecidos económico e social, como fonte de rendimento e de emprego e é um fator de ligação das populações com o seu território.

O Centro Regional de Apoio ao Artesanato (CRAA) assenta a sua ação na proteção, valorização, promoção e certificação das produções artesanais, nos programas de apoio às atividades artesanais, na organização e enquadramento do sector.

Com o objetivo de promover a circulação e a venda dos produtos artesanais açorianos, será dada continuidade ao circuito das Mostras de Artesanato (M.ART.) regionais associadas às principais festividades do Arquipélago.

O MUA - Mercado Urbano de Artesanato - tem-se afirmado como um projeto de promoção e comercialização de artesanato de sucesso, com uma grande adesão por parte do público e dos artesãos, dinamizando a malha urbana das cidades. Preconiza-se, assim, a realização de 4 edições anuais do Mercado Urbano de Artesanato (MUA), em Ponta Delgada, Praia da Vitória e Angra do Heroísmo, reforçando-se as ações pedagógicas, a decorrer durante a sua realização.

A nível internacional, o CRAA irá marcar a sua presença com o Artesanato dos Açores na FIA-Feira Internacional de Artesanato, em Lisboa, com um novo *stand*, reforçando, assim, a sua imagem, criando condições para que as microempresas artesanais, através da inovação e da diferenciação, marquem a diferença nos mercados internacionais e contribuam para a sua competitividade.

Em 2017, irá dar-se continuidade ao Projeto Quiosques *Pop Craft*, distribuídos por todas as ilhas, reforçando as parcerias junto de diversas entidades locais, à retoma da realização do Mercado de Doçaria Açoriana-Dias Doces e à realização do V Festival de Artesanato dos Açores-PRENDA.

Paralelamente à promoção e divulgação que se realiza nas feiras, o CRAA elabora uma programação anual de destaques/exposições, pontuais e itinerantes, em parceria com os museus da Direção Regional da Cultura e outras entidades parceiras. É importante divulgar o modo de produção, os artesãos, as origens das formas e da iconografia, o significado que os objetos têm para os seus produtores, enfim, conferir estatuto de produto cultural às produções artesanais, pois é esse lastro que as distingue e lhes agrega valor.

O CRAA irá fazer parte da Rede de Incubadoras de Empresas dos Açores, implementando uma incubadora temática dedicada ao Artesanato.

No contexto das incubadoras o CRAA, durante 2017 e 2018, irá dar prioridade a duas temáticas artesanais:

- Revitalização do barro de Santa Maria
- Revitalização da lã/tecelagem

O CRAA é parceiro no projeto Craft & Art- Capacitar pela Inovação, juntamente com a GRATER, ADELIAÇOR, IVBAM (Madeira), FEDAC (Canárias) e CNAD (Cabo Verde), no sentido de melhorar a competitividade das empresas artesanais dos Açores.

Em 2017 o CRAA irá dar continuidade à implementação e consolidação do projeto RAÍZES- projetos pedagógicos no Artesanato dos Açores, promover-se a 4ª edição da Residência Criativa de Artesanato, nas ilhas do Pico e do Faial, bem como o Prémio de Mérito de Artesanato Regional-CoMtradição, que integra uma exposição itinerante e catálogo, como forma de homenagear o trabalho das unidades produtivas artesanais, que se destacam pelo seu elevado contributo ao desenvolvimento das Artes e Ofícios dos Açores nas sua diversas vertentes pedagógica, social e económica.

Preconiza-se uma revisão do atual Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato (SIDART), que permite apoiar a atividade profissional dos artesãos e o desenvolvimento económico das suas empresas, ao nível dos projetos de formação, de dinamização do setor artesanal, de investimento das unidades produtivas artesanais e de qualificação e Inovação do produto artesanal, uma vez que as empresas artesanais estão integradas no quadro das microempresas, sendo a maioria delas em nome individual, necessitando, por isso, de medidas específicas de apoio financeiro.

O CRAA irá continuar a produção de conteúdos em suporte digital e a sua distribuição em plataformas digitais, dará continuação ao projeto *Azores in a box* e lançará a nova página Web www.artesanato.azores.gov.pt. A gestão da aplicação multimédia - *Percursos do Artesanato dos Açores*, para *smartphones* e *tablets*, ferramenta que pretende estimular o turismo cultural artesanal, criando nas rotas turísticas, a visita a oficinas artesanais

A certificação resguarda as produções artesanais tradicionais das ameaças de massificação. A certificação surge como elemento garantidor de qualidade e de

autenticidade da produção e, também, como forma de cristalizar uma relação de confiança para com o consumidor, nesse sentido, em 2017, irá dar-se continuidade ao processo de reconhecimento internacional da marca *Artesanato dos Açores*.

Emprego e qualificação profissional

A continuidade da consolidação de políticas que visem acentuar a atual tendência de diminuição do desemprego face à necessidade da criação de emprego em nome do bem-estar social das famílias e das empresas dos Açores, o Plano do Governo dos Açores para 2017 preconiza a execução de políticas capazes de reforçar as condições de empregabilidade dos açorianos.

Essas políticas materializam-se em medidas tão diferenciadas quanto os públicos a quem se destinam, adequando-se às especificidades dos mesmos, visando desde a promoção da inserção dos jovens no mercado de trabalho até ao combate ao desemprego de longa duração, passando pelo aumento das qualificações e habilitações como fator potenciador da empregabilidade dos açorianos, e sem descurar as medidas de apoio à sua contratação, bem como de criação do próprio emprego.

No que respeita à promoção do emprego jovem a atuação do Governo dos Açores incidirá numa ação conjugada entre os programas de estágios profissionais e subseqüentes apoios à contratação dos jovens recém-formados e recém-licenciados, uma vez que estas medidas já representam uma das principais formas de novos recrutamentos por parte dos empregadores que existem na Região, para além da componente de possibilitar experiência profissional que está associada a cada uma delas, bem como a capacitação socioprofissional destes mesmos jovens perante as atuais necessidades do mercado de trabalho regional.

A promoção e o desenvolvimento de mecanismos facilitadores da empregabilidade dos desempregados inscritos nas Agências para a Qualificação e Emprego da Região, é outro dos objetivos para o ano de 2017, preconizando a execução de apoios financeiros à contratação, o reencaminhamento para ações de aumento do nível de habilitações e processos de reconhecimento e validação de competências.

No que diz respeito aos apoios financeiros à contratação, o programa Integra nas suas duas vertentes, Integra e Integra Jovem, continuará a ser um meio relevante de criação de novos postos de trabalho, com a particularidade de apenas poderem ser recrutados desempregados inscritos nas Agências para a Qualificação e Emprego da Região.

No seguimento dos apoios à contratação, e numa lógica de manutenção e estabilização dos postos de trabalho criados ao abrigo dos referidos programas, assente numa visão de crescimento económico orientado para as pessoas, será implementada uma medida de

incentivo à estabilização do vínculo contratual dos trabalhadores ao abrigo do Integra e Integra Jovem, designado por Integra Estável.

No combate à pobreza e exclusão social, surge a necessidade de criação de medidas ativas de emprego que visem a integração inclusiva

O investimento em medidas que conciliem a vertente formativa em contexto de trabalho é outra das premissas do Governo e que será materializada num programa destinado a desempregados com habilitações inferiores ao 12.º ano e inscritos nas Agências de Emprego da Região, designado por Social Mais.

Por outro lado, a colocação temporária de desempregadas subsidiadas também tem permitido às mulheres desempregadas que auferem subsídio de desemprego uma colocação em substituição temporária de trabalhadoras por conta de outrem, em situação de licença de maternidade, garantido às empresas/entidades a estabilidade necessária face aos períodos de ausência das suas trabalhadoras e contribuindo para a proteção do direito à maternidade.

Em 2017 mantém-se a preocupação em investir na qualificação dos açorianos, aproveitando a consolidação do quadro comunitário, e de modo a diminuir o número de ativos com um grau de habilitações inferior ao 9.º ano de escolaridade, destacam-se as ações a levar a cabo no âmbito da atuação da Rede Valorizar, no sentido de manter o rumo da certificação dos nossos desempregados pela via do aumento da sua escolaridade e pela via dos processos de Reconhecimento, Valorização e Certificação de Competências.

A criação de próprio emprego foi e é também um mérito de muitos açorianos que recorrendo, e bem, aos mecanismos e aos incentivos colocados à disposição pelo Governo, como é exemplo o programa CPE Premium, que de forma consolidada tem apresentado bons resultados, sendo esta uma das medidas a manter, de modo a estimular o desenvolvimento económico e uma cultura de empreendedorismo.

Juntamente com a promoção da empregabilidade dos jovens qualificados, surge a necessidade de colmatar a problemática da inserção dos jovens não qualificados, desta feita reforçando o seu reencaminhamento para processos formativos profissionais adequados às necessidades do mercado, e capazes de fazer os Açores cimentarem o rumo da qualificação em crescente dos seus ativos, por todos reconhecido como fator potenciador da competitividade das empresas.

Com a crescente importância que a formação profissional tem conhecido nos últimos anos, e tendo em consideração que o mercado de trabalho impõe determinadas metas e objetivos aos colaboradores das empresas, as quais podem ser consideradas tanto como oportunidades para almejar alguma estabilidade ou como potenciadoras de mudança no perfil profissional, atualmente pode ser entendido que o perfil de um profissional está

preponderantemente ligado à posse de conhecimentos privilegiados como principal ferramenta de trabalho, ora promovendo uma maior adaptação ao mercado de trabalho, ora alcançando um primeiro emprego, ora fomentando a reconversão profissional.

O paradigma que perspetivava a formação profissional como um custo sem retorno para o tecido empresarial e para as empresas tende, no contexto atual, a desaparecer, sendo que atualmente, cada vez mais, as empresas apostam em recursos humanos que estejam preparados para enfrentar quaisquer tipos de desafios que possam surgir no contexto da sua atividade profissional. Desta feita, valoriza-se a imagem dos colaboradores e das empresas, assim como se fomenta a melhoria da qualificação e da produtividade.

Para o efeito, pretende-se que as entidades formadoras da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente, as escolas profissionais, as escolas do ensino regular, as entidades formadoras certificadas no âmbito da formação, tenham um papel preponderante na formação profissional da população açoriana.

Os cursos REATIVAR, essencialmente destinados a desempregados, constituem também uma estratégia de qualificação combinada, uma vez que, para além de conferirem um grau de escolaridade (9.º ano ou 12.º ano), atribuem também uma qualificação profissional fomentando assim a aprendizagem de uma profissão e reconversão profissional de desempregados. Uma outra vertente deste programa são os cursos REATIVAR Tecnológicos, os quais também permitem atuar na reconversão de ativos desempregados para outras áreas económicas. Pretende-se, tanto quanto possível, a eleição de cursos que facultem aos Açorianos competências técnicas para o desenvolvimento da economia regional, nomeadamente, na área do turismo.

A necessidade de dotar o tecido empresarial açoriano de quadros qualificados levou à criação da medida Agir Agricultura e Agir Indústria – Programas de Estágios Profissionais. Pretende-se continuar com esta medida, com a qual se procurou facultar aos jovens açorianos estágios de 6 meses que compreendem duas vertentes, uma de formação que comporta a lecionação de conteúdos específicos e uma outra de formação prática em contexto real de trabalho.

Do ponto de vista da formação dos jovens açorianos, o Governo dos Açores tem vindo a apoiar a realização de Cursos Profissionais (Ensino Profissional) que, facultando uma resposta de dupla certificação, qualificam jovens em diversas áreas e tomam a seu cargo a formação dos jovens da RAA que terminaram o 9.º ano de escolaridade e pretendem prosseguir os seus estudos apostando numa vertente mais técnica/profissional.

Seguindo o sistema de ensino em alternância, outro vetor de qualificação que se pretende usufruir é programa DUAL Açores, que constituirá uma aposta na aprendizagem com recurso a maiores tempos de aprendizagem em contexto real de trabalho. Pretende-se a implementação do Sistema Dual na RAA, através de uma experiência-piloto que,

devidamente avaliada, poderá resultar numa mais-valia para a formação inicial dos jovens açorianos.

Apesar de se tratar, em termos percentuais, do menor número de desempregados inscritos, os licenciados que não se encontram no mercado de trabalho constituem também uma preocupação do Governo dos Açores. O programa REQUALIFICAR, pretende apoiar diretamente os desempregados inscritos, titulares de uma licenciatura que manifestamente não atribui o nível de empregabilidade desejado. A estas pessoas será dada a oportunidade de se requalificarem numa outra área de estudos, através da frequência e conclusão de um mestrado ou pós-graduação.

Com os Cursos de Especialização Tecnológica, de nível V, designados por CET, pretende-se o acesso ao ensino superior e a igualdade de oportunidades, tendo em vista trazer mais jovens e adultos para o sistema de educação e formação profissional, o Governo assumiu, entre os seus compromissos programáticos, alargar a oferta de formação ao longo da vida para novos públicos e expandir a formação pós-secundária, na dupla perspetiva de articulação entre os níveis secundário e superior de ensino e de creditação, para efeitos de prosseguimento de estudos superiores, da formação obtida nos cursos de especialização pós-secundária.

Neste contexto e tendo em conta a expressão que a formação profissional tem na RAA, o Governo apostou em reforçar as funcionalidades e divulgação da Plataforma "Certificar", assim esta Plataforma será um instrumento de trabalho não só para a DREQP como também para todas as entidades formadoras da Região, pretendendo-se gerir toda a formação, incluindo o planeamento, a execução e a avaliação e monitorização.

O presente plano de um modo bastante diversificado prevê medidas que visam a melhoria das condições de empregabilidade e qualificação de todos os açorianos desempregados e procura promover uma inclusão ativa e concertada.

Eficiência Administrativa

O Governo dos Açores elege a modernização e a reestruturação da Administração Pública Regional como um dos desígnios a alcançar no quadriénio 2017-2020, consolidando uma Administração Pública Regional mais eficiente e eficaz, aberta e transparente aos Açorianos.

Pretende-se, assim, implementar um novo modelo de governação da Administração Pública Regional, adaptado a um contexto de contínuo crescimento e competitividade, assente em ferramentas de planeamento, de gestão e organização inovadoras, mas também promotor do reforço da transparência e da disponibilização de mecanismos de

participação da Sociedade Açoriana na atividade da Administração Pública Regional, e a sua conseqüente transformação digital, legislativa e procedimental.

Em continuidade com as políticas prosseguidas nos últimos mandatos do Governo dos Açores importa também consolidar os níveis de eficiência e eficácia na Administração Pública Regional. Para o efeito são prosseguidos projetos como a implementação de centrais de serviços partilhados por ilha, o SIGRHARA e o POLAR, bem como assumidos objetivos como o alargamento do número de serviços da Administração Pública Regional com sistemas de gestão da qualidade certificados e/ou objeto de reconhecimento segundo normas e modelos de gestão pela qualidade total de âmbito internacional ou a criação de centrais de competências em áreas específicas e escassas no seio da Administração Pública Regional.

Pelo exposto, e em alinhamento com as orientações estratégicas definidas para o próximo quadriénio, em 2017 assumem-se como principais linhas orientadoras:

- a) Defender o poder regional e a autonomia, através de propostas legislativas que permitam desenvolver, em plenitude, as possibilidades e competências políticas da Região, no âmbito das competências e atribuições cometidas à Direção Regional de Organização e Administração Pública.
- b) Reforçar o processo de melhoria contínua dos serviços prestados e da sua interação com o cidadão.
- c) Dotar a Administração Regional de meios técnicos e legais que possibilitem uma gestão integrada dos recursos disponíveis.
- d) Apoiar os serviços da Administração Pública Regional e Local nas áreas jurídica, financeira e do ordenamento do território.
- e) Garantir uma infraestrutura tecnológica fiável e segura que permita aumentar a eficiência na execução dos procedimentos e processos de suporte ao sector.
- f) Promover a modernização e reestruturação da Administração Pública Regional.

➤ **Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural**

A realidade económica dos Açores está intimamente ligada à atividade agrícola, quer de forma direta através da produção de bens transacionáveis, quer de forma indireta através da preservação da paisagem e de valores culturais, relevantes também para outras atividades, como aquelas ligadas ao ambiente e ao turismo.

Contribui ainda de modo significativo para a manutenção e criação de emprego e para a promoção da inclusão social.

As intervenções programadas neste Plano visam o aumento, a diversificação e a valorização da produção regional, a par da proteção do ambiente e do uso eficiente dos recursos.

Do conjunto do investimento de iniciativa pública, destacam-se os investimentos em abastecimento de água, em caminhos e eletrificação das explorações agrícolas, mas também nas infraestruturas veterinárias e de abate, onde sobressai a construção de novos matadouros e a modernização das unidades existentes. Destaca-se, ainda, o investimento na promoção da produção agroflorestal e a conclusão da segunda e última fase da empreitada de construção do Parque Multissetorial da Ilha Terceira.

No que respeita aos serviços públicos, destacam-se as ações no âmbito da sanidade animal e vegetal, do controlo da qualidade e da experimentação, para além do acompanhamento e implementação das medidas comunitárias da PAC.

Por outro lado, aproveitando igualmente os Fundos comunitários, apoia-se o rendimento da atividade agrícola através de apoios à perda de rendimento e o investimento privado através de medidas diretas de comparticipação do investimento nas explorações e na agroindústria, com vista a reforçar a competitividade das empresas e do sector em geral.

Promove-se, ainda, o rejuvenescimento e o saber do tecido produtivo, através da formação profissional e do apoio à instalação de jovens agricultores e da criação de condições para a reforma antecipada dos produtores agrícolas de idade mais avançada. Paralelamente, apoia-se o redimensionamento das explorações, através do emparcelamento.

É também dado grande ênfase à valorização do Mundo Rural, às culturas tradicionais e às atividades não agrícolas, inseridas nas Estratégias Locais de Desenvolvimento.

Asseguram-se igualmente os investimentos na floresta, onde se inclui a produção de plantas para o fomento florestal, a rede regional de reservas florestais, e no uso múltiplo da mesma e apoia-se a preservação e valorização do ambiente e da paisagem rural, nomeadamente através da aplicação de medidas compensatórias do rendimento e de carácter ambiental.

➤ **Pescas e Aquicultura**

A atividade da pesca enfrenta, desde há vários anos, desafios fundamentais para o seu futuro, a diminuição dos recursos, nalgumas espécies, está obviamente no centro desses desafios e é responsável pela quebra de rendimentos que se verifica na fileira da pesca.

Assim, a estratégia de gestão racional e responsável dos recursos haliêuticos nos Açores baseia-se não só na salvaguarda da biodiversidade marinha existente dentro da sua zona marítima envolvente, como também na manutenção da exploração dos recursos em níveis

que permitam a sua perpetuação temporal, garantindo a sustentabilidade e coesão das pessoas, das empresas e das instituições na fileira da pesca.

O desafio do futuro será o de pescar menos e vender melhor, fomentando pescarias mais rentáveis, diversificando atividades e marcando a diferença pela qualidade dos produtos, permitindo que os rendimentos gerados na cadeia de valor sejam distribuídos com maior benefício e equidade no setor, e garantindo, simultaneamente, a qualificação e a dignificação das condições de trabalho dos profissionais da pesca.

No que respeita ao investimento de iniciativa pública a realizar em 2017 destaca-se pelo seu volume financeiro e importância na melhoria das condições de operacionalidade, a continuação dos investimentos na rede de portos, infraestruturas e equipamentos de apoio à pesca, permitindo mais e melhores condições de trabalho e segurança e a adaptação ao desenvolvimento de novas atividades (Turismo, Formação e Ensino, Investigação, Aquicultura, etc.).

Pretende-se ainda iniciar a implementação de um plano de reestruturação do setor extrativo, ajustando a frota e artes de pesca às especificidades dos Açores e aos recursos disponíveis, melhorando a resiliência económica das embarcações e adaptando-as às mutações do ambiente e dos mercados.

Destacam-se, ainda, os investimentos destinados a garantir a capacitação dos protagonistas da fileira da pesca, promovendo estratégias de formação e sensibilização, não só nas competências da pesca, como também na atualização e reciclagem em outras matérias de interesse para o setor. Só dessa forma será possível pensar numa estratégia para a valorização dos produtos da pesca, considerando as comunidades piscatórias, em si, também um produto da pesca, e na reorientação de ativos pela criação de rendimento, alternativo ou complementar à pesca.

A produção de conhecimento nas áreas dos recursos marinhos, ambiente, economia e ciências sociais e a promoção das atividades de controlo, continuarão a ser prioridades no apoio à decisão, para uma boa gestão do setor.

➤ **Turismo**

No ano de 2017 pretende-se dinamizar as acessibilidades de e para a Região Autónoma dos Açores, nomeadamente, para as ilhas que não beneficiam de rotas liberalizadas, através de operações não regulares em regime de tour-operação que correspondam aos vários produtos turísticos que se têm vindo a estruturar no destino Açores e que têm como matriz nuclear o Turismo de Natureza.

A promoção da notoriedade internacional do destino Açores e garantia de animação turística do mesmo, internamente, será encetada pelos instrumentos legais atualmente em vigor, designadamente o Decreto Legislativo Regional n.º 30/2006/A, de 8 de agosto, que versa sobre os contratos-programa de investimento com interesse para o desenvolvimento do turismo dos Açores e o Decreto Legislativo Regional n.º 18/2005/A, de 20 de julho que enquadra o regime de financiamento público de iniciativas com interesse para a promoção do destino turístico Açores.

Ao nível do desenvolvimento da política de turismo iremos concretizar, em 2017, a revisão do Plano de Ordenamento de Turismo da Região Autónoma dos Açores que partirá, uma vez mais, da definição da capacidade de carga de cada uma das ilhas e apontará, de acordo com a oferta hoteleira existente e respetiva caracterização da procura associada a cada uma das ilhas, as tipologias mais adequadas a cada uma destas. Prospectivamente, é de prever, genericamente, e de acordo com a tendência verificada nos últimos anos, que assistiremos à proposta de unidades de menor dimensão, de tipologias variadas e com um pendor vincadamente associado à imagem de sustentabilidade na exploração dos recursos. Este ano também marcará o arranque do projeto plurianual de desenvolvimento e promoção do conceito de turismo sustentável que permitirá acrescentar, à vertente económica do desenvolvimento do turismo nos Açores, as dimensões ambiental e sociodemográfica.

No que diz respeito à qualificação do destino pretende-se dotar os serviços turísticos de condições adequadas ao desenvolvimento da sua função, iniciando-se a concretização do projeto de requalificação de todos os postos de turismo da Região. Serão também contempladas ações de formação diversas através do apoio a contratualizar com a Associação Açoriana de Formação Turística e Hoteleira, bem como, ações de consultadoria a unidades hoteleiras, restauração e similares através de protocolo estabelecido com a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal.

Ainda na vertente da qualificação do destino iremos materializar, relativamente aos pontos de interesse turístico, o levantamento dos défices de sinalização rodoviária e de informação constantes nestes mesmos pontos de interesse, bem como identificar aqueles que deverão ser objeto de requalificação das infraestruturas de apoio à fruição dos respetivos espaços de interesse turístico, assegurando sempre que a sua elaboração e implementação será executada em diálogo estreito e permanente com os agentes interessados. Ao nível do Turismo de Natureza pretende-se continuar a incrementar as condições para a fruição ativa dos nossos trilhos, nomeadamente através da implementação de novos trilhos ou do reforço das "Grandes Rotas", evoluindo para uma visão integrada do recurso no que à prática de várias atividades de animação turística em terra diz respeito, sendo para tal necessário dotar ou criar pequenas instalações, ao longo dos percursos, que proporcionem o conforto mínimo aos visitantes, sejam eles pedestrianistas, cicloturistas, trail runners, entre outros. Por fim, no decorrer de 2017 arrancará também o Estudo para a promoção do aproveitamento

turísticos dos recursos termais endógenos, com vista a reforçar a oferta deste tipo de produto turístico nos Açores, contribuindo-se desta forma, para a qualificação do destino através da multiplicidade de propostas.

➤ **Investigação, Desenvolvimento e Inovação**

O Programa do XII Governo dos Açores defende a aposta na investigação e na cultura científica, no desenvolvimento tecnológico e na inovação, enquanto fatores decisivos para o desenvolvimento económico e progresso social dos Açores. Desta forma, o Governo tem vindo a contribuir decisivamente para o desenvolvimento do potencial da Região em áreas científicas e tecnológicas específicas, o que decorre quer da sua localização geográfica e condições naturais, quer das competências e valências das unidades de investigação regionais já existentes, cujo know-how continua a necessitar de ser reforçado, em prol do desenvolvimento socioeconómico regional e da sua projeção internacional. Entre essas áreas específicas, merecem especial relevo as ciências e tecnologias do mar, as pescas, o ambiente, as alterações climáticas e a biodiversidade, a vulcanologia/sismologia e prevenção de riscos geológicos, a biotecnologia agroindustrial e marinha e a tecnologia espacial.

Na sequência da assunção da premissa básica de reforço do desempenho da investigação, da promoção da inovação e da transferência de conhecimento para o tecido económico e social, destacam-se como principais orientações estratégicas para a ciência:

- A consolidação do potencial científico e tecnológico regional e promoção da capacitação, reestruturação, desenvolvimento e sustentabilidade do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores (SCTA);
- A internacionalização da investigação realizada na Região, consubstanciando-se na participação em redes de excelência e em projetos tecnológicos e de investigação em consórcio, envolvendo instituições nacionais e internacionais, de modo a favorecer o desenvolvimento da Região e a sua projeção no Espaço Europeu de Investigação;
- A transferência do conhecimento e da tecnologia para o tecido económico, a promoção de áreas de valor acrescentado e de uma cultura de inovação, dando ênfase à criação de novo conhecimento direcionado para uma aplicação prática, para a resolução de problemas e necessidades específicas da Região, para a

criação de novos materiais, produtos inovadores, novos processos, sistemas ou serviços;

- O reforço da constituição de parcerias do conhecimento e da articulação entre as entidades do SCTA e o tecido socioeconómico, e entre a investigação, a inovação e o empreendedorismo, no sentido de reforçar a cooperação entre os centros de investigação e as empresas, abarcando e fortalecendo cada elo da cadeia de inovação, desde a investigação fundamental até à transferência tecnológica;
- A promoção da investigação em áreas relevantes para a Região, valorizando as especificidades regionais e as áreas estratégicas para o seu desenvolvimento, em conformidade com o Programa Operacional Açores2020 e com as prioridades definidas na Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3);
- A qualificação de recursos humanos em C&T, através da formação avançada, divulgação científica especializada e difusão da cultura científica e tecnológica.

Assim, destaca-se, para 2017, o objetivo de concretização de um consórcio de investigação, desenvolvimento e inovação dirigido para a monitorização do Atlântico nas dimensões do Espaço, Terra e Mar, a abertura regular de concursos de bolsas para doutoramento e pós-doutoramento em áreas integradas nos Domínios de Inovação Estratégica que serão também definidos a breve prazo, a preparação de uma estratégia que conduza ao apoio à contratação de doutorados por empresas e a implementação de programas mobilizadores de investigação e inovação em setores cruciais para o desenvolvimento dos Açores. A aposta atual assenta no reforço da capacidade de materializar a investigação em inovação, através das empresas, apostando na constituição de parcerias do conhecimento, na cooperação entre os centros de investigação e as empresas.

Em termos gerais, no âmbito dos apoios públicos, destaca-se a execução do “PRO-SCIENTIA”, Programa de Incentivos na área da Ciência e Tecnologia, cujos eixos abrangem a valorização em Ciência e Tecnologia (C&T); a cooperação e criação de parcerias em ID&I; a qualificação do capital humano para a sociedade do conhecimento e a atualização em TIC.

Realça-se, ainda, a manutenção do apoio à organização tripolar da Universidade dos Açores, instituição que assume um papel incontestável ao nível da formação dos açorianos, do desenvolvimento da investigação e, mesmo, do desenvolvimento socioeconómico e cultural da Região.

Na área das Tecnologias, prossegue-se em 2017 a aposta na consolidação das infraestruturas de base tecnológica já implantadas nos Açores, designadamente nas da área da tecnologia aeroespacial. Atualmente, são já muito significativos os avanços

alcançados ao nível da implementação de infraestruturas e desenvolvimento de projetos centrados na utilização de Tecnologia Espacial, com considerável reflexo no posicionamento estratégico dos Açores nesta matéria, enquanto elo de uma importante cadeia internacional. São exemplos dessas infraestruturas a Estação de rastreio de satélites da Agência Espacial Europeia, a Galileo Sensor Station, a Estação RAEGE (Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais), todas em Sta. Maria.

Em 2017 concretizar-se-á a instalação de novas infraestruturas com a captação de novos investimentos para os Açores nesta área em concreto. Neste contexto, será criada uma estrutura de missão com o objetivo de gerir, administrar e coordenar todas as atividades científico-técnicas de índole aeroespacial que serão desenvolvidas na Região Autónoma dos Açores, designada por Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço.

Nesta vertente, ainda, das tecnologias, o Governo estabeleceu um quadro de referência para o desenvolvimento de políticas de incentivo à atividade de base tecnológica com o lançamento da Agenda Digital e Tecnológica dos Açores, cuja atualização e revisão se encontra prevista para 2017, com identificação de novos objetivos e iniciativas prioritários, considerando a importância de que se reveste esta estratégia na área tecnológica e digital como forma de se ultrapassarem os desafios estruturais e conjunturais a que a Região tem de fazer face.

Os Parques de Ciência e Tecnologia das ilhas de S. Miguel (NONAGON), e o da Terceira (TERINOV) têm vindo já a assumir um carácter estruturante em áreas emergentes no domínio das tecnologias ligadas às ciências da terra, do espaço e do mar e, também, nas áreas das ciências agrárias, agropecuária, agroindústria e biotecnologia e constituem-se já como polos de desenvolvimento e competitividade da Região.

Concluído o primeiro edifício do Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel, proceder-se-á, em 2017, à conclusão da obra de construção do Parque de Ciência e Tecnologia da Terceira, prevendo-se que venham a constituir-se como âncoras de desenvolvimento de novas atividades vocacionadas, no primeiro caso, para as áreas das tecnologias de informação e das ciências da terra e, no segundo, para as áreas da agroindústria, biotecnologia e indústrias criativas. Conforme é característica e objetivo deste tipo de infraestruturas, ambos os parques centrarão a sua atividade no estabelecimento de redes, de relações colaborativas e de processos de eficiência coletiva, com vista a criar as condições para a promoção de uma cultura de inovação, empreendedorismo e de competitividade. Concentrando no mesmo espaço centros de I&D, incubadoras de negócios/empresas, pretende-se que promovam um aumento da transferência de conhecimento e tecnologia entre a academia e as empresas/mercado, assim como um crescimento do tecido empresarial inovador através de processos de start-up e spin-off, com reflexos no nível da formação e emprego qualificados e na oferta de serviços especializados.

Reforçar a qualificação, a qualidade de vida e igualdade de oportunidades

➤ Educação, Cultura e Desporto

Educação

Dando continuidade ao investimento na requalificação do parque escolar da Região, concluir-se-á a construção da EBI da Calheta e será dada continuidade à construção da EBI Canto da Maia. Concluindo-se ao longo deste ano os projetos de construção das novas instalações da EBI de Rabo de Peixe e da EBI de Arrifes, da reformulação das atuais instalações da EBI de Capelas e tendo já sido concluído o projeto da última fase EBI da Horta, dar-se-á início aos respetivos procedimentos de contratação das empreitadas.

Será dada continuidade à colaboração com as autarquias na reformulação das infraestruturas do primeiro ciclo e educação pré-escolar da sua responsabilidade, através de Contratos ARAAL, terminando o investimento que tem vindo a ser efetuado na EB1/JI de Santa Bárbara.

Será também iniciada a implementação do Sistema de Gestão Escolar, ferramenta de especial importância na monitorização dos dados relacionados com a população escolar do sistema educativo regional público, como por exemplo, o abandono precoce dos jovens da educação e formação ou as taxas de transição.

No âmbito da promoção do sucesso escolar, dá-se continuidade a projetos já existentes, como o crédito horário atribuído, com um bloco adicional de 90' para cada turma nas disciplinas de Português e de Matemática dos 2.º e 3.º ciclos, a todas as Unidades Orgânicas, mas também aos programas Fénix, Apoio Mais – Retenção Zero e a rede de Mediadores para o Sucesso Escolar (existente em 8 Unidades Orgânicas das ilhas Terceira e S. Miguel).

As equipas formativas do Programa de Formação e Acompanhamento Pedagógico de Docentes da Educação Básica, da Rede Regional de Bibliotecas Escolares, e dos Prof DA, continuarão a sua ação na melhoria e diversificação das práticas letivas.

Iniciou-se, em 2016/17, também no âmbito da formação, o Programa de Prevenção e Combate à Violência em Meio Escolar e o Programa Matemática Passo a Passo: despertar para a Matemática na Educação Pré-escolar, no sentido de dotar os educadores de infância de estratégias mais adequadas à promoção das competências matemáticas nas crianças, preparando-as para os desafios que esta disciplina impõe no 1.º ciclo.

Pretende-se ainda reforçar a formação para dirigentes escolares, no sentido de os ajudar a responder de forma mais eficaz aos desafios na melhoria dos resultados escolares e melhorar a sua ação na gestão organizacional e financeira da escola.

O Ensino Especializado em Desporto é uma oferta única no território nacional e, à semelhança do Ensino Artístico Especializado, adita ao currículo regular uma componente específica de formação desportiva e da prática mais aprofundada de uma modalidade. Funciona, pela primeira vez em 2016/17, em 5 escolas da Região (Flores, Terceira e S. Miguel), no sentido de tornar a Escola mais apelativa para um grupo de alunos cujos interesses se centram no desporto e aumentar o nível de cultura física e desportiva específica dos alunos, contribuindo assim para o sucesso escolar.

Cultura

Com a aprovação do Sistema Jurídico dos Museus a Região ficou dotada de um instrumento fundamental para reorganizar e apoiar não só os serviços externos da Direção Regional de Cultura, mas também as unidades museológicas existentes, independentemente da tutela. A implementação da estrutura da Rede dos Museus e Coleções Visitáveis dos Açores e o contato dessa estrutura com as diferentes realidades em todo o arquipélago é, assim, a tarefa primordial.

A continuação do esforço de investimento da administração regional no sentido de dotar todas as ilhas de uma unidade museológica com dimensão e qualidade, que assegure a preservação da memória coletiva e se assuma como fonte de conhecimento e aposta no futuro, ou de potenciar as existentes, vai continuar, sendo disso exemplo a continuação e conclusão do Novo Polo de Vila do Porto do Museu de Sta. Maria e do Museu do Tempo no Corvo, o início da intervenção física no Museu Francisco de Lacerda na Calheta, na Antiga Torre do Aeroporto e no Antigo Cinema do Aeroporto em Sta. Maria, no Museu da Construção Naval em Sto. Amaro e na segunda fase do Núcleo de Sto. André do Museu Carlos Machado.

Estas construções, a par da renovação das museografias existentes, permitirão projetar no futuro outras realidades culturais e arquipelágicas, complementares entre si e complementares das que virão a ser integradas na referida rede.

A abertura dos museus e das bibliotecas e arquivos regionais à comunidade, constituindo-se como interlocutores ativos fora e dentro de portas, será objetivo primeiro na captação de novos consumidores e atores culturais. Realce para a área da promoção da leitura e do livro, pelo que projetos no desenvolvimento da área do teatro e cinema de animação ao nível escolar serão considerados, e para o património imaterial onde a sinalização e o registo são primeiros passos importantes para esta ligação. Ainda dentro deste objetivo, a

criação do Passaporte Cultural como mecanismo facilitador de acesso aos equipamentos culturais regionais será uma realidade.

A colaboração entre agentes privados e destes com a administração tem vindo a ser cada vez mais estreita e clara, visando uma maior sustentabilidade. A aposta nas formações de base e avançada em diferentes domínios será continuada e melhorada, tentando dotar a sociedade em geral, e os agentes culturais em particular, de um nível superior nas suas manifestações e na sua perceção.

Decorrentes das avaliações feitas ao nível do património classificado – revisão da lista dos imóveis classificados, inventário do património baleeiro e levantamento das relheiras e das fortificações, serão estabelecidas as estratégias de gestão e salvaguarda do património imóvel e o nível de relacionamento entre as diferentes administrações, regional e autárquica, e os privados.

Ao nível do património subaquático será iniciada a implementação do roteiro dos sítios visitáveis e parques arqueológicos, promovendo um património muito rico através da criação de pequenas unidades de explicitação e visionamento local.

Diferentes programas e propostas legislativas serão elaboradas, visando a melhoria da legislação existente ou a introdução de novos objetivos, nomeadamente no apoio à mobilidade dos agentes culturais e na sua projeção externa.

Ao nível da informação continuará a aposta no desenvolvimento da plataforma digital Cultura Açores, incorporando outras valências e um constante refrescamento da imagem e iniciando a disponibilização dos e-books em articulação com outros projetos específicos.

Desporto

Iniciando a caminhada para dar corpo ao desígnio da legislatura de consolidar e reforçar a excelência no desporto, de forma transversal às diferentes áreas de intervenção, será dada particular atenção à consolidação da forte relação de proximidade com o movimento associativo desportivo e outros parceiros da área do Desporto.

Iniciar-se á o processo da criação do Centro de promoção e formação de atividades desportivas náuticas do Desporto Escolar Açores bem como, em regime experimental, o alargamento das atividades do Desporto Escolar ao primeiro ciclo do ensino básico.

Será operacionalizado e divulgado junto dos utilizadores, o novo regime de funcionamento das prestações de serviços desportivos na área da atividade física desportiva bem como se iniciará a organização de ações de promoção e divulgação da generalização da atividade física desportiva.

Serão iniciados os processos tendentes à simplificação das relações com os diferentes interlocutores da área com recursos a meios eletrónicos e contratualizações plurianuais.

Assegurar-se-ão os apoios à regularidade da atividade desportiva nos termos do Regime jurídico em vigor e ao nível dos processos especiais de formação de jovens serão disponibilizadas condições para a participação nos Jogos das Ilhas 2017.

Serão reforçadas as medidas de apoio aos jovens talentos regionais e ao alto rendimento iniciando-se um ciclo de preparação visando os jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2020.

Assegurar-se-á a gestão global dos complexos desportivos geridos pelos serviços de desporto, dotando-os progressivamente de sistemas energéticos e de sistemas de gestão e monitorização mais eficientes, permitindo a generalização do acesso aos mesmos.

Será regulada, dinamizada e promovida a utilização do Pavilhão de Judo de S. Jorge/Centro de preparação de alto rendimento.

Será ainda concluída a 2ª fase do Pavilhão desportivo de Santo Espírito.

➤ **Juventude**

A juventude açoriana é um dos mais importantes ativos para o processo de desenvolvimento económico e social da Região. Reconhecendo este enorme potencial humano, todas as iniciativas promovidas pelo Governo dos Açores no que concerne a políticas de juventude terão como linhas orientadoras e estratégicas a empregabilidade, a aquisição de competências e a participação cívica dos jovens.

- A entrada no novo ciclo implica fortalecer a capacidade de desenvolver mecanismos que facilitem, aos jovens, oportunidades capazes de preparar o futuro e, simultaneamente, a superação dos desafios da sociedade, permitindo autonomia e realização pessoal.

Neste sentido, as grandes linhas de orientação estratégica, na implementação das políticas públicas de juventude, assentam em objetivos e medidas que promovam a valorização da juventude açoriana.

- Para 2017, e no âmbito das atribuições decorrentes da orgânica, do programa do Governo, das Orientações de Médio Prazo 2017-2020 e dos princípios de natureza política para o ciclo de programação comunitária 2014-2020, continuarão a ser adotadas respostas específicas no âmbito das políticas sectoriais de juventude, designadamente participação cívica dos jovens, educação não-formal, empreendedorismo juvenil, integração dos jovens no mercado de trabalho, mobilidade juvenil e criatividade jovem.

- Potenciar a mobilidade dos jovens é objetivo do Governo dos Açores para 2017, para além da forte aposta no programa Bento de Góis, manter-se-á o Cartão InterJovem.
- Mantendo o conceito de mobilidade jovem presente, vai-se realizar a modernização da Pousada de Juventude de Ponta Delgada, com a remodelação de infraestruturas, a qual inclui obras de ganho de eficiência energética e a adaptação das instalações para pessoas com mobilidade reduzida.
- Prosseguir com a promoção do voluntariado local e do serviço de voluntário europeu continua a ser um objetivo para 2017.
- Continuar a implementação do programa jovens +, desde sua divulgação, o apoio à formalização das candidaturas, assim como a execução dos projetos aprovados, sendo prestado todo o apoio técnico necessário.
- O Governo dos Açores dará, ainda, continuidade à execução do projeto parlamento dos Jovens.
- Em 2017, será organizado o Encontro Regional de Associações de Juventude, fortalecendo o associativismo e o empreendedorismo jovem, enquanto estratégia de reforço da coesão social, da reconversão profissional e empregabilidade jovem.
- Promover-se-á todo o processo para implementação do Orçamento Participativo Jovem na Região Autónoma dos Açores.
- Manter-se-á o projeto Educação Empreendedora, mantendo uma forte ligação aos alunos dos diversos níveis de ensino da região.
- Promover a realização de conferências, fóruns e seminários com a temática subjacente da juventude é objetivo para 2017, assim como a realização, em parceria com o Instituto de Empreendedorismo Social, de um Bootcamp em empreendedorismo social, na ilha de São Miguel.
- A sensibilização social dos jovens e a luta contra as discriminações, manter-se-á como objetivo, dando continuidade à campanha “Antes de me Discriminares, Conhece-me!”.
- Apoiar as indústrias criativas e culturais manter-se-á uma aposta em 2017, promovendo a divulgação internacional dos trabalhos dos jovens criadores açorianos, através do programa LabJovem. O programa “Põe-te em Cena” continuará a proporcionar a oportunidade de transformar ideias em iniciativas, que vão ao encontro dos jovens.
- Em 2017, o Governo dos Açores continuará a apoiar financeiramente a execução do plano formativo no âmbito tecnológico da Academia de Juventude da Ilha Terceira.
- A ocupação dos tempos livres dos Jovens manter-se-á em 2017, com os programas OTLJ e Entra em Campo, proporcionando aos jovens, num contexto não formal, uma

- aprendizagem de conteúdos, normas e valores próprios de uma cidadania ativa e responsável.
- Os serviços da DRJ irão disponibilizar o apoio e acompanhamento dos jovens que se encontram no último ano dos seus estudos e que pretendam apresentar candidaturas a estágios ou programas regionais, por forma a organizar o regresso aos Açores, mantendo assim o projeto "Prepara o teu regresso a casa".
 - Realizar-se-á um Itinerário Jovem, por todas as ilhas dos Açores, dos serviços da Direção Regional da Juventude, promovendo a divulgação de todos os programas direcionados para a juventude e o respetivo acompanhamento das candidaturas aos mesmos.

No âmbito dos projetos comunitários, será apresentada uma candidatura à ação chave 3 do programa Erasmus + .Juventude em Ação, para a realização de um encontro nacional de jovens com decisores políticos, com o objetivo de implementar o diálogo estruturado e reforçar a importância do processo autonómico.

Também neste âmbito, será feita uma candidatura à realização de uma ação de formação internacional (TCA) em parceria com a Agência Nacional do Programa Erasmus + .Juventude em Ação;

Ainda na área de projetos internacionais, será apresentada uma candidatura ao Erasmus + Juventude em Ação para a criação de um concurso online sobre as políticas de juventude na Europa e a participação política dos jovens, com parceiros da Macaronésia e outras regiões ultraperiféricas da Europa;

Em parceria com o Conselho Nacional de Juventude promover-se-á a participação no Grupo de Trabalho Nacional do V Ciclo de diálogo estruturado e promoção, com uma ação presencial na RAA;

Finalmente, nesta área de projetos europeus, estabelecer-se-á uma parceria com o Instituto Português do Desporto e Juventude, IPDJ, para promoção de ações destinadas a jovens no âmbito do Conselho da Europa.

O Governo dos Açores irá dar continuidade à promoção de iniciativas no âmbito do Observatório da Juventude dos Açores, um projeto desenvolvido em parceria com o Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores.

Em síntese, as ações, os projetos e as iniciativas a desenvolver em 2017 espelham o investimento prioritário do Governo dos Açores numa juventude participativa e ativa na sociedade.

➤ **Saúde**

Em consonância com o que são as principais linhas de orientação estratégica a implementar no quadriênio pretende-se prosseguir com um processo de melhoria contínua que permita assegurar um serviço de saúde acessível a todos com qualidade, segurança e transparência, otimizar os recursos disponíveis, procurando uma contínua maximização da eficiência que permita garantir a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde, reforçando as parcerias com outras entidades, continuar a desenvolver políticas de saúde que permitam reforçar a promoção da saúde e prevenção da doença, reforçar as políticas de promoção de estilos de vida saudáveis e continuar a qualificação e captação de recursos e serviços para o Serviço Regional de Saúde.

Neste sentido para o ano 2017, em termos do Plano Regional Anual, focar-se-á a ação em:

• **Plano Regional de Saúde**

Operacionalização, monitorização e avaliação do Plano Regional de Saúde. Estratégia Regional de Combate às Doenças Crónicas. Estratégia Regional de Combate às Doenças Cérebro cardiovasculares. Estratégia Regional de Combate às Doenças Oncológicas. Área de Intervenção na Saúde da Mulher; Área de Intervenção na Saúde Infantojuvenil; Área de Intervenção na Promoção da Saúde Oral.

• **Qualidade na Saúde**

Implementação de boas práticas no âmbito da prestação de cuidados de saúde.
Emergência em saúde pública e em situações de exceção.

Ações de sensibilização à população de geral no âmbito da saúde pública e nas situações de exceção. Implementação da Rede Nacional de Vigilância de Vetores. Elaboração, monitorização e avaliação dos Planos de Emergência Externa das Unidades de Saúde do SRS. Formação em medicina de catástrofe e em planeamento e gestão em situações de exceção.

• **Formação**

Apoio aos profissionais de saúde na sua formação e atualização de conhecimentos.
Formação e Atualização de Profissionais de Saúde.
Manutenção de bolsas aos estudantes de medicina.
Incentivos à fixação de médicos.

Ao nível de equipamentos e infraestruturas, objetiva-se a prossecução da remodelação e reabilitação das unidades atuais, designadamente a Empreitada de reforço do muro e coberturas do Centro de Saúde da Ribeira Grande, a Empreitada de ampliação e renovação da extensão de saúde de Rabo de Peixe, a Empreitada de Beneficiação do edifício sede da USI Flores, as empreitadas de beneficiação dos centros de saúde da

Calheta e das Velas em S. Jorge, bem como a Empreitada de Beneficiação do Centro de Saúde das Lajes do Pico e a empreitada de remodelação do Hospital da Horta e construção do edifício da Unidade de Saúde de Ilha do Faial a Empreitada de Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde do Corvo.

Por outro lado, continuará a aposta no apetrechamento das unidades de saúde, destacando-se a conclusão das aquisições para os Centros de Saúde da Madalena do Pico, e de Ponta Delgada, bem como a aquisição de equipamentos de gastroenterologia para o Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada.

Ao nível dos sistemas de informação salienta-se também a aposta em projetos que visam aproximar os cidadãos do SRS facultando-lhes acesso ao seu próprio processo clínico e partilha e acesso de informação clínica e resultados de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, como a implementação de um sistema de informação de radiologia, que resultará numa maior e melhor acessibilidade dos utentes e profissionais que poderão aceder aos dados clínicos de imagiologia independentemente da sua localização geográfica, bem como o projeto E-Saúde respeitante à desmaterialização de processos clínicos e administrativos nas unidades de saúde e melhoramento do software de gestão a nível clínico.

Por sua vez, acentuam-se os apoios e acordos na área da saúde em áreas relevantes, destacando-se a referente à consolidação da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados e à implementação da rede regional de cuidados de saúde mental, assente num modelo integrado de prestação de cuidados de saúde e apoio social.

A prossecução das políticas de recuperação de listas de espera cirúrgicas e de medidas de otimização dos blocos operatórios nos hospitais da Região, com especial incidência nas especialidades cirúrgicas com maior tempo de espera, complementada com o reforço do Vale Saúde permitirá otimizar todos os recursos disponíveis.

Na área dos comportamentos aditivos e dependências, pretende-se reforçar as políticas de promoção de estilos de vida saudáveis, atribuindo-lhe a devida relevância, prossequindo as seguintes linhas de orientação:

Promoção de Estilos de Vida Saudável e Prevenção/Tratamento e Reinserção dos Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD);

Operacionalização da Área de Intervenção na Saúde da Mulher, Área de Intervenção na Saúde Infantojuvenil, Área de Intervenção na Promoção da Saúde em Contexto Escolar, Área de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD), Área de Intervenção nas Doenças Infeciosas, Área de Intervenção na Prevenção de Acidentes e Área de Intervenção na Promoção do Envelhecimento Ativo;

Formação e Atualização de Profissionais de Saúde no âmbito das áreas de Prevenção, Dissuasão, Tratamento e Reinserção dos CAD.

➤ **Solidariedade Social**

O Plano ao nível da solidariedade social para 2017 contempla um conjunto de medidas de política social que concorrem para o combate à Pobreza e Exclusão Social.

Ao longo do ano de 2017, está prevista a conceção de uma Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, a qual visa congregar as várias ações, projetos e medidas que têm sido implementadas na Região, mas também conceber e/ou recriar metodologias de intervenção que mitiguem os efeitos destes fenómenos.

A definição da Estratégia assenta numa lógica de bottom-up, que passará pela auscultação dos agentes sociais e económicos, assim como da sociedade civil. Esta Estratégia, compreenderá, ainda, o acompanhamento por parte de uma comissão científica que fará a avaliação/monitorização dos indicadores e dos objetivos mensuráveis que vierem a ser estabelecidos.

Conscientes dos resultados já alcançados, defendemos, para 2017, não apenas a continuação de um vasto conjunto de medidas de política social, mas, também, a criação ou reconstrução de estratégias de intervenção promotoras da autonomização das famílias e comunidade.

A prossecução dos objetivos propostos compreende a intervenção em áreas de ação que, por sua vez, se dividem em vários eixos específicos.

• **Infância e Juventude**

Aumento da capacidade instalada nas creches, jardins-de-infância e centros de atividades de tempos livres (ATL), através da construção ou remodelação dos equipamentos sociais existentes.

Defesa e promoção dos direitos das crianças e jovens por via da contínua colaboração com o Comissariado dos Açores para a Infância no desempenho das suas funções. Concomitantemente, o Comissariado pugnará pelo acompanhamento das comissões de proteção de crianças e jovens instaladas na Região e pela dotação dos técnicos para uma intervenção mais eficiente na proteção das crianças e jovens.

• **Família, Comunidade e Serviços**

Promoção de políticas impulsionadoras de autonomização das famílias, como, por exemplo, o Complemento Açoriano ao Abono de Família, o Programa Especial de Apoio ao Pagamento de Propinas e, ainda, a conciliação entre a vida familiar e profissional através da construção de centros intergeracionais.

Construção/reabilitação do Centro de Terapia Familiar, proporcionando condições para a realização de acompanhamento terapêutico às famílias, dotando esta infraestrutura de

condições que permitam disponibilizar formação para pais e educadores, para além da formação dos próprios técnicos.

• **Públicos com Necessidades Especiais**

Inclusão de pessoas com deficiência nos ATL da RAA.

Alargamento da Rede Regional de Equipamentos Sociais para pessoas com deficiência através da construção e/ou remodelação dos Centros de Atividades Ocupacionais e dos Lares Residenciais.

• **Idosos**

Apoiar os idosos, participando, à semelhança do que tem sido feito, a aquisição de medicamentos por via do Compamid;

Promoção de políticas de envelhecimento ativo como, por exemplo, o programa Sénior Ativo;

Assegurar o bom funcionamento da rede de cuidados continuados dos Açores;

Garantir o acesso a respostas sociais de proximidade como, por exemplo, o Serviço de Apoio Domiciliário, que através do alargamento da diversidade e da frequência dos serviços prestados, promove a permanência do idoso na sua comunidade, junto dos familiares e das redes de vizinhança.

No que respeita a respostas sociais dirigidas a idosos daremos, ainda, continuidade à construção de centros de dia e centros de noite, assim como de Unidades de Cuidados Continuados para acautelar as situações clínicas de grande dependência.

• **Igualdade de Oportunidades**

Construção e/ou remodelação de infraestruturas para residência de pessoas em situação de exclusão social, vulgo sem-abrigo.

Apoiar e acompanhar projetos de intervenção social inovadores e promotores de inclusão social.

Dar continuidade ao II Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, contribuindo, desta forma, para a capacitação e integração das pessoas fragilizadas, económica, social e emocionalmente, resultado de um contexto de violência.

➤ **Habitação**

O plano de investimento para o ano de 2017 direciona-se para a melhoria das condições das habitações próprias e permanentes dos agregados familiares açorianos, seja através de apoios diretos, seja através de parcerias com autarquias e instituições particulares de solidariedade social (IPSS). Este tipo de investimento, bem como o investimento na melhoria das condições do parque habitacional social da Região, oferece um contributo para a sustentabilidade do setor da construção civil e do imobiliário.

As alterações nas regras de acesso e duração do programa habitacional Famílias com Futuro vão continuar a dinamizar, em 2017, o mercado imobiliário, promovendo o arrendamento habitacional como suporte à autonomização das famílias Açorianas.

Em 2017, através deste plano, serão desenvolvidas políticas habitacionais que concorrem para o combate à exclusão social, permitindo e reforçando a integração e autonomização familiar.

Em matéria de Habitação, as grandes opções podem ser consideradas como o prolongamento e renovação de medidas que têm vindo a ser adotadas e implementadas em anos anteriores.

Essas medidas visam, essencialmente:

- Apoiar a obtenção de habitação própria permanente através da cedência de lotes infraestruturados;
- Apoiar agregados familiares que não possuem habitação própria, seja promovendo o arrendamento apoiado, seja disponibilizando fogos através de concurso público, designadamente na vertente do acesso à habitação a custos controlados, com opção de compra, seja ainda através da atribuição de habitação a famílias em comprovada situação de grave carência habitacional e económica;
- Apoiar agregados familiares na recuperação e regeneração do parque habitacional particular, diretamente e através da celebração de parcerias com instituições locais públicas e privadas de solidariedade social;
- Dinamizar o setor da construção civil através de operações de reabilitação do parque habitacional social da Região;
- Dinamizar o mercado de arrendamento através do Programa Famílias com Futuro, na vertente do Incentivo ao Arrendamento, abrangendo um maior número de famílias beneficiárias;

O plano de investimento de 2017 no que se refere ao posicionamento estratégico junto dos diversos parceiros públicos e privados da Região - designadamente junto do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), das autarquias e da Sociedade de Promoção e

Reabilitação de Habitação e Infraestruturas (SPRHI), SA - no âmbito dos programas de realojamento e de apoio à requalificação do parque habitacional edificado, dará continuidade à cooperação entre a Região, o IHRU e os Municípios, no financiamento regional ao programa de realojamento das câmaras municipais, no âmbito dos contratos ARAAL firmados e a firmar.

Dará ainda continuidade à execução de acordos de parceria com as autarquias para a resolução de situações habitacionais em risco e no âmbito do apoio à requalificação de imóveis degradados, financiando, igualmente, operações de regeneração urbana dos empreendimentos habitacionais promovidas pela SPRHI, designadamente no Bairro Nossa Senhora de Fátima, na Ilha Terceira.

Este será também o plano que permitirá a elaboração do documento orientador e estratégico na área da habitação "Agenda para Habitação nos Açores 2017-2031".

Melhorar a Sustentabilidade, a Utilização dos Recursos e as Redes de Território

➤ Ambiente e Energia

Ambiente

Os principais objetivos para 2017 são:

- Reforçar os meios de inspeção e vigilância da Natureza e de participação de ocorrências e infrações ambientais.
- Aprovar o Plano Regional para as Alterações Climáticas (PRAC), promovendo a mitigação das emissões de gases com efeito de estufa e a adaptação às mudanças do clima.
- Prosseguir com a monitorização regular e a atualização anual das cartas de risco de infestação por térmitas da madeira seca e com os projetos de eliminação e controlo das térmitas subterrâneas.
- Incrementar as políticas de prevenção quantitativa e qualitativa dos resíduos produzidos e de diminuição dos impactos ambientais dos produtos ao longo do seu ciclo de vida.
- Prosseguir com os processos de recuperação de passivos ambientais, designadamente concluindo a selagem e recuperação ambiental e paisagística dos aterros de resíduos urbanos.
- Implementar os planos de gestão dos Parques Naturais de Ilha e das Reservas da Biosfera.
- Prosseguir e incrementar ações de recuperação de espécies e habitats, incluindo o combate a espécies exóticas invasoras, e garantir a funcionalidade de corredores ecológicos, que assegurem o fluxo de diásporos de flora natural e endémica entre áreas naturais e entre estas e habitats específicos.
- Ampliar e promover a Rede Regional de Centros Ambientais.
- Alargar a cobrança de taxa de uso e fruição de determinados espaços de interesse turístico, designadamente espaços naturais e florestais, onde existem infraestruturas de apoio à visitação ou são disponibilizados serviços associados a essa fruição.
- Prosseguir com o sistema de incentivos à manutenção de paisagens tradicionais da cultura da vinha, em currais e em socalcos, e de pomares de espécies tradicionais, situadas em áreas de paisagem protegida e em fajãs costeiras, integradas nos Parques Naturais de Ilha, e em Reservas da Biosfera.

- Efetuar a monitorização qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos.
- Atuar sobre a origem dos nutrientes que afluem às massas de água das lagoas e desenvolver técnicas de combate ao processo de eutrofização.
- Monitorizar regularmente e executar a manutenção da rede hidrográfica, promovendo intervenções de renaturalização e reperfilamento das linhas de água e de controlo ou retenção de caudais, com vista à segurança de pessoas e bens.
- Desenvolver um sistema de gestão territorial para a Região Autónoma dos Açores que integre os regimes dos instrumentos de gestão territorial e das servidões e restrições administrativas, designadamente reserva ecológica, reserva agrícola, regime florestal e prevenção de riscos naturais.
- Promover uma cidadania ambiental ativa.

Energia

O Plano Anual para 2017 é composto por projetos macro que agregam um conjunto de ações essenciais para o alcance dos objetivos propostos no setor energético para o quadriénio de 2017-2020. Assim, pretende-se iniciar pela definição da Estratégia Açoriana para a Energia 2030, que será suportada por planos regional de ação no domínio das energias renováveis, da eficiência energética, da mobilidade elétrica e da competitividade & inovação do setor.

É urgente iniciar o desenvolvimento de uma agenda política energética regional, e neste sentido, no primeiro semestre de 2017 o Governo Regional dos Açores reforçará a sua representatividade nas organizações nacionais e europeias na definição de políticas estratégicas no setor energético que contemplem a nossa realidade arquipelágica, o posicionamento dos Açores como um Living Lab de soluções emergentes no setor energético, possibilitando a captação de conhecimento e atraindo investimento.

Será delineado um novo programa de incentivo à eficiência energética no setor residencial e para as famílias. O novo programa consubstanciará o ProEnergia, abrindo o leque a soluções tecnologicamente promotoras de eficiência energética e da microgeração para autoconsumo.

Serão desenvolvidas ações de sensibilização e divulgação de sistemas de incentivos no setor energético, por um lado, junto de engenheiros projetistas e peritos qualificados pelo Sistema de Certificação Energética Regional, por outro, junto dos responsáveis pelo património da administração pública e das empresas. Pretende-se assim sensibilizar para a otimização do consumo de energia e respetivos custos, e incrementar o nível de eficiência energética.

Será desenvolvido um projeto-piloto tecnologicamente avançado que contribua para a promoção de eficiência energética e integração de fontes de energia renovável e

endógena, com o objetivo de promover a competitividade da economia regional aplicada ao setor energético, envolvendo os principais atores dos sistemas de inovação.

Estamos a assistir a alterações do paradigma da mobilidade. Em vários países da Europa foram aprovadas moções que proíbem a venda e circulação em cidades de automóveis de combustão interna nas próximas décadas, com mecanismos de incentivo à adoção do veículo elétrico.

Nos Açores, a mobilidade elétrica, inteligente e sustentável será uma realidade. Em 2017, o projeto MOB(in)Azores será estruturado do ponto de vista das ações, membros do consórcio e partes interessadas. Este projeto terá uma elevada componente técnica e económica, pretendendo-se assim envolver a sociedade, as instituições científicas e tecnológicas, a administração pública e as empresas. Estas últimas com o objetivo de se posicionarem no novo paradigma da mobilidade, aumentando a sua competitividade e a sustentabilidade económica da Região

➤ **Prevenção de Riscos e Proteção Civil**

Em 2017, o Governo dos Açores propõe-se continuar a desenvolver a sua política de investimentos, de forma criteriosa e rigorosa, no âmbito da Proteção Civil.

A definição estratégica de toda a política de investimento tem sempre como ponto fulcral a prevenção e a pronta prestação de cuidados à população, numa ótica de complementaridade, conforme seguidamente se descreve:

- Aquisição de novos equipamentos perante a necessidade de adquirir capacidade material, formativa e humana, de forma a dar resposta aos novos desafios da área da proteção civil, e tendo como objetivo máximo a resposta eficaz e pronta, nunca perdendo de vista as reais necessidades da Região Autónoma dos Açores.
- Prosseguir com o apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários para garantirem o transporte terrestre de doentes.
- Continuar o investimento nas reparações e manutenção de veículos e equipamentos para garantir a operacionalidade de todos os meios.
- O reforço do investimento no parque informático e software, e respetivos contratos de manutenção, irá permitir a consolidação dos dados e a obtenção de informação cada vez mais fiável que permita monitorizar os resultados operacionais e implementar as consequentes melhorias.

- Será dinamizado e alargado o âmbito de atuação da Linha de Saúde Açores como forma de permitir uma melhor racionalização dos recursos disponíveis.
- A formação e qualificação continuará a ser uma aposta, em particular para que os tripulantes de ambulância, mas tendo todos os bombeiros como alvo, possam fazer as suas recertificações, fundamentais à eficácia dos serviços que prestam às nossas populações, no âmbito das missões que lhes estão atribuídas.
- Propõe-se aperfeiçoar as técnicas de combate aos fogos, busca e resgate em estruturas colapsadas utilizando o Centro de Formação de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.
- O aprofundamento das ações de sensibilização junto da população açoriana em geral e nos clubes de proteção civil a funcionar nas escolas da Região.
- Também na área da formação e tendo o SRPCBA adquirido capacidade e idoneidade formativa através da American Heart Association na área do Suporte Básico de Vida e Suporte Avançado de Vida, torna-se relevante realizar a replicação da formação a todos os potenciais agentes de proteção civil.
- Em relação à construção e remodelação dos quartéis de Bombeiros da Região Autónoma dos Açores, serão prosseguidos os projetos de ampliação: Santa Maria, Lages do Pico e Flores.
- Em relação à construção e remodelação dos quartéis de Bombeiros da Região Autónoma dos Açores, será realizado o projeto de construção: Povoação e Faial.

➤ **Assuntos do Mar**

Os temas relacionados com o mar e zonas costeiras dos Açores constantes neste Plano enquadram-se nos princípios definidos no Programa do XII Governo Regional dos Açores e estão em linha com instrumentos regionais, de gestão e estratégicos (p.e. a RIS 3 ou instrumentos relativos às alterações climáticas e gestão de riscos), com a Estratégia Nacional para o Mar e com a Política Marítima Integrada da União Europeia.

Em 2017, o Governo dos Açores continuará a diligenciar no sentido de concretizar a alteração da Lei de Bases do Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional, bem como do Regime Jurídico do Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional, por forma a garantir o respeito pelas competências próprias da Região, em respeito pelo disposto na Constituição da República Portuguesa e no Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores (EPARAA), nomeadamente em matéria de planeamento, preservação e exploração dos recursos endógenos do seu território, garantindo, assim, o

respeito pela autonomia regional e pelos direitos da Região sobre o seu território, na aceção do citado EPARAA.

As intervenções de proteção e estabilização das zonas costeiras, em áreas comprovadamente afetadas por fenómenos de erosão, como consequência da dinâmica geológica natural e do impacto das alterações climáticas, que colocam em risco pessoas e bens, patrimoniais e naturais, continuarão a ter uma expressividade importante no total do investimento a efetuar em 2017. Neste âmbito, as ações consideradas resultam essencialmente de compromissos iniciados que irão ser finalizados, no decorrer deste período, incluindo contratos ARAAL estabelecidos com algumas autarquias. Ir-se-á também estruturar todas as intervenções de proteção costeira a desenvolver durante a presente legislatura e prosseguir-se-á a cooperação com o poder local para a requalificação de portinhos e de zonas costeiras e balneares. Pretende-se também progredir com o processo de monitorização de zonas costeiras instáveis, em parceria com outros serviços da Administração Regional, nomeadamente o Laboratório Regional de Engenharia Civil e a Direção Regional do Ambiente, desenvolver levantamentos sobre impactos das atividades humanas na dinâmica erosiva de falésias e de outros sistemas geológicos costeiros e fazer o mapeamento da artificialização da costa das ilhas. O plano considera também verbas para responder a pequenos estragos imprevisíveis resultantes de intempéries e de outras situações extraordinárias.

Ainda no âmbito da proteção das zonas costeiras destacam-se as ações relativas à execução do programa de monitorização da qualidade das águas balneares, à manutenção das zonas que estão sob gestão regional e à disponibilização de apoio às entidades gestoras de zonas balneares em todas as ilhas.

No âmbito do projeto monitorização, promoção, fiscalização e ação ambiental marinha destaca-se a continuação da execução do Programa Estratégico para o Ambiente Marinho dos Açores (PEAMA), estruturado para dar resposta também às obrigações decorrentes da Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM) e à Rede Natura 2000, nomeadamente relacionadas o mapeamento e monitorização de habitats costeiros, incluindo de organismos não indígenas, monitorização de lixo marinho, etc. A promoção das atividades marítimas sustentáveis, da literacia e da educação ambiental marinha e de programas de monitorização pública (cidadã), são também áreas chave consideradas neste plano. Neste contexto, merecem destaque as iniciativas anuais SOS Cagarro e Entre-Mares, a organização de reuniões sectoriais, por exemplo, com empresas marítimo-turísticas, para além da participação em reuniões nacionais e internacionais, que visam a cooperação institucional, em áreas estratégicas.

A cooperação com os serviços de ambiente e com as estruturas operacionais dos Parques Naturais de Ilha permitirá continuar a desenvolver ações destinadas à valorização e gestão da componente marinha e marítima dos mesmos, potenciar as atividades económicas não

extrativas, que se desenvolvem em áreas marinhas classificadas, no litoral das ilhas (i.e. atividades lúdicas e marítimo-turísticas; investigação, etc.), bem como promover iniciativas de sensibilização e educação ambiental.

Desenvolver um modelo de ordenamento do espaço marítimo dos Açores é também uma prioridade do Governo Regional em 2017, projeto que será complementado por projetos internacionais específicos aprovados no âmbito de instrumentos financeiros comunitários, nos quais a Região é parceira (PLASMAR, MARCET, LUMIAVES e MISTC Seas II).

Finalmente a Escola do Mar dos Açores terá em 2017 a sua fase final de infraestruturização permitindo que esta escola estratégica, destinada à promoção da formação profissional no sector das atividades marítimas, possa entrar em pleno funcionamento em 2018. Este investimento deverá ter um papel fundamental no estímulo da competitividade da economia do mar e na promoção de emprego qualificado e certificado na região.

➤ **Transportes, Obras Públicas e Infraestruturas Tecnológicas**

A condição ultraperiférica dos Açores, caracterizada pela insularidade, dispersão geográfica e reduzida dimensão das suas ilhas, torna imprescindível a existência de um sistema de transportes que seja eficiente e sustentável nos planos operacional, económico e ambiental.

Neste contexto é imprescindível a coordenação dos transportes aéreos, marítimos e terrestres, dando continuidade à execução do Plano Integrado de Transportes.

No domínio do transporte aéreo pretende-se incrementar a eficiência do modelo existente e potenciar as acessibilidades instaladas, bem como prosseguir as intervenções necessárias à melhoria da operacionalidade e segurança dos aeródromos regionais, nomeadamente executar o “grooving” da pista do aeroporto Pico, construir muros de vedação e o caminho de acesso ao lado sul do aeródromo de São Jorge, construir a torre de controlo e lançar o concurso da empreitada de construção da nova aerogare do aeródromo da Graciosa, repavimentar a pista e iniciar a construção do quartel de bombeiros e a ampliação da aerogare do aeródromo do Corvo.

No domínio dos transportes marítimos pretende-se dar continuidade ao serviço de transporte de passageiros e viaturas interilhas e proceder ao lançamento do concurso público destinado à aquisição do primeiro de dois navios, adequados à prestação desse serviço. Ao nível das infraestruturas portuárias, tendo em vista aumentar a segurança e eficiência operacional, dar-se-á execução às empreitadas já lançadas para os portos da Casa, Poças, Velas, Ponta Delgada e Calheta, prosseguindo com o desenvolvimento do projeto do terminal de passageiros de São Roque do Pico e lançando os procedimentos para

contratação das empreitadas de requalificação do porto da Horta (uma vez que o concurso anteriormente lançado ficou deserto), do reperfilamento do cais -10 (ZH) e repavimentação do terraplano do porto de Ponta Delgada e de construção da rampa para navios ro-ro e ferry e obras complementares de abrigo do porto de Pipas.

No domínio dos transportes terrestres pretende-se continuar a assegurar os serviços de transporte regular coletivo de passageiros, o sistema de passe social e a realização de ações e campanhas de prevenção e segurança rodoviária. Pretende-se, ainda, prosseguir o desenvolvimento de interfaces aplicacionais para a integração de informação dos diversos agentes de transporte na Região, bem como lançar o procedimento aquisitivo de um sistema integrado de bilhética.

O Governo dos Açores pretende, com o Plano de 2017, contribuir para ultrapassar, com sucesso, os três seguintes desafios:

Reforçar a adequação do setor da construção civil e obras públicas à aposta estratégica de fomento da utilização de materiais endógenos regionais, qualificar as infraestruturas públicas, nomeadamente no domínio da acessibilidade e mobilidade, e garantir a sustentabilidade do setor, indissociável da previsibilidade de investimentos e do contexto de elegibilidade e disponibilidade de fundos, desde logo europeus, quanto à realização de investimentos desta natureza.

Com este Plano o Governo dos Açores assume como objetivos, aumentar a estabilidade, a qualidade e a competitividade global do setor da construção civil e obras públicas e a promoção da criação de valor e sustentabilidade da fileira da construção.

Para tal, o Governo dos Açores assume a previsibilidade de investimento em obras públicas como valor a preservar no relacionamento com o setor.

Este Plano assume também como objetivo promover uma Região inclusiva e diferenciada, com o aumento de condições de mobilidade e acessibilidade aos equipamentos e edifícios públicos.

Assim, prevê-se a implementação de medidas de promoção de acessibilidade e mobilidade de pessoas com mobilidade condicionada e a avaliação de todas as medidas passivas e ativas de prevenção de sinistralidade rodoviária existentes e implementadas na rede regional, desenvolvendo ainda outras medidas que possam reduzir as incidências nas zonas de maior risco.

A acessibilidade e a mobilidade no interior de cada uma das ilhas são fundamentais para garantir o desenvolvimento e a coesão social, económica e territorial da Região.

Nesse sentido, o Governo dos Açores propõe-se dar continuidade em 2017 aos investimentos ao nível dos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento e reforçar a melhoria das condições de segurança e conforto nas vias regionais.

O Plano de 2017 promove ainda a otimização e rentabilização de recursos da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente através das seguintes medidas:

- Reforçar as parcerias com as Câmaras Municipais, Juntas de Freguesias e outras Instituições, por forma a qualificar e manter espaços e infraestruturas públicas que sirvam a comunidade;
- Garantir em toda a Região que os espaços e vias públicas regionais são pautados por uma qualidade paisagística e florestal que promovam a notoriedade da Região Autónoma dos Açores em termos ambientais e paisagísticos;
- Reforçar a disponibilização de apoio técnico, de aconselhamento sobre recursos, programas e medidas de apoio, de instrumentos de ordenamento do território e de locais e áreas de intervenção prioritária no âmbito da regeneração e reabilitação urbana.

Paralelamente e considerando que a comunicação entre o cidadão e a administração pública deve acontecer, privilegiadamente, por via digital deve assim ser impulsionada a modernização administrativa com objetivo de reforçar a transparência, a eficiência e a eficácia através da simplificação e desburocratização da Administração Pública Regional.

Nesse sentido será promovida a consolidação do processo de incrementação e utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação.

Para a promoção da sustentabilidade da Região e da utilização de materiais endógenos nos cadernos de encargos de obras públicas e privadas da RAA, o *Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC)* desenvolverá as seguintes ações:

- Atualizar o Catálogo de Materiais Endógenos produzidos e(ou) transformados na RAA, promovendo uma recolha de informação presencial em todas as ilhas relativa ao que efetivamente é produzido e encontra-se disponível para este efeito;
- Criação da Plataforma de Indústria Criativa dos Açores (PICA), com o objetivo de envolver toda a comunidade técnica e criativa no desenvolvimento de novos produtos a partir de materiais endógenos dos Açores.

Sendo a Marcação CE um tema que, embora regulado desde o século passado, denote uma grande desconhecimento e fraco cumprimento pelo tecido empresarial açoriano, considera-se de grande importância que seja apoiado pela ação do LREC. Para este efeito pretende-se divulgar a atividade do gabinete de apoio à Marcação CE promovendo ações de sensibilização/esclarecimento em todas as ilhas açorianas.

A divulgação do conhecimento científico e tecnológico sempre foi e é uma das grandes prioridades da atividade do LREC. Como três vertentes distintas para o cumprimento deste objetivo encontram-se definidas a publicação científica, a promoção de cursos de

formação e sensibilização e a organização e participação em eventos nacionais e internacionais.

Com a promoção de cursos de formação e sensibilização, materializada no Plano de Divulgação do Conhecimento Científico e Tecnológico (PDCCT), pretende-se:

- Qualificar e Especializar os técnicos de empresas e entidades públicas e privadas açorianas, com uma significativa redução do investimento necessário para a sua obtenção;
- Concretizar uma efetiva divulgação do conhecimento científico e tecnológico por profissionais conceituados e reconhecidos nos temas referidos, adaptado às necessidades da Região Autónoma dos Açores na área da Engenharia Civil;
- Possibilitar a participação a partir de qualquer ilha dos açores, utilizando as tecnologias de informação e ligações de fibra ótica disponíveis em todas as ilhas, permitindo que o conhecimento e o saber cheguem diretamente a quem dele precise.

Modernizar a Comunicação Institucional, Reforçar a Posição dos Açores no Exterior e Aproximar as Comunidades

➤ Informação e Comunicação

Uma comunicação social ativa, dinâmica e plural é essencial no contributo para o enriquecimento cultural de cada uma das ilhas dos Açores, fomentando a coesão regional e assumindo um papel fundamental na qualificação da nossa Democracia. Neste sentido, continuaremos a promover um programa de apoio aos órgãos de comunicação social privados da Região.

O Portal do Governo dos Açores continuará a ser um polo essencial de comunicação entre as pessoas e a Administração. Pretende-se aprofundar a sua modernização, adaptando-o às novas realidades e às necessidades dos cidadãos. Uma Administração Pública eficaz e próxima dos cidadãos é fundamental para mais e melhor desenvolvimento. O Portal do Governo continuará a dar um importante contributo para esse objetivo.

➤ Relações Externas e Comunidades

Relações Externas

Ações externas e internas para a projeção dos Açores no Mundo.

Ações de reforço das Relações com instituições e organizações internacionais, com Estados, entidades territoriais, instituições e organismos externos com interesse económico e político estratégico, através da promoção externa da Região, do estabelecimento e aprofundamento de relações, atividades, protocolos, atribuição de apoios e/ou parcerias relevantes para aquele fim.

Participação dos Açores nos Fóruns internacionais, e organização de eventos na RAA de cariz internacional.

Implementação do Conselho Açoriano para a Internacionalização, tendo em vista o planeamento e operacionalização de ações conducentes à internacionalização dos Açores.

Incrementar ações de valorização internacional dos Açores em diversos domínios, numa ótica multidisciplinar.

• **Afirmação na Europa**

Visa-se, igualmente, a aproximação entre os Açores e a Europa, através da implementação de um Gabinete de Representação dos Açores em Bruxelas com o envolvimento da sociedade civil na defesa de interesses estratégicos dos Açores junto de organismos europeus.

Fomento das Relações com organismos de cooperação inter-regional, organizações e instituições europeias, assegurando um papel ativo no contexto de organizações de cooperação europeia e inter-regionais das quais a Região faz parte, ou possa vir a fazer. Construir alianças relevantes para a defesa dos interesses dos Açores e da ultraperiferia, assegurando, nomeadamente, a inscrição da realidade açoriana e ultraperiférica nos seus documentos estratégicos.

Estabelecer e aprofundar relações e alianças, atividades, protocolos e promover parcerias com entidades territoriais congêneres e outras instituições e/ou entidades, nacionais ou estrangeiras, relevantes para o interesse da Região.

Celebrar protocolos, estabelecer parcerias e atribuir apoios destinados à aproximação entre os Açores e a União Europeia.

Desenvolver projetos pioneiros que visem desenvolver a Cidadania Europeia.

Dinamizar espaços de informação e documentação, disponibilizando acervo e recursos didáticos relacionados, essencialmente, com a temática "Europa".

Comemorar o Dia da Europa na Região Autónoma dos Açores e outras efemérides europeias relevantes, mobilizando forças vivas da sociedade civil. Desenvolver um ciclo de conferências europeias. Dinamizar os Clubes Europeus sediados na Região.

Preparar o ano 2018 como o Ano Europeu do Património Cultural.

Participação ativa, na defesa dos interesses regionais nos documentos estratégicos europeus, nas organizações de cooperação inter-regional e nos órgãos e instituições europeias, com destaque para a Conferência de Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, a Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa, a Assembleia das Regiões da Europa, o Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa e o Comité das Regiões.

Comunidades, Diáspora Açoriana e Açorianidade

Apoio aos emigrados e aos regressados, em diversas áreas, e realização de iniciativas que visem a plena integração nas sociedades de acolhimento.

Cooperação com entidades, instituições e organizações, sem fins lucrativos, com o objetivo da integração dos emigrantes e dos regressados açorianos nas sociedades de acolhimento.

Realização e /ou apoio a iniciativas que promovam o debate e reflexão sobre as comunidades emigradas e regressadas, com vista à apresentação de linhas orientadoras de políticas e ação para a sua plena integração e participação ativa nas sociedades de acolhimento.

Projetos e iniciativas que visem estudos sobre os movimentos emigratórios açorianos e/ou integração dos emigrantes e regressados açorianos nas diversas sociedades de acolhimento.

Realização e /ou apoio a intercâmbios entre agentes e jovens dos Açores e das comunidades emigradas; iniciativas que promovam o debate e reflexão sobre a Açorianidade no mundo; resgate do legado cultural açoriano.

Realização e /ou apoio a iniciativas que promovam a divulgação dos Açores no mundo, nas diversas áreas, e o conhecimento das comunidades açorianas da diáspora na Região.

Realização e /ou apoio a iniciativas que promovam o resgate e a preservação da identidade cultural açoriana no mundo, em especial onde existiram/existam comunidades açorianas; dinamização do movimento associativo comunitário da Diáspora Açoriana; divulgação e afirmação da Açorianidade nas sociedades de acolhimento.

Cooperação com Casas dos Açores e instituições sem fins lucrativos e/ou associações várias no âmbito da preservação e divulgação da identidade cultural açoriana; dinamização de iniciativas que visem promoção dos Açores e afirmação da Açorianidade.

Apoio a projetos que visem a preservação e divulgação da cultura açoriana; projetos informativos sobre a RAA e sobre as suas comunidades emigradas; intercâmbios entre agentes dos Açores e das comunidades; iniciativas que contribuam para o reforço da presença do Açores no mundo.

Apoio aos imigrados na RAA, em diversas áreas, e realização de iniciativas que visem a plena integração na sociedade açoriana; a promoção da interculturalidade; a divulgação da diversidade cultural.

Cooperação com entidades, instituições e associações, sem fins lucrativos, com o objetivo da integração dos imigrados na RAA e preservação da identidade cultural dos mesmos; dinamização de iniciativas que visem a promoção da interculturalidade; o aprofundamento do relacionamento com os países de origem dos imigrantes residentes nos Açores.

Apoio a projetos que a integração dos imigrados e promoção da interculturalidade nos Açores.

III- INVESTIMENTO PÚBLICO

DOTAÇÃO DO PLANO

O Plano Anual 2017 inicia o ciclo de programação traçado para o quadriénio 2017-2020, contemplando as ações promovidas diretamente pelos departamentos da administração regional, mas também as que são executadas por entidades públicas que, em articulação com as respetivas tutelas governamentais, promovem projetos de investimento estratégicos, no quadro da política de desenvolvimento apresentada nas Orientações de Médio Prazo.

Os valores de despesa de investimento público previsto para 2017 ascendem a 774,6 milhões de euros, dos quais 517,5 milhões são da responsabilidade direta do Governo Regional.

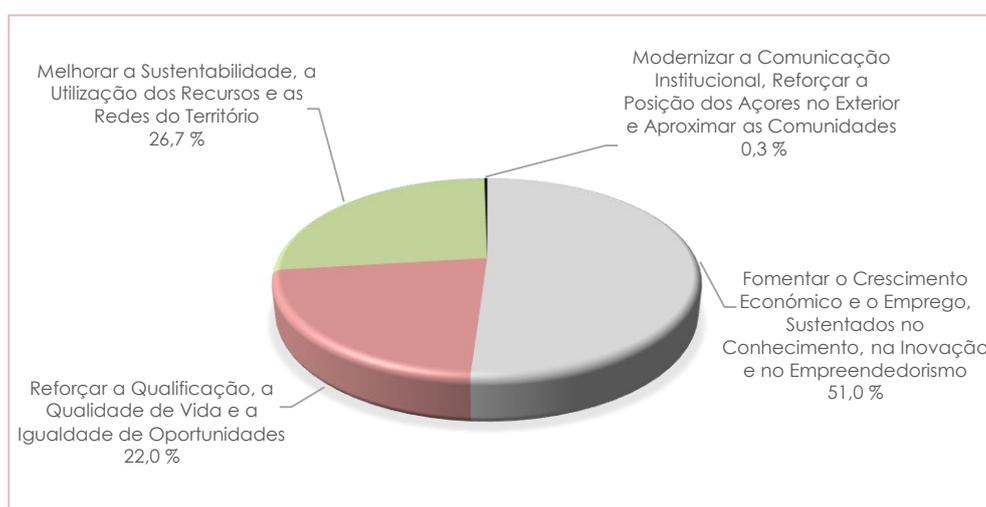
A dotação financeira afeta ao objetivo “Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo”, ascende a mais de 395 milhões de euros, absorvendo 51,0 % do valor global do Investimento Público.

As áreas de intervenção que integram o objetivo “Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades” representam 22,0%, a que corresponde uma despesa prevista de 170,6 milhões de euros.

O objetivo “Melhorar a Sustentabilidade, a Utilização dos Recursos e as Redes do Território”, dotado com 206,8 milhões de euros, representa 26,7% do valor global do Investimento Público.

Para “Modernizar a Comunicação Institucional, Reforçar a Posição dos Açores no Exterior e Aproximar as Comunidades”, está consagrada uma dotação de 1,9 milhões de euros, representando 0,3% do valor global.

Repartição do Investimento Público por Grandes Objetivos de Desenvolvimento



Investimento Público 2017 - Desagregação por Objetivos

Euro

Programa/Projetos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
TOTAL	774.631.823	517.480.454	257.151.369
Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo	395.325.920	174.084.018	221.241.902
1 Empresas, Emprego e Eficiência Administrativa	158.099.414	78.452.458	79.646.956
2 Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	169.851.530	58.956.584	110.894.946
3 Pescas e Aquicultura	26.089.691	13.589.691	12.500.000
4 Desenvolvimento do Turismo	26.428.888	11.928.888	14.500.000
5 Investigação, Desenvolvimento e Inovação	14.856.397	11.156.397	3.700.000
Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades	170.562.961	164.338.961	6.224.000
6 Educação, Cultura e Desporto	79.015.212	75.265.212	3.750.000
7 Juventude	2.605.200	2.231.200	374.000
8 Desenvolvimento do Sistema de Saúde	24.859.713	24.859.713	0
9 Solidariedade Social	41.479.264	39.379.264	2.100.000
10 Habitação	22.603.572	22.603.572	0
Melhorar a Sustentabilidade, a Utilização dos Recursos e as Redes do Território	206.809.866	177.124.399	29.685.467
11 Ambiente e Energia	24.957.808	24.957.808	0
12 Prevenção de Riscos e Proteção Civil	7.248.162	7.248.162	0
13 Assuntos do Mar	18.357.831	17.342.760	1.015.071
14 Transportes, Obras Públicas e Infraestruturas Tecnológicas	156.246.065	127.575.669	28.670.396
Modernizar a Comunicação Institucional, Reforçar a Posição dos Açores no Exterior e Aproximar as Comunidades	1.933.076	1.933.076	0
15 Informação e Comunicação	1.082.521	1.082.521	0
16 Relações Externas e Comunidades	850.555	850.555	0

Investimento Público 2017 - Desagregação por Entidade Executora

Euro

Programa/Projetos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
TOTAL	774.631.823	517.480.454	257.151.369
Presidência do Governo	4.538.276	4.164.276	374.000
7 Juventude	2.605.200	2.231.200	374.000
15 Informação e Comunicação	1.082.521	1.082.521	0
16 Relações Externas e Comunidades	850.555	850.555	0
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial	158.099.414	78.452.458	79.646.956
1 Empresas, Emprego e Eficiência Administrativa	158.099.414	78.452.458	79.646.956
Secretaria Regional da Solidariedade Social	64.082.836	61.982.836	2.100.000
9 Solidariedade Social	41.479.264	39.379.264	2.100.000
10 Habitação	22.603.572	22.603.572	0
Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto	79.015.212	75.265.212	3.750.000
6 Educação, Cultura e Desporto	79.015.212	75.265.212	3.750.000
Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia	59.303.919	42.088.848	17.215.071
3 Pescas e Aquicultura	26.089.691	13.589.691	12.500.000
5 Investigação, Desenvolvimento e Inovação	14.856.397	11.156.397	3.700.000
13 Assuntos do Mar	18.357.831	17.342.760	1.015.071
Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas	156.246.065	127.575.669	28.670.396
14 Transportes, Obras Públicas e Infraestruturas Tecnológicas	156.246.065	127.575.669	28.670.396
Secretaria Regional da Saúde	32.107.875	32.107.875	0
8 Desenvolvimento do Sistema de Saúde	24.859.713	24.859.713	0
12 Prevenção de Riscos e Proteção Civil	7.248.162	7.248.162	0
Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo	51.386.696	36.886.696	14.500.000
4 Desenvolvimento do Turismo	26.428.888	11.928.888	14.500.000
11 Ambiente e Energia	24.957.808	24.957.808	0
Secretaria Regional da Agricultura e Florestas	169.851.530	58.956.584	110.894.946
2 Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	169.851.530	58.956.584	110.894.946

QUADRO GLOBAL DE FINANCIAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL

O investimento público, para o ano 2017, ascenderá a 774,6 milhões de euros, apresentando-se de seguida o seu quadro de financiamento.

	(Milhões de Euros)	
	2017	
	Valor	%
Saldo Inicial		
ORIGEM DE FUNDOS	1.471,5	100,0%
(1) Receitas Próprias	688,5	46,8%
(2) Transferências do OE	259,0	17,6%
(3) Fundos Comunitários	206,9	14,1%
(4) Outros Fundos	257,1	17,5%
Sub-total	1.411,5	95,9%
(5) Nec. de Financiamento	60,0	4,1%
APLICAÇÃO DE FUNDOS	1.471,5	100,0%
(6) Despesas de Funcionamento	696,9	47,4%
Juros da dívida	14,7	1,0%
(7) Investimento Público na RAA	774,6	52,6%
Plano	517,5	35,2%
Saldo Final		
Rácio (1)/(6)		98,8%

Esta política orçamental está enquadrada no âmbito de financiamento global previsto na Lei de Finanças das Regiões Autónomas, baseando-se na prossecução do seu integral cumprimento por parte do Governo da República e no pressuposto de uma correta afetação ao orçamento regional de todas as receitas fiscais efetivamente geradas na Região.

É de salientar que, para o ano de 2017, as despesas de funcionamento da administração pública regional são financiadas em 98,8% por receitas próprias da Região, como se pode verificar pelo rácio apresentado no quadro anterior.

O investimento global previsto para o ano em análise permitirá à Região e a todos os agentes económicos nela envolvidos, públicos e privados, ter um instrumento macroeconómico importante para a sua sustentabilidade.

IV- DESENVOLVIMENTO DA PROGRAMAÇÃO

O Plano Regional anual para 2017 estrutura-se em 16 programas que por sua vez integram 89 projetos e 518 ações.

Neste capítulo será apresentada a descrição de cada uma das ações previstas, o respetivo enquadramento em programa e projeto e as respetivas dotações financeiras.

**Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego,
Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo**

Programa 1 - Empresas, Emprego e Eficiência Administrativa

Programação financeira

		Euro		
Programa/Projeto		Investimento Público	Plano	Outros Fundos
1	Empresas, Emprego e Eficiência Administrativa	158.099.414	78.452.458	79.646.956
1.1	Competitividade Empresarial	62.339.326	62.183.768	155.558
1.2	Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais	775.686	775.686	
1.3	Emprego e Qualificação Profissional	84.840.649	7.411.751	77.428.898
1.4	Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional	656.724	656.724	
1.5	Eficiência no Serviço Público ao Cidadão	2.960.000	2.300.000	660.000
1.6	Serviços Sociais	170.000	170.000	
1.7	Cooperação com as Autarquias Locais	654.529	654.529	
1.8	Estatística	100.000	100.000	
1.9	Planeamento e Finanças	5.602.500	4.200.000	1.402.500

Programação material

1.1 Competitividade Empresarial

1.1.1 Sistemas de Incentivos à Competitividade Empresarial

A presente ação contempla os apoios atribuídos às empresas através dos sistemas de incentivos ao investimento privado.

1.1.2 Promoção e Valorização dos Produtos Açorianos

Implementação de ações com vista à promoção e valorização dos produtos açorianos e criação de uma marca agregadora de valor "Marca Açores", que se apresenta com uma natureza transversal a toda a produção regional, capaz de induzir valor acrescentado, aumentar a visibilidade dos produtos e impulsionar a expansão nos mercados interno e externo.

1.1.3 Internacionalização da Economia Açoriana

Implementação de ações com vista à atração de capital externo para a Região, fomentando o investimento externo em negócios apelativos emergentes ou de valor acrescentado e criação de parcerias entre investidores externos e empresas regionais.

1.1.4 Fomento do Empreendedorismo e Inovação

Contribuir para o fomento do empreendedorismo e incubação de novas empresas nos Açores, bem como apoiar e valorizar a criação de empresas, especialmente as de base tecnológica, mas também as que, inseridas numa ótica de desenvolvimento local, tenham como foco o aproveitamento dos recursos endógenos, com o objetivo de aumentar competitividade e criar valor através do recurso à inovação e empreendedorismo.

1.1.5 Capacitação e Desenvolvimento Empresarial

Desenvolver um conjunto de ações que permita reforçar a competitividade e produtividade das empresas açorianas, bem como o incentivo à capacitação empresarial regional.

1.1.6 Instrumentos Financeiros de apoio às empresas

Desenvolvimento dos procedimentos e processos para contratualização com as entidades gestoras dos fundos de fundos. Ações de esclarecimento e de divulgação e operacionalização dos instrumentos financeiros.

1.1.7 Promoção da Qualidade

Promoção da Qualidade junto das Empresas. Desenvolvimento de programas de inovação, qualidade e segurança alimentar. Ações de apoio ao controlo metrológico. Licenciamento de Equipamentos Sob Pressão e Cisternas. Celebração de protocolos com entidades.

1.1.8 Dinamização dos Sistemas Tecnológicos

Apoio à investigação e ao desenvolvimento tecnológico e transferência de tecnologia para as empresas.

1.1.9 Sistema de Apoio ao Microcrédito Bancário

Apoios no âmbito do Sistema de Apoio ao Microcrédito Bancário.

- 1.1.10 Valorização dos Recursos Geológicos
Valorização de projetos que visem a prospeção, estudo e desenvolvimento de recursos geológicos.
- 1.1.11 Assistência Técnica PO Açores 2020/sistemas de incentivos
Assistência Técnica do PO Açores 2020, no âmbito do desenvolvimento das tarefas relativas à gestão dos sistemas de incentivos.
- 1.1.12 Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial
Ação relativas às operações contratadas no âmbito das Linhas de Crédito de apoio às empresas e do Programa de Estabilização do Emprego (PEE).
- 1.1.13 Dinamização da Atividade Económica
Desenvolvimento de parcerias com associações empresariais e outras entidades, visando o incremento da competitividade empresarial. Operacionalização de diversos programas de apoio ao setor do comércio e da indústria.
- 1.1.14 Estímulo ao Desenvolvimento Empresarial
Desenvolvimento de ações no âmbito dos espaços empresariais, espaços coWork e da incubadora Go-On desenvolvidos pelo NONAGON , da rede Prestige e da rede mentoring, bem a realização de diversos Workshop's de estímulo ao desenvolvimento empresarial.
- 1.2 Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais**
- 1.2.1 Tradição e inovação no reforço da competitividade das empresas artesanais nos Açores
Ações de promoção do Artesanato dos Açores em eventos regionais e nacionais, ações de capacitação técnica, inovação e certificação dos produtos artesanais.
- 1.2.2 Promoção Internacional do Artesanato dos Açores
Ações de promoção do Artesanato dos Açores, como a participação do CRAA em eventos de artesanato de âmbito internacional, criando condições para que as microempresas artesanais através da inovação e da diferenciação marquem a diferença nos mercados internacionais e contribuam para a sua competitividade.
- 1.2.3 Craft & Art- Capacitar pela Inovação
Esta ação integrada no âmbito do programa INTERREG VA MAC 2014-2020 destina-se a ações de desenvolvimento de competências de empreendedorismo e inovação, que permitam às unidades produtivas artesanais uma maior diversificação e diferenciação de produtos, potenciando a utilização das matérias-primas locais e afirmação em novos circuitos de mercado.
- 1.2.4 Incubadora de base temática-Artesanato
Esta ação destina-se ao projeto de incubação de empresas ligadas ao setor artesanal, de base local, de forma a promover um maior empreendedorismo

qualificado e criativo, fomentando a inovação e a criatividade na produção artesanal, no contexto de ações de capacitação das unidades produtivas artesanais.

1.2.5 Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato

Apoio financeiro a projetos de formação, de dinamização do setor artesanal, de investimento das unidades produtivas artesanais e de qualificação e inovação do produto artesanal.

1.3 Emprego e Qualificação Profissional

1.3.1 Formação profissional

Ações de formação profissional para ativos (trabalhadores, funcionários públicos, desempregados) e formação profissional inicial.

1.3.2 Programas de estágios profissionais

Programas de Estágios profissionais nos Açores (Estagiar L, T e U), na Europa (Eurodisseia) e equipa do estagiar.

1.3.3 Programas de emprego

Programas de fomento, manutenção e criação de emprego. Apoio ao emprego dirigido a público fragilizado.

1.3.4 Adequação Tecnológica dos Serviços

Investimentos em instalações e serviços de fomento da adequação tecnológica dos serviços.

1.3.5 Defesa do Consumidor

Ações de promoção da defesa do consumidor.

1.3.6 Estudos, Projetos e Cooperação

Estudos e projetos nas áreas de atuação da DREQP, em parceria, em particular, com entidades externas.

1.3.7 Assistência Técnica PO Açores/FSE

Assistência técnica ao Programa Operacional Açores FSE.

1.3.8 Inspeção Regional do Trabalho

Atividades da IRT, em particular na área da Saúde e Segurança no Trabalho.

1.4 Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional

1.4.1 Modernização e Reforma da Administração Pública Regional

Desenvolvimento de ações no âmbito da modernização e reestruturação da administração.

- 1.4.2 Sistema Integrado de Gestão da Administração Regional dos Açores
Desenvolvimento dos sistemas integrados de gestão da administração regional dos Açores SIGRHARA e POLAR.
- 1.4.3 Promoção da qualidade nos serviços da administração pública regional
Desenvolvimento dos projetos de implementação de sistemas de gestão pela qualidade na administração e de reorganização /reestruturação de serviços.
- 1.4.4 Desmaterialização de Processos
Atividades relacionadas com a melhoria contínua da infraestrutura tecnológica de suporte, tendo em vista o aumento da eficiência na execução dos processos administrativos e operacionais.

1.5 Eficiência no Serviço Público ao Cidadão

- 1.5.1 Rede Integrada de Apoio ao Cidadão
Investimento na contínua evolução da infraestrutura tecnológica da RIAC adquirida em 2004. Instalação de um novo data Center na RIAC e renovação dos equipamentos biométricos associados à emissão do Cartão de Cidadão e do Passaporte Eletrónico.

1.6 Serviços Sociais

- 1.6.1 Serviços de Apoio aos Funcionários Públicos
Concessão de apoios financeiros às duas associações de funcionários públicos da Região, AFARIT e COOPDELGA, nos termos do Decreto Regulamentar Regional n.º 7/84/A, de 2 de fevereiro. Apoio socioeconómico aos funcionários públicos em situação socialmente gravosa e urgente nos termos dispostos no Decreto Legislativo Regional n.º 33/2011/A, de 5 de dezembro.

1.7 Cooperação com as Autarquias Locais

- 1.7.1 Cooperação Técnica
Apoio técnico aos eleitos locais e trabalhadores das autarquias locais açorianas.
- 1.7.2 Cooperação Financeira com os Municípios
Pagamento dos juros decorrentes dos empréstimos municipais contratados ao abrigo das linhas de crédito regional, para financiamento da parte do investimento municipal não coberta pela comparticipação comunitária (Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A).
- 1.7.3 Cooperação Financeira com as Freguesias
Atribuição de apoios financeiros às freguesias açorianas para aquisição de mobiliário, equipamento e software informático, e para realização de pequenas obras de beneficiação das sedes das juntas. Comparticipação de investimentos

municipais de aquisição/construção/grande reparação de edifícios sede de juntas de freguesia (Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A, de 8 de agosto). Cooperação financeira a projetos de investimento municipal que visam a reparação dos estragos causados pela ocorrência de intempéries, situações imprevisíveis e excecionais (Decreto Legislativo Regional n.º 24/2015/A, de 10 de novembro).

1.8 Estatística

1.8.1 Produção, Tratamento e Divulgação Estatística

Recolha da informação estatística (inquéritos pelo telefone e em papel). Aquisição de equipamentos de informática e administrativo (fotocopiadora / publicações).

1.8.2 Projeto no âmbito do INTERREG VA MAC 2020

ECOMAC - Métodos econométricos aplicados a séries de conjuntura económica.

1.9 Planeamento e Finanças

1.9.1 Gestão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação do Plano e Fundos Estruturais

Exercício das funções de Autoridade de Gestão e do processo de gestão, acompanhamento e monitorização do PO Açores 2020. Monitorização e acompanhamento do programa de cooperação territorial Madeira, Açores e Canárias 2014-2020 - INTERREG VA. Exercício das funções delegadas enquanto organismo intermédio do POCL. Adequação tecnológica dos serviços para a concretização dos fluxos de informações e dados entre a gestão do programa e as autoridades nacionais e comunitárias, organismos intermédios e beneficiários. Remodelação parcial do edifício da AG.

1.9.2 Património Regional

Prosecução da avaliação, valorização e rentabilização do património regional.

1.9.3 Reestruturação do Sector Público Regional

Ações no âmbito da reestruturação do sector público regional de modo a potenciar o desenvolvimento económico regional.

1.9.4 Coesão Regional

Investimentos a realizar no âmbito da coesão regional. Pretende-se prosseguir uma política de promoção e fomento da coesão regional com particular acuidade no estímulo ao investimento nas designadas "Ilhas de Coesão", designadamente através da implementação da Incubadora do Centro de Desenvolvimento Empresarial de Santa Maria.

Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego,
Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo

Programa 2 - Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Programação financeira

		Euro		
Programa/Projeto		Investimento Público	Plano	Outros Fundos
2.	Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	169.851.530	58.956.584	110.894.946
2.1	Infraestruturas Agrícolas e Florestais	44.815.380	17.533.600	27.281.780
2.2	Modernização das Explorações Agrícolas	51.243.158	24.258.991	26.984.167
2.3	Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	35.379.878	10.546.545	24.833.333
2.4	Diversificação e Valorização do Espaço Rural	38.413.114	6.617.448	31.795.666

Programação material

2.1 Infraestruturas Agrícolas e Florestais

2.1.1 Infraestruturas de Ordenamento Agrário

Projetos, construção, requalificação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, caminhos agrícolas e sistemas elétricos de apoio à atividade agrícola.

2.1.2 Infraestruturas rurais e florestais

Construção, beneficiação e manutenção de rede viária em caminhos florestais e rurais - Empreitadas com fundos do Prorural+ e por administração direta. Manutenção de máquinas e equipamentos afetos aos Serviços Operativos da DRRF.

2.1.3 Infraestruturas agrícolas e de desenvolvimento rural

Renovação, reestruturação e manutenção de edifícios da Secretaria Regional de Agricultura e Florestas. Construção e melhoramento de infraestruturas de apoio à agricultura, nomeadamente obras em parques de exposições e em parques de rastreio à sanidade animal.

2.1.4 Equipamento do Novo Laboratório Regional de Veterinária

Equipamento das novas instalações do Laboratório Regional de Veterinária e do centro de inseminação suína, com vista a assegurar as valências projetadas nas

áreas da química alimentar, química de resíduos, genética, biologia molecular e reprodução.

- 2.1.5 Empreitada de Construção do Parque Multissetorial da Ilha Terceira - Ampliação do Parque de Feiras e Exposições

Construção de um pavilhão multiusos, com área coberta e zonas de apoio.

- 2.1.6 Rede Regional Abate

Beneficiação de matadouros e aquisição de equipamentos.

- 2.1.7 Construção do Novo Matadouro do Faial

Construção do Novo Matadouro do Faial.

- 2.1.8 Construção do Novo Matadouro da Graciosa

Construção do Novo Matadouro da Graciosa.

- 2.1.9 Matadouro São Miguel - Melhoramento da Infraestrutura

Construção do Novo edifício para novas câmaras de refrigeração; Construção do novo estacionamento para viaturas pesadas e contentores; Ampliação da capacidade de frio e reforço da potência de frio; Instalação elétrica e de fluidos da nova edificação.

- 2.1.10 Matadouro Terceira - Melhoramento da Infraestrutura

Trabalhos de melhoramento do matadouro da Terceira: ampliação da zona da abegoaria e da capacidade de refrigeração.

- 2.1.11 Sistemas e infraestruturas de informação e comunicação

Infraestrutura informática e de comunicações de apoio ao desenvolvimento agrícola, rural e florestal.

2.2 Modernização das Explorações Agrícolas

- 2.2.1 Sanidade Animal e Segurança Alimentar

Planos de controlo e erradicação da Brucelose, Tuberculose e BVD bovinas, Paratuberculose, Leucose, Gripe Aviária e Doença de Aujeszky. Aplicação de vários Planos, designadamente, de Controlo Oficial à Produção de Leite Cru, de Controlo de Resíduos, de Controlo das Aflatoxinas, de controlo Oficial à Alimentação Animal, de Controlo Oficial de Navios, de Controlo do Bem-Estar Animal, de Controlo de Salmonelas, Regional Sanitário Apícola e de Controlo de Medicamentos de Uso Veterinário. Licenciamento de Explorações Pecuárias e sistemas de identificação Animal. Operacionalização do Laboratório Regional de Veterinária e dos Serviços de Veterinária em todas as ilhas no âmbito da Sanidade Animal e da Higiene Pública Veterinária.

2.2.2 Melhoramento Genético e Bem-Estar Animal

Coordenação e Supervisão do Serviço de Contraste Leiteiro. Programas de melhoramento genético das espécies de interesse zootécnico, Programa de Bovinos Cruzados de Carne e preservação da Raça Bovina Autóctone Ramo Grande. Inscrição nos respetivos Livros Genealógicos dos bovinos da Raça Frísia, raças de aptidão de carne. Plano de Óvulos, Sémén e Embriões. Apoio ao Fornecimento de Azoto Líquido. Apoio a Projetos de Investigação Científica.

2.2.3 Sanidade Vegetal e Proteção das Culturas

Prospecção e identificação de organismos nocivos para as culturas. Plano Regional de Controlo Plurianual Integrado. Divulgação em matéria de proteção agrícola. Programa de vigilância e controlo de resíduos de pesticidas em produtos vegetais. Controlo de roedores e aconselhamento técnico aos agricultores. Seleção genética das castas tradicionais da vinha dos Açores. Acreditação e aquisição de equipamento para o Laboratório Regional de Enologia.

2.2.4 Formação Profissional, Experimentação, Aconselhamento e Divulgação Agrícola

Ações de formação profissional e qualificação para agricultores e técnicos. Trabalhos de experimentação nas áreas da fruticultura, horticultura e pequenos frutos. Execução de projetos de experimentação agrícola e pecuária. Difusão da informação agrária com base em publicação de manuais, folhetos técnicos, publicações e sessões técnicas de esclarecimento. Feira Açores. Reforço das redes de recolha de informação de estatística agrícola. Apoio aos cálculos para a obtenção do valor da produção padrão e à execução das contas de culturas. Pagamento das candidaturas ao PAGOP - Programa de Apoio à Gestão das Organizações de Produtores. Pagamento de candidaturas ao abrigo do DRR nº 22/2011/A.

2.2.5 Promoção, divulgação e apoio à decisão

Ações de promoção e divulgação. Realização de Fóruns e elaboração de estudos de enquadramento e apoio à decisão. Implementação do mercado agrícola digital.

2.2.6 Apoio ao Investimento nas Explorações Agrícolas

Medidas integradas no PRORURAL +: Medida 1 - Transferência de conhecimentos e ações de informação, Medida 2 - Serviços de aconselhamento e serviços de gestão agrícola e de substituição nas explorações agrícolas, Medida 3 - Regimes de Qualidade para os Produtos Agrícolas e os Géneros Alimentícios, Medida 4 - Submedida 4.1 - Investimento nas Explorações Agrícolas, Medida 5 - Restabelecimento do potencial de produção agrícola afetado por catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos e introdução de medidas de prevenção adequadas, Medida 6 - Instalação de Jovens agricultores, Medida 9 - Criação e Desenvolvimento de Organizações de Produtores, Medida 16- Cooperação e Medida 17 - Gestão de Riscos. Pagamento dos apoios atribuídos no âmbito dos Programas de Apoio à Modernização Agrícola e Apoio à Modernização Agrícola e

Florestal (PROAMA e PROAMAF). Programa Apícola: financiamento dos trabalhos efetuados no âmbito da gestão do Programa de apoio ao setor Apícola.

2.2.7 Acompanhamento das Intervenções Comunitárias

Acompanhamento do Programa Prorural +: pagamento dos encargos inerentes à avaliação, estrutura de apoio técnico de análise e controlo de medidas, ações de promoção e divulgação do Programa.

2.2.8 Regime de Apoio à redução dos custos com a Atividade Agrícola

Pagamento de ajudas às explorações agrícolas, com vista à redução dos custos da sua atividade.

2.2.9 Apoio à Reestruturação Financeira das Explorações e à Reposição do seu Potencial Produtivo

Apoio à Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas no âmbito do SAFIAGRI III, AGROCRÉDITO, PROCAPINVEST - Complemento aos Projetos de Investimento e SAFIAGRI - Linha de Crédito ao Fundo de Maneio. Apoio à reposição do aparelho e do potencial produtivo agrário danificado ou prejudicado por condições climatéricas adversas, ou ainda, por calamidades e intempéries.

2.2.10 Programa de Reestruturação e Reforço do Sector Leiteiro

Pagamento do apoio atribuído ao abrigo da Resolução do Governo Regional nº 75/2016, de 1 de abril, destinado a compensar financeiramente os produtores de leite de vaca da Região Autónoma dos Açores que se comprometeram a abandonar, definitiva e integralmente, a produção de leite a partir de 31 de julho de 2016.

2.2.11 Reforma Antecipada

Promoção de ações com vista à renovação e reestruturação das empresas agrícolas por via da medida Reforma Antecipada (Pagamento aos agricultores que cessam a sua atividade agrícola) do PRORURAL e ao abrigo do DLR nº 14/2016/A, de 22 de julho.

2.2.12 SICATE/RICTA

Renovação e reestruturação das empresas agrícolas, designadamente através de estímulos ao redimensionamento e emparcelamento das explorações ao abrigo do SICATE - Sistema de Incentivo à Compra de Terras (DLR n.º 23/99/A, de 31 de julho) e do RICTA - Regime de Incentivos à Compra de Terras Agrícolas (DLR n.º 28/2008/A, de 24 de julho).

2.2.13 Apoio à inovação e rentabilização da atividade agrícola

Apoio a ações desenvolvidas por Organizações de Produtores e Associações ligadas ao sector agrícola e florestal.

2.3 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais

2.3.1 Apoio à Indústria Agroalimentar

Cofinanciamento dos projetos em execução ao abrigo do Programa Prorural+, Submedida 4.2 - Apoio à transformação, comercialização e desenvolvimento de produtos agrícolas.

2.3.2 Apoio ao escoamento de Produtos na Indústria Agroalimentar

Ajudas destinadas ao escoamento dos excedentes de laticínios produzidos na RAA (no valor de 6,235€ por mil litro de leite) referente ao leite recolhido.

2.3.3 Regularização de Mercados

Regularização dos mercados agrícolas; Pagamento de ajuda aos adubos; Pagamento dos juros de Protocolos a celebrar entre a SRAF e organizações de Produtores.

2.3.4 Qualidade e Certificação

Ações de controlo de medidas comunitárias. Desenvolvimento das ações de classificação de leite e de carcaças (realização de análises). Certificação e controlo de produtos que beneficiem de regimes de qualidade da União Europeia - DOP, IGP e ETG.

2.4 Diversificação e Valorização do Espaço Rural

2.4.1 Manutenção da Atividade Agrícola

Medida 13 - Submedida 13.3 – Pagamentos de compensação para outras zonas com condicionantes naturais", Medida 10 - Agroambiente e Clima, Medida 11 - Agricultura Biológica e Medida 13 - Submedida 13.3 – Pagamentos de compensação para outras zonas com condicionantes naturais, no âmbito do programa PRORURAL +. Pagamento da atualização do sistema de informação - SiAgri de apoio à gestão do PRORURAL+.

2.4.2 Pagamentos Agroambientais e Natura 2000

Medidas agroambiente e clima e Agricultura Biológica do PRORURAL+, que contempla as seguintes intervenções: Manutenção da Extensificação Pecuária, Conservação das Sebes Vivas, Conservação dos Pomares Tradicionais dos Açores, Manutenção das Curraletas e Lagidos da Cultura da Vinha, Produção Integrada, Manutenção da Raça Autóctone Ramo Grande, Proteção de Lagoas e Pagamento para Compensação de agrícolas de Natura 2000.

2.4.3 Diversificação da Economia Rural

Medidas no âmbito da Abordagem LEADER do Programa PRORURAL+.

2.4.4 Potenciar o Setor Vitivinícola

Investimento em novas plantações de vinha, em zonas onde a vinha não é uma cultura tradicional.

- 2.4.5 Medidas Florestais de Desenvolvimento Rural
Projetos de arborização e pagamento de prémios ao abrigo do Regulamento CEE 2080/92, PDRu-Açores, PRORURAL e PRORURAL+.
- 2.4.6 Fomento Florestal
Produção de plantas com vista ao fomento da área florestal. Implementação do Sistema de Gestão para certificação do perímetro florestal e Matas Regionais em S. Miguel. Acompanhamento do Programa de Melhoramento Florestal da Região.
- 2.4.7 Promoção do Uso Múltiplo da Floresta
Gestão de pastagens baldias, reservas florestais de recreio e recursos piscícolas e cinegéticos. Acompanhamento da evolução do DHV. Início da recuperação de edifício para instalação do Centro de Interpretação Florestal na RFR de Valverde. Participação no Projeto ValconMAC - Valorização dos Recursos Florestais da Macaronésia.
- 2.4.8 Qualificação da madeira de criptoméria para fins estruturais
Desenvolver e caracterizar novos produtos derivados da madeira de criptoméria, assim como divulgar a aplicação de diferentes e inovadoras tecnologias no uso desta madeira no âmbito da construção civil, ou para outros usos;
Divulgar e promover o projeto e seus resultados em mercados internos e externos à região, com vista à criação de canais de exportação da madeira regional transformada.
- 2.4.9 Produção, caracterização e qualificação dos Óleos Essenciais de criptoméria japónica
Promoção e qualificação dos subprodutos da Criptoméria japónica D. Don em diversas vertentes do seu uso e qualidade, nomeadamente do óleo essencial. Caracterizar e qualificar o óleo através da sua parametrização como suporte facilitador à comercialização.

Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego,
Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo

Programa 3 - Pescas e Aquicultura

Programação financeira

		Euro		
Programa/Projeto		Investimento Público	Plano	Outros Fundos
3.	Pescas e Aquicultura	26.089.691	13.589.691	12.500.000
3.1	Controlo, Inspeção e Gestão	2.068.108	2.068.108	
3.2	Infraestruturas de Apoio às Pescas	6.910.651	6.910.651	
3.3	Frota e Recursos Humanos	3.131.765	3.131.765	
3.4	Produtos da Pesca e da Aquicultura	1.056.667	1.056.667	
3.5	Regimes de Apoio e Assistência Técnica do Mar 2020	12.922.500	422.500	12.500.000

Programação material

3.1 Controlo, Inspeção e Gestão

3.1.1 Controlo e Inspeção

Custos gerais de controlo e inspeção das pescas, nomeadamente realização de missões de inspeção.

3.1.2 Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas: capacidade inspetiva, formação e sensibilização

Execução do Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas nas vertentes relacionadas com a capacidade inspetiva, formação e sensibilização.

3.1.3 Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas: acompanhamento, vigilância e gestão eletrónica

Execução do Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas nas vertentes relacionadas com o acompanhamento, vigilância e gestão eletrónica das pescas, incluindo a implementação de um sistema de recolha automática de dados nos portos da Região, a extensão do sistema MONICAP a todas as embarcações com comprimento inferior a 12 metros, o desenvolvimento de um

Sistema de Informação de Análise de dados e a utilização de drones e sistemas de videovigilância de áreas costeiras.

3.1.4 Gestão Sustentável das Pescas e da Aquicultura

Protocolo de Cooperação com o IMAR para a gestão e exploração do N/I "Arquipélago" e da L/I "Águas Vivas". Execução dos projetos: Programa de Observação para as Pescas dos Açores (POPA), Demersais, AQUALAB, CONDOR, Amostragem Eletrónica e Monitorização dos Recursos Pesqueiros. Celebração de protocolos com diversas entidades para a realização de estudos/projetos no âmbito das pescas. Reparação do N/I "ARQUIPÉLAGO" e da L/I "ÁGUAS VIVAS". Realização de um estudo para futura substituição do N/I "ARQUIPÉLAGO". Participação da Região na ICCAT.

3.1.5 Comunicação e Ações Coletivas

Realização do Fórum Internacional das Pescas dos Açores, do Fórum Social e Económico da Pesca, da EXPOMAR, do Conselho Regional das Pescas e de diversos encontros científicos e de profissionais para análise e debate de assuntos relacionados com o setor das pescas. Realização de Intercâmbio Internacional para a biotecnologia da pesca e de campanhas de sensibilização para a pesca sustentável e a valorização de espécies de baixo valor. Construção de um espaço SIG para a pesca e criação de um código de conduta para a pesca. Edição do boletim "MAR AZUL" e de newsletters para divulgação de assuntos de interesse para o setor das pescas.

3.2 Infraestruturas de Apoio às Pescas

3.2.1 Portos da Região

Encargos relativos à operacionalização dos portos e núcleos de pesca. Intervenções em infraestruturas e equipamentos portuários. Protocolos com Associações de Pescadores e Juntas de Freguesia no âmbito dos portos e núcleos de pesca. Protocolo com a Autoridade Marítima Nacional para manutenção do dispositivo de assinalamento marítimo dos portos de pesca. Contratos Programa com a LOTAÇOR no âmbito da gestão e exploração dos portos de pesca e com a Portos dos Açores para a substituição do telhado dos armazéns do núcleo de pescas do porto da Horta. Execução das empreitadas: Correção das anomalias detetadas nas lotas do Corvo e da Praia da Graciosa; Reparação do pavimento das casas de aprestos do núcleo de pescas de Vila do Porto e Proteção do porto de pescas e do muro de suporte do porto do Varadouro, ilha do Faial.

3.2.2 Construção do Entrepasto Frigorífico de Ponta Delgada

Despesas relativas à aquisição de terrenos para a construção do Entrepasto Frigorífico de Ponta Delgada.

3.2.3 Construção da oficina de embarcações da Praia da Vitória

Empreitada de construção e serviços de fiscalização.

- 3.2.4 Melhoria das condições operacionais e de segurança do porto de pesca do Topo
Empreitada de construção e serviços de fiscalização.
- 3.2.5 Melhoria das condições operacionais e de segurança do porto de pesca da Ribeira Quente
Inspeção subaquática, levantamento topo-hidrográfico e elaboração do projeto de execução (2017). Empreitada de construção e serviços de fiscalização.
- 3.2.6 Melhoria das condições operacionais e de segurança do núcleo de pesca do porto da Horta
Revisão do projeto. Empreitada de construção e serviços de fiscalização.
- 3.2.7 Melhoria das condições operacionais e de segurança do porto de pesca de Santa Cruz da Graciosa
Empreitada de construção e serviços de fiscalização.
- 3.2.8 Melhoria das condições operacionais e de segurança do núcleo de pesca do porto da Madalena
Empreitada de construção e serviços de fiscalização.
- 3.2.9 Reequipamento do porto de pesca dos Biscoitos
Aquisição e instalação de grua hidráulica para varagem e alagem de embarcações.
- 3.2.10 Requalificação dos portos de Água de Pau, Nordeste e Porto Formoso
Empreitada de requalificação do porto de pesca do Nordeste.
Empreitada para dragagem da bacia molhada do porto de pesca da Caloura.
Reparação do porto de pesca do Porto Formoso.
- 3.2.11 Casas de aprestos, gruas, guinchos e investimentos equivalentes
Construção das casas de aprestos do núcleo de pesca S. Roque do Pico.

3.3 FROTA e Recursos Humanos

- 3.3.1 Regime de Apoio à Frota de Pesca Local e Costeira
Pagamento de apoios financeiros para modernização, aquisição de equipamentos e abate das embarcações da frota de pesca da RAA, bem como de apoios para compensação de juros relativos a empréstimos bancários contraídos pelos armadores para construção e modernização de embarcações.
Elaboração e execução de um Plano de Reestruturação da frota de pesca da RAA.

- 3.3.2 Regime de Apoio à Motorização das Embarcações de Pesca Local
Atribuição de uma compensação financeira aos armadores das embarcações regionais de pesca local, cuja propulsão seja efetuada exclusivamente por motor fora de borda a gasolina.
- 3.3.3 Regime de Apoio à Redução dos Custos na Atividade da Pesca
Pagamento do diferencial entre o preço de venda do gasóleo e o preço gasóleo pesca.
- 3.3.4 Regime de Apoio à Segurança no Trabalho a Bordo das Embarcações de Pesca Local e Costeira
Atribuição de um apoio financeiro aos armadores destinado a apoiar os encargos com os seguros das suas tripulações.
- 3.3.5 Regime de apoio aos contratos de trabalho na pesca
Atribuição de um apoio financeiro aos armadores das embarcações de pesca destinado a incentivar a celebração de contratos de trabalho com as suas tripulações.
- 3.3.6 FUNDOPESCA
Atribuição de subsídios aos pescadores quando as condições climatéricas ou de mercado impeçam o normal exercício da atividade.
- 3.3.7 Formação e promoção do capital humano
Pagamento de prémios de seguros e despesas de operação da embarcação FORMAR. Contrato Programa com a LOTAÇOR para a gestão da tripulação do FORMAR.
Realização de cursos de formação profissional para pescadores.
Criação de espaços multiusos para capacitação de pescadores.
Acompanhamento médico aos pescadores.
- 3.3.8 Estruturas e Equipamentos
Atualização tecnológica dos serviços da Direção Regional das Pescas.
- 3.4 Produtos da Pesca e da Aquicultura**
- 3.4.1 Apoio a profissionais da pesca e organizações setoriais
Concessão de apoios às associações de armadores ou de pescadores pelos serviços que prestam na gestão e no desenvolvimento do sector das pescas.
- 3.4.2 Produção, transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura
Ações de formação/ informação/sensibilização diretamente ligados à área da aquicultura, nomeadamente simpósios/congressos.
Estudos na área da aquicultura.
Promoção dos produtos da pesca dos Açores.

3.4.3 Inovação na aquicultura

Dinamização de um Centro de Investigação da Aquicultura nos Açores.

3.5 Regimes de Apoio e Assistência Técnica do Mar 2020

3.5.1 Apoio ao investimento no âmbito dos projetos do MAR 2020

Instalação e funcionamento da estrutura de apoio técnico do Programa Operacional MAR 2020.

Comparticipação regional em projetos aprovados no âmbito do MAR 2020.

Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego,
Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo

Programa 4 - Turismo

Programação financeira

		Euro		
Programa/Projeto		Investimento Público	Plano	Outros Fundos
4.	Desenvolvimento do Turismo	26.428.888	11.928.888	14.500.000
4.1	Promoção e Desenvolvimento Turístico	22.938.079	8.438.079	14.500.000
4.2	Sustentabilidade do Destino Turístico	444.090	444.090	
4.3	Qualificação do Destino	3.046.719	3.046.719	

Programação material

4.1 Promoção e Desenvolvimento Turístico

4.1.1 Promoção do Destino

Contratação de serviços no âmbito da promoção turística nos mercados externos. Realização de viagens educacionais à Região com objetivo de divulgação/comercialização do destino. Edição e aquisição de materiais de divulgação turística e respetiva distribuição. Deslocações para participação em ações de promoção do destino.

4.1.2 Incentivos à Promoção

Atribuição de apoios financeiros ao abrigo dos diplomas em vigor, através da celebração de contratos programa com diversas entidades que desenvolvem planos de ação no âmbito da promoção turística, assim como para o desenvolvimento de eventos e ações com impacto na promoção turística da Região.

4.1.3 Eventos Desportivos de Promoção do Destino

Celebração de contratos programa para promoção dos Açores através do desenvolvimento de eventos desportivos.

4.2 Sustentabilidade do Destino Turístico

4.2.1 Desenvolvimento da Política de Turismo

Revisão do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores. Desenvolvimento do Estudo de Avaliação Ambiental do POT. Reuniões do Conselho Consultivo do POT.

4.2.2 Desenvolvimento Turismo Sénior

Desenvolvimento do Programa "Meus Açores, meus amores", destinado ao turismo sénior abrangendo todas as ilhas.

4.2.3 Organização de Eventos com Repercussão na Promoção

Organização de eventos na Região com o objetivo promover a sustentabilidade interna da atividade turística, contribuindo para o aumento dos fluxos turísticos.

4.3 Qualificação do Destino

4.3.1 Qualificação dos Serviços Turísticos

Desenvolvimento de ações que concorram para a qualificação da oferta turística da Região, designadamente: Construção do Edifício de Apoio às atividades marítimo-turísticas; Postos de Informação Turística. Aquisição de equipamentos e materiais que permitam melhorar a prestação de serviços de informação turística. Celebração de contratos programa para desenvolvimento de plano de ações que contribuam para a qualificação dos serviços turísticos.

4.3.2 Valorização do Destino Turístico

Desenvolvimento de ações de RP por ocasião da realização de eventos turísticos de grande notoriedade. Desenvolvimento de ações de animação turística-cultural. Deslocações no âmbito de projetos de qualificação do destino. Reforço de informação e sinalética turística.

4.3.3 Incentivos à Animação no Destino

Concessão de apoios financeiros através de diplomas em vigor para a realização de ações e eventos no âmbito da animação turística.

4.3.4 Qualificação do Turismo Natureza - Trilhos, Mar e Ar

Desenvolvimento do produto através do aumento da oferta existente, procurando intervir em aspetos que tornem o destino mais apelativo e competitivo: aumento da rede de trilhos, criação de novas GR, tematização da oferta. Intervenção ao nível da sinalética, limpeza e manutenção da rede de incentivos. Ações de implementação de condições para fruição de atividades ligadas à terra, mar e ar.

4.3.5 Qualificação dos Recursos Termais

Desenvolvimento de ações com vista à qualificação dos recursos termais da Ferraria e Carapacho. Celebração de contratos programa para concessão de incentivos com vista à implementação de ações de dinamização e qualificação dos recursos.

4.3.6 Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento Regional – Turismo

Pagamento de juros no âmbito do SITRAA.

Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego,
Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo

Programa 5 - Investigação, Desenvolvimento e Inovação

Programação financeira

		Euro		
Programa/Projeto		Investimento Público	Plano	Outros Fundos
5.	Investigação, Desenvolvimento e Inovação	14.856.397	11.156.397	3.700.000
5.1	Programa de incentivos ao sistema científico e tecnológico dos Açores	6.755.499	3.055.499	3.700.000
5.2	Ações de Valorização e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação	150.000	150.000	
5.3	Iniciativas, Projetos e Infraestruturas de Base Tecnológica	925.000	925.000	
5.4	Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia	7.025.898	7.025.898	

Programação material

5.1 Programa de incentivos ao sistema científico e tecnológico dos Açores

5.1.1 Infraestruturas, projetos e atividades no âmbito das entidades do SCTA

A ação engloba o apoio às entidades de investigação e de difusão da cultura científica e tecnológica que integram o Sistema Científico e Tecnológico dos Açores, bem como aos projetos e atividades por elas desenvolvidos, tendo em vista a consolidação de uma rede de referência, sustentada e de excelência na área da ciência, nos Açores.

5.1.2 Inovação, capacitação científica e implementação de projetos de investigação em contexto empresarial

A ação engloba o apoio a projetos de ID&I em contexto empresarial, visando o desenvolvimento e a incorporação de novas capacidades e competências nas empresas, de forma a promover a transferência do conhecimento para o mercado e apoiar a conversão de ideias em inovação, através da implementação de processos, serviços ou sistemas inovadores, ou de novos produtos, ou, ainda, a melhoria dos existentes.

5.1.3 Internacionalização da investigação regional

A ação engloba o apoio a iniciativas transversais de cooperação científica e tecnológica internacional e o apoio à participação em programas de I&D financiados pela União Europeia e aos potenciais beneficiários na preparação de candidaturas, bem como o apoio à integração em organizações, comissões e redes científicas internacionais. Visa-se, assim, consolidar áreas científicas e tecnológicas estratégicas para a Região, apoiando iniciativas de cooperação transnacional de investigação e desenvolvimento tecnológico.

5.1.4 Produção, formação e divulgação científica e tecnológica

A ação engloba o apoio à participação de investigadores em reuniões científicas, à organização de reuniões científicas e de carácter tecnológico nos Açores, à publicação de edições científicas, à implementação de projetos do ensino experimental das ciências e de difusão da cultura científica e tecnológica. Inclui o apoio aos Espaços TIC e à generalização do uso das tecnologias pela população e comunidade em geral e, em particular, pelos cidadãos com deficiência.

5.1.5 Formação avançada

A ação engloba as iniciativas que visam a qualificação do capital humano para a sociedade do conhecimento, através da concessão de bolsas de investigação e de bolsas de técnicos de investigação e gestão que contribuam para o incremento da I&D nos Açores.

5.1.6 Promoção de um plano de emprego científico

A ação engloba as iniciativas que visam promover a excelência da investigação na Região, estimulando a fixação de recursos humanos qualificados e a integração de quadros qualificados nas entidades do sistema científico e tecnológico dos Açores, nas empresas e /ou na administração pública, através de um plano de apoio ao emprego científico.

5.1.7 Desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores

Esta ação visa cofinanciar o acréscimo de encargos resultante da tripolaridade da Uaç.

5.2 Ações de Valorização e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação

5.2.1 Eventos de promoção da ciência, tecnologia e inovação

A Ação visa suportar os encargos com a organização regional do concurso do CanSAT Açores, e de outros eventos de promoção científica, tecnológica, de inovação e transferência do conhecimento.

5.2.2 Iniciativas de gestão, operacionalização e monitorização do sistema científico e tecnológico

A Ação caracteriza-se pelo desenvolvimento de iniciativas transversais de coordenação e dinamização, revisão e atualização da Agenda Digital e

Tecnologia dos Açores (ADTA). Iniciativas transversais de coordenação e dinamização da RIS3 e gestão de projetos MAC.

5.3 Iniciativas, Projetos e Infraestruturas de Base Tecnológica

5.3.1 Ações promotoras de ecossistemas tecnológicos e digitais

A Ação visa o desenvolvimento de projetos digitais integrados e enquadrados na ADTA, incluindo processos relacionados com a aquisição de equipamentos, o desenvolvimento do Portal dos Centros de Ciência dos Açores e equipamentos TIC e módulos robóticos interativos digitais a disponibilizar aos cidadãos em geral e jovens em particular em espaços vocacionados para o uso de dados digitais, disseminação das Tics, desenvolvimento de competências digitais e de conceitos básicos de programação e robótica.

5.3.2 Implementação de infraestruturas tecnológicas

A Ação visa a dinamização dos projetos para a área do Espaço, a preparação do spaceport em Santa Maria, a gestão e montagem da antena de Perth, bem como a gestão da RAEGE em Santa Maria e a aquisição de terrenos e infraestruturas da antena RAEGE prevista para a Ilha nas Flores. A ação prevê ainda investimentos relacionados com a criação de um Centro de Aquicultura no Faial.

5.4 Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia

5.4.1 Parque de Ciência e Tecnologia de S. Miguel

A Ação visa a revisão dos projetos em 2017 e lançamento do concurso em 2018 com iniciativa da construção.

5.4.2 Parque de Ciência e Tecnologia da ilha Terceira

A Ação visa a revisão dos projetos, assistência técnica e fiscalização, construção e apetrechamento do Parque de Ciência e Tecnologia da ilha Terceira, cuja construção decorre desde agosto de 2016.

Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades

Programa 6 - Educação, Cultura e Desporto

Programação financeira

Programa/Projeto		Investimento Público	Plano	Euro
				Outros Fundos
6	Educação, Cultura e Desporto	79.015.212	75.265.212	3.750.000
6.1	Construções Escolares	35.813.423	34.963.423	850.000
6.2	Equipamentos Escolares	376.418	376.418	
6.3	Apoio Social	10.100.000	10.100.000	
6.4	Desenvolvimento do Ensino Profissional e apoio às Instituições de Ensino Privado e Formação	5.190.000	3.390.000	1.800.000
6.5	Tecnologias da Informação	693.465	693.465	
6.6	Projetos Pedagógicos	2.676.338	2.676.338	
6.7	Dinamização de Atividades Culturais	2.743.417	2.743.417	
6.8	Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural	10.571.547	10.571.547	
6.9	Atividade Física Desportiva	685.000	685.000	
6.10	Desporto Federado	7.380.000	6.280.000	1.100.000
6.11	Infraestruturas e Equipamentos Desportivos	2.730.604	2.730.604	
6.12	Iniciativas Transversais às Diferentes Áreas do Desporto	55.000	55.000	

Programação material

6.1 Construções Escolares

- 6.1.1 Beneficiação e reabilitação de instalações escolares, propriedade da RAA
Execução de obras de manutenção no parque escolar da Região.
- 6.1.2 Construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1º Ciclo (DLR nº 32/2002/A, de 8 de agosto)

Cooperação financeira entre a Administração Regional e a Administração Local nos termos do DLR n.º 32/2002/A, de 8 de agosto.

6.1.3 Grande Reparação na EBI da Horta

Construção dos espaços desportivos da EBI da Horta, concluindo a intervenção nesta escola com o objetivo de melhorar as condições de ensino.

6.1.4 Requalificação das instalações para o 2.º e 3.º ciclos da EBI de Rabo de Peixe

Construção do edifício principal da EBI de Rabo de Peixe, constituído atualmente por edifícios dispersos, com coberturas de amianto, sem ligações cobertas entre eles e num avançado estado de degradação.

6.1.5 Construção de novas instalações para a EBI Canto da Maia

Construção do edifício sede da EBI Canto da Maia, constituído atualmente por edifícios dispersos, com coberturas de amianto, sem ligações cobertas entre eles e num avançado estado de degradação.

6.1.6 Requalificação da Escola Secundária Antero de Quental

Reparação e requalificação das instalações da Escola Secundária Antero de Quental.

6.1.7 Construção de novas instalações para a EBS da Calheta

Construção do edifício da EBS da Calheta, constituído atualmente por edifícios dispersos, com coberturas de amianto, sem ligações cobertas entre eles e num avançado estado de degradação.

6.1.8 Construção de novas instalações para a EBI de Arrifes

Construção do edifício sede da EBI de Arrifes, constituído atualmente por edifícios dispersos, com coberturas de amianto, sem ligações cobertas entre eles e num avançado estado de degradação.

6.1.9 Construção de novas instalações para a EBI de Capelas

Construção do edifício sede da EBI de Capelas, constituído atualmente por edifícios dispersos, com coberturas de amianto, sem ligações cobertas entre eles e num avançado estado de degradação.

6.1.10 Construção de novas instalações para a EBI da Lagoa

Construção do edifício sede da EBI de Lagoa, constituído atualmente por edifícios dispersos, com coberturas de amianto e sem ligações cobertas entre eles.

6.1.11 Reparação da EBS das Flores

Intervenção na escola para colmatar deficiências no edifício com remoção do amianto da cobertura do edifício.

6.1.12 Reparação do complexo desportivo da EBS Jerónimo Emiliano de Andrade

Intervenção na escola para colmatar deficiências no edifício, nomeadamente: reconstrução do muro de vedação, construção do pavilhão desportivo (o atual

para além de muito degradado tem cobertura em amianto), substituição de canalizações, etc.

6.1.13 Reparação da ES Vitorino Nemésio

Intervenção na escola para colmatar deficiências no edifício, nomeadamente: substituição da rede de distribuição de águas interior, pinturas interiores e exteriores, reparação de juntas estruturais, impermeabilização de laje de cobertura, reparação de soleiras, parapeitos e ombreiras.

6.1.14 Reparação da ES Ribeira Grande

Intervenção na escola para colmatar deficiências no edifício, nomeadamente: substituição de todas as coberturas da escola que contenham amianto e as que se encontram em mau estado de conservação e que têm provocado diversas infiltrações graves.

6.1.15 Reparação das fachadas ventiladas da EBI Roberto Ivens

Intervenção na escola para colmatar deficiências na fachada do edifício, as quais têm originado problemas de saúde na população escolar.

6.1.16 Assistência técnica e fecho financeiro

Custos com a assistência técnica dentro dos prazos de garantia das obras concluídas e a concluir.

6.1.17 Requalificação da Escola Secundária da Povoação

Reparação e requalificação das instalações da Escola Secundária da Povoação.

6.2 Equipamentos Escolares

6.2.1 Aquisição de Equipamentos para a Educação Pré-Escolar e os Ensino Básico e Secundário

Aquisição de equipamento para as escolas. Verbas a transferir para os Fundos Escolares.

6.3 Apoio Social

6.3.1 Apoio Social

Verbas destinadas aos Fundos Escolares para garantir os normativos da ação social escolar em vigor.

6.3.2 Atribuição de produtos de apoio para alunos portadores de deficiência

Aquisição de produtos de apoio considerado indispensável para garantir a resposta educativa adequada aos alunos com deficiência ou incapacidade temporária.

6.4 Desenvolvimento do Ensino Profissional e apoio às Instituições de Ensino Privado e Formação

- 6.4.1 Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado
Comparticipação regional nos custos do ensino profissional e apoios às instituições de ensino privado nos termos do D.L.R. n.º 26/2005/A, de 4 de novembro, alterado pelo D.L.R. n.º 6/2008/A, de 6 de março e pelo DLR n.º 11/2013/A, de 22 de agosto.
- 6.4.2 Escola Profissional das Capelas
Apoiar o ensino profissional na Escola Profissional de Capelas nos termos do Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário (D.L.R. n.º 26/2005/A, de 4 de novembro, alterado pelo D.L.R. n.º 6/2008/A, de 6 de março e pelo D.L.R. n.º 11/2013/A, de 22 de agosto).
- 6.4.3 Formação do Pessoal Docente e não Docente
Despesas com a formação do pessoal em serviço nas Escolas através da realização de ações de formação, bem como de transferências para os Fundos Escolares. Esta formação visa a melhoria da qualidade de ensino e a prevenção do abandono escolar.

6.5 Tecnologias da Informação

- 6.5.1 Projetos inerentes à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação
Continuar a desenvolver os projetos inerentes à implementação das TIC no âmbito do setor da educação, assegurando o licenciamento das aplicações informáticas nas escolas, através do acordo *Microsoft School Agreement*, bem como o licenciamento do software de gestão de concursos de pessoal docente.

6.6 Projetos Pedagógicos

- 6.6.1 Prosucesso - Avaliação Externa
Implementação do sistema de avaliação externa do Prosucesso.
- 6.6.2 Prosucesso - Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar
Implementação do projeto Parlamento dos Jovens, Plano Regional de Leitura/Concurso Nacional de Leitura, Projetos do Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar não cofinanciados.
- 6.6.3 Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar
Dinamização de diversos projetos com o objetivo de reduzir e prevenir o abandono escolar precoce, nomeadamente: Programa mediadores para o sucesso escolar, Programa Regional de Saúde Escolar e Programa de apoio aos serviços de psicologia e orientação.

- 6.6.4 Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias
Implementação da matrícula eletrónica.

6.7 Dinamização de Atividades Culturais

- 6.7.1 Escolas de Formação
Apoio aos cursos de educação extraescolar no âmbito da portaria n.º 40/2002, de 16 de maio.
- 6.7.2 Edição de Obras de Cariz Cultural
Edição de obras de cariz cultural em diversos suportes e sua divulgação.
- 6.7.3 Rede de Leitura Pública
Comparticipação nas despesas de criação e construção da Rede de Bibliotecas Municipais. Realização de atividades de promoção do livro e da leitura.
- 6.7.4 Banda Lira Açoriana
Realização de estágio e concerto do projeto Lira Açoriana.
- 6.7.5 Dinamização Cultural
Promoção e dinamização de eventos na Região autónoma dos Açores em diversas áreas culturais, promovidos pelos serviços centrais e externos.
- 6.7.6 Arte Contemporânea dos Açores – ArtCa
Financiamento de intervenções ao nível da arte contemporânea com o objetivo de favorecer a sua criação e difusão.
- 6.7.7 Apoios a Atividades de Relevante Interesse Cultural
Apoios a conceder a atividades consideradas de relevante interesse cultural no âmbito do DLR n.º 9/2014/A, de 3 de julho.
- 6.7.8 Programa de apoio às sociedades recreativas e filarmónicas
Apoios a conceder às sociedades recreativas e filarmónicas no âmbito do DLR n.º 3/2014/A, de 14 de fevereiro.

6.8 Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural

- 6.8.1 Aquisição e Restauro de Bens de Valor Cultural
Apoios para intervenção de conservação e restauro em bens móveis ao abrigo do DRR n.º 23/2015/A, de 29 de outubro; aquisição de bens de valor cultural; aquisição de materiais e equipamentos no âmbito dos trabalhos a realizar pelos técnicos de conservação e restauro da DRC/DPMIA. Ações para proteção e conservação de bens arquivísticos públicos.

- 6.8.2 Inventário do Património Artístico e Cultural
Inventário, tratamento e estudo do património arquitetónico e artístico da Região.
- 6.8.3 Imóveis e Conjuntos Classificados
Apoios ao abrigo do DRR n.º 23/2015/A de 29 de outubro - regime de apoios a conceder para a recuperação e conservação do património cultural imóvel e móvel da Região Autónoma dos Açores, pertencente a entidades privadas.
Apoios ao abrigo do DRR n.º 25/2015/A de 30 de outubro - regime de apoios a conceder para a preservação do património cultural imóvel na Área Classificada de Angra do Heroísmo.
- 6.8.4 Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo - Novas Instalações
Conclusão da Empreitada de construção da Nova Biblioteca e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo - Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís Silva Ribeiro.
- 6.8.5 Investigação Arqueológica.
Intervenções de proteção, investigação, referenciação e estudo do património arqueológico regional.
- 6.8.6 Museus, Bibliotecas e Arquivos
Realização de obras de reabilitação nos Serviços Externos. Elaboração e execução de projetos museográficos. Aquisição e manutenção de software, equipamentos e prestação de serviços para os diversos Serviços Externos (museus e bibliotecas).
- 6.8.7 Salvaguarda do Património Baleeiro
Apoios para a recuperação, conservação e valorização do património baleeiro da RAA, ao abrigo do DRR n.º 13/2014/A de 24 de julho.
- 6.8.8 Divulgação e Sensibilização do Património Cultural
Ações de promoção, divulgação e sensibilização do património cultural da Região.
- 6.8.9 Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Públicos
Aquisição de conteúdos para enriquecimento dos fundos das Bibliotecas Públicas e Arquivos Regionais.
- 6.8.10 Aquisição, Recuperação e Conservação de Instalações para Entidades Culturais
Apoios à aquisição, beneficiação, ou construção de sedes e instalações de coletividades que prestam serviços na área da cultura ao abrigo da legislação aplicável.
- 6.8.11 Execução do Protocolo com a Diocese
Apoio à reconstrução das igrejas e estruturas pastorais das ilhas do Faial e Pico danificadas pelo Sismo de 9 de julho de 1998.
- 6.8.12 Museu Francisco Lacerda
Construção do novo edifício do Museu Francisco de Lacerda.

- 6.8.13 Novo Polo de Vila do Porto do Museu de Santa Maria
Construção do novo polo do Museu de Santa Maria em Vila do Porto
- 6.8.14 Convento de Santo André
Remodelação e beneficiação do Convento de Santo André (Núcleo do Museu Carlos Machado) e respetiva museografia.
- 6.8.15 Lancha Espalamaca
Recuperação da Lancha Espalamaca.
- 6.8.16 Museu da Horta
Ampliação das atuais instalações.
- 6.8.17 Reabilitação do Património Histórico de Santa Maria
Reabilitação do antigo cinema do aeroporto de Santa Maria.
- 6.8.18 Projeto Museológico da Ilha do Corvo
Execução do projeto do Museu do Tempo: reabilitação de imóveis e dinamização sociocultural
- 6.8.19 Igreja das Manadas
Intervenção de reabilitação na estrutura da cobertura e património integrado da igreja das Manadas.
- 6.8.20 Museu da Construção Naval em Santo Amaro – Pico
Projeto e construção de edifício-sede e requalificação e adaptação dos armazéns de construção naval.
- 6.8.21 Musealização da Torre do Aeroporto de Santa Maria
Reabilitação e adaptação das antigas sala de comando e torre de controle do aeroporto.
- 6.8.22 Igreja do Colégio dos Jesuítas de Angra do Heroísmo
Recuperação do imóvel da Igreja do Colégio dos Jesuítas de Angra do Heroísmo.
- 6.8.23 Igreja e Sacristia do Convento de São Boaventura
Implementação do projeto museográfico - exposição de curta e longa duração.
- 6.8.24 Museografia do Museu do Pico
Revisão e implementação do projeto museográfico das exposições de longa duração.
- 6.8.25 Jardins da Casa-Museu Manuel de Arriaga
Intervenção no logradouro da casa para adaptação a jardim de acesso público.
- 6.8.26 *Trinity House - Joint Cable Station*: núcleo das comunicações - Museu da Horta
Reabilitação, adaptação e museografia das antigas instalações.

6.8.27 Tecnologias da informação e da comunicação no acesso à Cultura

Promover o acesso em linha à informação e ao conhecimento documental dos Açores, no quadro de referências de eficiência e qualidade, através dos museus e das bibliotecas públicas e arquivos regionais.

6.8.28 Assistência técnica e fecho financeiro

Pagamento da fiscalização durante o período das garantias das empreitadas.

6.9 Atividade Física Desportiva

6.9.1 Desporto Escolar Açores

Promoção, organização e apoio ao desenvolvimento do Desporto Escolar Açores.

6.9.2 Escolinhas do Desporto

Apoio à promoção e desenvolvimento do projeto Escolinhas do Desporto.

6.9.3 Atividades Regulares

Promoção, organização e apoio ao desenvolvimento de atividades físicas desportivas de forma regular, incluindo a atividade de jovens, de adultos e as da área do desporto adaptado.

6.10 Desporto Federado

6.10.1 Atividades das Associações Desportivas

Apoio às atividades competitivas de âmbito local, regional e nacional, arbitragem e outras do plano anual das associações desportivas ou clubes que desempenhem essas funções. Inclui também o apoio para a estrutura técnica associativa, a formação de agentes desportivos não praticantes, bem como a atribuição de prémios de classificação inerentes às participações nas respetivas provas nacionais. Inclui ainda o desporto adaptado quando integrado nas estruturas associativas.

6.10.2 Atividade Regular dos Escalões de Formação

Apoio aos clubes que desenvolvem atividades de treino e competição dos escalões de formação incluindo o apoio aos coordenadores de formação.

6.10.3 Processos Especiais de Formação dos Jovens Praticantes

Apoio a processos especiais de preparação para jovens nomeadamente centros de treino e preparação e participação nos "Jogos das Ilhas".

6.10.4 Quadros Competitivos Nacionais, Internacionais e Séries Açores

Apoio à participação de clubes em quadros competitivos de regularidade anual, regionais, nacionais, internacionais e séries Açores, bem como apoio pela utilização de atletas formados nos Açores, contratação de treinadores qualificados e atribuição de prémios de classificação.

6.10.5 Preparação de Alto Rendimento

Apoio no âmbito do Alto Rendimento, Jovens Talentos Regionais e projetos de preparação especiais visando representações Olímpicas ou Paralímpicas numa perspetiva de promoção da excelência desportiva. Inclui o funcionamento do Conselho Açoriano para o Desporto de Alto Rendimento e outras formas de apoio.

6.11 Infraestruturas e Equipamentos Desportivos

6.11.1 Instalações desportivas e sedes sociais

Apoio à revitalização, modernização e construção de instalações desportivas e de sedes sociais de entidades do associativismo desportivo e no âmbito do regime de cooperação técnica e financeira entre a administração regional e a administração local.

6.11.2 Instalações oficiais integradas no Parque Desportivo Regional

Modernização e rentabilização das instalações desportivas oficiais integradas no Parque Desportivo Regional.

6.11.3 Gestão e Funcionamento dos Complexos Desportivos incluídos no Parque Desportivo Regional

Gestão de todos os complexos desportivos que se encontram sob a responsabilidade direta dos Serviços de Desporto de ilha.

6.11.4 Acesso generalizado às instalações desportivas escolares e outras integradas por Protocolos no Parque Desportivo Regional

Garantir o acesso privilegiado à utilização das instalações desportivas escolares e outras protocoladas para integrarem o parque desportivo regional por parte das diferentes entidades do associativismo desportivo e no âmbito das atividades físicas desportivas.

6.11.5 Pavilhão de Judo em São Jorge

Construção do Pavilhão de Judo em S. Jorge e seus arranjos exteriores.

6.11.6 Requalificação do Polidesportivo de Santo Espírito, em Santa Maria - 2.ª fase

2.ª fase da requalificação do Polidesportivo de Santo Espírito, em Santa Maria.

6.12 Iniciativas Transversais às Diferentes Áreas do Desporto

6.12.1 Promoção do Desporto

Organização de iniciativas de promoção global do Desporto, nomeadamente a imagem do "Desporto Açores", a Gala do Desporto Açoriano, Ética no desporto, Atividade Física Desportiva. Inclui ainda a realização de estudos de caracterização do Desporto na Região e do seu impacto económico e social.

6.12.2 Formação Técnica

Organização de ações de formação de caráter técnico transversais às diferentes formas de intervenção, visando a valorização dos princípios pedagógicos que devem nortear toda a ação dos agentes desportivos.

6.12.3 Simplificação de Procedimentos e Desmaterialização de Processos

Conceção, criação e implementação de plataformas digitais e/ou outros mecanismos de relação facilitada com as entidades do associativismo desportivo e outros interlocutores, incluindo hardware.

6.12.4 Modernização e Apetrechamento

Apoio a entidades do associativismo desportivo para a sua modernização e apetrechamento, designadamente para iniciativas destinadas prioritariamente à aquisição de equipamentos diretamente ligados à prática desportiva, à aquisição de embarcações e à aquisição de viaturas adequadas ao transporte de atletas.

Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades

Programa 7 - Juventude

Programação financeira

Programa/Projeto		Investimento Público	Plano	Euro
				Outros Fundos
7	Juventude	2.605.200	2.231.200	374.000
7.1	Juventude	2.605.200	2.231.200	374.000

Programação material

7.1 – Juventude

7.1.1 Internacionalizar Mobilidade

Programa Bento de Góis, que promove a mobilidade e o intercâmbio dos Jovens nos Açores, em todo o território nacional, bem como na Europa e nas Comunidades Açorianas na Diáspora.

7.1.2 Cidadania e Voluntariado Local e Internacional

Prosseguir com a promoção do voluntariado local e do serviço de voluntário europeu. Continuar a implementação do Programa Jovens +, desde a sua divulgação, o apoio à formalização das candidaturas, assim como a execução dos projetos aprovados, sendo prestado todo o apoio técnico necessário. Dar continuidade à execução do projeto Parlamento dos Jovens. A sensibilização social dos jovens e a luta contra as discriminações manter-se-á como objetivo, dando continuidade à Campanha "Antes de me discriminares, conhece-me!".

7.1.3 Orçamento Participativo Jovem e Associativismo

Promover todo o processo de implementação do Orçamento Participativo Jovem na RAA. Fortalecer o Associativismo e Empreendedorismo Jovem na Região, através do apoio aos planos de atividades das associações de jovens, de programas de formação e do apoio a infraestruturas e equipamentos. Organização do Encontro Regional de Associações de Juventude, fortalecendo o associativismo e o

empreendedorismo jovem, enquanto estratégia de reforço da coesão social, da reconversão profissional e empregabilidade jovem.

7.1.4 Desporto e Juventude

Desenvolver campanhas de promoção do desporto jovem junto das associações juvenis; incentivar o empreendedorismo jovem na área desportiva e promover estilos de vida saudável, junto dos jovens.

7.1.5 Indústrias Criativas e Culturais: Incentivo à Criatividade

Apoiar as indústrias criativas e culturais, promovendo a divulgação internacional dos trabalhos dos jovens criadores açorianos, através do Programa LabJovem. O Programa Põe-te em Cena, continuará a proporcionar a oportunidade de transformar ideias em iniciativas que vão ao encontro dos jovens.

7.1.6 Incentivo à Formação dos Jovens

Manter-se-á o projeto Educação Empreendedora, mantendo uma forte ligação dos diversos níveis de ensino da Região. Realizar-se-á o Concurso Regional IdeiAçores. Proceder-se-á ao acompanhamento dos projetos em execução no âmbito da iniciativa "Inspira-te, Aprende e Age".

7.1.7 Conferências, Fóruns e Seminários

Promover a realização de conferências, fóruns e seminários com a temática subjacente da juventude, assim como a realização, em parceria com o Instituto de Empreendedorismo Social (IES), um Bootcamp em Empreendedorismo Social, na ilha de São Miguel.

7.1.8 Ocupação de Tempos Livres dos Jovens e Campos de Férias

Manter-se-ão os programas OTLJ e Entra em Campo na área da ocupação dos tempos livres, proporcionando aos jovens, num contexto não formal, uma aprendizagem de conteúdos, normas e valores próprios de uma cidadania ativa e responsável. Estabelecer parcerias para a realização de Campos de Férias na Região.

7.1.9 Observatório da Juventude

O Governo dos Açores irá dar continuidade à promoção de iniciativas no âmbito do Observatório da Juventude dos Açores, um projeto desenvolvido em parceria com o Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores.

7.1.10 Projetos Comunitários

Realização de uma candidatura à ação chave 3 do programa Erasmus + - Juventude em Ação, para a realização de um encontro nacional de jovens com decisores políticos, com o objetivo de implementar o diálogo estruturado e reforçar a importância do processo autonómico; Será feita uma candidatura à realização de uma ação de formação internacional (TCA) em parceria com a Agência Nacional do Programa Erasmus + - Juventude em Ação; Apresentação de uma candidatura ao Programa Erasmus + - Juventude em Ação para a criação de um

concurso online sobre as políticas de juventude na Europa e a participação política dos jovens, com parceiros da Macaronésia e outras regiões ultraperiféricas da Europa; Em parceria com o Conselho Nacional de Juventude promover-se-á a participação no Grupo de Trabalho Nacional do V Ciclo de diálogo estruturado e promoção, com uma ação presencial na RAA; Criação de uma parceria com o Instituto Português do Desporto e Juventude, IPDJ, para promoção de ações destinadas a jovens no âmbito do Conselho da Europa.

7.1.11 Informação Juventude

Dar visibilidade ao Portal da Juventude Açores: proceder-se-á à agregação de informação, nomeadamente, das atividades dos jovens no âmbito da educação não formal e manter-se-á atualizado o canal de televisão WEB TV da DRJ, com vídeos dos programas da DRJ, projetos ou iniciativas promovidas pelos jovens ou suas associações, conferências, fóruns e seminários, entrevistas ou reportagens sobre eventos e vídeos temáticos. Realizar um Itinerário Jovem, por todas as ilhas dos Açores, dos serviços da Direção Regional da Juventude, promovendo a divulgação de todos os programas direcionados para a juventude e o respetivo acompanhamento das candidaturas aos mesmos.

7.1.12 Incentivo ao Turismo Jovem

Estabelecer um conjunto de parcerias que venham potenciar, ainda mais, a mobilidade e experiências socioculturais dos jovens através do Cartão InterJovem.

7.1.13 Academias da Juventude

Celebração de Contrato ARAAL com a Câmara Municipal da Praia da Vitória, com vista ao desenvolvimento de atividades culturais, de desenvolvimento da criatividade dos jovens, de fomento ao empreendedorismo em todas as suas dimensões e de realização e materialização de projetos de incubação, na área das Indústrias Criativas e Culturais, na Academia de Juventude da Ilha Terceira.

7.1.14 Pousadas da Juventude dos Açores

Contrato-Programa 2017 com o objetivo de potenciar e rentabilizar a rede de pousadas da juventude dos Açores e de maximizar parcerias e partilha de recursos no desenvolvimento de atividades de ocupação de tempos livres dos jovens, de promoção de hábitos de vida saudável e da criatividade dos jovens.

7.1.15 Modernização da Pousada de Juventude de Ponta Delgada

Mantendo o conceito de mobilidade jovem presente, vai-se realizar a modernização da Pousada de Juventude de Ponta Delgada, com a remodelação de infraestruturas, a qual inclui obras de ganho de eficiência energética e a adaptação das instalações para pessoas com mobilidade reduzida.

7.1.16 Prepara o Teu Regresso a Casa

Os serviços da DRJ irão disponibilizar o apoio e acompanhamento dos jovens que se encontram no último ano dos seus estudos e que pretendam apresentar candidaturas a estágios ou programas regionais, por forma a organizar o regresso aos Açores, mantendo assim o projeto “Prepara o teu Regresso a Casa”.

Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades

Programa 8 - Desenvolvimento do Sistema de Saúde

Programação financeira

Programa/Projeto		Investimento Público	Plano	Euro
				Outros Fundos
8	Desenvolvimento do Sistema de Saúde	24.859.713	24.859.713	
8.1	Ampliação e Remodelação de Infraestruturas	1.068.598	1.068.598	
8.2	Beneficiação de Infraestruturas	3.206.718	3.206.718	
8.3	Parcerias Públicas Privadas	11.459.866	11.459.866	
8.4	Apetrechamento e Modernização	1.601.167	1.601.167	
8.5	Apoios e Acordos	1.815.664	1.815.664	
8.6	Projetos na Saúde	3.536.700	3.536.700	
8.7	Formação	60.000	60.000	
8.8	Tecnologias de Informação na Saúde	2.111.000	2.111.000	

Programação material

8.1 Ampliação e Remodelação de Infraestruturas

8.1.1 Empreitada da Construção do Novo Corpo C do Hospital da Horta - 2ª Fase - Centro de Saúde

Empreitada de reorganização dos serviços do Hospital da Horta, na sequência da construção do novo corpo C e construção das infraestruturas para instalação do Centro de Saúde.

8.1.2 Empreitada de Remodelação e Ampliação da Extensão de Rabo de Peixe

Consiste na criação de condições adequadas a prestações de Cuidados de Saúde Primários em Rabo de Peixe aumentando o número de valências e gabinetes.

8.2 Beneficiação de Infraestruturas

- 8.2.1 Beneficiação de Infraestruturas das Unidades de Saúde de Ilha, COA e Hospitais
Obras de melhoramento das condições dos edifícios das Unidades de Saúde da RAA.
Com destaque para 2017 para melhoramentos no edifício do Centro de Saúde da Graciosa, Centro de Saúde do Corvo e casa do Médico e no Hospital da Ilha Terceira.
- 8.2.2 Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores
Empreitada de requalificação e reorganização do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores.
- 8.2.3 Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Lajes do Pico
Obras de requalificação e reorganização do Centro de Saúde das Lajes do Pico.
- 8.2.4 Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde da Calheta
Obras de requalificação e reorganização do Centro de Saúde da Calheta.
- 8.2.5 Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Velas
Obras de requalificação e reorganização do Centro de Saúde das Velas.

8.3 Parcerias Públicas Privadas

- 8.3.1 Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira
Renda da Parceria Pública Privada do Hospital da Ilha.

8.4 Apetrechamento e Modernização

- 8.4.1 Equipamentos para Unidades de Saúde de Ilha, COA e Hospitais
Aquisição de pequenos equipamentos para Unidades de Saúde da RAA, tendo em vista a renovação do parque de equipamentos básicos de enfermagem e médicos.
- 8.4.2 Equipamentos para Novo Centro de Saúde da Madalena
Aquisição de equipamentos para o Centro de Saúde da Madalena, com destaque para um equipamento de Tomografia Computorizada (TAC).
- 8.4.3 Equipamentos para o novo Centro de Saúde de Ponta Delgada
Aquisição de diversos equipamentos para o Centro de Ponta Delgada.
- 8.4.4 Equipamento Gastrenterologia para Hospital de Ponta Delgada
Aquisição de um Equipamento de Gastrenterologia para Hospital de Ponta Delgada.

8.5 Apoios e Acordos

- 8.5.1 Redes de cuidados continuados integrados e de saúde mental
Protocolos na área dos cuidados continuados integrados e Saúde Mental.
- 8.5.1 Incentivos à fixação de médicos
Incentivos à fixação de médicos.

8.6 Projetos na Saúde

- 8.6.1 Deslocação de Doentes
Continuar o apoio ao programa de deslocação de doentes.
- 8.6.2 Vale de Saúde
Programa Vale de Saúde - Visa o combate das listas de espera cirúrgicas.
- 8.6.3 Plano Regional da Saúde
Operacionalização, monitorização e avaliação do Plano Regional de Saúde. Estratégia Regional de Combate às Doenças Crónicas. Estratégia Regional de Combate às Doenças Cérebro cardiovasculares. Estratégia Regional de Combate às Doenças Oncológicas. Áreas de intervenção na saúde da mulher, infantojuvenil e saúde oral.
- 8.6.4 Qualidade na Saúde
Implementação de boas práticas no âmbito da prestação de cuidados de saúde.
- 8.6.5 Emergência em Saúde Pública e em situação de exceção
Ações de sensibilização à população de geral no âmbito da saúde pública e nas situações de exceção. Implementação da Rede Nacional de Vigilância de Vetores. Elaboração, monitorização e avaliação dos Planos de Emergência Externa das Unidades de Saúde do SRS. Formação em medicina de catástrofe e em planeamento e gestão em situações de exceção.
- 8.6.6 Promoção de Estilos de Vida Saudável e Prevenção/Tratamento e Reinserção dos Comportamentos Aditivos e Dependências
Operacionalização das seguintes áreas de intervenção: Saúde da Mulher; Saúde infantojuvenil; Promoção da Saúde em Contexto escolar; Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências; Doenças Infecciosas; prevenção de Acidentes e Promoção do Envelhecimento Ativo.

8.7 Formação

- 8.7.1 Bolsas de Estudo
Pagamento de bolsas aos estudantes de medicina.

8.7.2 Formação e Atualização de Profissionais de Saúde

Apoio aos profissionais de saúde na sua formação e atualização de conhecimentos.

8.8 Tecnologias de Informação na Saúde

8.8.1 RIS – Sistema Informação de Radiologia

Implementação de um sistema de informação centralizado de radiologia.

8.8.2 Projeto E-Saúde

Desmaterialização de processos e informatização do SRS.

Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades

Programa 9 – Solidariedade Social

Programação financeira

Programa/Projeto		Investimento Público	Plano	Euro
				Outros Fundos
9	Solidariedade Social	41.479.264	39.379.264	2.100.000
9.1	Apoio à Infância e Juventude	8.481.909	8.481.909	
9.2	Apoio à Família, Comunidade e Serviços	14.755.855	12.655.855	2.100.000
9.3	Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	4.196.933	4.196.933	
9.4	Apoio a Idosos	12.994.116	12.994.116	
9.5	Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza	1.050.451	1.050.451	

Programação material

9.1 Apoio à Infância e Juventude

9.1.1 Adaptação de edifício a Creche no Nordeste

Fecho da empreitada de adaptação de edifício a Creche no Nordeste, da Santa casa da Misericórdia do Nordeste

9.1.2 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude

Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude

9.1.3 Construção de creche em Ponta Delgada

Construção de creche em Ponta Delgada, da instituição Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada. Obra iniciada em 2016.

- 9.1.4 Obras de ampliação e remodelação de creche e jardim-de-infância na Povoação
Obras de ampliação e remodelação de creche e jardim-de-infância na Povoação, da Fundação Maria Isabel do Carmo Medeiros. Obra iniciada em 2016.
- 9.1.5 Obras de beneficiação do infantário "O Carrocel" em Angra do Heroísmo
Início das obras de beneficiação do infantário "O Carrocel" em Angra do Heroísmo, da AFARIT.
- 9.1.6 Remodelação da creche "O Castelinho", na Horta
Remodelação da creche "O Castelinho", na Horta, do Lar das Criancinhas da Horta. Obra iniciada em 2016.
- 9.1.7 Construção da Creche do Paim
Fecho da empreitada de construção da creche no Paim, do Patronato de São Miguel, freguesia de São José, concelho de Ponta Delgada.
- 9.1.8 Construção da Creche de Água de Pau
Construção de creche em Água de Pau, da Casa do Povo de Água de Pau, no concelho da Lagoa. Obra iniciada em 2016.
- 9.1.9 Remodelação da Mãe de Deus - Lar de infância e juventude e Creche
Remodelação da Mãe de Deus - Lar de infância e juventude e Creche, da Associação de Solidariedade Social - Mãe de Deus, no concelho de Ponta Delgada. Obra iniciada em 2016.
- 9.1.10 Construção de Centro Comunitário do Instituto de Apoio à Criança
Construção de Centro Comunitário do Instituto de Apoio à Criança, no concelho de Ponta Delgada. Obra iniciada em 2016.
- 9.1.11 Requalificação de edifício para ATL nos Fenais Luz
Início da empreitada de requalificação de edifício para ATL nos Fenais Luz, Casa do Povo dos Fenais da Luz /Centro Social e Cultural dos Fenais da Luz, no concelho de Ponta Delgada.
- 9.1.12 Requalificação de Centro Comunitário e ATL em Angra do Heroísmo
Requalificação de Centro Comunitário e ATL em Angra do Heroísmo, da Confederação Operária Terceirense. Obra iniciada em 2016.
- 9.1.13 Requalificação de Lar de infância e juventude na Praia da Vitória
Requalificação de Lar de infância e juventude na Praia da Vitória, da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, obra iniciada em 2016.
- 9.1.14 Requalificação de edifício para Creche e Jardim de Infância no Corvo
Requalificação de edifício para Creche e Jardim de Infância no Corvo, da Santa Casa da Misericórdia da Vila do Corvo. Obra iniciada em 2016.

- 9.1.15 Obras de remodelação e ampliação da Creche e Jardim de Infância
Obra de remodelação e ampliação da Creche e Jardim de Infância - Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.
- 9.1.16 Defesa e Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens
Defesa e Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens através da ação do Comissariado dos Açores para a Infância.
- 9.2 Apoio à Família, Comunidade e Serviços**
- 9.2.1 Apoio especializado ao desenvolvimento e requalificação da rede de equipamentos sociais e programas sociais dos Açores
Apoio especializado ao desenvolvimento e requalificação da rede de equipamentos sociais e programas sociais dos Açores
- 9.2.2 Fundo Regional da Ação Social
Fundo Regional da Ação Social
- 9.2.3 Construção do Centro de Alojamento Temporário para Sem Abrigo
Construção do Centro de Alojamento Temporário para Sem Abrigo, das Cáritas de São Miguel, no concelho de Ponta Delgada. Obra iniciada em 2016.
- 9.2.4 Remodelação do edifício Abrigo Amigo
Fecho da empreitada de remodelação do edifício Abrigo Amigo, da Confederação Operária Terceirense, no concelho de Angra do Heroísmo.
- 9.2.5 Programa Especial de Apoio ao Pagamento de Propinas
Programa especial de apoio ao pagamento de propinas.
- 9.2.6 Requalificação do Edifício para Centro de Terapia Familiar
Requalificação do Edifício para Centro de Terapia Familiar, do Centro de Terapia familiar e Intervenção Sistémica, no concelho de Ponta Delgada. Obra iniciada em 2016.
- 9.2.7 CEDO - Complemento Especial para o Doente Oncológico
CEDO - Complemento Especial para o Doente Oncológico.
- 9.2.8 Construção do Centro Intergeracional dos Arrifes
Início da empreitada de construção do Centro Intergeracional dos Arrifes - Casa do Povo dos Arrifes, no concelho de Ponta Delgada.
- 9.2.9 Construção do Centro Intergeracional de Vila Franca do Campo
Construção do Centro Intergeracional de Vila Franca do Campo, da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo. Obra iniciada em 2016.

- 9.2.10 Construção da 1ª Fase do edifício Intergeracional da Feteira - Horta
Construção da 1.ª Fase do edifício Intergeracional da Feteira da Horta, da Casa do Povo da Feteira.

9.3 Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais

- 9.3.1 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência
Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência.
- 9.3.2 Reabilitação de Edifício para Centro de Apoio à Deficiência
Início da empreitada de reabilitação de edifício para Centro de Apoio à Deficiência, da Associação Aurora Social e APPDA, no concelho de Ponta Delgada.
- 9.3.3 Construção do Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel
Início da empreitada de construção do Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel, da Associação de Paralisia Cerebral de São Miguel.
- 9.3.4 Remodelação do CAO da Associação Seara do Trigo na antiga Escola de Educação Especial
Início da empreitada de remodelação do CAO da Associação Seara do Trigo na antiga Escola de Educação Especial, da Associação Seara do Trigo, no concelho de Ponta Delgada.
- 9.3.5 Remodelação de CAO na Maia, Ribeira Grande
Início da empreitada de remodelação de CAO na Maia, Ribeira Grande, da Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia, no concelho da Ribeira Grande.

9.4 Apoio a Idosos

- 9.4.1 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio aos idosos
Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoios aos idosos (centros de dia, centros de noite, serviços de apoio ao domicílio, etc.) por forma a assegurar mais e melhores respostas de proximidade aos idosos.
- 9.4.2 Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa
Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa.
- 9.4.3 Rede de Cuidados Continuados dos Açores
Apoio à implementação da Rede de Cuidados Continuados Integrados (RCCI) dos Açores.

- 9.4.4 COMPAMID
Complemento para aquisição de medicamentos para idosos, criado pelo DLR n.º 4/2008/A, publicado em DR de 26 de fevereiro de 2008.
- 9.4.5 Sénior Ativo
Promoção da mobilidade inter-ilhas das pessoas idosas e/ou com necessidades especiais.
- 9.4.6 Adaptação de edifício destinado a Centro de Dia e Centro de Noite na Bretanha
Adaptação de edifício destinado a Centro de Dia e Centro de Noite na Bretanha, do Centro Social e Paroquial da Bretanha, concelho de Ponta Delgada. Obra iniciada em 2016.
- 9.4.7 Criação do centro de apoio ao idoso da Maia
Fecho da empreitada de criação do Centro de Apoio ao Idoso da Maia da Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia, no concelho da Ribeira Grande.
- 9.4.8 Criação da UCC do Recolhimento Jesus, Maria, José
Criação da UCC do Recolhimento Jesus, Maria, José, do Recolhimento Jesus, Maria e José, no concelho de Angra do Heroísmo. Obra iniciada em 2016.
- 9.4.9 Requalificação de edifício para centro de dia e centro de noite nas Cinco Ribeiras
Requalificação de edifício para Centro de Dia e Centro de Noite nas Cinco Ribeiras, do Centro Social e Paroquial das Cinco Ribeiras, no concelho de Angra do Heroísmo.
- 9.4.10 Construção de cozinha de receção e distribuição do serviço de apoio ao domicílio da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa
Construção de cozinha de receção e distribuição do serviço de apoio ao domicílio da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa.
- 9.4.11 Criação do centro de noite da Piedade
Criação do Centro de Noite da Piedade, da Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico.
- 9.4.12 Requalificação do serviço de apoio ao domicílio do Corvo
Requalificação do serviço de apoio ao domicílio do Corvo, da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Corvo.
- 9.4.13 Construção do centro de dia da Maia
Construção do Centro de Dia da Maia, da Casa do Povo da Maia, no concelho da Ribeira Grande.
- 9.4.14 Construção do Centro de Dia das Doze Ribeiras
Construção do Centro de Dia das Doze Ribeiras, da Casa do Povo das Doze Ribeiras, no concelho de Angra do Heroísmo. Obra iniciada em 2016.

- 9.4.15 Requalificação do serviço de apoio ao domicílio em Santa Cruz das Flores
Requalificação do serviço de apoio ao domicílio em Santa Cruz das Flores, da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores. Obra iniciada em 2016.
- 9.4.16 Criação de Centro de Noite no Lar Luís Soares de Sousa
Criação de Centro de Noite no Lar Luís Soares de Sousa, do Lar Luís Soares de Sousa, no concelho de Ponta Delgada. Obra iniciada em 2016.
- 9.4.17 Construção do Centro de Dia dos Flamengos
início da empreitada de construção do Centro de Dia dos Flamengos, do Centro Comunitário do Divino Espírito Santo dos Flamengos, concelho da Horta.
- 9.4.18 Ampliação do Lar de Idosos de Vila do Porto
início da empreitada de ampliação do Lar de Idosos de Vila do Porto, da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto.
- 9.4.19 Construção do Centro de Apoio ao Idoso da Madalena
Início da empreitada de construção do Centro de Apoio ao Idoso da Madalena, da Santa Casa da Misericórdia da Madalena do Pico.
- 9.4.20 Criação da Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada
início da empreitada de criação da Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada.

9.5 Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza

- 9.5.1 Projetos de intervenção social de carácter inovador e experimental
Projetos de intervenção social de carácter inovador e experimental, designadamente projetos ligados à agricultura que promovam autonomização, reinserção social e a empregabilidade de grupos em situação de exclusão social.
- 9.5.2 Campanhas de sensibilização para a promoção da inclusão de minorias sujeitas a discriminações múltiplas
Campanhas de sensibilização para a promoção da inclusão de minorias sujeitas a discriminações múltiplas, que sensibilizem a comunidade para a problemática, designadamente encontro regional de PLPCVDG e Redes e diversas campanhas de informação, sensibilização e publicitárias.
- 9.5.3 Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de crianças e jovens
Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de crianças e jovens, em particular os oriundos de contextos familiares desestruturados, através do desenvolvimento de estratégias facilitadoras e de promoção de estilos de vida saudáveis, de ocupação orientada dos tempos livres, da prevenção de comportamentos de risco e da promoção de parentalidade positiva.

9.5.4 Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de idosos

Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de idosos, através da implementação de estratégias de apoio integrado e de cuidado, tendo como objetivo reduzir riscos de pobreza e de exclusão, bem como prevenir riscos de violência sobre este grupo. Nesta ação estão previstas ações que promovam o descanso do cuidador e a sua formação.

9.5.5 Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de pessoas com deficiência e incapacidade

Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de pessoas com deficiência e incapacidade, designadamente através da implementação de estratégias integradas e de cuidado. Prevê ainda ações que promovam o desenvolvimento de competências pessoais, profissionais e sociais da pessoa com deficiência, a ocupação de tempos livres.

9.5.6 Projetos de intervenção social vocacionados para a reabilitação e promoção da inclusão de públicos em situação de grave exclusão social

Projetos de intervenção social vocacionados para a reabilitação e promoção da inclusão de públicos em situação de grave exclusão social, designadamente ao nível da reinserção sociofamiliar ou profissional ou da integração em programas/formação, com vista à promoção da Igualdade de Oportunidades. Prevê ainda projetos de desenvolvimento local.

9.5.7 Criação de estruturas multidisciplinares com intervenção técnica especializada

Criação de estruturas multidisciplinares com intervenção técnica especializada, designadamente através de equipas com atuação local ao nível da prevenção, combate e atuação em situações de Violência Doméstica, bem como equipas que trabalhem a promoção da Igualdade de Oportunidades.

9.5.8 Definição da Estratégia Regional de Combate à Pobreza

Definição da Estratégia Regional de Combate à Pobreza, através de estudo e definição da uma estratégia para um projeto de intervenção social vocacionado para o Combate à Exclusão.

Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades

Programa 10 - Habitação

Programação financeira

Programa/Projeto		Investimento Público	Plano	Euro	
				Outros Fundos	
10	Habitação	22.603.572	22.603.572		
10.1	Promoção de Habitação, Reabilitação e Renovação Urbana	7.163.687	7.163.687		
10.2	Arrendamento Social e Cooperação	15.189.082	15.189.082		
10.3	Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica	250.803	250.803		

Programação material

10.1 Promoção de Habitação, Reabilitação e Renovação Urbana

10.1.1 Promoção de Habitação de Custos Controlados

Subsídios não reembolsáveis a atribuir às famílias para participação na aquisição, construção, ampliação e alteração de habitação própria, ao abrigo do regime instituído pelo DLR nº 59/2006/A, de 29 de dezembro.

10.1.2 Operação Urbanística e Reabilitação de Infraestruturas Habitacionais

Obras de urbanização para a promoção de habitação própria e de custos controlados pelas vias individual, empresarial e cooperativa, ao abrigo do regime instituído pelo DLR 21/2005/A, de 3 de agosto.

Reabilitação de infraestruturas habitacionais em diversos loteamentos da Região Autónoma dos Açores, para efeitos de integração no domínio público Municipal - PROJETOS PO AÇORES 2020.

10.1.3 Programa de Recuperação de Habitação Degradada

Apoios não reembolsáveis a atribuir às famílias, ao abrigo do regime da concessão dos apoios financeiros a obras de reabilitação, reparação e beneficiação em habitações degradadas - DLR nº 6/2002/A, de 11 de Março, alterado e republicado

pelo DLR n.º 22/2009/A de 16 de Dezembro e DLR n.º 22/2010/A de 30-06-2010 - Aprova o regime jurídico do combate à infestação por térmitas prevê a concessão de apoios financeiros à desinfestação e a obras de reparação de imóveis danificados pela infestação por térmitas.

10.2 Arrendamento Social e Cooperação

10.2.1 Programa de Apoio Famílias com Futuro

Subsídios ao arrendamento de prédios ou de frações autónomas de prédios urbanos, destinados à habitação, a atribuir a famílias carenciadas e arrendamento, para subarrendamento, de imóveis destinados à habitação para resolução de situações de grave carência habitacional, em regime de renda apoiada, cujo regime foi instituído pelo DLR n.º 23/2009/A de 16 de dezembro.

10.2.2 Cooperação com Autarquias - Acordos de Colaboração IHRU/ RAA/ Municípios

Encargos com empréstimos contraídos para construção/aquisição de habitação destinada a realojamento de famílias residentes em barracas ou situações abarracadas, ao abrigo dos contratos ARAAL celebrados com os municípios de Ponta Delgada, Lagoa, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Povoação, Nordeste, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória.

10.2.3 Salvaguarda Habitacional em Zonas de Risco

Operações de realojamento de agregados familiares a residir em zonas de risco, nomeadamente falésias, orla costeira e leitos de ribeiras, diretamente ou através de contratos ARAAL a celebrar com os respetivos municípios.

10.2.4 Contrato Programa com a SPRHI, SA – Sismo

Encargos decorrentes do contrato programa celebrado entre a Região Autónoma dos Açores e SPRHI, SA, no âmbito do sismo de 1998.

10.2.5 Operações de Inserção e Reintegração Social

Estudo, avaliação e apoio ao desenvolvimento de políticas e medidas de integração social de famílias.

Investimentos no âmbito da estrutura técnica de cooperação e de planeamento interdepartamental e interdisciplinar, criada pela Resolução n.º 69/2006, de 29 de junho.

10.3 Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica

10.3.1 Reabilitação e Manutenção de Equipamentos

Adequação dos equipamentos e aquisição de combustíveis, peças e outros equipamentos de manutenção e conservação das viaturas da DRH.

10.3.2 Adequação e Adaptação Tecnológica dos Serviços

Atualização do equipamento informático, e respetivo software, para os serviços da DRH.

Sistema de Informação Geográfica dos Açores.

10.3.3 Agenda "Habitação no Arquipélago dos Açores 2017-2031 – Estratégia para 15 anos

Estudo e avaliação do conjunto de recursos físicos e de programas e medidas de apoio, de instrumentos de ordenamento do território, de locais de intervenção prioritária e de necessidades habitacionais, por freguesia.

Melhorar a Sustentabilidade, a Utilização dos Recursos e as Redes do Território

Programa 11 – Ambiente e Energia

Programação financeira

Programa/Projeto		Euro		
		Investimento Público	Plano	Outros Fundos
11	Ambiente e Energia	24.957.808	24.957.808	
11.1	Qualidade Ambiental	4.712.752	4.712.752	
11.2	Conservação da Natureza	8.211.967	8.211.967	
11.3	Recursos Hídricos	9.335.487	9.335.487	
11.4	Ordenamento do Território	1.192.892	1.192.892	
11.5	Eficiência Energética	1.215.000	1.215.000	
11.6	EcoMob(in)Azores	250.000	250.000	
11.7	Serviços Energéticos	39.710	39.710	

Programação material

11.1 Qualidade Ambiental

11.1.1 Inspeção, vigilância, avaliação e licenciamento ambiental

Inspeção, vigilância, avaliação e licenciamento ambiental.

11.1.2 Plataforma de informação da qualidade do ar

Desenvolvimento de plataforma de informação com disponibilização on line dos dados da rede de monitorização da qualidade do ar dos Açores.

11.1.3 Plano Regional para as Alterações Climáticas

Conclusão do processo de elaboração do Plano Regional para as Alterações Climáticas e da respetiva avaliação ambiental estratégica.

11.1.4 Monitorização e controlo da infestação por térmitas

Gestão do Sistema de Certificação de Infestação por Térmitas (SCIT). Monitorização regular da infestação por térmitas da madeira seca nas ilhas de Santa Maria, São

Miguel, Terceira, São Jorge, Faial e Pico. Projetos de erradicação e controlo das térmitas subterrâneas na Praia da Vitória e na Horta.

11.1.5 Centros de Processamento de Resíduos das Flores e da Graciosa

Encerramento do processo relativo à empreitada de construção dos Centros de Processamento de Resíduos das Flores e da Graciosa.

11.1.6 Instalações e equipamento dos centros de processamento de resíduos

Melhoria das instalações e equipamento dos Centros de Processamento de Resíduos.

11.1.7 Operação dos centros de processamento e boas práticas de gestão de resíduos

Encargos com as concessões dos Centros de Processamento de Resíduos e com a compensação financeira ao transporte inter-ilhas de refugo.

11.1.8 Selagem e requalificação ambiental dos aterros de São Jorge

Selagem e requalificação ambiental e paisagística dos aterros municipais de resíduos urbanos das Velas e da Calheta, na ilha de São Jorge.

11.1.9 Selagem e requalificação ambiental do aterro do Faial

Selagem e requalificação ambiental e paisagística do aterro municipal de resíduos urbanos do Faial.

11.1.10 Monitorização das selagens de vazadouros de resíduos

Recuperação do coberto dos taludes da selagem da lixeira de Santa Cruz das Flores e conclusão da selagem do aterro do Corvo.

11.1.11 Cidadania ambiental ativa

Apoio às atividades das Organizações Não Governamentais de Ambiente.

11.1.12 Eco-Freguesia, freguesia limpa

Apoio financeiro às atividades das autarquias no âmbito o programa Eco-Freguesia, freguesia limpa.

11.1.13 Mobilidade elétrica do corpo de Vigilantes da Natureza

Aquisição de veículos elétricos para o corpo de Vigilantes da Natureza, a afetar aos Parques Naturais de Ilha.

11.2 Conservação da Natureza

11.2.1 Monitorização e Gestão do Património Natural e da Biodiversidade

Gestão da Rede Regional de Áreas Protegidas. Monitorização e gestão do património natural e da biodiversidade.

- 11.2.2 Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha e Reservas da Biosfera
Elaboração dos Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha e das Reservas da Biosfera
- 11.2.3 Reservas da Biosfera dos Açores
Promoção de sistemas de serviços ecológicos no âmbito das Reservas da Biosfera da Macaronésia.
- 11.2.4 Gestão e recuperação de espécies e habitats prioritários
Recuperação de espécies e habitats. Ações de controlo e erradicação de espécies invasoras. Estratégia Regional para o Controlo de Espécies Exóticas Invasoras. Realização de censos de fauna protegida. Estudo da biologia reprodutiva do Pombo Torcaz e do seu impacto na cultura da vinha. Ampliação do Jardim Botânico do Faial e reinstalação do Banco de Sementes dos Açores.
- 11.2.5 Projeto *LIFE Portugal Capacity Building*
Desenvolvimento do Projeto *LIFE Portugal Capacity Building* - LIFE14 CAP/PT/000004.
- 11.2.6 Apoios à manutenção de paisagens tradicionais em áreas classificadas
Apoios à reabilitação da paisagem tradicional da cultura da vinha em currais na ilha do Pico e à manutenção de paisagens sistema de incentivos à manutenção de paisagens tradicionais da cultura da vinha, em currais e em socalcos, e de pomares de espécies tradicionais, situadas em áreas de paisagem protegida e em fajãs costeiras, integradas nos parques naturais de ilha, e em reservas da biosfera.
- 11.2.7 Recuperação de trilhos e infraestruturas de apoio da Fajã de Santo Cristo
Recuperação dos trilhos tradicionais e instalação de uma zona de apoio, acolhimento e descanso para visitantes na Fajã da Caldeira de Santo Cristo, em São Jorge.
- 11.2.8 Desvio de caminho rural no Barreiro da Faneca, Santa Maria
Desvio de caminho rural na área de Paisagem Protegida do Barreiro da Faneca, em Santa Maria.
- 11.2.9 Atlas da Biologia Reprodutiva da Flora Macaronésica
Projeto MACFLOR - Atlas da Biologia Reprodutiva da Flora Macaronésica e Aplicações na Conservação. Marcadores de Vigor e Ameaça com a Análise de Paternidade Genética.
- 11.2.10 Rede de Observação e Centros de Reabilitação de Aves Selvagens
Rede de Observação de Aves dos Açores (ROA) e Centros de Reabilitação de Aves Selvagens (CERAS).
- 11.2.11 Rede Regional de Ecotecas e Centros Ambientais
Rede Regional de Centros Ambientais, incluindo centros de interpretação e de visitação. Rede Regional de Ecotecas.

11.2.12 Casa dos Vulcões

Construção e instalação dos conteúdos expositivos da Casa dos Vulcões, na ilha do Pico.

11.2.13 Adaptação da Fábrica da Baleia de Porto Pim

Adaptação da Fábrica da Baleia de Porto Pim a núcleo museológico, incluindo exposição sobre a biologia do cachalote.

11.2.14 Zona de apoio às descidas e estacionamento da Montanha do Pico

Construção de zona de apoio às descidas e de uma área para estacionamento de viaturas na Montanha do Pico.

11.2.15 Exposição do Centro de Monitorização e Investigação das Furnas

Conceção e instalação de uma nova exposição temática no Centro de Monitorização e Investigação das Furnas.

11.3 Recursos Hídricos

11.3.1 Monitorização e manutenção da rede hidrográfica

Desenvolvimento de ações de monitorização, limpeza e manutenção da rede hidrográfica, com recurso à estrutura operativa da administração regional.

11.3.2 Rede de monitorização do ciclo hidrológico

Conclusão da Rede Hidrometeorológica dos Açores.

11.3.3 Monitorização qualitativa das massas de água interiores e de transição

Monitorização qualitativa das massas de água interiores e de transição, em cumprimento das obrigações decorrentes da Diretiva Quadro da Água e do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores.

11.3.4 Monitorização do estado trófico das lagoas

Realização de amostragens físico-químicas das massas de água das lagoas de São Miguel, Pico, Flores e Corvo. Sistema de arejamento da Lagoa das Furnas. Equipamento e funcionamento do Laboratório dos Recursos Hídricos.

11.3.5 Controlo da biomassa e dos níveis de nutrientes nas lagoas

Conceção e desenvolvimento de um sistema de ultrassons para controlo de algas e de uma unidade móvel de filtração de nutrientes para as lagoas de São Miguel.

11.3.6 Desvio de afluentes da Ribeira do Salto da Inglesa, Furnas

Empreitada de construção de canal de desvio de afluentes da Ribeira do Salto da Inglesa e de consolidação do leito e margens do canal do Salto do Fojo, nas Furnas.

11.3.7 Florestação na bacia hidrográfica da Lagoa das Furnas

Florestação de 61 hectares na bacia hidrográfica da Lagoa das Furnas, utilizando exclusivamente espécies endémicas.

11.3.8 Reabilitação da rede hidrográfica de São Miguel

Conclusão da empreitada de construção de passagem hidráulica da Ribeira da Lomba, na Povoação, e empreitada de retenção de caudais, reperfilamento do leito e construção de passagens hidráulicas na Grota da Cancela, no Nordeste.

11.3.9 Requalificação da rede hidrográfica do Pico

Empreitada de requalificação da Ribeira da Areia, na Prainha. Empreitadas de contenção de fluxos detríticos da Ribeira do Dilúvio (fase 2) e das ribeiras Grande e Nova, em São Caetano.

11.3.10 Requalificação da rede hidrográfica das Flores

Conclusão da empreitada de Requalificação da Fajãzinha e desassoreamento das ribeiras Grande e do Campanário.

11.3.11 Requalificação da rede hidrográfica da Terceira

Conclusão da empreitada de requalificação da Grota de Francisco Vieira, no Raminho. Empreitada de gestão de águas pluviais na Grota da Chouriça, na Ribeirinha.

11.3.12 Requalificação da rede hidrográfica do Faial

Empreitada de requalificação da ribeira dos Flamengos.

11.4 Ordenamento do Território

11.4.1 Avaliação e revisão de instrumentos de gestão territorial

Processos de avaliação, alteração e revisão de instrumentos de gestão territorial.

11.4.2 Informação e monitorização do território

Desenvolvimento de Plataforma de Informação, Monitorização e Avaliação do Território. Elaboração da carta de ocupação do solo dos Açores.

11.4.3 Sistemas de monitorização alerta de riscos naturais

Monitorização da Maia, Praia Formosa e Panasco, em Santa Maria. Sistema de monitorização, alerta e alarme para a segurança dos visitantes da Furna do Enxofre, na Graciosa. Acompanhamento permanente das estações da rede hidrometeorológica para conhecimento atempado do ciclo hidrológico e alerta de movimentos de vertentes. Avaliar e acompanhar a evolução da perigosidade geomorfológica em locais de elevada suscetibilidade, correspondentes a situações com risco conhecido para pessoas e bens (*Azmonirisk* - Monitorização das Zonas de Risco dos Açores).

11.4.4 Informação geodésica, produção cartográfica e cadastro predial

Desenvolvimento de plataforma de informação geodésica. Aquisição de fotografia aérea para produção cartográfica. Informatização do Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica dos concelhos de Ponta Delgada, Lagoa, Vila Franca do Campo e Ribeira Grande. Execução do Cadastro Predial das Áreas Sensíveis dos Açores (áreas protegidas e zonas de intervenção de planos especiais de ordenamento do território).

11.4.5 Rede de estações permanentes GNSS

Manutenção, alargamento e modernização da Rede de Estações Permanentes da Região Autónoma dos Açores (REPRAA). A REPRAA providencia dados GNSS (Global Navigation Satellite System) para pós-processamento e serviços de dados em tempo real.

11.4.6 Sistema Regional de Informação Geográfica

Infraestrutura do Sistema Regional de Informação Geográfica. Formação e capacitação de agentes da administração.

11.4.7 Sistemas e infraestruturas de Informação e Comunicação

Infraestruturas informática e de comunicações. Manutenção, atualização e desenvolvimento das plataformas informáticas e de informação geográfica.

11.5 Eficiência Energética

11.5.1 Política Energética Regional

Criação da Estratégia Açoriana de Energia para 2030 (EAE 2030). Acompanhamento e participação em projetos e congressos de desenvolvimento da política energética da Região no contexto Nacional e Europeu, no âmbito das *Smart Islands*.

11.5.2 Eficiência Mais

Programa de incentivo à eficiência energética nas famílias, organizações, empresas e administração pública.

11.5.3 SCE - Sistema de Certificação Energética de Edifícios

Otimização do Sistema Regional de Certificação Energética de Edifícios (SCE) em parceria com setores estratégicos.

11.5.4 Eficiência Energética nos Edifícios e Vias Públicas - 3EVP

Programa de Eficiência Energética nos Edifícios e Vias Públicas, com o objetivo de otimizar o consumo de energia e incrementar o nível de eficiência energética dos edifícios que envolvem os organismos e serviços da Administração Pública, contemplando, também as vias públicas através de soluções tecnológicas que reduzem o consumo energético e custos.

O programa prevê a aquisição de equipamentos e de serviços com vista à monitorização e conseqüente divulgação dos consumos energéticos de edifícios e vias públicas, conforme imposição do DLR n.º 23/2011/A, de 13 de julho, e ainda, a redução de custos em setores estratégicos da economia alinhado com a RIS3, fomentado a competitividade das empresas e a redução da despesa pública.

11.5.5 Inovação e tecnologia no setor energético – *InovTechEnergy*

Programas e projetos mobilizadores em setores tecnologicamente avançados que contribuam para uma promoção da eficiência energética e integração de fontes de energia renovável e endógena, com o objetivo de promover a competitividade da economia regional aplicada ao setor energético, envolvendo os principais atores de sistemas de inovação “quadrupla hélice” que consistem em quatro pilares do ecossistema de inovação: Instituições do sistema científico e tecnológico; Empresas; Administração Pública e Sociedade.

11.5.6 Qualificação, capacitação e formação

Fortalecer o capital humano para potenciar massa crítica no domínio da energia, nomeadamente, na eficiência energética e energias renováveis.

11.6 **EcoMob(in)Azores**

11.6.1 Mobilidade Elétrica, Inteligente e Sustentável

Implementar programa da mobilidade elétrica, inteligente e sustentável.

Potenciar os Açores, no contexto dos espaços insulares europeus, como um verdadeiro *Living Lab* de soluções para a mobilidade elétrica.

11.7 **Serviços Energéticos**

11.7.1 Combustíveis, eletricidade e ascensores

Gestão da segurança e qualidade do abastecimento nas áreas de combustíveis, eletricidade e ascensores.

Melhorar a Sustentabilidade, a Utilização dos Recursos e as
Redes do Território

Programa 12 - Prevenção de Riscos e Proteção Civil

Programação financeira

Programa/Projeto		Investimento Público	Plano	Euro
				Outros Fundos
12	Prevenção de Riscos e Proteção Civil	7.248.162	7.248.162	
12.1	Equipamentos e Comunicações	870.000	870.000	
12.2	Infraestruturas	2.425.662	2.425.662	
12.3	Protocolos e Apoios	3.847.500	3.847.500	
12.4	Formação	105.000	105.000	

Programação material

12.1 Equipamentos e Comunicações

12.1.1 Viaturas de Emergência

Aquisição de ambulâncias de socorro e de viaturas de suporte imediato de vida equipadas.

12.1.2 Viaturas dos Corpos de Bombeiros

Apoio às AHBV da RAA para garantir a operacionalidade das viaturas dos corpos de bombeiros.

12.1.3 Equipamentos para o Serviço Regional Proteção Civil

Aquisição de meios e recursos de apoio às atividades de proteção civil.

12.1.4 Equipamentos para as AHBV

Aquisição de equipamentos e fardamento para os bombeiros dos corpos de bombeiros, dado o desgaste que o mesmo é sujeito durante as intervenções nas diversas ocorrências.

12.1.5 Radiocomunicações do SRPCBA

Radiocomunicações do SRPCBA. Aquisição de software estatístico e respetiva remodelação de hardware para manutenção dos padrões atuais.

12.2 Infraestruturas

12.2.1 Beneficiação e Reparação de Quartéis das AHBV da RAA

Beneficiação e reparação das instalações das AHBV da RAA.

12.2.2 Centro de Formação de Proteção Civil e Bombeiros

Dotação do centro de formação de proteção civil e bombeiros dos açores com módulos necessários à implementação da formação dos bombeiros e a manutenção das infraestruturas existentes.

12.2.3 Ampliação e Requalificação do Quartel da AHBV de Santa Cruz das Flores

Ampliação e requalificação do quartel da AHBV DE Santa Cruz das Flores.

12.2.4 Construção do Quartel de Bombeiros da AHBV da Povoação

Construção do quartel de bombeiros da AHBV da Povoação.

12.2.5 Construção do quartel de bombeiros da AHBV do Faial

Construção do quartel de bombeiros da AHBV do Faial.

12.2.6 Remodelação e Ampliação das Instalações da AHBV de Santa Maria

Remodelação e ampliação das instalações da AHBV's de Santa Maria.

12.2.7 Ampliação do Quartel de Bombeiros das Lajes do Pico

Ampliação do quartel de bombeiros das Lages do Pico.

12.3 Protocolos e Apoios

12.3.1 CIVISA

Execução do protocolo com o CIVISA.

12.3.2 Apoios ao Transporte Terrestre de Emergência

Apoios referentes ao transporte terrestre de emergência.

12.3.3 Fundo Emergência

Ação destinada a garantir o auxílio financeiro em caso de catástrofe ou acidente grave.

12.3.4 Linha de Saúde Açores

Manutenção e expansão da linha telefónica de triagem e aconselhamento para a população, levando em linha de conta a orientação da comunidade europeia da criação da e- saúde. Pagamento de pessoal afeto à linha de emergência.

12.3.5 Apoios

Execução de protocolos com diversas entidades, apoio a provas de desporto automóvel e apoios pontuais.

12.3.6 Suporte Imediato de Vida

Pagamento de despesas (pessoal e funcional) do suporte imediato de vida na RAA.

12.4 Formação

12.4.1 Formação de Profissionais do SRPCBA

Formação e recertificação de pessoal do SRPCBA em áreas específicas.

12.4.2 Formação dos Corpos de Bombeiros da RAA

Formação dos corpos de bombeiros da RAA.

12.4.3 Formação à População

Informação e formação à população sobre riscos, medidas de autoproteção, mitigação de danos, assim como em matéria de proteção civil, primeiros socorros e suporte básico de vida.

12.4.4 Sensibilização à População

Sensibilização à população sobre os riscos inerentes à RAA.

Melhorar a Sustentabilidade, a Utilização dos Recursos e as Redes do Território

Programa 13 - Assuntos do Mar

Programação financeira

Programa/Projeto		Investimento Público	Plano	Euro
				Outros Fundos
13	Assuntos do Mar	18.357.831	17.342.760	1.015.071
13.1	Gestão e Requalificação da Orla Costeira	12.934.355	11.919.284	1.015.071
13.2	Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha	935.306	935.306	
13.3	Escola do Mar dos Açores	4.488.170	4.488.170	

Programação material

13.1 Gestão e Requalificação da Orla Costeira

13.1.1 Gestão e requalificação das zonas costeiras

Despesas relacionadas com o acompanhamento dos processos e intervenções de gestão e requalificação das zonas costeiras. Conclusão de projetos cofinanciados.

13.1.2 Gestão de zonas balneares

Gestão de zonas balneares da RAA.

13.1.3 Resposta a intempéries e outras situações extraordinárias

Resposta a danos na orla costeira causados por intempéries e fenómenos de erosão costeira e execução de intervenções extraordinárias de requalificação da orla costeira.

13.1.4 Proteção Costeira adjacente ao Hotel Serviflor, Flores

Conclusão dos trabalhos da empreitada.

13.1.5 Proteção Costeira e Requalificação do Porto de São Lourenço, Santa Maria

Conclusão dos trabalhos da empreitada.

- 13.1.6 Proteção e estabilização dos taludes na orla costeira da Maia, norte do porto, Santa Maria
Conclusão dos trabalhos da empreitada.
- 13.1.7 Requalificação costeira da costa sul de São Miguel, arriba adjacente ao adro da igreja de São Roque
Conclusão dos trabalhos da empreitada.
- 13.1.8 Proteção e estabilização da zona costeira da Barra, Santa Cruz da Graciosa
Continuação dos trabalhos da empreitada.
- 13.1.9 Proteção Costeira da Rotunda do Porto da Casa, Corvo
Conclusão dos trabalhos da empreitada.
- 13.1.10 Estabilização da orla costeira do Porto do Salão, Faial
Conclusão dos trabalhos da empreitada.
- 13.1.11 Retenção norte da proteção do troço a norte do Porto de Pescas da Maia, Santa Maria
Lançamento dos procedimentos, adjudicação e conclusão dos trabalhos.
- 13.1.12 Requalificação costeira da costa norte de São Miguel, Rabo Peixe
Execução de diversas intervenções integradas de requalificação costeira na freguesia de Rabo de Peixe.
- 13.1.13 Estabilização da orla costeira sobranceira à Irmandade da Coroa do Espírito Santo, São João, Pico
Conclusão dos trabalhos da empreitada.
- 13.1.14 Enrocamento da Marginal de Vila Franca do Campo, São Miguel
Contrato ARAAL celebrado com o município de Vila Franca do Campo para execução da empreitada.
- 13.1.15 Proteção costeira da Baía do Fanal, Terceira
Contrato ARAAL celebrado com o município de Angra do Heroísmo para execução da empreitada.
- 13.1.16 Proteção costeira e requalificação da zona adjacente ao Porto Novo, Corvo
Contrato ARAAL a celebrar com o município do Corvo para execução da empreitada.
- 13.1.17 Reforço da Proteção costeira e reabilitação da foz da Ribeira do Guilherme, São Miguel
Lançamento dos procedimentos, adjudicação e conclusão dos trabalhos.

13.2 Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha

13.2.1 Programa Estratégico para o Ambiente Marinho dos Açores – PEAMA

Continuação dos trabalhos associados à execução do Programa Estratégico para o Ambiente Marinho dos Açores (PEAMA).

13.2.2 Cooperação institucional, promoção e educação ambiental marinha e ciência cidadã

Despesas relacionadas com as atividades de cooperação institucional, promoção, educação ambiental e ciência cidadã, no âmbito das valências do mar.

13.2.3 Ordenamento do espaço marítimo dos Açores

Elaboração do Plano de Situação, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional (LBOGEM), no Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março e na Diretiva n.º 2014/89/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014, que estabelece um quadro para o ordenamento do espaço marítimo, incluindo a realização de uma avaliação ambiental estratégica. Elaboração de um plano de sustentabilidade para a gestão do Parque Marinho dos Açores.

13.2.4 Programas de Monitorização e Medidas da DQEM e ação ambiental marinha dos Parques Naturais

Despesas relacionadas com a implementação de programas de monitorização e medidas da Diretiva-Quadro da Estratégia Marinha, bem como com as atividades no âmbito da ação ambiental marinha dos Parques Naturais.

13.2.5 Infraestruturas e equipamentos

Atualização tecnológica de instalações e equipamentos

13.2.6 Projeto PLASMAR

Execução do Projeto PLASMAR (Bases para la PLANificación Sostenible de áreas MARinas en la Macaronesia), iniciativa que envolve diversas entidades nos Açores, Madeira e Canárias e cujo objetivo é desenvolver metodologias de ordenamento do espaço marítimo ao nível da Macaronésia.

13.2.7 Projeto Luminaves

Execução do Projeto Luminaves (Contaminación lumínica y conservación en los archipiélagos de la Macaronesia: reduciendo los efectos nocivos de la luz artificial sobre las poblaciones de aves marinas) que visa a implementação de uma abordagem comum, ao nível da Macaronésia, que permita mitigar os efeitos da poluição luminosa nas populações de aves marinhas.

13.2.8 Projeto Marcet

Execução do Projeto Marcet (Red Macaronésica de Transferencia de Conocimientos y Tecnologías Interregional y Multidisciplinar para proteger, vigilar y monitorizar los cetáceos y el medio marino, y analizar y explotar de forma

sostenible) que visa a implementação de uma abordagem comum, ao nível da Macaronésia, que permita dar uma resposta adequada a fenómenos de arrojamento de cetáceos, tartarugas e outros animais.

13.2.9 Projeto Mystic Seas II

Execução do projeto Mystic Seas II, iniciativa relativa à implementação do 2.º ciclo da Diretiva-Quadro de Estratégia Marinha.

13.3 Escola do Mar dos Açores

13.3.1 Escola do Mar

Continuação dos trabalhos e atividades associados à instalação da Escola do Mar dos Açores.

Melhorar a Sustentabilidade, a Utilização dos Recursos e as Redes do Território

Programa 14 - Transportes, Obras Públicas e Infraestruturas Tecnológicas

Programação financeira

Programa/Projeto		Investimento Público	Plano	Euro
				Outros Fundos
14	Transportes, Obras Públicas e Infraestruturas Tecnológicas	156.246.065	127.575.669	28.670.396
14.1	Construção de Estradas Regionais	32.700.931	32.700.931	
14.2	Reabilitação de Estradas Regionais	14.083.011	14.083.011	
14.3	Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária	1.865.277	1.051.677	813.600
14.4	Integração Paisagística de Zonas Adjacentes às ER	565.000	565.000	
14.5	Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários	38.586.451	10.729.655	27.856.796
14.6	Gestão dos Aeródromos Regionais	1.973.882	1.973.882	
14.7	Serviço Público de Transporte Aéreo e Marítimo Inter-ilhas	41.609.977	41.609.977	
14.8	Dinamização dos Transportes	253.800	253.800	
14.9	Tecnologias de Informação e Comunicação	3.022.547	3.022.547	
14.10	Sistemas de Informação e de Comunicações	76.500	76.500	
14.11	Laboratório Regional de Engenharia Civil	434.689	434.689	
14.12	Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos	4.735.000	4.735.000	
14.13	Cooperação com Diversas Entidades	4.339.000	4.339.000	
14.14	Coesão Territorial - Transportes	12.000.000	12.000.000	

Programação material

14.1 Construção de Estradas Regionais

14.1.1 SCUT'S

Execução do contrato de concessão rodoviária em São Miguel.

14.1.2 Acesso ao Porto de Pescas de Vila Franca do Campo

Construção do acesso ao Porto de Vila Franca do Campo, incluindo as intervenções de desmonte e montagem dos pavilhões das entidades existentes no local.

14.1.3 Acessibilidades Furnas-Povoação

Desenvolvimento do Projeto das Acessibilidades Furnas - Povoação.

14.2 Reabilitação de Estradas Regionais

14.2.1 Beneficiação de Pavimentação de ER em Santa Maria

Manutenção e requalificação das ER's de Santa Maria.

14.2.2 Beneficiação de Pavimentação de ER em São Miguel

Manutenção e requalificação das ER's de S Miguel.

14.2.3 Reabilitação de ER da RAA

Desenvolvimento de projetos para a reabilitação de ER's.

14.2.4 Beneficiação de pavimentação de ER na Terceira

Manutenção e requalificação das ER's da Terceira.

14.2.5 Beneficiação de Pavimentação de ER em São Jorge

Manutenção e requalificação das ER's de S Jorge.

14.2.6 Beneficiação de Pavimentação de ER na Graciosa

Manutenção e requalificação das ER's de Graciosa.

14.2.7 Beneficiação de Pavimentação de ER no Pico

Manutenção e requalificação das ER's do Pico.

14.2.8 Beneficiação de Pavimentação de ER no Faial

Manutenção e requalificação das ER's do Faial.

14.2.9 Beneficiação de Pavimentação de ER no Corvo

Manutenção e requalificação das ER's do Corvo.

14.2.10 Beneficiação de Pavimentação de ER nas Flores

Manutenção e requalificação das ER's das Flores.

14.2.11 Requalificação da Rede Viária

Requalificação da Rede Viária e Manutenção preventiva das ER's.

- 14.2.12 Qualificação do Parque de Máquinas da SRTOP
Adequação da frota afeta a intervenções nas ER's e equipamentos públicos.
- 14.2.13 Calamidades em Estradas Regionais
Intervenções em ER's decorrentes dos danos provocados pelas intempéries.
- 14.2.14 Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento de Santa Maria
Desenvolvimento de empreitadas de requalificação e modernização dos circuitos logísticos.
- 14.2.15 Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento de São Miguel
Desenvolvimento de empreitadas de requalificação e modernização dos circuitos logísticos.
- 14.2.16 Ligação inter-concelhia Nordeste e a Povoação
Empreitada de requalificação e modernização da LIGAÇÃO inter-concelhia entre o Nordeste e a Povoação.
- 14.2.17 Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento da Terceira
Desenvolvimento de empreitadas de requalificação e modernização dos circuitos logísticos.
- 14.2.18 Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento de São Jorge
Desenvolvimento de empreitadas de requalificação e modernização dos circuitos logísticos.
- 14.2.19 Requalificação da ER 3-2ª Longitudinal – Pico
Empreitada de requalificação da ER 3-2ª Longitudinal na ilha do Pico.
- 14.2.20 Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento de Faial
Desenvolvimento de empreitadas de requalificação e modernização dos circuitos logísticos.
- 14.2.21 Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento do Corvo
Desenvolvimento de empreitadas de requalificação e modernização dos circuitos logísticos.
- 14.2.22 Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento de Flores
Desenvolvimento de empreitadas de requalificação e modernização dos circuitos logístico.
- 14.2.23 Modernização de Máquinas e Viaturas
Modernização do parque de máquinas e viaturas da SRTOP.
- 14.2.24 Sinalização Horizontal e Vertical em ER
Aplicação de pintura termoplástica em ER e aquisições de sinalização vertical, para reforço da segurança.

14.3 Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária

14.3.1 Prestação de Serviços de Transporte Regular de Passageiros

Prestação de serviços de transporte regular coletivo de passageiros. Continuar, e alargar gradualmente, o sistema de passes sociais. Apoio a ações e campanhas de sensibilização dos condutores e população em geral para a temática da prevenção dos acidentes rodoviários e para a adoção de comportamentos que contribuam para um ambiente rodoviário seguro. Implementação de nova solução informática de Gestão de Contraordenações Rodoviárias e do Sistema de Registo de Infrações do Condutor.

14.4 Integração Paisagística de Zonas Adjacentes às ER

14.4.1 Espaços Públicos

Manutenção de diversos espaços públicos. Requalificação de diversos espaços públicos.

14.4.2 Integração paisagística da rede viária regional

Integração paisagística da rede viária regional Integração paisagística e urbanística da rede viária regional, incluindo o desenvolvimento de pontos turísticos.

14.5 Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários

14.5.1 Porto e Marina de Ponta Delgada

Apoio aos investimentos a realizar no porto, destacando-se o reforço do manto de proteção do molhe cais, o reperfilamento do cais -10m (ZH).

14.5.2 Porto da Praia da Vitória

Apoio aos investimentos a realizar no porto, destacando-se a melhoria da operacionalidade e segurança do Porto, o terminal marítimo de passageiros e estacionamento de apoio e o desenvolvimento do projeto "Azores Atlantic Hub".

14.5.3 Porto, Marina e Baía de Angra do Heroísmo

Apoio aos investimentos a realizar no porto, destacando-se a construção da rampa para navios ro-ro e ferry e trabalhos complementares de adaptação da infraestrutura à operação de transporte marítimo de passageiros e viaturas.

14.5.4 Porto, Marina e Baía da Horta

Apoio aos investimentos a realizar no porto e na marina, destacando-se a requalificação do porto comercial, a instalação de cabeços de amarração na Ponte-Cais do porto e intervenções em diversos edifícios.

14.5.5 Porto de São Roque

Apoio aos investimentos a realizar no porto, destacando-se a instalação de cabeços de amarração e a ultimação do projeto do novo terminal de passageiros,

visando melhores condições de operacionalidade e de eficácia no embarque e desembarque de passageiros e veículos, cumprindo também os requisitos de segurança da operação na área portuária.

14.5.6 Porto de Velas

Apoio aos investimentos a realizar no porto, destacando-se o aumento do terraplano e a ampliação do cais comercial de velas em 150 metros, construção da nova gare de passageiros, visando aumentar a segurança, comodidade e eficiência operacional.

14.5.7 Porto da Calheta de São Jorge

Apoio aos investimentos a realizar no porto, destacando-se a construção da rampa ro-ro.

14.5.8 Porto das Lajes das Flores

Apoio aos investimentos a realizar no porto, destacando-se a melhoria das condições de enchimento e armazenamento de combustíveis com destino ao Corvo e das redes de abastecimento de água e de incêndios.

14.5.9 Porto das Poças nas Flores

Requalificação do Porto das Poças para melhoria das condições de operacionalidade e segurança da infraestrutura.

14.5.10 Porto da Casa no Corvo

Prolongamento do molhe, cais e alargamento da plataforma do porto, melhorando as condições de abrigo, operacionalidade e segurança.

14.5.11 Aquisição de Diversos Equipamentos para Portos e Marinas

Aquisição de equipamentos diversos visando, nomeadamente, a melhoria da operação portuária.

14.5.12 Aeroporto da Ilha do Pico

Apoio aos investimentos a realizar no aeródromo visando a melhoria da sua operacionalidade e segurança, destacando-se "grooving" da pista, a regularização da faixa SRTIP no fim da pista e a instalação de equipamentos diversos, tais como equipamento para o SSLCI e para estação meteorológica.

14.5.13 Aeródromo da Ilha de São Jorge

Apoio aos investimentos a realizar no aeródromo visando a melhoria da sua operacionalidade e segurança, destacando-se a construção do reservatório para reforço do abastecimento ao aeródromo e a aquisição de equipamentos diversos, tais como o sistema de sinalização de prevenção de emergência.

14.5.14 Aeródromo da Ilha da Graciosa

Apoio aos investimentos a realizar no aeródromo visando a melhoria da sua operacionalidade e segurança, destacando-se a construção da Torre de Controlo, a construção do reservatório para reforço do abastecimento ao aeródromo, o

início da construção da nova Aerogare e a aquisição de equipamentos diversos, tais como o equipamento de meteorologia, equipamento para o SSLCI e sistema de sinalização de prevenção de emergência.

14.5.15 Aeródromo da Ilha das Flores

Impermeabilização do lado ar da Aerogare e aquisição de DAE.

14.5.16 Aeródromo da Ilha do Corvo

Apoio aos investimentos a realizar no aeródromo visando a melhoria da sua operacionalidade e segurança, destacando-se a repavimentação da pista, pavimentação da posição de espera da viatura de salvamento e combate a incêndios, início da construção do Quartel de Bombeiros, bem como a aquisição de equipamentos diversos, tais como o equipamento para o SSLCI e sistema de sinalização de prevenção de emergência.

14.5.17 Aerogare Civil das Lajes

Apoio ao processo de gestão integrada da Aerogare Civil das Lajes.

14.5.18 Construção do Terminal de Carga da Aerogare Civil das Lajes

Construção de um Terminal de Carga da Aerogare Civil das Lajes.

14.6 Gestão dos Aeródromos Regionais

14.6.1 Concessão da Exploração dos Aeródromos da Região Autónoma dos Açores

Concessão da gestão e exploração dos aeródromos regionais.

14.7 Serviço Público de Transporte Aéreo e Marítimo Inter-ilhas

14.7.1 Concessão do Transporte Aéreo de Passageiros, Carga e Correio Inter-ilhas

Obrigações de serviço público de transporte aéreo inter-ilhas.

14.7.2 Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e Viaturas Inter-ilhas

Fornecimento do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas na Região Autónoma dos Açores.

14.7.3 Aquisição de Navios para o Transporte de Passageiros e Viaturas Inter-ilhas

Aquisição de navios para o transporte de passageiros e viaturas inter-ilhas.

14.8 Dinamização dos Transportes

14.8.1 Desenvolvimento de Sistemas de Apoio à Monitorização nos Portos dos Açores

Otimização da rede de boias ondógrafo, concretizando a sua integração no sistema de gestão e monitorização dos portos dos Açores.

14.8.2 Plano Integrado dos Transportes

Prosseguir o desenvolvimento de interfaces aplicacionais para a integração de informação dos diversos agentes de transporte na Região. Desenvolvimento de novos sistemas de bilhética inteligentes e de sistemas de informação para o utilizador final.

14.9 Tecnologias de Informação e Comunicação

14.9.1 Desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação

Ações de Desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação.

Desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação.

14.9.2 Autonomia Digital Açores

Desenvolvimento de tecnologias de Informação e Comunicações no âmbito da PAAD. (Plataforma Autonomia Digital).

14.9.3 Nova rede de dados da RAA

Modernização com vista a incrementar a segurança e viabilidade na infraestrutura de armazenamento de dados para a Região e desenvolvimento da aplicação móvel - Alert4Azores.

14.10 Sistemas de Informação e de Comunicações

14.10.1 Melhoria dos sistemas informáticos

Melhoria dos sistemas tecnológicos, nomeadamente a rede do GRA.

14.10.2 Comunicações

Licenças de comunicações e manutenção de equipamentos – 2016.

14.11 Laboratório Regional de Engenharia Civil

14.11.1 I&DI - Engenharia Civil

Desenvolvimento de novos Projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação, Aquisição de equipamentos para as Unidades Laboratoriais (Metrologia, Materiais de Construção, Geotecnia, Prospeção, Estruturas Sísmicas e Misturas Betuminosas), Sala de Formação ITED, Promoção da Divulgação e Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico.

14.11.2 Infraestruturas e Equipamentos

Manutenção das Infraestruturas e Equipamentos afetos ao LREC, Implementação, desenvolvimento e manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade do LREC, Estudos e Pareceres, Ensaios de Comparação Interlaboratorial, Calibrações de Equipamentos.

14.11.3 MICNEI - Minimização de impactos de catástrofes naturais em edificado e infraestruturas

O projeto tem como objetivos: A1 - Desenvolvimento de orientações e formulário de determinação das necessidades de alojamento e danos no edificado; A2 - Determinação dos sistemas de contenção provisória adequados às situações correntes de dano; e A3 - Desenvolvimento de um manual de reforço de edifícios em alvenaria.

14.11.4 SESSPeCo - Sensibilização para o efeito dos sismos na segurança de pessoas e construções

O projeto tem como objetivo a sensibilização para o efeito da ação sísmica em construções, seu conteúdo e ocupantes junto de alunos do ensino básico, secundário e universitário. Para o efeito, propõe-se a realização de ensaios em escolas de todo o Arquipélago, em que modelos construídos pelos alunos de cada estabelecimento de ensino são sujeitos a uma ação do tipo sísmica, aplicada por uma mesa sísmica de pequenas dimensões.

14.11.5 DECISIONLARM – Desenvolvimento de um sistema de apoio à decisão e alarme a movimentos de vertente com o recurso à monitorização cinemática e hidrológica e à modelação hidrológica e geotécnica

O objetivo geral do projeto consiste em desenvolver um sistema de alerta e alarme protótipo baseado em modelos dinâmicos de estabilidade através do estudo da precipitação, das oscilações do nível de água nos potenciais planos de rotura e das deformações do solo para o desenvolvimento de um sistema de apoio à decisão para a previsão de movimentos de vertente.

14.11.6 MACASTAB - Bases para a elaboração de um guia metodológico para a gestão do risco natural produzido pela instabilidade de vertentes e taludes de natureza vulcânica na Macaronésia

Promoção da adaptação às alterações climáticas e a sua prevenção e a gestão de riscos, promover o investimento na área de riscos específicos e desenvolver sistemas de gestão de desastres. O objetivo final será a elaboração de um guia metodológico para a gestão do risco natural produzido por instabilidade de vertentes.

14.12 Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos

14.12.1 Requalificação de Edifícios Públicos

Requalificação, reparação e manutenção de edifícios públicos.

14.12.2 Casa da Autonomia

Implementação da Casa da Autonomia, incluindo o projeto de interiorismo e museologia.

14.13 Cooperação com Diversas Entidades

14.13.1 Contratos Programa com a SPRHI SA - Rede Viária

Transferências orçamentais para a SPRHI, nos termos dos contratos programas celebrados com a RAA.

14.13.2 Contratos de Cooperação com Diversas Entidades

Apoios a diversas Entidades de Interesse Coletivo.

14.14 Coesão Territorial – Transportes

14.14.1 Promoção da Coesão Territorial - Transportes

Transferências para o FRACDE - Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico para o desenvolvimento de ações destinadas a promover a coesão económica entre as ilhas da Região, assumindo particular destaque o apoio ao regular abastecimento de bens essenciais às populações das diversas ilhas, nomeadamente combustíveis, açúcar, farinha, cimento e o transporte de carga gerada na Região com destino ao Corvo.

Modernizar a Comunicação Institucional, Reforçar a Posição dos Açores no Exterior e Aproximar as Comunidades

Programa 15 – Informação e Comunicação

Programação financeira

Programa/Projeto		Investimento Público	Plano	Euro
				Outros Fundos
15	Informação e Comunicação	1.082.521	1.082.521	
15.1	Apoio aos Media	985.048	985.048	
15.2	Jornal oficial	97.473	97.473	

Programação material

15.1 Apoio aos Media

15.1.1 Programa de Apoio à Comunicação Social

Apoios a conceder aos Órgãos de Comunicação Social.

15.1.2 Plataforma Eletrónica de Comunicação como Cidadão

Reformulação do Portal do Governo e da Plataforma do Jornal Oficial - O portal do GRA desempenha uma missão fundamental na prestação de serviços digitais e no relacionamento dos cidadãos com o Governo, devendo consolidar-se como uma plataforma e-citizen. Pretende-se potenciar e alargar o leque de serviços online, facilitar a comunicação do cidadão com o GRA e, simultaneamente, promover a modernização administrativa, facilitar a presença web dos departamentos do GRA, promover a sua atuação transversal a par da capacidade de descoberta de conteúdos e da disponibilização de ferramentas para a participação cidadã.

15.2 Jornal Oficial

15.2.1 Acesso a base de dados jurídicos

Encargos com a disponibilização de acesso a bases de dados jurídicos pelos serviços da Administração Regional

Modernizar a Comunicação Institucional, Reforçar a Posição dos Açores no Exterior e Aproximar as Comunidades

Programa 16 - Relações Externas e Comunidades

Programação financeira

Programa/Projeto		Euro		
		Investimento Público	Plano	Outros Fundos
16	Relações Externas e Comunidades	850.555	850.555	
16.1	Projeção dos Açores no Mundo	204.555	204.555	
16.2	Afirmação dos Açores na Europa	230.000	230.000	
16.3	Emigrado e Regressado	73.000	73.000	
16.4	Identidade Cultural e Açorianidade	285.000	285.000	
16.5	Imigrado e Interculturalidade	58.000	58.000	

Programação material

16.1 Projeção dos Açores no Mundo

16.1.1 Relações com instituições e organizações internacionais

Dinamizar e aprofundar as relações com Estados, entidades territoriais, instituições e organismos externos com interesse económico e político estratégico, através da promoção externa da Região, do estabelecimento e aprofundamento de relações, atividades, protocolos, atribuição de apoios e/ou parcerias relevantes para aquele fim.

16.1.2 Projetos de Cooperação, mobilidade e internacionalização

Implementar o Conselho Açoriano para a Internacionalização, tendo em vista o planeamento e operacionalização de ações conducentes à internacionalização dos Açores. Reforçar a aproximação às representações diplomáticas e organizações internacionais presentes em Portugal para a promoção da Região. Captar para a Região, projetos de natureza internacional e implementar projetos de cooperação com entidades congéneres. Incrementar ações de valorização internacional dos Açores, em diversos domínios, numa ótica multidisciplinar.

Potenciar a mobilidade dos jovens açorianos através do apoio a estágios internacionais.

16.2 Afirmação dos Açores na Europa

16.2.1 Relações com organismos de cooperação inter-regional, organizações e instituições europeias

Assegurar um papel ativo no contexto de organizações de cooperação europeia e inter-regionais das quais a Região faz parte, ou possa vir a fazer. Construir alianças relevantes para a defesa dos interesses dos Açores e da ultraperiferia, assegurando, nomeadamente, a inscrição da realidade açoriana e ultraperiférica nos seus documentos estratégicos. Estabelecer e aprofundar relações, atividades, protocolos; atribuir apoios e promover parcerias com entidades territoriais congêneres e outras instituições e/ou entidades, nacionais ou estrangeiras, relevantes para o interesse da Região.

16.2.2 Aproximar os Açores da Europa

Estabelecer o Gabinete de Representação da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas, afirmando os Açores na União Europeia e nos seus órgãos e instituições, potenciando a formação de quadros da administração regional nos procedimentos legislativos e no funcionamento institucional europeu e acolhendo a participação de instituições, organismos públicos e privados, associações e demais entidades açorianas que assim o solicitem. Celebrar protocolos, estabelecer parcerias e atribuir apoios destinados à aproximação entre os Açores e a UE. Promover atividades em sinergia com instituições, organismos ou entidades, nacionais ou estrangeiras, relevantes neste âmbito.

16.2.3 Cidadania Europeia

Desenvolver projetos pioneiros com metodologias específicas consoante os públicos-alvo, concretizando ações formativas, educativas ou culturais no âmbito da Cidadania Europeia. Dinamizar espaços de informação e documentação, disponibilizando acervo e recursos didáticos relacionados, essencialmente, com a temática "Europa". Comemorar o Dia da Europa na Região Autónoma dos Açores e outras efemérides europeias relevantes, mobilizando forças vivas da sociedade civil. Desenvolver um ciclo de conferências europeias. Dinamizar os Clubes Europeus sediados na Região. Preparar o ano 2018 como o Ano Europeu do Património Cultural.

16.3 Emigrado e Regressado

16.3.1 Inclusão e Intervenção Social

Apoio aos emigrados e regressados, em diversas áreas, e realização de iniciativas que visem a plena integração nas sociedades de acolhimento.

16.3.2 Cooperação

Cooperação com entidades, instituições e organizações, sem fins lucrativos, com o objetivo da integração dos emigrantes e regressados açorianos nas sociedades de acolhimento; dinamização de iniciativas socioculturais.

16.3.3 Participação ativa na Diáspora

Realização e /ou apoio a iniciativas que promovam o debate e reflexão sobre as comunidades emigradas e regressadas, com vista à apresentação de linhas orientadoras de políticas e ação para a sua plena integração e participação ativa nas sociedades de acolhimento.

16.3.4 Iniciativas de promoção da integração

Apoio a projetos candidatos e realização de iniciativas que visem estudos sobre os movimentos emigratórios açorianos e/ou integração dos emigrantes e regressados açorianos nas diversas sociedades de acolhimento.

16.4 Identidade Cultural e Açorianidade

16.4.1 Juventude e Açorianidade

Realização e /ou apoio a intercâmbios entre agentes dos Açores e das comunidades emigradas; juventude; iniciativas que promovam o debate e reflexão sobre a Açorianidade no mundo e sua promoção; resgate do legado cultural.

16.4.2 Promoção dos Açores e sua Diáspora no mundo

Realização e /ou apoio a iniciativas que promovam a divulgação dos Açores no mundo, nas diversas áreas, e o conhecimento das comunidades açorianas da diáspora na Região.

16.4.3 Resgate, preservação e divulgação da Identidade Açoriana

Realização e /ou apoio a iniciativas que promovam o resgate e a preservação da identidade cultural açoriana no mundo, em especial onde existiram/existam comunidades açorianas; dinamização do movimento associativo comunitário da Diáspora Açoriana; divulgação e afirmação da Açorianidade nas sociedades de acolhimento.

16.4.4 Cooperação

Cooperação com Casas dos Açores; instituições sem fins lucrativos e/ou associações várias no âmbito da preservação e divulgação da identidade cultural açoriana; dinamização de iniciativas que visem promoção dos Açores e afirmação da Açorianidade e no mundo.

16.4.5 Relacionamento Açores/Comunidades/Açores e afirmação da Açorianidade

Apoio a projetos candidatos que visem a preservação e divulgação da cultura açoriana; projetos informativos sobre a RAA e sobre as suas comunidades

emigradas; intercâmbios entre agentes dos Açores e das comunidades; iniciativas que contribuam para o reforço da presença do Açores no mundo.

16.5 Imigrado e Interculturalidade

16.5.1 Integração e educação intercultural

Apoio aos imigrados na RAA, em diversas áreas, e realização de iniciativas que visem a plena integração na sociedade açoriana; a promoção da interculturalidade; a divulgação da diversidade cultural.

16.5.2 Cooperação

Cooperação com entidades, instituições e associações, sem fins lucrativos, com o objetivo da integração dos imigrados na RAA e preservação da identidade cultural dos mesmos; dinamização de iniciativas que visem a promoção da interculturalidade; o aprofundamento do relacionamento com os países de origem dos imigrantes residentes nos Açores.

16.5.3 Iniciativas de promoção da integração, diversidade e interculturalidade

Apoio a projetos candidatos e realização de iniciativas que visem estudos sobre movimentos migratórios na RAA e /ou integração dos imigrados e promoção da interculturalidade nos Açores.

V. OS PROGRAMAS E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS DISPONÍVEIS PARA A REGIÃO

PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020

O Portugal 2020 corresponde ao Acordo de Parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, no qual se estabelecem os princípios e as prioridades de programação para a política de desenvolvimento económico, social e territorial entre 2014 e 2020. Estes princípios estão alinhados com as prioridades definidas na Estratégia Europeia 2020 (Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo), com as Recomendações do Conselho a Portugal no âmbito do Semestre Europeu e com as prioridades no Programa Nacional de Reformas.

No âmbito do processo de programação regional e de acesso aos fundos comunitários durante o período 2014-2020, o Governo, enunciou as seguintes grandes prioridades estratégicas para o novo ciclo 2014-2020 (RCG n.º 44/2013 de 13 de maio de 2013), em articulação com as prioridades estratégicas para a política de coesão europeia:

Promoção de produção económica competitiva, preservando e consolidando as atividades baseadas nos recursos disponíveis e nas vantagens adquiridas, no progressivo robustecimento de uma fileira económica ligada ao mar, apostando-se complementarmente na inovação, na diversificação e em novos produtos e serviços de natureza transacionável, numa perspetiva de prosperidade e sustentabilidade das empresas e dos negócios geradores de empregabilidade efetiva e significativa do fator trabalho;

Desenvolvimento de estratégias de alargamento efetivo dos níveis de escolaridade e de formação dos jovens, reduzindo substancialmente o abandono escolar precoce, tendo por horizonte as metas fixadas a nível da europa comunitária;

Reforço das medidas de coesão social, conjugando a empregabilidade como uma estratégia sólida de inclusão social, promovendo em complemento a igualdade de oportunidades em termos gerais, a reabilitação e a reinserção social, a reconversão profissional, a conciliação entre a vida social e profissional, e a valorização da saúde como fator de produtividade e de bem-estar.

Promoção da sustentabilidade ambiental, observando as linhas de orientação e as metas comunitárias, em articulação estreita com o desenvolvimento de políticas orientadas para a competitividade dos territórios, modernização das redes e das infraestruturas estratégicas,

numa articulação funcional entre os espaços urbanos e os de natureza rural, num quadro de efetiva coesão territorial; Aprofundamento da eficiência e da qualidade dos sistemas sociais e coletivos, da proximidade do cidadão com a administração pública e da minimização dos custos de contexto e ainda de uma maior capacitação profissional e técnica dos agentes.

A Região Autónoma dos Açores acede ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e ao Fundo Social Europeu (FSE) através do PO Açores 2020, ao Fundo de Coesão (FC), através dos PO Temáticos da Competitividade e Internacionalização (PO CI) e da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR).

Ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) através do PRORURAL + e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) através de um programa operacional de âmbito nacional designado MAR 2020.

Há ainda a assinalar a participação da Região no Programa INTERREG V A - MAC (Madeira – Açores -Canárias) 2014-2020.

A seguir apresenta-se uma sinopse de cada uma das intervenções com apoio comunitário.



O PO Açores 2020 é um programa participado pelos fundos estruturais comunitários FEDER e FSE, para o período de programação 2014-2020, com execução na Região Autónoma dos Açores, tendo sido aprovado pela Comissão Europeia através da Decisão C (2014) 10176, de 18 de dezembro.

O Programa foi preparado pelo Governo dos Açores, sintetizando um conjunto muito amplo de consultas e contribuições de uma grande diversidade de agentes regionais, expressando as principais propostas em matéria de política regional de desenvolvimento para o futuro próximo, na observância das principais linhas de orientação da Estratégia Europeia 2020 e do Acordo de Parceria nacional.

A visão estratégica associada a este Programa Operacional assenta na ambição dos Açores em afirmarem-se como uma região europeia relevante, sustentando-se em 4 grandes linhas de orientação estratégica:

- Uma Região aberta e inovadora na utilização dos recursos endógenos, materiais e imateriais, com um nível de produção económica que lhe permita ascender a um patamar superior no contexto regional europeu, em que a economia assente numa

base económica de exportação, dinâmica, integrada e diversificada, ultrapassando os constrangimentos do limitado mercado interno;

- Um território relevante nos fluxos de bens e pessoas, no contexto do sistema logístico e de transporte marítimo entre a Europa e o continente americano, complementada com uma utilização plena das redes e infraestruturas de transmissão de dados, minimizando a condição ultraperiférica e a dispersão do território regional;
- Uma sociedade inclusiva e equilibrada, geradora de oportunidades de participação, de aprendizagem ao longo da vida, de acesso ao emprego e de plena realização, das crianças e jovens, dos idosos e das famílias;
- Uma paisagem, um ambiente e uma vivência distintiva, suportadas em espaços urbanos qualificados, num património natural e cultural diferenciado e reconhecido internacionalmente, com respostas eficazes na proteção da biodiversidade e dos ecossistemas e na adaptação às alterações climáticas.

Concentrando o PO Açores 2020 a quase totalidade das intervenções com cofinanciamento pelos dois fundos estruturais – FEDER e FSE - no arquipélago, o leque de objetivos temáticos e das prioridades de investimento selecionadas é amplo e diversificado, contemplando as diversas vertentes das políticas públicas orientadas para o crescimento económico inteligente, do fomento do emprego, da inclusão social e da sustentabilidade ambiental, permitindo aos agentes locais acederem a recursos financeiros que viabilizarão os seus projetos de desenvolvimento nas diferentes áreas de intervenção e setores da economia e da sociedade. Destaca-se ainda o apoio específico do Fundo Estrutural FEDER que a Região beneficia, mercê da sua condição de Região Ultraperiférica, conforme reconhecido no artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, para o financiamento de obrigações de serviço público de transporte de passageiros entre as ilhas dos Açores.

O programa operacional dispõe de um envelope financeiro de cerca de 1.140 milhões de euros, em que 825 milhões de euros estão afetos a intervenções financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e 315 milhões de euros para o Fundo Social Europeu. Com esta repartição é sinalizada de forma muito clara que as políticas ativas de emprego, de formação e de qualificação têm uma prioridade nas políticas públicas, traduzindo-se, em termos financeiros e em comparação com o período de programação 2007-2013, num reforço de 125 milhões de euros da dotação que se atribui ao fundo que financiará estas políticas, o Fundo Social Europeu.

Em termos acumulados até 31 de dezembro de 2016, registou-se a aprovação de 722 candidaturas, a que corresponde um custo total elegível (CTE) de 600,8 milhões de euros e um financiamento de fundo estrutural de 464,2 milhões de euros, apresentando uma taxa de compromisso de 40,7%.

A execução financeira a 31 de dezembro de 2016 atingiu os 256,2 milhões de euros (CTE) o que corresponde a um apoio comunitário de 206,1 milhões de euros, representando uma taxa de execução de 18,1%.

Por fundo regista-se uma taxa de compromisso da componente FEDER de 42,1% e da componente FSE de 37,1%. Em termos de execução regista-se uma taxa de execução da componente FEDER de 17,5% e da componente FSE de 19,6%.

PO Açores 2020 – Ponto de situação a 31 de dezembro de 2016

PO /Fundo/Eixo	Aprovação			Execução	
	Nº	Custo Total Elegível	FEDER	Custo Total Elegível	FEDER
TOTAL	722	600.787.728	464.236.951	256.240.047	206.144.859
FEDER	698	463.261.154	347.344.637	183.613.113	144.411.965
FSE	24	137.526.574	116.892.314	72.626.934	61.732.894
1 Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - FEDER	22	2.938.286	2.497.543	0	0
2 Melhorar o acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação, bem como a sua Utilização e Qualidade - FEDER	2	1.199.359	1.019.455	13.272	11.281
3 Competitividade das Empresas Regionais - FEDER	560	206.408.379	130.801.604	49.960.413	30.807.170
4 Economia de Baixo Carbono - FEDER	2	1.034.651	495.664	82.137	69.817
5 Alterações climáticas e prevenção e gestão de risco - FEDER	28	18.995.841	16.146.465	6.958.273	5.914.532
6 Ambiente e eficiência dos recursos - FEDER	30	33.895.867	27.413.449	8.846.095	7.519.181
7 Transportes sustentáveis e principais redes de infraestruturas - FEDER	16	13.750.842	11.688.216	4.687.906	3.984.720
8 Emprego e Mobilidade Laboral - FSE	6	31.746.968	26.984.923	13.601.285	11.561.092
9 Inclusão Social e Combate à Pobreza	30	120.018.825	102.016.001	86.822.203	73.798.873
FEDER	28	42.149.864	35.827.384	27.796.555	23.627.071
FSE	2	77.868.961	66.188.617	59.025.649	50.171.802
10 Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida	21	101.933.069	86.637.835	27.385.108	23.277.342
FEDER	5	74.022.423	62.919.060	27.385.108	23.277.342
FSE	16	27.910.646	23.718.775	0	0
11 Capacidade Institucional e Administração Pública Eficiente - FSE					
12 Alocação Específica para a Ultraperiferia - FEDER	2	63.529.412	54.000.000	56.353.955	47.900.862
13 Assistência Técnica - FEDER	3	5.336.230	4.535.795	1.529.398	1.299.988



Para o período de programação 2014-2020, a Região beneficia de um financiamento do Fundo de Coesão, integrado no Programa Operacional Temático Competitividade e Internacionalização (POCI), especificamente no Eixo IV - Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas, exclusivamente, para as intervenções no sistema portuário da Região Autónoma dos Açores integradas nas prioridades de investimento 7.1 - Apoio ao espaço único europeu de transportes multimodais, mediante o investimento na RTE-T e 7.3 - Desenvolvimento e melhoria de sistemas de transportes ecológicos (incluindo de baixo ruído) e de baixo teor de carbono, incluindo vias navegáveis e transportes marítimos interiores, portos, ligações multimodais e infraestruturas aeroportuárias, a fim de promover a mobilidade regional e local sustentável.

No âmbito das infraestruturas portuárias na Região Autónoma dos Açores integradas na prioridade 7.1, preconizam-se as intervenções no Porto de Ponta Delgada; no Porto da Praia da Vitória e no Porto da Horta.

Em 2016, no âmbito da requalificação de infraestruturas marítimas nos Açores, prioridade 7.3, foram aprovadas as intervenções no cais comercial das Velas de São Jorge (ampliação em 150m e melhoria das condições de segurança e operacionalidade, criando as condições para um serviço de logística dentro dos padrões de qualidade exigíveis) e no porto da Calheta-São Jorge (construção da rampa RO-RO). Foi submetida e analisada a candidatura dos portos de Santa Cruz das Flores e do Corvo (requalificação das infraestruturas no grupo ocidental de ilhas, através de intervenções estruturantes nas condições, permitindo a movimentação de carga e passageiros) cuja proposta de decisão de Financiamento foi emitida a 9 de janeiro de 2017. Estão ainda previstas para apoio as intervenções no porto Pipas na ilha Terceira (adaptação à operação de ferries) e no porto de São Roque do Pico (construção de uma infraestrutura com melhores condições de operacionalidade e de eficácia no embarque e desembarque de passageiros e veículos, cumprindo também os requisitos de segurança na operação na área portuária).

Ponto de Situação a 31 de dezembro de 2016

Operação	Aprovação		Execução	
	Despesa Elegível	Fundo Coesão	Despesa Elegível	Fundo Coesão
Prolongamento do Porto de Velas - Ilha de São Jorge	22.386.867,51	19.028.837,38	5.663.601,93	4.814.061,64
Construção de Rampa RO-RO e Dragagem do Porto da Calheta, ilha de São Jorge	948.750,00	806.437,50	0,00	0,00
Total	23.335.617,51	19.835.274,88	5.663.601,93	4.814.061,64



Para o período de programação 2014-2020, a Região beneficia também de um financiamento do Fundo de Coesão, integrado no Programa Operacional Temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), no Eixo Prioritário 3 –Proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos, objetivo específico 1. Valorização dos resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem.

No sentido de colmatar as atuais carências do sistema de gestão de resíduos do grupo oriental de ilhas do arquipélago e em especial da Ilha de São Miguel e de encontrar uma solução de futuro para longo prazo, será desenvolvido um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos suportado por uma visão de sustentabilidade económica, social e ambiental denominado por “Ecoparque da Ilha de São Miguel”.

Atendendo a que o custo total elegível deste projeto é superior a 50 milhões de euros, o mesmo constitui um Grande Projeto, nos termos do artigo 100.º do Regulamento (CE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro, sendo que a Decisão de aprovação será proferida pela Comissão Europeia, nos termos do artigo 102.º do citado Regulamento comunitário.

A proposta de decisão já foi proferida estando em curso a instrução do processo para envio formal à Comissão Europeia.



O Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores 2014-2020 (PRORURAL+), enquadra-se no Regulamento (UE) n.º 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro, que estabelece as regras do apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). O PRORURAL+ reflete a estratégia da Região para a agricultura e para o desenvolvimento rural, pretendendo ser um instrumento financeiro que contribui para o aumento da autossuficiência do setor agroalimentar em 2020, e para a estruturação de canais comerciais que permitam a exportação de produtos especializados para o mercado externo. Este Programa está alinhado com as Prioridades da União em matéria de desenvolvimento rural, nomeadamente:

- Fomentar a transferência de conhecimentos e a inovação nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais;
- Reforçar a viabilidade das explorações agrícolas e a competitividade de todos os tipos de agricultura em todas as regiões e incentivar as tecnologias agrícolas inovadoras e a gestão sustentável das florestas;
- Promover a organização das cadeias alimentares, nomeadamente no que diz respeito à transformação e à comercialização de produtos agrícolas, o bem-estar animal e a gestão de riscos na agricultura;
- Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas ligados à agricultura e à silvicultura;
- Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono e resistente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal;
- Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais.

O PRORURAL+ tem como foco o apoio à competitividade produtiva e territorial tendo sempre em conta uma abordagem integrada do desenvolvimento rural que valoriza a sustentabilidade dos recursos naturais. A intervenção do Programa assenta em três vertentes que se pretendem complementares:

Competitividade do complexo agroflorestal - aumentar a capacidade do setor agroflorestal de gerar valor acrescentado, contribuindo para a diminuição do respetivo défice externo – através da reestruturação e desenvolvimento das fileiras do sector agroalimentar, do aumento da qualidade, da inovação e da visibilidade externa, tendo como dimensões de suporte a melhoria das infraestruturas de apoio às atividades agrícola e florestal, assim como o reforço do conhecimento e do potencial humano e a utilização continuada das terras agrícolas;

Sustentabilidade ambiental - promover os sistemas agrícolas e florestais com capacidade de melhor preservar os recursos naturais – através do estímulo à gestão sustentável das explorações agrícolas e florestais e da promoção de sistemas agrícolas e florestais com maior capacidade de retenção de carbono, tendo como dimensão transversal a atenuação das alterações climáticas;

Dinâmica dos territórios rurais - promover a revitalização económica e social das zonas rurais – através da promoção da diversificação da economia e do emprego, da promoção da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento de competências ao nível local, tendo como dimensão transversal a melhoria do aproveitamento dos recursos naturais, patrimoniais e humanos dos territórios rurais.

O PRORURAL+ foi aprovado a 13 de fevereiro de 2015, pela Decisão de Execução C (2015) 850 da Comissão, com uma dotação de 340,4 milhões de euros de despesa pública, a que corresponde uma contribuição FEADER de cerca de 295,3 milhões de euros.

A 31 de dezembro de 2016 a taxa de execução do programa é de cerca de 24% e a taxa de compromisso de cerca de 45%.



Os apoios do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), são operacionalizados na Região através de um programa operacional de âmbito nacional designado MAR 2020, que tem por objetivo a implementação das medidas de apoio enquadradas no FEAMP no âmbito das seguintes Prioridades da União Europeia:

- Prioridade 1- Promover uma pesca ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento;
- Prioridade 2- Promover uma aquicultura ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento;
- Prioridade 3- Fomentar a execução da PCP;
- Prioridade 4- Aumentar o emprego e a coesão territorial;
- Prioridade 5- Promover a comercialização e a transformação dos produtos da pesca e da aquicultura;
- Prioridade 6 - Fomentar a execução da Política Marítima Integrada.

A dotação indicativa do FEAMP alocada aos Açores para o período de programação 2014-2020 totaliza 73,8 milhões de euros, correspondendo a cerca de 19% da verba alocada a Portugal. Daquela verba, 34,1 milhões já têm alocação pré-definida e referem-se a medidas específicas que, até 2014, tinham linhas de financiamento autónomas. Aquela verba destina-se, maioritariamente, ao financiamento do regime de compensação dos custos suplementares suportados pelos operadores dos Açores nas atividades de pesca, cultura, transformação e comercialização de certos produtos da pesca e da aquicultura (regime vulgarmente designado por POSEI-PESCAS), com uma dotação de 30,7 milhões de euros, que corresponde a um aumento de 51% face ao período de programação 2007-2013.

Deste modo, destinar-se-ão ao financiamento das medidas comparáveis com o período de programação 2007-2013 (PROPESCAS) cerca de 39,7 milhões de euros para apoio ao desenvolvimento sustentável das pescas, ao desenvolvimento sustentável da aquicultura, ao desenvolvimento sustentável das zonas de pesca, a medidas de comercialização e transformação de produtos da pesca e aquicultura e à assistência técnica ao programa.

Os Açores poderão ainda beneficiar do apoio para medidas relativas à Política Marítima Integrada e ao controlo e execução da Política Comum de Pescas, cuja gestão será centralizada a nível nacional (não existindo, assim, verbas pré-alocadas por região), tendo, designadamente, em atenção, as competências exercidas regionalmente naqueles âmbitos e as operações que estão a ser planeadas a nível nacional e regional. Também neste caso, e até 2014, estas medidas tinham linhas de financiamento autónomas.

A operacionalização do MAR 2020 foi consideravelmente atrasada pela aprovação tardia da regulamentação comunitária e do Programa Operacional. No primeiro semestre de 2016 procedeu-se, a nível nacional e regional, à definição dos critérios de seleção das operações (passo essencial para a regulamentação dos regimes de apoio) e respetiva aprovação pelo Comité de Acompanhamento do MAR 2020, e à publicação de regulamentação definidora de diversos procedimentos de gestão.

Em maio de 2016, e de acordo com as prioridades definidas, iniciou-se a publicação dos regulamentos dos principais regimes de apoio a aplicar na Região. Em 31 de dezembro de 2016 estavam em execução na Região os seguintes regimes de apoio:

Regimes de Apoio	Regulamentação
Regime de compensação dos Custos Suplementares para os Produtos da Pesca da Região Autónoma dos Açores	Portaria n.º 46/2016, de 20/5/2016, alterada pela Portaria n.º 51/2016, de 14/6/2016
Regime de apoio ao desenvolvimento local de base comunitária - pré-qualificação de parcerias para a Região Autónoma dos Açores	AVISO DLBC-99-2016-01, de 27/5/2016
Regime de Apoio à Inovação em Aquicultura na Região Autónoma dos Açores	Portaria n.º 74/2016, de 8/7/2016
Regime de Apoio aos Investimentos Produtivos na Aquicultura na Região Autónoma dos Açores	Portaria n.º 87/2016, de 12/8/2016
Regime de Apoio aos Investimentos em portos de pescas, locais de desembarque, lotas e abrigos na Região Autónoma dos Açores	Portaria n.º 114/2016, de 16/12/2016

No ano de 2016 foi operacionalizado o POSEI-PESCAS para as candidaturas relativas ao período 2014-2016, tendo sido apresentadas 696 candidaturas, das quais 650 foram aprovadas com um valor de apoios candidatados de 13,9 milhões de euros. Em 2016 foram pagos, após a aplicação de rateio, 8,06 milhões de euros relativos ao período 2014-2015. Os

apoios relativos ao ano de 2016 serão pagos em 2017, ano em que serão também apresentadas as candidaturas relativas ao ano de 2017, cujos pagamentos serão executados em 2018.

Também em 2016 foi publicado o Aviso para a apresentação de candidaturas nº 1/ 2016, referente à primeira fase da operacionalização do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) costeiro na Região Autónoma dos Açores. Esta primeira fase consubstanciou-se na pré-qualificação das parcerias e da macroestrutura das respetivas linhas estratégicas e dos territórios, que reuniram as condições adequadas à submissão de uma Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) e à constituição de um GAL-PESCA (Grupo de Ação Local, que, no caso do DLBC costeiro, é designado por GAL-PESCA) com representatividade e capacidades adequadas. Esta fase da operacionalização do DLBC nos Açores foi concluída em dezembro de 2016 com a pré-qualificação de 5 parcerias. A segunda fase será realizada em 2017, através de convite dirigido às parcerias pré-qualificadas na primeira fase para a submissão de Estratégias de Desenvolvimento Local ao financiamento por parte do MAR 2020, com vista à aprovação daquelas estratégias e ao reconhecimento dos GAL-PESCA.

Em 2017 continuarão a ser desenvolvidos tarefas e procedimentos de gestão necessários à execução do MAR2020 e entrarão em vigor os regulamentos de novos regimes de apoio a apoiar pelo FEAMP.



INTERREG V A - MAC (Madeira – Açores - Canárias) 2014-2020

O Programa de Cooperação INTERREG V A Espanha-Portugal MAC, para o período de programação 2014-2020 foi aprovado, pela Comissão Europeia, a 3 de junho de 2015 e conta com um orçamento de 130 milhões de euros (85% financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER), dos quais 11,6M€ destinam-se a beneficiários localizados na Região Autónoma dos Açores.

Neste Programa, participam também os países terceiros de Cabo Verde, Senegal e Mauritânia, com o objetivo de aumentar o espaço natural de influência socioeconómica e cultural e as possibilidades de cooperação entre as Regiões.

O Programa prevê o desenvolvimento de operações nas seguintes temáticas: valorização do conhecimento e da inovação, bem como a sua capacidade de integração em redes de conhecimento, melhoria da competitividade das PME, adaptação às alterações

climáticas e a prevenção de riscos, proteção do meio ambiente e a eficiência de recursos e a capacidade institucional e eficiência da administração pública.

No ano de 2016, foi lançada a 1.ª convocatória para apresentação de projetos que decorreu de 1 de fevereiro a 31 de março, tendo sido posto a concurso metade da dotação FEDER disponível no Programa.

A 8 de novembro de 2016 foi realizado o 1.º Comité de Gestão do Programa com o intuito de analisar e aprovar os projetos apresentados pelas entidades sedeadas no espaço de cooperação, resultando para os Açores a participação em 34 projetos nos 5 eixos prioritários com uma dotação FEDER associadas de 5,8 milhões de euros.

Ponto de Situação a 31 de dezembro de 2016

Eixo	Programação		Aprovação		
	Despesa Pública	FEDER	N.º	Despesa Pública	FEDER
EIXO 1 - Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação	3.245.376	2.758.570	9	1.827.858	1.553.679
EIXO 2 - Melhorar a Competitividade das PME	2.570.459	2.184.890	7	1.452.485	1.234.612
EIXO 3 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a gestão e prevenção de riscos	1.927.844	1.638.667	4	963.922	819.334
EIXO 4 - Conservar e proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	3.855.688	3.277.335	9	1.927.844	1.638.667
EIXO 5 - Reforçar a capacidade institucional e a eficiência da administração pública	1.252.927	1.064.988	5	626.463	532.494
Eixo 6 - Assistência Técnica	820.359	697.305			
TOTAL	13.672.652	11.621.755	34	6.798.572	5.778.787

ENCERRAMENTO DO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013

No âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) serão apresentados no limite até 31 de março de 2017 o pedido de saldo final à Comissão Europeia e declaração de despesas, nos termos do artigo 78º do Regulamento (CE) nº 1083/2005 do Conselho de 11 de julho, o relatório final de execução e a declaração de encerramento acompanhada do relatório de controlo final de cada programa operacional.

Na Região, os montantes de despesa executada, validada e certificada através dos programas operacionais **PROCONVERGENCIA (FEDER) e PROEMPREGO (FSE)**, garantem a total absorção dos fundos programados para o período 2007-2013 e preveem igualmente uma margem de segurança para fazer face a eventuais constrangimentos que se venham a detetar na despesa apresentada.

Ainda no âmbito do QREN, a Região teve apoio do Fundo de Coesão, através do Programa Operacional Temático de Valorização do Território (POVT), abrangendo as intervenções nos Portos da Horta e Madalena, na requalificação das Lagoas das Furnas e Sete Cidades, os Centros de Processamento de Resíduos de Santa Maria, São Jorge, Pico e Faial e a Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da ilha Terceira.

Realçam-se as intervenções comparticipadas pelo Fundo Europeu de Apoio para o Desenvolvimento Rural (FEADER), consubstanciadas no programa PRORURAL e as intervenções comparticipadas pelo Fundo Europeu das Pescas (FEP), pelo programa de âmbito nacional PROMAR, programa Pesca 2007-2013, em que a componente regional recebeu a designação de PROPECAS.

Há ainda a assinalar a participação da Região no Programa de Cooperação Transnacional Madeira-Açores-Canárias.

A execução global das intervenções comparticipadas (fundo), sintetizada no quadro seguinte, atingiu os 1,6 milhões de euros, o que representa uma taxa de execução global de 99,7%, o que permite salientar a boa absorção dos fundos neste período de programação.

Programas Operacionais e Intervenções Comunitárias 2007-2013

Unidade: euros

	Dotação Programada		Dotação Executada		Taxa de Execução Fundo
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	
PROCONVERGENCIA	1.190.905.450	966.349.049	1.153.887.465	976.283.201	101,0
PRO-EMPREGO	226.352.942	190.000.000	227.204.668,5	191.642.317,45	100,9
POVT	123.529.412	105.000.000	113.446.330,49	113.446.331	108,0
PRORURAL	345.113.602	294.457.675	335.552.803	286.339.755	97,2
PROPESCAS	36.346.476	30.894.505	32.585.260	27.697.476	89,7
PCT MAC	6.114.175	5.197.050	5.349.556	4.547.123	87,5
TOTAL	1.923.113.499	1.605.265.344	1.868.026.083	1.599.956.203	99,7

A seguir apresenta-se uma sinopse de cada uma das intervenções com apoio comunitário.



O Programa Operacional dos Açores para a Convergência (PROCONVERGENCIA) é um programa operacional participado pelo FEDER, para o período de programação 2007-2013, enquadrado no Objetivo Comunitário Convergência, com execução na Região Autónoma dos Açores, integrado no Quadro de Referência Estratégico Nacional. O seu conteúdo programático e a respetiva dotação financeira de 966,3 milhões de euros de fundo comunitário, estrutura-se em 5 eixos prioritários, incluindo a assistência técnica.

O PROCONVERGENCIA e os restantes programas operacionais do Quadro Estratégico Nacional (QREN), para o período de programação 2007-2013, foram preparados e elaborados num contexto socioeconómico bem diverso do que se veio a verificar durante parte substancial da sua execução.

O PROCONVERGENCIA foi aprovado pela Decisão da Comissão Europeia C (2007) 4625 de 5 de outubro de 2007, tendo sido reprogramado em 2011, Decisão da Comissão Europeia C (2011) 9670 de 15-12-2011 e em 2012 (Decisão C (2012) 9851, de 19 de dezembro).

O PROCONVERGENCIA encerrou com um volume global de despesa validada e presente a certificação, que ascende a 1.153,9 milhões de euros, a que corresponde uma comparticipação FEDER de 976,3 milhões de euros, ou seja, um overbooking FEDER de cerca

de 10 milhões de euros. A adoção deste regime permitiu aumentar o grau de eficácia da absorção dos apoios comunitários face a eventuais quebras de execução.

Paralelamente a utilização do mecanismo top-up, possibilitando a majoração das taxas de financiamento, permitiu minimizar os efeitos da crise financeira e económica ao contribuir para um menor esforço da contrapartida financeira pública regional.

Em termos globais, adicionando todas as parcelas de financiamento associadas à execução validada do programa, registou-se um montante global de despesa de 1.318,3 milhões de euros, valor superior ao estimado inicialmente aquando do arranque da execução do PROCONVERGENCIA que era de 1.290,9 milhões de euros, o que não deixa de ser assinalável face ao período conturbado que envolveu a execução.

Foram aprovados 1.571 projetos, num universo de 3025 candidaturas apresentadas e 2087 admitidas, o que representa uma taxa de admissibilidade (admitidas/apresentadas) de 52% do nº de candidaturas e de 53% do custo total e uma taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas) de 75% do nº de candidaturas e de 70% do custo total.

No primeiro eixo prioritário do programa, essencialmente dedicado às PME, os sistemas de incentivos acolheram um número significativo de projetos submetidos pelas PME, bem como a utilização das linhas de crédito. No domínio da investigação, inovação e ainda a eficiência administrativa as operações atingiu-se um nível satisfatório de execução. Em termos físicos, destacam-se o apoio a 845 projetos de investimento privado, as 1052 empresas que beneficiam das linhas de crédito, os 32 projetos de investigação apoiados e as 4 operações empresariais de I&D apoiadas e 18 projetos orientados para a eficiência administrativa.

No eixo do PROCONVERGENCIA que compreende as infraestruturas e equipamentos de educação, de formação, de inclusão social e ainda as de cultura e desporto, releva-se o elevado grau de execução da requalificação do parque escolar regional e ainda um conjunto alargado de intervenções ao nível da inclusão social, com efeitos laterais ao nível da oferta de condições para a igualdade de oportunidades, designadamente para a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Os 67 projetos apoiados no âmbito do parque escolar e de formação regional, a intervenção em 29 equipamentos culturais e 44 projetos de intervenção social são alguns dos indicadores de realização material deste eixo.

Ao nível da coesão do território e sustentabilidade ambiental, destacam-se os 650 km de estradas intervencionadas, as 19 infraestruturas marítimas beneficiadas, os 14 planos de ordenamento apoiados, as obras em cerca de 121 km da rede de águas, e os 23 projetos de gestão de resíduos e ainda os 31 projetos de apoio à conservação da biodiversidade e valorização dos recursos.

O eixo exclusivo das regiões ultraperiféricas, dedicado à compensação dos sobrecustos, registou praticamente a plena execução financeira, 65,3 milhões de euros (99,5% de taxa de

execução), em que na componente de investimento foram financiadas operações nos aeródromos regionais para melhoria das condições de operacionalidade e de segurança e na componente funcionamento apoiado o contrato de obrigações de serviço público de transporte aéreo inter-ilhas.

Ao nível da gestão e acompanhamento do programa operacional, foi assegurado o normal funcionamento do sistema de gestão e controlo, com a intensificação dos trabalhos de encerramento de projetos. Em termos acumulados foram promovidas 1774 ações de verificação no local, de acompanhamento e vistorias, junto dos beneficiários dispersos pelas 9 ilhas açorianas.

A nível da estrutura de auditoria segregado da autoridade de certificação (AD&C) e da autoridade de auditoria, a Inspeção Geral de Finanças, não foram registadas situações de não conformidade merecedoras de relevo.

A análise dos principais resultados das operações apoiadas pelo PROCONVERGENCIA ao longo do seu período de execução permite evidenciar o contributo do Programa para a concretização do investimento público e no fomento do investimento privado.

Execução Financeira por eixo

Unidade: Euro

	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Execução (EX)		Taxa de execução fundo (EX/PR)
	Despesa Pública	FEDER	Despesa Pública	FEDER	
EP VII Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores	358.169.827	304.444.353	320.387.026	282.193.955	92,7%
EP VIII Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana	322.095.863	273.781.483	327.269.672	293.020.087	107,0%
EP IX Coesão Territorial e Sustentabilidade	374.732.212	318.522.380	377.833.867	331.571.815	104,1%
EP X Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	131.201.666	65.600.833	123.703.168	65.273.153	99,5%
EP XI Assistência Técnica	4.705.882	4.000.000	4.693.733	4.224.191	105,6%
Total PO	1.190.905.450	966.349.049	1.153.887.465	976.283.201	101,0%



PROEMPREGO

O Programa Operacional do Fundo Social Europeu, para a Região Autónoma dos Açores – PRO-EMPREGO, é um programa participado pelo FSE, para o período de programação 2007-2013, integrado no Quadro de Referência Estratégico Nacional para Portugal, tendo sido aprovado pela decisão da Comissão Europeia C (2007) 5325 de 26 de outubro de 2007, com uma dotação financeira FSE de € 190.000.000.

O PO foi reprogramado em 2011, por decisão da C (2011) 5737, de 5 de agosto de 2011, sem, contudo, se alterar a comparticipação comunitária.

O programa estrutura-se em dois eixos, sendo um operacional, com três objetivos gerais e o outro relativo à Assistência Técnica, com vista a contribuir para a estratégia global de desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores no período correspondente à programação do PO, estabelecendo as intervenções prioritárias em função de apostas claras e em curso na Região, evidenciadas por diferentes políticas e instrumentos de programação regional.

Encerrado o Programa, verifica-se a plena absorção dos recursos financeiros, muito embora quer a execução física quer a financeira não sejam totalmente coincidentes com os objetivos detalhados, definidos para o PO.

Assim, relativamente aos índices de realização física e de resultado apontam-se as seguintes conclusões:

- No que respeita aos indicadores de realização, constata-se que as metas mais pertinentes, face à realidade socioeconómica atual, superaram os valores previstos, a saber: os relativos à formação inicial, aos planos de transição para a vida ativa, à formação de ativos, à formação de dupla certificação para desempregados e ao apoio à (re)integração de desfavorecidos em meio laboral. Os valores alcançados resultam de um reforço efetivo do financiamento das medidas que os suportam em detrimento de outras, com menor peso estratégico face aos desafios atuais.
- O facto de algumas medidas ativas não serem totalmente financiadas pelo PRO-EMPREGO, contribuiu para que os respetivos indicadores de realização não tivessem o desempenho esperado;

Quanto aos resultados, e em sintonia com os indicadores de realização, verifica-se que o PO cumpriu e em alguns casos até superou os seus objetivos, principalmente nos capítulos da formação profissional e da empregabilidade dos beneficiários, o que, face à conjuntura socioeconómica, imprevisível aquando da elaboração e aprovação do PO, assumiu ainda maior relevo.

Para além de uma análise numérica dos resultados, a formação profissional permitiu um aumento das qualificações dos açorianos, com excelência comprovada com os prémios recebidos a nível nacional e internacional, constituindo assim uma aposta ganha.

Os estágios profissionais permitiram que mais de 50% dos jovens abrangidos fossem contratados após o estágio. Assim, para reforçar a promoção da sua empregabilidade após o estágio, no PO Açores 2020 há uma aposta no apoio às empresas, por via da contratação de jovens, que não havia no Pro-Emprego.

A aposta do PO no 3.º sector, não obteve os resultados esperados pelo facto de, em alguns casos, não se ter verificado as condições necessárias à sua implementação, bem como falta de candidaturas apresentadas nesta área, pelo que, a execução foi baixa. Esta situação foi repensada no novo PO vindo o seu eixo 9 dar uma resposta mais adequada às necessidades de intervenção neste sector.

Em 2014 e 2015 não houve candidaturas aprovadas no Eixo I, no entanto foram aprovadas alterações aos valores aprovados para projetos em execução, que se encontravam em overbooking para posterior acomodação no PO Açores 2020, originando uma taxa de aprovação de 139,69% da sua dotação. No entanto, após o encerramento de todos os projetos e da revogação dos projetos a candidatar ao PO Açores 2020, a execução final implicou a redução do overbooking para 1,07%.

Assim, a execução final foi de 101,07% da dotação do eixo.

Considerando que a taxa de execução do Eixo II foi de 61,74%, o valor remanescente serviu para compensar parcialmente o overbooking do Eixo I, ficando a taxa de execução global do PO em 100,86% da sua dotação FSE.

Para esta taxa de execução muito contribuiu o reforço de financiamento a medidas de mitigação e combate ao desemprego, que se tornaram necessárias em função da alteração do contexto socioeconómico nacional e regional.

Relativamente à distribuição da execução do Eixo I, por Ação-Tipo, é o financiamento dos cursos profissionais que assume maior predominância, representando 38,25% do total, seguindo-se os planos de estágio e a formação de dupla certificação, com 17,58% e 15,85%, respetivamente.

Execução Financeira por Eixo

Unid.: euro

	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado/Executado (AP/EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)
EP I Qualificação do Capital Humano, do Emprego e da Iniciativa para a Competitividade Regional	222.352.942	189.000.000	224.735.250,09	191.024.962,84	101,07%	101,07%	100%
EP II Assistência Técnica	4.000.000	1.000.000	2.469.418,41	617.354,61	61,74%	61,74%	100%
TOTAL	226.352.942	190.000.000	227.204.668,5	191.642.317,45	100,86%	100,86%	100%

Ao nível da gestão e acompanhamento do Programa, foram efetuadas 130 ações de verificação junto dos beneficiários.

No que respeita a ações de certificação e auditoria, efetuadas quer pelas autoridades nacionais quer comunitárias não se registou qualquer situação de incumprimento merecedora de relevo, estando o valor do erro detetado abaixo do limiar dos 2%.



Redes e Equipamentos Estruturantes na Região Autónoma dos Açores

A aplicação do Fundo de Coesão na Região Autónoma dos Açores (RAA) no período de programação 2007-2013 estruturou-se e combinou duas grandes linhas de orientação, a de corresponder às áreas de intervenção definidas para este fundo comunitário e, principalmente, financiar projetos relevantes e complementares da intervenção operacional participada pelo fundo estrutural FEDER. Com estes pressupostos foram fixados dois grandes objetivos estratégicos, melhorar os níveis de eficiência e de segurança do transporte marítimo no arquipélago e aumentar os níveis de proteção ambiental e do desenvolvimento sustentável.

Foi assim dada prioridade às intervenções nos portos comerciais existentes, tendo-se promovido a requalificação e modernização das infraestruturas e uma adaptação dos meios de operação dos portos da Horta e da Madalena.

Ao nível do ambiente, a prioridade na afetação do Fundo de Coesão foi no sentido do reforço da qualidade de recursos hídricos superficiais, tendo-se procedido à Requalificação Ambiental das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Furnas e Sete Cidades.

No âmbito da implementação de um sistema sustentável de tratamento e valorização de resíduos no arquipélago, através de infraestruturas tecnológicas que assegurem a qualidade do serviço, a proteção ambiental, promovendo a eco eficiência e a valorização energética, de acordo com a estratégia definida para a gestão de resíduos na Região Autónoma dos Açores, constante do Plano Estratégico de Gestão de Resíduos da Região Autónoma dos Açores (PEGRA) foram financiados os Centros de Processamento de Resíduos de Santa Maria, São Jorge, Pico e Faial e a Central de Tratamento e valorização de Resíduos da ilha Terceira.

O montante executado (despesa realizada e paga pelo beneficiário) até 31-12-2015, data limite de elegibilidade das despesas, foi de 113,4M€ a que corresponde igual montante de cofinanciamento de Fundo de Coesão devido ao ajustamento da taxa de comparticipação de 85% para 100%.

Em face da dotação programada em vigor, de 105 milhões de euros de fundo, conforme Decisão C(2014) 6165, a taxa de execução foi de 108%.

POVT – Eixo III - Execução

Código Projeto	Designação	Despesa Pública/ Fundo de Coesão
POVT-13-0157-FCOES-000001	Requalificação Ambiental das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Furnas e Sete Cidades	4.157.743,40
POVT-13-0157-FCOES-000002	Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da Cidade da Horta	40.537.691,39
POVT-13-0157-FCOES-000004	Reordenamento do Porto da Madalena - Construção de infraestruturas e obras para melhoramento das condições de abrigo do Porto da Madalena, na Ilha do Pico	12.851.812,16
POVT-13-0157-FCOES-000005	Centros de Processamento de Resíduos de Santa Maria, São Jorge, Pico e Faial e Selagem/remoção de lixeiras	20.515.163,42
POVT-13-0157-FCOES-000007	Central de Tratamento e valorização de Resíduos da ilha Terceira	35.383.920,12
Totais		113.446.330,49



O Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (PRORURAL) enquadra-se na política de desenvolvimento rural definida pela União Europeia para o período de programação 2007-2013, sendo financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) no âmbito do Regulamento (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro.

O PRORURAL foi aprovado pela Decisão C (2007) 6162, de 4 de dezembro de 2007, com um montante total de contribuição FEADER de cerca de 275 milhões de euros. Em 2010, na sequência da Decisão do Conselho 2009/61/CE, de 19 de janeiro, o programa foi reforçado em 20 milhões de euros de FEADER, sendo este montante alocado à Medida 1.5. Modernização das Explorações Agrícolas. Com este reforço o programa ascende a um montante total de despesa pública de 345 milhões de euros, correspondendo a uma contribuição FEADER de 295 milhões de Euros (85%).

A estratégia definida teve subjacente o conjunto de especificidades de natureza geográfica, económica, social e ambiental que caracteriza a Região, as Orientações Comunitárias de Desenvolvimento Rural, o Plano Estratégico Nacional, a análise da situação de base e a avaliação do período de programação anterior.

A estratégia regional para o desenvolvimento rural assenta num grande objetivo global e em 5 objetivos estratégicos, 3 correspondentes a áreas temáticas e que abrangem os 4 eixos prioritários definidos pela política comunitária de desenvolvimento rural, e 2 de natureza transversal a toda a estratégia:

	Objetivos Estratégicos	Correspondência com os Eixos da política comunitária
3 Objetivos Temáticos	1. Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal	Eixo 1. Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal
	2. Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais	Eixo 2. Melhoria do ambiente e da paisagem rural
	3. Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais	Eixo 3. Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural Eixo 4. LEADER
2 Objetivos Transversais	4. Reforçar a coesão territorial e social	
	5. Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial	

No âmbito do PRORURAL, a 31 de dezembro de 2015, e em termos acumulados desde o início da vigência do atual período de programação, a execução financeira das operações

aprovadas ascendeu ao montante de 335,55 milhões de euros, a que corresponde uma participação do fundo FEADER de cerca de 286,36 milhões de euros, e uma taxa de execução de 97,24%. Releva-se a instalação de mais de 200 jovens agricultores na região contribuindo de forma significativa para o rejuvenescimento do setor, o investimento efetuado ao nível das explorações agrícolas com um investimento pago de mais de 55 milhões de euros, e o investimento efetuado na transformação e comercialização de produtos agrícolas num valor superior a 59 milhões de euros. Salienta-se igualmente o investimento efetuado na manutenção das atividades agrícolas num valor de mais de 71 milhões de euros.

A 29 de dezembro de 2016 foi apresentado à Comissão o relatório de avaliação ex post do programa, avaliação esta que tem como objetivos gerais aferir os resultados e os impactos e respetiva sustentabilidade, e o valor acrescentado da sua implementação no enquadramento da Estratégia de Desenvolvimento Rural da região, tendo em conta os fatores de sucesso e de insucesso que influenciaram a eficácia e a eficiência do Programa.



O Programa PROPECAS, cujos procedimentos de encerramento se iniciarão em 2017, apoiou o investimento no âmbito dos projetos cofinanciados pelo Fundo Europeu das Pescas (FEP) visando, numa abordagem sistémica, a criação das condições para a competitividade e sustentabilidade, a longo prazo, do setor pesqueiro regional, tendo em conta a aplicação de regimes de exploração biológica e ecologicamente racionais; a melhor organização do ramo da captura, transformação e comercialização e o reforço da competitividade da atividade produtiva empresarial, com a diversificação, inovação, acréscimo de mais-valias e garantia da qualidade dos produtos da pesca.

Importa realçar a discriminação positiva que, nos termos do artigo 349º do Tratado, foi assegurada no PROPECAS aos operadores sedeados nesta Região Ultraperiférica

As linhas orientadoras para o desenvolvimento do setor das pescas da Região Autónoma dos Açores, pressupuseram a inclusão no PROPECAS dos seguintes eixos prioritários:

- Eixo Prioritário 1 – Adaptação da Frota de Pesca Regional
Apoiar a modernização das embarcações de pesca, com vista à melhoria das condições de trabalho e operacionalidade das mesmas, nomeadamente quanto à segurança a bordo, condições de higiene, preservação da qualidade do pescado, seletividade das artes e das operações de pesca e racionalização dos custos energéticos.

- Eixo Prioritário 2 – Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca

Apoiar investimentos relativos à construção e aquisição de equipamentos para instalações de produção com vista à introdução da atividade aquícola no arquipélago; a modernização das unidades conserveiras; a construção de novas unidades de transformação e de filetagem de pescado congelado; a construção de novas unidades da indústria transformadora tradicional resultantes de deslocalizações por exigências de ordem ambiental ou de planos de ordenamento do território. Promover investimentos que tenham por objetivo a certificação da qualidade dos produtos transformados e a diversificação da produção; a dinamização dos circuitos de comercialização, os investimentos que incrementem as exportações para a União Europeia e para países terceiros e que melhorem a competitividade, a produtividade e a capacidade concorrencial do sector; os investimentos que visem aumentar o valor acrescentado dos produtos da pesca; os que criem postos de trabalho qualificados e permitam aquisição de conhecimentos e de tecnologias, novas ou inovadoras, através de parcerias entre as empresas e o sistema científico e tecnológico, como universidades e laboratórios.

- Eixo Prioritário 3 – Medidas de Interesse Geral

Apoiar a construção e modernização de unidades industriais visando a introdução de novas técnicas, novas tecnologias, a qualificação dos recursos humanos e a diversificação da produção, em ajuste à evolução do mercado, com vista ao aumento do valor acrescentado e à melhoria das condições de higiene, salubridade e qualidade dos produtos, contemplando, entre outras, a indústria conserveira regional; aquisição de equipamentos necessários ao processo produtivo, mais eficientes e respeitadores do ambiente, nomeadamente em termos de rendimento energético, consumo de água e tratamento de resíduos

- Eixo Prioritário 5 – Assistência Técnica

Implementação e funcionamento do sistema e estrutura de gestão, acompanhamento, avaliação, controlo e divulgação do PROPESCAS, visando o sucesso da estratégia de desenvolvimento definida para o setor.

Em termos financeiros o PROPESCAS apresentou um envelope inicial de despesa pública de 36,3 milhões de euros, correspondendo a uma comparticipação de FEP de 30,9 milhões de euros e a uma comparticipação do orçamento regional de 5,4 milhões de euros.

Foram aprovados no âmbito do PROPESCAS 162 projetos de investimento com uma despesa pública associada de 33 milhões de euros, correspondendo a uma comparticipação do FEP de 28 milhões de euros. Os pagamentos efetuados ascenderam a 32,6 milhões de euros com uma comparticipação do FEP associada de 27,7 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de realização de 100% e a uma taxa de execução de 89,7%.

Execução Financeira por Eixo

Unid.: euro

	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado / Executado (AP/EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)
E1 Adaptação da Frota de Pesca	739.367	628.462	141.308	120.112	19,11%	19,11%	100%
E2 Investimentos na Aquicultura, Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca e Aquicultura	17.686.314	15.033.367	9.405.269	7.994.479	54,26%	54,26%	100%
E3 Medidas de Interesse Geral	17.753.634	15.090.589	23.038.688	19.582.688	129,77%	129,77%	100%
E5 Assistência Técnica	167.161	142.087					
TOTAL	36.346.476	30.894.505	32.585.266	27.697.476	89,65%	89,65%	100%

Da execução do PROPESCAS, destacam-se os seguintes indicadores de realização:

Indicadores de Realização	Realizado (nº)
Embarcações apoiadas	2
Unidades de transformação e comercialização de produtos da pesca apoiadas	6
Portos e núcleos de pesca construídos ou beneficiados	27
Lotas construídas ou beneficiados	12
Entrepósitos Frigoríficos construídos ou beneficiados	3
Gruas instaladas	11
Abrigos para manutenção de artes de pesca construídos	5
Fábricas, máquinas, silos e túneis de gelo instaladas ou beneficiadas	8
Postos de recolha de pescado construídos ou beneficiados	2
Casas de Aprestos construídas	150
Casas de abrigo para guinchos construídas	5
Sistemas informáticos das lotas instalados ou beneficiados	7
Viaturas frigoríficas e de apoio ao transporte de pescado adquiridas	9
Empilhadores de apoio às lotas e locais de desembarque adquiridos	6
Pórticos auto motores instalados	2



O **Programa de Cooperação Transnacional Madeira - Açores – Canárias**, para o período de programação 2007-2013, foi um programa operacional cofinanciado pelo fundo estrutural FEDER, enquadrado no Objetivo Comunitário da Cooperação Territorial Europeia, aprovado pela Comissão Europeia através da Decisão C (2007) 4243, de 18 de setembro de 2007.

O objetivo global que sustentou a estratégia adotada no Programa consistiu em, por um lado, incrementar os níveis de desenvolvimento e de integração socioeconómica dos três arquipélagos, com o intuito de fomentar uma estratégia que visasse o impulso da sociedade do conhecimento e do desenvolvimento sustentável, e, por outro lado, de melhorar os níveis de integração socioeconómica do espaço de cooperação com os países de proximidade geográfica e cultural.

O Plano Financeiro Conjunto do Programa detinha um custo total previsto que ascendeu a 65.169.525 euros, com participação FEDER de 55.394.099 euros, que corresponde a uma taxa máxima de ajuda comunitária de 85% para a zona transnacional.

A Região Autónoma dos Açores e da Madeira, neste conjunto, detiveram como disponível, cada uma, a participação FEDER de 5.197.049,50€. A Comunidade Autónoma de Canárias, por seu turno, dispunha de uma participação FEDER de 45.000.000€.

Em termos de aprovações de projetos, foram lançadas 3 convocatórias, que culminaram nos seguintes resultados:

- No ano de 2008, procedeu-se ao lançamento da 1.ª Convocatória para a apresentação de projetos aos Eixos 1 e 2 do Programa, que decorreu de 1 de setembro a 30 de outubro. Em maio de 2009, houve lugar à aprovação dos projetos apresentados, sendo que, com a participação de entidades dos Açores, foram aprovados 44 projetos com a atribuição de uma participação FEDER de mais de 4 milhões de euros;
- No final do ano de 2009, procedeu-se ao lançamento da 2.ª convocatória do Programa, dirigida exclusivamente para o Eixo 3 – Cooperação com Países Terceiros e Grande Vizinhança. Desta convocatória, resultou a aprovação, por parte do Comité de Gestão do Programa celebrado em junho de 2010, de 11 projetos desenvolvidos por entidades açorianas;
- No final do ano de 2012, procedeu-se ao lançamento de uma 3.ª convocatória, também esta dirigida ao estabelecimento de parcerias com os países da Grande Vizinhança (Eixo 3), sendo de destacar a aprovação de mais 4 projetos;

- Posteriormente foram aprovados mais 6 projetos constantes de uma lista de reserva aprovada aquando da 3.ª convocatória;
- A título de nota, durante o período de programação houve lugar à desistência de 4 candidaturas.

Globalmente houve lugar à execução de 60 candidaturas, com um montante de despesa pública associada de 5,4 milhões de euros, a que corresponde a uma comparticipação FEDER de cerca de 4,6 milhões de euros.

Dados a 31.12.2015

Unidade: euro

EIXOS	Programado		Projetos aprovados	Execução	
	Despesa pública	FEDER		Despesa pública	FEDER
Eixo I – Promoção da Investigação, desenvolvimento tecnológico, inovação e sociedade de informação	2.723.142	2.314.672	30	2.544.382	2.162.725
Eixo II – Consolidação da gestão do meio ambiente e da prevenção de riscos	2.141.830	1.820.555	13	1.664.188	1.414.560
Eixo III – Cooperação com países terceiros e articulação da grande vizinhança	882.353	750.000	17	947.450	805.333
Eixo 4 – Assistência Técnica	366.850	311.823		193.536	164.505
TOTAL	6.114.175	5.197.050	60	5.349.556	4.547.123

ANEXOS

DESAGREGAÇÃO POR OBJETIVO

Investimento Público 2017

Desagregação por Objetivo

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL	774.631.823	517.480.454	257.151.369
FOMENTAR O CRESCIMENTO ECONÓMICO E O EMPREGO, SUSTENTADOS NO CONHECIMENTO, NA INOVAÇÃO E NO EMPREENDEDORISMO	395.325.920	174.084.018	221.241.902
1 EMPRESAS, EMPREGO E EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA	158.099.414	78.452.458	79.646.956
1 1 Competitividade Empresarial	62.339.326	62.183.768	155.558
1 1 1 Sistemas de Incentivos à Competitividade Empresarial	43.815.000	43.815.000	
1 1 2 Promoção e valorização dos produtos açorianos	795.480	795.480	
1 1 3 Internacionalização da Economia Açoriana	641.340	641.340	
1 1 4 Fomento do Empreendedorismo e Inovação	417.800	417.800	
1 1 5 Capacitação e Desenvolvimento Empresarial	305.380	305.380	
1 1 6 Instrumentos Financeiros de apoio às empresas	7.000.000	7.000.000	
1 1 7 Promoção da Qualidade	200.000	200.000	
1 1 8 Dinamização dos Sistemas Tecnológicos	75.000	75.000	
1 1 9 Sistema de Apoio ao Microcrédito Bancário	50.000	50.000	
1 1 10 Valorização dos Recursos Geológicos	60.000	60.000	
1 1 11 Assistência Técnica PO Açores 2020/Sistemas de Incentivos	612.768	612.768	
1 1 12 Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial	7.500.000	7.500.000	
1 1 13 Dinamização da Atividade Económica	350.000	350.000	
1 1 14 Estímulo ao Desenvolvimento Empresarial	516.558	361.000	155.558
1 2 Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais	775.686	775.686	
1 2 1 Tradição e inovação no reforço da competitividade das empresas artesanais nos Açores	200.000	200.000	
1 2 2 Promoção Internacional do Artesanato dos Açores	154.000	154.000	
1 2 3 Craft & Art - Capacitar pela Inovação	86.686	86.686	
1 2 4 Incubadora de base temática-Artesanato	125.000	125.000	
1 2 5 Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato	210.000	210.000	
1 3 Emprego e Qualificação Profissional	84.840.649	7.411.751	77.428.898
1 3 1 Formação Profissional	51.994.357	2.300.000	49.694.357

Investimento Público 2017

Desagregação por Objeto

				Euro		
Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
1	3	2	Programas de Estágios Profissionais	14.134.541	1.950.000	12.184.541
1	3	3	Programas de Emprego	17.000.000	1.800.000	15.200.000
1	3	4	Adequação Tecnológica dos Serviços	396.751	396.751	
1	3	5	Defesa do Consumidor	95.000	95.000	
1	3	6	Estudos, Projetos e Cooperação	70.000	70.000	
1	3	7	Assistência Técnica PO Açores/FSE	800.000	800.000	
1	3	8	Inspeção Regional do Trabalho	350.000		350.000
1	4		Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional	656.724	656.724	
1	4	1	Modernização e Reforma da Administração Pública Regional	75.000	75.000	
1	4	2	Sistema Integrado de Gestão da Administração Regional dos Açores	243.141	243.141	
1	4	3	Promoção da qualidade nos serviços da administração pública regional	278.583	278.583	
1	4	4	Desmaterialização de Processos	60.000	60.000	
1	5		Eficiência no Serviço Público ao Cidadão	2.960.000	2.300.000	660.000
1	5	1	Rede Integrada de Apoio ao Cidadão	2.960.000	2.300.000	660.000
1	6		Serviços Sociais	170.000	170.000	
1	6	1	Serviços de Apoio aos Funcionários Públicos	170.000	170.000	
1	7		Cooperação com as Autarquias Locais	654.529	654.529	
1	7	1	Cooperação Técnica	14.550	14.550	
1	7	2	Cooperação Financeira com os Municípios	40.000	40.000	
1	7	3	Cooperação Financeira com as Freguesias	599.979	599.979	
1	8		Estatística	100.000	100.000	
1	8	1	Produção, Tratamento e Divulgação Estatística	70.000	70.000	
1	8	2	Projecto no âmbito do INTERREG V A MAC 2020	30.000	30.000	
1	9		Planeamento e Finanças	5.602.500	4.200.000	1.402.500
1	9	1	Gestão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação do Plano e Fundos Estruturais	500.000	500.000	
1	9	2	Património Regional	500.000	500.000	
1	9	3	Reestruturação do Sector Público Regional	200.000	200.000	

Investimento Público 2017

Desagregação por Objetivo

				Euro		
Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
1	9	4	Coesão Regional	4.402.500	3.000.000	1.402.500
2	AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL			169.851.530	58.956.584	110.894.946
2	1	Infraestruturas Agrícolas e Florestais		44.815.380	17.533.600	27.281.780
2	1	1	Infraestruturas de Ordenamento Agrário	19.690.935	1.241.500	18.449.435
2	1	2	Infraestruturas rurais e florestais	3.175.551	3.175.551	
2	1	3	Infraestruturas agrícolas e de desenvolvimento rural	557.533	557.533	
2	1	4	Equipamento do Novo Laboratório Regional de Veterinária	1.223.284	1.223.284	
2	1	5	Empreitada de Construção do Parque Multissetorial da Ilha Terceira - Ampliação do Parque de Feiras e Exposições	5.342.332	5.342.332	
2	1	6	Rede Regional Abate	2.869.123	2.869.123	
2	1	7	Construção do Novo Matadouro do Faial	4.029.312	870.311	3.159.001
2	1	8	Construção do Novo Matadouro da Graciosa	2.525.307	426.335	2.098.972
2	1	9	Matadouro São Miguel - Melhoramento da Infraestrutura	3.003.963	700.956	2.303.007
2	1	10	Matadouro Terceira - Melhoramento da Infraestrutura	1.661.916	390.551	1.271.365
2	1	11	Sistemas e infraestruturas de informação e comunicação	736.124	736.124	
2	2	Modernização das Explorações Agrícolas		51.243.158	24.258.991	26.984.167
2	2	1	Sanidade Animal e Segurança Alimentar	3.040.493	2.680.493	360.000
2	2	2	Melhoramento Genético e Bem-Estar Animal	1.102.500	1.102.500	
2	2	3	Sanidade Vegetal e Proteção das Culturas	744.409	744.409	
2	2	4	Formação Profissional, Experimentação, Aconselhamento e Divulgação Agrícola	3.025.496	3.025.496	
2	2	5	Promoção, divulgação e apoio à decisão	143.250	143.250	
2	2	6	Apoio ao Investimento nas Explorações Agrícolas	30.026.146	4.889.479	25.136.667
2	2	7	Acompanhamento das Intervenções Comunitárias	967.104	967.104	
2	2	8	Regime de Apoio à redução dos custos com a Atividade Agrícola	3.250.000	3.250.000	
2	2	9	Apoio à Reestruturação Financeira das Explorações e à Reposição do seu Potencial Produtivo	2.287.709	2.287.709	
2	2	10	Programa de Reestruturação e Reforço do Sector Leiteiro	626.128	626.128	
2	2	11	Reforma Antecipada	1.907.700	420.200	1.487.500
2	2	12	SICATE/RICTA	516.972	516.972	

Investimento Público 2017

Desagregação por Objeto

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
2 2 13 Apoio à inovação e rentabilização da atividade agrícola	3.605.251	3.605.251	
2 3 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	35.379.878	10.546.545	24.833.333
2 3 1 Apoio à Indústria Agro-alimentar	26.743.333	1.910.000	24.833.333
2 3 2 Apoio ao Escoamento de Produtos na Indústria Agro-Alimentar	3.629.000	3.629.000	
2 3 3 Regularização de Mercados	4.242.054	4.242.054	
2 3 4 Qualidade e Certificação	765.491	765.491	
2 4 Diversificação e Valorização do Espaço Rural	38.413.114	6.617.448	31.795.666
2 4 1 Manutenção da Atividade Agrícola	15.468.583	2.435.250	13.033.333
2 4 2 Pagamentos Agro-ambientais e Natura 2000	11.632.500	1.432.500	10.200.000
2 4 3 Diversificação da Economia Rural	3.973.000	573.000	3.400.000
2 4 4 Potenciar o Setor Vitivinícola	993.250	143.250	850.000
2 4 5 Medidas Florestais de Desenvolvimento Rural	4.351.463	464.130	3.887.333
2 4 6 Fomento Florestal	771.802	771.802	
2 4 7 Promoção do Uso Múltiplo da Floresta	722.516	722.516	
2 4 8 Qualificação da madeira de criptoméria para fins estruturais	250.000	37.500	212.500
2 4 9 Produção, caracterização e qualificação dos Óleos Essenciais de cryptomeria japonica	250.000	37.500	212.500
3 PESCAS E AQUICULTURA	26.089.691	13.589.691	12.500.000
3 1 Controlo, Inspeção e Gestão	2.068.108	2.068.108	
3 1 1 Controlo e Inspeção	35.000	35.000	
3 1 2 Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas: capacidade inspetiva, formação e sensibilização	65.000	65.000	
3 1 3 Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas: acompanhamento, vigilância e gestão eletrónica	95.000	95.000	
3 1 4 Gestão Sustentável das Pescas e da Aquicultura	1.586.108	1.586.108	
3 1 5 Comunicação e Ações Coletivas	287.000	287.000	
3 2 Infraestruturas de Apoio às Pescas	6.910.651	6.910.651	
3 2 1 Portos da Região	4.982.164	4.982.164	
3 2 2 Construção do Entreposto Frigorífico de Ponta Delgada	293.687	293.687	
3 2 3 Construção da oficina de embarcações da Praia da Vitória	261.936	261.936	

Investimento Público 2017

Desagregação por Objetivo

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
3 2 4 Melhoria das condições operacionais e de segurança do porto de pesca do Topo	100.000	100.000	
3 2 5 Melhoria das condições operacionais e de segurança do porto de pesca da Ribeira Quente	30.000	30.000	
3 2 6 Melhoria das condições operacionais e de segurança do núcleo de pesca do porto da Horta	117.110	117.110	
3 2 7 Melhoria das condições operacionais e de segurança do porto de pesca de Santa Cruz da Graciosa	544.144	544.144	
3 2 8 Melhoria das condições operacionais e de segurança do núcleo de pesca do porto da Madalena	75.000	75.000	
3 2 9 Reequipamento do porto de pesca dos Biscoitos	100.872	100.872	
3 2 10 Requalificação dos portos de Água de Pau, Nordeste e Porto Formoso	204.312	204.312	
3 2 11 Casas de aprestos, gruas, guinchos e investimentos equivalentes	201.426	201.426	
3 3 FROTA e Recursos Humanos	3.131.765	3.131.765	
3 3 1 Regime de Apoio à Frota de Pesca Local e Costeira	1.706.765	1.706.765	
3 3 2 Regime de Apoio à Motorização das Embarcações de Pesca Local	40.000	40.000	
3 3 3 Regime de Apoio à Redução dos Custos na Atividade da Pesca	405.000	405.000	
3 3 4 Regime de Apoio à Segurança no Trabalho a Bordo das Embarcações de Pesca Local e Costeira	220.000	220.000	
3 3 5 Regime de apoio aos contratos de trabalho na pesca	50.000	50.000	
3 3 6 FUNDOPESCA	300.000	300.000	
3 3 7 Formação e promoção do capital humano	400.000	400.000	
3 3 8 Estruturas e Equipamentos	10.000	10.000	
3 4 Produtos da Pesca e da Aquicultura	1.056.667	1.056.667	
3 4 1 Apoio a profissionais da pesca e organizações setoriais	700.000	700.000	
3 4 2 Produção, transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura	90.000	90.000	
3 4 3 Inovação na aquicultura	266.667	266.667	
3 5 Regimes de Apoio e Assistência Técnica do Mar 2020	12.922.500	422.500	12.500.000
3 5 1 Apoio ao investimento no âmbito dos projetos MAR 2020	12.922.500	422.500	12.500.000
4 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	26.428.888	11.928.888	14.500.000
4 1 Promoção e Desenvolvimento Turístico	22.938.079	8.438.079	14.500.000
4 1 1 Promoção do Destino	1.242.501	1.242.501	
4 1 2 Incentivos à Promoção	18.819.901	4.319.901	14.500.000

Investimento Público 2017

Desagregação por Objeto

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
4 1 3 Eventos Desportivos de Promoção do Destino	2.875.677	2.875.677	
4 2 Sustentabilidade do Destino Turístico	444.090	444.090	
4 2 1 Desenvolvimento da Política de Turismo	114.090	114.090	
4 2 2 Desenvolvimento Turismo Sénior	300.000	300.000	
4 2 3 Organização de Eventos com Repercussão na Promoção	30.000	30.000	
4 3 Qualificação do Destino	3.046.719	3.046.719	
4 3 1 Qualificação dos Serviços Turísticos	712.348	712.348	
4 3 2 Valorização do Destino Turístico	172.582	172.582	
4 3 3 Incentivos à Animação no Destino	1.236.750	1.236.750	
4 3 4 Qualificação do Turismo Natureza - Trilhos, Mar e Ar	252.500	252.500	
4 3 5 Qualificação dos Recursos Termais	588.542	588.542	
4 3 6 Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento Regional - Turismo	83.997	83.997	
5 INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO	14.856.397	11.156.397	3.700.000
5 1 Programa de incentivos ao sistema científico e tecnológico dos Açores	6.755.499	3.055.499	3.700.000
5 1 1 Infraestruturas, projetos e atividades no âmbito das entidades do SCTA	2.380.499	1.380.499	1.000.000
5 1 2 Inovação, capacitação científica e implementação de projetos de investigação em contexto empresarial	500.000		500.000
5 1 3 Internacionalização da investigação regional	1.250.000	200.000	1.050.000
5 1 4 Produção, formação e divulgação científica e tecnológica	1.125.000	1.125.000	
5 1 5 Formação avançada	1.100.000		1.100.000
5 1 6 Promoção de um plano de emprego científico	50.000		50.000
5 1 7 Desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores	350.000	350.000	
5 2 Ações de Valorização e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação	150.000	150.000	
5 2 1 Eventos de promoção da ciência, tecnologia e inovação	75.000	75.000	
5 2 2 Iniciativas de gestão, operacionalização e monitorização do sistema científico e tecnológico	75.000	75.000	
5 3 Iniciativas, Projetos e Infraestruturas de Base Tecnológica	925.000	925.000	
5 3 1 Ações promotoras de ecossistemas tecnológicos e digitais	125.000	125.000	
5 3 2 Implementação de infraestruturas tecnológicas	800.000	800.000	

Investimento Público 2017

Desagregação por Objeto

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
5 4 Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia	7.025.898	7.025.898	
5 4 1 Parque de Ciência e Tecnologia de S. Miguel	50.000	50.000	
5 4 2 Parque de Ciência e Tecnologia da ilha Terceira	6.975.898	6.975.898	
REFORÇAR A QUALIFICAÇÃO, A QUALIDADE DE VIDA E A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	170.562.961	164.338.961	6.224.000
6 EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	79.015.212	75.265.212	3.750.000
6 1 Construções Escolares	35.813.423	34.963.423	850.000
6 1 1 Beneficiação e reabilitação de instalações escolares, propriedade da RAA	756.598	756.598	
6 1 2 Construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1º Ciclo (DLR nº 32/2002/A, de 8 de Agosto)	1.000.000	150.000	850.000
6 1 3 Grande Reparação na EBI da Horta	40.000	40.000	
6 1 4 Requalificação das instalações para o 2.º e 3.º ciclos da EBI de Rabo de Peixe	244.577	244.577	
6 1 5 Construção de novas instalações para a EBI Canto da Maia	12.471.774	12.471.774	
6 1 6 Requalificação da Escola Secundária Antero de Quental	299.720	299.720	
6 1 7 Construção de novas instalações para a EBS da Calheta	16.250.054	16.250.054	
6 1 8 Construção de novas instalações para a EBI de Arrifes	297.468	297.468	
6 1 9 Construção de novas instalações para a EBI de Capelas	1.969.983	1.969.983	
6 1 10 Construção de novas instalações para a EBI da Lagoa	88.500	88.500	
6 1 11 Reparação da EBS das Flores	257.646	257.646	
6 1 12 Reparação do complexo desportivo da EBS Jerónimo Emiliano de Andrade	152.144	152.144	
6 1 13 Reparação da ES Vitorino Nemésio	150.000	150.000	
6 1 14 Reparação da ES Ribeira Grande	120.000	120.000	
6 1 15 Reparação das fachadas ventiladas da EBI Roberto Ivens	164.959	164.959	
6 1 16 Assistência técnica e fecho financeiro	1.500.000	1.500.000	
6 1 17 Requalificação da Escola Secundária da Povoação	50.000	50.000	
6 2 Equipamentos Escolares	376.418	376.418	
6 2 1 Aquisição de Equipamentos para a Educação Pré-Escolar e os Ensino Básico e Secundário	376.418	376.418	
6 3 Apoio Social	10.100.000	10.100.000	
6 3 1 Apoio Social	10.000.000	10.000.000	

Investimento Público 2017

Desagregação por Objeto

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
6 3 2 Atribuição de produtos de apoio para alunos portadores de deficiência	100.000	100.000	
6 4 Desenvolvimento do Ensino Profissional e apoio às Instituições de Ensino Privado e Formação	5.190.000	3.390.000	1.800.000
6 4 1 Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado	3.000.000	3.000.000	
6 4 2 Escola Profissional das Capelas	1.950.000	150.000	1.800.000
6 4 3 Formação do Pessoal Docente e não Docente	240.000	240.000	
6 5 Tecnologias da Informação	693.465	693.465	
6 5 1 Projetos inerentes à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação	693.465	693.465	
6 6 Projetos Pedagógicos	2.676.338	2.676.338	
6 6 1 Prosucesso - Avaliação Externa	50.000	50.000	
6 6 2 Prosucesso - Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar	1.876.309	1.876.309	
6 6 3 Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar	596.629	596.629	
6 6 4 Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias	153.400	153.400	
6 7 Dinamização de Atividades Culturais	2.743.417	2.743.417	
6 7 1 Escolas de Formação	167.500	167.500	
6 7 2 Edição de Obras de Cariz Cultural	32.500	32.500	
6 7 3 Rede de Leitura Pública	60.000	60.000	
6 7 4 Banda Lira Açoriana	98.417	98.417	
6 7 5 Dinamização Cultural	975.000	975.000	
6 7 6 Arte Contemporânea dos Açores - ArTca	300.000	300.000	
6 7 7 Apoios a Atividades de Relevante Interesse Cultural	900.000	900.000	
6 7 8 Programa de apoio às sociedades recreativas e filarmónicas	210.000	210.000	
6 8 Defesa e Valorização do Património Arquitétonico e Cultural	10.571.547	10.571.547	
6 8 1 Aquisição e Restauro de Bens de Valor Cultural	218.000	218.000	
6 8 2 Inventário do Património Artístico e Cultural	30.000	30.000	
6 8 3 Imóveis e Conjuntos Classificados	419.710	419.710	
6 8 4 Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo - Novas Instalações	1.086.440	1.086.440	
6 8 5 Investigação Arqueológica	40.000	40.000	

Investimento Público 2017

Desagregação por Objeto

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
6 8 6 Museus, Bibliotecas e Arquivos	1.750.000	1.750.000	
6 8 7 Salvaguarda do Património Baleeiro	190.000	190.000	
6 8 8 Divulgação e Sensibilização do Património Cultural	40.000	40.000	
6 8 9 Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Públicos	35.000	35.000	
6 8 10 Aquisição, Recuperação e Conservação de Instalações para Entidades Culturais	150.000	150.000	
6 8 11 Execução do Protocolo com a Diocese	845.000	845.000	
6 8 12 Museu Francisco Lacerda	750.000	750.000	
6 8 13 Novo Polo de Vila do Porto do Museu de Santa Maria	1.811.514	1.811.514	
6 8 14 Convento de Santo André	506.271	506.271	
6 8 15 Lancha Espalamaca	20.000	20.000	
6 8 16 Museu da Horta	75.000	75.000	
6 8 17 Reabilitação do Património Histórico de Santa Maria	1.000.000	1.000.000	
6 8 18 Projeto Museológico da Ilha do Corvo	369.000	369.000	
6 8 19 Igreja das Manadas	347.566	347.566	
6 8 20 Museu da Construção Naval em Santo Amaro - Pico	224.723	224.723	
6 8 21 Musealização da Torre do Aeroporto de Santa Maria	100.000	100.000	
6 8 22 Igreja do Colégio dos Jesuítas de Angra do Heroísmo	378.216	378.216	
6 8 23 Igreja e Sacristia do Convento de São Boaventura	67.258	67.258	
6 8 24 Museografia do Museu do Pico	25.000	25.000	
6 8 25 Jardins da Casa-Museu Manuel de Arriaga	11.500	11.500	
6 8 26 Trinity House - Joint Cable Station: núcleo das comunicações - Museu da Horta	10.000	10.000	
6 8 27 Tecnologias da Informação e da comunicação no acesso à Cultura	59.000	59.000	
6 8 28 Assistência técnica e fecho financeiro	12.349	12.349	
6 9 Atividade Física Desportiva	685.000	685.000	
6 9 1 Desporto Escolar Açores	125.000	125.000	
6 9 2 Escolinhas do Desporto	330.000	330.000	

Investimento Público 2017

Desagregação por Objetivo

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
6 9 3 Atividades Regulares	230.000	230.000	
6 10 Desporto Federado	7.380.000	6.280.000	1.100.000
6 10 1 Atividades das Associações Desportivas	2.410.000	2.410.000	
6 10 2 Atividade Regular dos Escalões de Formação	1.710.000	1.710.000	
6 10 3 Processos Especiais de Formação dos Jovens Praticantes	225.000	225.000	
6 10 4 Quadros Competitivos Nacionais, Internacionais e Séries Açores	2.810.000	1.710.000	1.100.000
6 10 5 Preparação de Alto Rendimento	225.000	225.000	
6 11 Infraestruturas e Equipamentos Desportivos	2.730.604	2.730.604	
6 11 1 Instalações desportivas e sedes sociais	50.000	50.000	
6 11 2 Instalações oficiais integradas no Parque Desportivo Regional	336.040	336.040	
6 11 3 Gestão e Funcionamento dos Complexos Desportivos incluídos no Parque Desportivo Regional	740.000	740.000	
6 11 4 Acesso generalizado às instalações desportivas escolares e outras integradas por Protocolos no Parque Desportivo Regional	400.000	400.000	
6 11 5 Pavilhão de Judo em São Jorge	1.000.893	1.000.893	
6 11 6 Requalificação do Polidesportivo de Santo Espírito, em Santa Maria - 2.ª fase	203.671	203.671	
6 12 Iniciativas Transversais às Diferentes Áreas do Desporto	55.000	55.000	
6 12 1 Promoção do Desporto	10.000	10.000	
6 12 2 Formação Técnica	10.000	10.000	
6 12 3 Simplificação de Procedimentos e Desmaterialização de Processos	10.000	10.000	
6 12 4 Modernização e Apetrechamento	25.000	25.000	
7 JUVENTUDE	2.605.200	2.231.200	374.000
7 1 Juventude	2.605.200	2.231.200	374.000
7 1 1 Internacionalizar Mobilidade	120.000	120.000	
7 1 2 Cidadania e Voluntariado Local e Internacional	100.000	100.000	
7 1 3 Orçamento Participativo Jovem e Associativismo	200.000	200.000	
7 1 4 Desporto e Juventude	3.000	3.000	
7 1 5 Indústrias Criativas e Culturais: Incentivo à Criatividade	130.000	130.000	
7 1 6 Incentivo à Formação dos Jovens	110.000	110.000	

Investimento Público 2017

Desagregação por Objetivo

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
7 1 7 Conferências, Fóruns e Seminários	10.000	10.000	
7 1 8 Ocupação Tempos Livres dos Jovens e Campos de Férias	550.000	550.000	
7 1 9 Observatório da Juventude	50.000	50.000	
7 1 10 Projetos Comunitários	15.000	15.000	
7 1 11 Informação Juventude	13.500	13.500	
7 1 12 Incentivo ao Turismo Jovem	81.000	81.000	
7 1 13 Academias da Juventude	150.000	150.000	
7 1 14 Pousadas da Juventude dos Açores	372.700	372.700	
7 1 15 Modernização da Pousada de Juventude de Ponta Delgada	680.000	306.000	374.000
7 1 16 Prepara o teu regresso a Casa	20.000	20.000	
8 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE	24.859.713	24.859.713	
8 1 Ampliação e Remodelação de Infraestruturas	1.068.598	1.068.598	
8 1 1 Empreitada da Construção do Novo Corpo C do Hospital da Horta - 2ª Fase - Centro de Saúde	879.100	879.100	
8 1 2 Empreitada de Remodelação e Ampliação da Extensão de Rabo de Peixe	189.498	189.498	
8 2 Beneficiação de Infraestruturas	3.206.718	3.206.718	
8 2 1 Beneficiação de Infraestruturas das Unidades de Saúde de Ilha, COA e Hospitais	1.107.498	1.107.498	
8 2 2 Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores	621.860	621.860	
8 2 3 Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Lajes do Pico	177.000	177.000	
8 2 4 Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde da Calheta	507.400	507.400	
8 2 5 Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Velas	792.960	792.960	
8 3 Parcerias Públicas Privadas	11.459.866	11.459.866	
8 3 1 Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira	11.459.866	11.459.866	
8 4 Apetrechamento e Modernização	1.601.167	1.601.167	
8 4 1 Equipamentos para Unidades de Saúde de Ilha, COA e Hospitais	200.000	200.000	
8 4 2 Equipamentos para Novo Centro de Saúde da Madalena	309.801	309.801	
8 4 3 Equipamentos para o novo Centro de Saúde de Ponta Delgada	323.366	323.366	
8 4 4 Equipamento Gastroenterologia para Hospital de Ponta Delgada	768.000	768.000	

Investimento Público 2017

Desagregação por Objetivo

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
8 5 Apoios e Acordos	1.815.664	1.815.664	
8 5 1 Redes de cuidados continuados integrados e de saúde mental	1.715.664	1.715.664	
8 5 2 Incentivos à fixação de médicos	100.000	100.000	
8 6 Projetos na Saúde	3.536.700	3.536.700	
8 6 1 Deslocação de Doentes	2.360.000	2.360.000	
8 6 2 Vale de Saúde	300.000	300.000	
8 6 3 Plano Regional da Saúde	155.700	155.700	
8 6 4 Qualidade na Saúde	8.000	8.000	
8 6 5 Emergência em Saúde Pública e em situação de exceção	18.250	18.250	
8 6 6 Promoção de Estilos de Vida Saudável e Prevenção/Tratamento e Reinserção dos Comportamentos Aditivos e Dependências	694.750	694.750	
8 7 Formação	60.000	60.000	
8 7 1 Bolsas de Estudo	31.000	31.000	
8 7 2 Formação e Atualização de Profissionais de Saúde	29.000	29.000	
8 8 Tecnologias de Informação na Saúde	2.111.000	2.111.000	
8 8 1 RIS – Sistema Informação de Radiologia	1.611.000	1.611.000	
8 8 2 Projeto E-Saúde	500.000	500.000	
9 SOLIDARIEDADE SOCIAL	41.479.264	39.379.264	2.100.000
9 1 Apoio à Infância e Juventude	8.481.909	8.481.909	
9 1 1 Adaptação de edifício a Creche no Nordeste	201.642	201.642	
9 1 2 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude	954.598	954.598	
9 1 3 Construção de creche em Ponta Delgada	382.225	382.225	
9 1 4 Obras de ampliação e remodelação de creche e jardim-de-infância na Povoação	545.049	545.049	
9 1 5 Obras de beneficiação do infantário "O Carrocel" em Angra do Heroísmo	232.475	232.475	
9 1 6 Remodelação da creche "O Castelinho", na Horta	1.528.814	1.528.814	
9 1 7 Construção da Creche do Paim	162.521	162.521	
9 1 8 Construção da Creche de Água de Pau	703.450	703.450	
9 1 9 Remodelação da Mãe de Deus - Lar de infância e juventude e Creche	781.649	781.649	

Investimento Público 2017

Desagregação por Objetivo

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
9 1 10 Construção de Centro Comunitário do Instituto de Apoio à Criança	976.412	976.412	
9 1 11 Requalificação de edifício para ATL nos Fenais Luz	79.428	79.428	
9 1 12 Requalificação de Centro Comunitário e ATL em Angra do Heroísmo	813.217	813.217	
9 1 13 Requalificação de Lar de infância e juventude na Praia da Vitória	458.898	458.898	
9 1 14 Requalificação de edifício para Creche e Jardim de Infância no Corvo	377.562	377.562	
9 1 15 Obras de remodelação e ampliação da Creche e Jardim de Infância	143.969	143.969	
9 1 16 Defesa e Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens	140.000	140.000	
9 2 Apoio à Família, Comunidade e Serviços	14.755.855	12.655.855	2.100.000
9 2 1 Apoio especializado ao desenvolvimento e requalificação da rede de equipamentos sociais e programas sociais dos Açores	2.274.584	174.584	2.100.000
9 2 2 Fundo Regional da Ação Social	7.350.000	7.350.000	
9 2 3 Construção do Centro de Alojamento Temporário para Sem Abrigo	2.218.256	2.218.256	
9 2 4 Remodelação do edifício Abrigo Amigo	23.558	23.558	
9 2 5 Programa Especial de Apoio ao Pagamento de Propinas	50.000	50.000	
9 2 6 Requalificação do Edifício para Centro de Terapia Familiar	388.916	388.916	
9 2 7 CEDO - Complemento Especial para o Doente Oncológico	600.000	600.000	
9 2 8 Construção do Centro Intergeracional dos Arrifes	625.000	625.000	
9 2 9 Construção do Centro Intergeracional de Vila Franca do Campo	1.125.541	1.125.541	
9 2 10 Construção da 1ª Fase do edifício Intergeracional da Feteira - Horta	100.000	100.000	
9 3 Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	4.196.933	4.196.933	
9 3 1 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência	2.033.781	2.033.781	
9 3 2 Reabilitação de Edifício para Centro de Apoio à Deficiência	367.875	367.875	
9 3 3 Construção do Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel	334.748	334.748	
9 3 4 Remodelação do CAO da Associação Seara do Trigo na antiga Escola de Educação Especial	694.444	694.444	
9 3 5 Remodelação de CAO na Maia, Ribeira Grande	766.085	766.085	
9 4 Apoio a Idosos	12.994.116	12.994.116	
9 4 1 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio aos idosos	909.698	909.698	
9 4 2 Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa	170.000	170.000	

Investimento Público 2017

Desagregação por Objeto

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
9 4 3 Rede de Cuidados Continuados dos Açores	940.000	940.000	
9 4 4 COMPAMID	650.000	650.000	
9 4 5 Sénior Ativo	213.934	213.934	
9 4 6 Adaptação de edifício destinado a Centro de Dia e Centro de Noite na Bretanha	493.991	493.991	
9 4 7 Criação do centro de apoio ao idoso da Maia	73.342	73.342	
9 4 8 Criação da UCC do Recolhimento Jesus, Maria, José	1.095.091	1.095.091	
9 4 9 Requalificação de edifício para centro de dia e centro de noite nas Cinco Ribeiras	1.285.710	1.285.710	
9 4 10 Construção de cozinha de recepção e distribuição do serviço de apoio ao domicílio da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa	510.667	510.667	
9 4 11 Criação do centro de noite da Piedade	213.686	213.686	
9 4 12 Requalificação do serviço de apoio ao domicílio do Corvo	425.948	425.948	
9 4 13 Construção do centro de dia da Maia	591.669	591.669	
9 4 14 Construção do Centro de Dia das Doze Ribeiras	853.544	853.544	
9 4 15 Requalificação do serviço de apoio ao domicílio em Santa Cruz das Flores	1.522.852	1.522.852	
9 4 16 Criação de Centro de Noite no Lar Luís Soares de Sousa	1.280.174	1.280.174	
9 4 17 Construção do Centro de Dia dos Flamengos	464.481	464.481	
9 4 18 Ampliação do Lar de Idosos de Vila do Porto	67.166	67.166	
9 4 19 Construção do Centro de Apoio ao Idoso da Madalena	1.192.163	1.192.163	
9 4 20 Criação da Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada	40.000	40.000	
9 5 Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza	1.050.451	1.050.451	
9 5 1 Projetos de intervenção social de carácter inovador e experimental	88.559	88.559	
9 5 2 Campanhas de sensibilização para a promoção da inclusão de minorias sujeitas a discriminações múltiplas	41.298	41.298	
9 5 3 Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de crianças e jovens	264.254	264.254	
9 5 4 Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de idosos	165.806	165.806	
9 5 5 Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de pessoas com deficiência e incapacidade	104.982	104.982	
9 5 6 Projetos de intervenção social vocacionados para a reabilitação e promoção da inclusão de públicos em situação de grave exclusão social	38.136	38.136	
9 5 7 Criação de estruturas multidisciplinares com intervenção técnica especializada	297.416	297.416	

Investimento Público 2017

Desagregação por Objeto

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
9 5 8 Definição da Estratégia Regional de Combate à Pobreza	50.000	50.000	
10 HABITAÇÃO	22.603.572	22.603.572	
10 1 Promoção de Habitação, Reabilitação e Renovação Urbana	7.163.687	7.163.687	
10 1 1 Promoção de Habitação de Custos Controlados	461.026	461.026	
10 1 2 Operação Urbanística e Reabilitação de Infraestruturas Habitacionais	77.586	77.586	
10 1 3 Programa de Recuperação de Habitação Degradada	6.625.075	6.625.075	
10 2 Arrendamento Social e Cooperação	15.189.082	15.189.082	
10 2 1 Programa de Apoio Famílias com Futuro	7.190.879	7.190.879	
10 2 2 Cooperação com Autarquias - Acordos de Colaboração IHRU/ RAA/ Municípios	3.042.963	3.042.963	
10 2 3 Salvaguarda Habitacional em Zonas de Risco	541.240	541.240	
10 2 4 Contrato Programa com a SPRHI, SA - Sismo	4.140.000	4.140.000	
10 2 5 Operações de Inserção e Reintegração Social	274.000	274.000	
10 3 Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica	250.803	250.803	
10 3 1 Reabilitação e Manutenção de Equipamentos	151.803	151.803	
10 3 2 Adequação e Adaptação Tecnológica dos Serviços	74.000	74.000	
10 3 3 Agenda "Habitação no Arquipélago dos Açores 2017-2031 – Estratégia para 15 anos"	25.000	25.000	
MELHORAR A SUSTENTABILIDADE, A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E AS REDES DO TERRITÓRIO	206.809.866	177.124.399	29.685.467
11 AMBIENTE E ENERGIA	24.957.808	24.957.808	
11 1 Qualidade Ambiental	4.712.752	4.712.752	
11 1 1 Inspeção, vigilância, avaliação e licenciamento ambiental	215.982	215.982	
11 1 2 Plataforma de informação da qualidade do ar	220.329	220.329	
11 1 3 Plano Regional para as Alterações Climáticas	409.656	409.656	
11 1 4 Monitorização e controlo da infestação por térmitas	50.856	50.856	
11 1 5 Centros de Processamento de Resíduos das Flores e da Graciosa	528.421	528.421	
11 1 6 Instalações e equipamento dos centros de processamento de resíduos	307.007	307.007	
11 1 7 Operação dos centros de processamento e boas práticas de gestão de resíduos	158.990	158.990	
11 1 8 Selagem e requalificação ambiental dos aterros de São Jorge	901.740	901.740	

Investimento Público 2017

Desagregação por Objetivo

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
11 1 9 Selagem e requalificação ambiental do aterro do Faial	724.836	724.836	
11 1 10 Monitorização das selagens de vazadouros de resíduos	494.935	494.935	
11 1 11 Cidadania ambiental ativa	140.000	140.000	
11 1 12 Eco-Freguesia, freguesia limpa	450.000	450.000	
11 1 13 Mobilidade elétrica do corpo de Vigilantes da Natureza	110.000	110.000	
11 2 Conservação da Natureza	8.211.967	8.211.967	
11 2 1 Monitorização e Gestão do Património Natural e da Biodiversidade	1.225.371	1.225.371	
11 2 2 Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha e Reservas da Biosfera	22.000	22.000	
11 2 3 Reservas da Biosfera dos Açores	36.069	36.069	
11 2 4 Gestão e recuperação de espécies e habitats prioritários	1.272.583	1.272.583	
11 2 5 Projeto LIFE Portugal Capacity Building - LIFE14 CAP/PT/000004	50.375	50.375	
11 2 6 Apoios à manutenção de paisagens tradicionais em áreas classificadas	850.000	850.000	
11 2 7 Recuperação de trilhos e infraestruturas de apoio da Fajã de Santo Cristo	390.000	390.000	
11 2 8 Desvio de caminho rural no Barreiro da Faneca, Santa Maria	248.271	248.271	
11 2 9 Atlas da Biologia Reprodutiva da Flora Macaronésica	6.927	6.927	
11 2 10 Rede de Observação e Centros de Reabilitação de Aves Selvagens	150.754	150.754	
11 2 11 Rede Regional de Ecotecas e Centros Ambientais	2.300.000	2.300.000	
11 2 12 Casa dos Vulcões	746.380	746.380	
11 2 13 Adaptação da Fábrica da Baleia de Porto Pim	539.525	539.525	
11 2 14 Zona de apoio às descidas e estacionamento da Montanha do Pico	353.712	353.712	
11 2 15 Exposição do Centro de Monitorização e Investigação das Furnas	20.000	20.000	
11 3 Recursos Hídricos	9.335.487	9.335.487	
11 3 1 Monitorização e manutenção da rede hidrográfica	1.525.705	1.525.705	
11 3 2 Rede de monitorização do ciclo hidrológico	598.360	598.360	
11 3 3 Monitorização qualitativa das massas de água interiores e de transição	659.502	659.502	
11 3 4 Monitorização do estado trófico das lagoas	75.000	75.000	

Investimento Público 2017

Desagregação por Objetivo

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
11 3 5 Controlo da biomassa e dos níveis de nutrientes nas lagoas	150.000	150.000	
11 3 6 Desvio de afluentes da Ribeira do Salto da Inglesa, Furnas	1.486.352	1.486.352	
11 3 7 Florestação na bacia hidrográfica da Lagoa das Furnas	66.164	66.164	
11 3 8 Reabilitação da rede hidrográfica de São Miguel	1.655.295	1.655.295	
11 3 9 Requalificação da rede hidrográfica do Pico	1.328.765	1.328.765	
11 3 10 Requalificação da rede hidrográfica das Flores	947.870	947.870	
11 3 11 Requalificação da rede hidrográfica da Terceira	558.094	558.094	
11 3 12 Requalificação da rede hidrográfica do Faial	284.380	284.380	
11 4 Ordenamento do Território	1.192.892	1.192.892	
11 4 1 Avaliação e revisão de instrumentos de gestão territorial	67.480	67.480	
11 4 2 Informação e monitorização do território	137.320	137.320	
11 4 3 Sistemas de monitorização e alerta de riscos naturais	305.257	305.257	
11 4 4 Informação geodésica, produção cartográfica e cadastro predial	207.126	207.126	
11 4 5 Rede de estações permanentes GNSS	25.000	25.000	
11 4 6 Sistema Regional de Informação Geográfica	180.000	180.000	
11 4 7 Sistemas e infraestruturas de Informação e Comunicação	270.709	270.709	
11 5 Eficiência Energética	1.215.000	1.215.000	
11 5 1 Política Energética Regional	75.000	75.000	
11 5 2 Eficiência Mais	400.000	400.000	
11 5 3 SCE - Sistema de Certificação Energética de Edifícios	50.000	50.000	
11 5 4 Eficiência Energética nos Edifícios e Vias Públicas - 3EVP	500.000	500.000	
11 5 5 Inovação e tecnologia no setor energético - InovTechEnergy	100.000	100.000	
11 5 6 Qualificação, capacitação e formação	90.000	90.000	
11 6 EcoMob(in)Azores	250.000	250.000	
11 6 1 Mobilidade Elétrica, Inteligente e Sustentável	250.000	250.000	
11 7 Serviços Energéticos	39.710	39.710	
11 7 1 Combustíveis, eletricidade e ascensores	39.710	39.710	

Investimento Público 2017

Desagregação por Objeto

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
12 PREVENÇÃO DE RISCOS E PROTEÇÃO CIVIL	7.248.162	7.248.162	
12 1 Equipamentos e Comunicações	870.000	870.000	
12 1 1 Viaturas de Emergência	480.000	480.000	
12 1 2 Viaturas dos Corpos de Bombeiros	50.000	50.000	
12 1 3 Equipamentos para o Serviço Regional de Proteção Civil	30.000	30.000	
12 1 4 Equipamentos para as AHBV	60.000	60.000	
12 1 5 Radiocomunicações do SRPCBA	250.000	250.000	
12 2 Infraestruturas	2.425.662	2.425.662	
12 2 1 Beneficiação e Reparação de Quartéis das AHBV da RAA	30.000	30.000	
12 2 2 Centro de Formação de Proteção Civil e Bombeiros	50.000	50.000	
12 2 3 Ampliação e Requalificação do Quartel da AHBV de Santa Cruz das Flores	524.662	524.662	
12 2 4 Construção do Quartel de Bombeiros da AHBV da Povoação	650.000	650.000	
12 2 5 Construção do Quartel de Bombeiros da AHBV do Faial	340.000	340.000	
12 2 6 Remodelação e Ampliação das Instalações da AHBV de Santa Maria	316.000	316.000	
12 2 7 Ampliação do Quartel de Bombeiros das Lajes do Pico	515.000	515.000	
12 3 Protocolos e Apoios	3.847.500	3.847.500	
12 3 1 CIVISA	37.500	37.500	
12 3 2 Apoios ao Transporte Terrestre de Emergência	3.350.000	3.350.000	
12 3 3 Fundo Emergência	5.000	5.000	
12 3 4 Linha de Saúde Açores	50.000	50.000	
12 3 5 Apoios	30.000	30.000	
12 3 6 Suporte Imediato de Vida	375.000	375.000	
12 4 Formação	105.000	105.000	
12 4 1 Formação de Profissionais do SRPCBA	5.000	5.000	
12 4 2 Formação dos Corpos de Bombeiros da RAA	80.000	80.000	
12 4 3 Formação à População	10.000	10.000	
12 4 4 Sensibilização à População	10.000	10.000	

Investimento Público 2017

Desagregação por Objeto

				Euro		
Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
13	ASSUNTOS DO MAR			18.357.831	17.342.760	1.015.071
13	1	Gestão e Requalificação da Orla Costeira		12.934.355	11.919.284	1.015.071
13	1	1	Gestão e requalificação das zonas costeiras	263.716	263.716	
13	1	2	Gestão de zonas balneares	128.396	128.396	
13	1	3	Resposta a intempéries e outras situações extraordinárias	150.000	150.000	
13	1	4	Proteção Costeira adjacente ao Hotel Serviflor, Flores	149.160	149.160	
13	1	5	Proteção Costeira e Requalificação do Porto de São Lourenço, Santa Maria	174.722	174.722	
13	1	6	Proteção e estabilização dos taludes na orla costeira da Maia, norte do porto, Santa Maria	504.860	504.860	
13	1	7	Requalificação costeira da costa sul de São Miguel, arriba adjacente ao adro da igreja de São Roque	24.350	24.350	
13	1	8	Proteção e estabilização da zona costeira da Barra, Santa Cruz da Graciosa	6.576.826	6.576.826	
13	1	9	Proteção Costeira da Rotunda do Porto da Casa, Corvo	175.750	175.750	
13	1	10	Estabilização da orla costeira do Porto do Salão, Faial	169.955	169.955	
13	1	11	Retenção norte da proteção do troço a norte do Porto de Pescas da Maia, Santa Maria	483.815	483.815	
13	1	12	Requalificação costeira da costa norte de São Miguel, Rabo Peixe	2.833.279	2.833.279	
13	1	13	Estabilização da orla costeira sobranceira à Irmandade da Coroa do Espírito Santo, São João, Pico	55.025	55.025	
13	1	14	Enrocamento da Marginal de Vila Franca do Campo, São Miguel	229.442	37.500	191.942
13	1	15	Proteção costeira da Baía do Fanal, Terceira	836.114	125.417	710.697
13	1	16	Proteção costeira e requalificação da zona adjacente ao Porto Novo, Corvo	148.945	36.513	112.432
13	1	17	Reforço da Proteção costeira e reabilitação da foz da Ribeira do Guilherme, São Miguel	30.000	30.000	
13	2	Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha		935.306	935.306	
13	2	1	Programa Estratégico para o Ambiente Marinho dos Açores - PEAMA	543.594	543.594	
13	2	2	Cooperação institucional, promoção e educação ambiental marinha e ciência cidadã	40.000	40.000	
13	2	3	Ordenamento do espaço marítimo dos Açores	95.500	95.500	
13	2	4	Programas de Monitorização e Medidas da DQEM e ação ambiental marinha dos Parques Naturais	70.000	70.000	
13	2	5	Infraestruturas e equipamentos	65.560	65.560	
13	2	6	Projeto PLASMAR	58.045	58.045	

Investimento Público 2017

Desagregação por Objeto

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
13 2 7 Projeto Luminaves	17.067	17.067	
13 2 8 Projeto Marcet	38.540	38.540	
13 2 9 Projeto Mystic Seas II	7.000	7.000	
13 3 Escola do Mar dos Açores	4.488.170	4.488.170	
13 3 1 Escola do Mar	4.488.170	4.488.170	
14 TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURAS TECNOLÓGICAS	156.246.065	127.575.669	28.670.396
14 1 Construção de Estradas Regionais	32.700.931	32.700.931	
14 1 1 SCUT'S	31.280.000	31.280.000	
14 1 2 Acesso ao Porto de Pescas de Vila Franca do Campo	1.390.931	1.390.931	
14 1 3 Acessibilidades Furnas-Povoação	30.000	30.000	
14 2 Reabilitação de Estradas Regionais	14.083.011	14.083.011	
14 2 1 Beneficiação de Pavimentação de ER em Santa Maria	30.000	30.000	
14 2 2 Beneficiação de Pavimentação de ER em São Miguel	200.000	200.000	
14 2 3 Reabilitação de ER da RAA	137.000	137.000	
14 2 4 Beneficiação de pavimentação de ER na Terceira	120.000	120.000	
14 2 5 Beneficiação de Pavimentação de ER em São Jorge	82.000	82.000	
14 2 6 Beneficiação de Pavimentação de ER na Graciosa	200.000	200.000	
14 2 7 Beneficiação de Pavimentação de ER no Pico	175.000	175.000	
14 2 8 Beneficiação de Pavimentação de ER no Faial	153.500	153.500	
14 2 9 Beneficiação de Pavimentação de ER no Corvo	26.000	26.000	
14 2 10 Beneficiação de Pavimentação de ER nas Flores	131.000	131.000	
14 2 11 Requalificação da Rede Viária	853.334	853.334	
14 2 12 Qualificação do Parque de Máquinas da SRTOP	1.000.000	1.000.000	
14 2 13 Calamidades em Estradas Regionais	612.223	612.223	
14 2 14 Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento de Santa Maria	99.193	99.193	
14 2 15 Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento de São Miguel	1.629.500	1.629.500	
14 2 16 Ligação interconcelhia Nordeste e a Povoação	3.127.087	3.127.087	

Investimento Público 2017

Desagregação por Objeto

				Euro		
Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
14	2	17	Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento da Terceira	1.040.092	1.040.092	
14	2	18	Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento de São Jorge	1.411.464	1.411.464	
14	2	19	Requalificação da ER 3-2ª Longitudinal - Pico	452.785	452.785	
14	2	20	Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento de Faial	1.043.131	1.043.131	
14	2	21	Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento de Corvo	20.410	20.410	
14	2	22	Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento de Flores	574.292	574.292	
14	2	23	Modernização de Máquinas e Viaturas	50.000	50.000	
14	2	24	Sinalização Horizontal e Vertical em ER	915.000	915.000	
14	3		Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária	1.865.277	1.051.677	813.600
14	3	1	Prestação de Serviços de Transporte Regular de Passageiros	1.865.277	1.051.677	813.600
14	4		Integração Paisagística de Zonas Adjacentes às ER	565.000	565.000	
14	4	1	Espaços Públicos	160.000	160.000	
14	4	2	Integração paisagística da rede viária regional	405.000	405.000	
14	5		Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários	38.586.451	10.729.655	27.856.796
14	5	1	Porto e Marina de Ponta Delgada	6.881.075	1.000.000	5.881.075
14	5	2	Porto da Praia da Vitória	606.650	68.573	538.077
14	5	3	Porto, Marina e Baía de Angra do Heroísmo	500.000	75.000	425.000
14	5	4	Porto, Marina e Baía da Horta	500.000	75.000	425.000
14	5	5	Porto de São Roque	290.000	37.500	252.500
14	5	6	Porto de Velas	7.230.000	658.000	6.572.000
14	5	7	Porto da Calheta de São Jorge	200.000	30.000	170.000
14	5	8	Porto das Lajes das Flores	30.000	30.000	
14	5	9	Porto das Poças nas Flores	4.247.245	637.087	3.610.158
14	5	10	Porto da Casa no Corvo	4.620.000	620.681	3.999.319
14	5	11	Aquisição de Diversos Equipamentos para Portos e Marinas	1.335.395	1.335.395	
14	5	12	Aeroporto da Ilha do Pico	1.055.285	181.571	873.714
14	5	13	Aeródromo da Ilha de São Jorge	931.244	381.764	549.480

Investimento Público 2017

Desagregação por Objetivo

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
14 5 14 Aeródromo da Ilha da Graciosa	3.176.091	995.000	2.181.091
14 5 15 Aeródromo da Ilha das Flores	2.000	2.000	
14 5 16 Aeródromo da Ilha do Corvo	3.229.240	849.858	2.379.382
14 5 17 Aerogare Civil das Lajes	1.403.551	1.403.551	
14 5 18 Construção do Terminal de Carga da Aerogare Civil das Lajes	2.348.675	2.348.675	
14 6 Gestão dos Aeródromos Regionais	1.973.882	1.973.882	
14 6 1 Concessão da Exploração dos Aeródromos da Região Autónoma dos Açores	1.973.882	1.973.882	
14 7 Serviço Público de Transporte Aéreo e Marítimo Inter-ilhas	41.609.977	41.609.977	
14 7 1 Concessão do Transporte Aéreo de Passageiros, Carga e Correio Interilhas	31.484.977	31.484.977	
14 7 2 Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e Viaturas Interilhas	8.000.000	8.000.000	
14 7 3 Aquisição de Navios para o Transporte de Passageiros e Viaturas Interilhas	2.125.000	2.125.000	
14 8 Dinamização dos Transportes	253.800	253.800	
14 8 1 Desenvolvimento de Sistemas de Apoio à Monitorização nos Portos dos Açores	65.000	65.000	
14 8 2 Plano Integrado dos Transportes	188.800	188.800	
14 9 Tecnologias de Informação e Comunicação	3.022.547	3.022.547	
14 9 1 Desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação	2.639.547	2.639.547	
14 9 2 Autonomia Digital Açores	368.000	368.000	
14 9 3 Nova rede de dados da RAA	15.000	15.000	
14 10 Sistemas de Informação e de Comunicações	76.500	76.500	
14 10 1 Melhoria dos sistemas informáticos	66.500	66.500	
14 10 2 Comunicações	10.000	10.000	
14 11 Laboratório Regional de Engenharia Civil	434.689	434.689	
14 11 1 I&DI - Engenharia Civil	136.450	136.450	
14 11 2 Infraestruturas e Equipamentos	102.500	102.500	
14 11 3 MICNEI - Minimização de impactos de catástrofes naturais em edificado e infraestruturas	67.057	67.057	
14 11 4 SESSPeCo - Sensibilização para o efeito dos sismos na segurança de pessoas e construções	37.311	37.311	
14 11 5 DECISIONLARM – Desenvolvimento de um sistema de apoio à decisão e alarme a movimentos de vertente com o recurso à monitorização cinemática e hidrológica e à modelação hidrológica e geotécnica	46.376	46.376	

Investimento Público 2017

Desagregação por Objetivo

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
14 11 6 MACASTAB - Bases para a elaboração de um guia metodológico para a gestão do risco natural produzido pela instabilidade de vertentes e taludes de natureza vulcânica na Macaronésia	44.995	44.995	
14 12 Construção , Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos	4.735.000	4.735.000	
14 12 1 Requalificação de Edifícios Públicos	1.150.000	1.150.000	
14 12 2 Casa da Autonomia	3.585.000	3.585.000	
14 13 Cooperação com Diversas Entidades	4.339.000	4.339.000	
14 13 1 Contratos Programa com a SPRHI SA - Rede Viária	2.000.000	2.000.000	
14 13 2 Contratos de Cooperação com Diversas Entidades	2.339.000	2.339.000	
14 14 Coesão Territorial - Transportes	12.000.000	12.000.000	
14 14 1 Promoção da Coesão Territorial - Transportes	12.000.000	12.000.000	
MODERNIZAR A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL, REFORÇAR A POSIÇÃO DOS AÇORES NO EXTERIOR E APROXIMAR AS COMUNIDADES	1.933.076	1.933.076	
15 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1.082.521	1.082.521	
15 1 Apoio aos Media	985.048	985.048	
15 1 1 Programa de Apoio à Comunicação Social	575.048	575.048	
15 1 2 Plataforma Eletrónica de Comunicação com o Cidadão	410.000	410.000	
15 2 Jornal Oficial	97.473	97.473	
15 2 1 Acesso a base de dados jurídicos	97.473	97.473	
16 RELAÇÕES EXTERNAS E COMUNIDADES	850.555	850.555	
16 1 Projeção dos Açores no Mundo	204.555	204.555	
16 1 1 Relações com instituições e organizações internacionais	129.555	129.555	
16 1 2 Projetos de Cooperação, mobilidade e internacionalização	75.000	75.000	
16 2 Afirmação dos Açores na Europa	230.000	230.000	
16 2 1 Relações com organismos de cooperação inter-regional, organizações e instituições europeias	100.000	100.000	
16 2 2 Aproximar os Açores da Europa	68.000	68.000	
16 2 3 Cidadania Europeia	62.000	62.000	
16 3 Emigrado e Regressado	73.000	73.000	
16 3 1 Inclusão e Intervenção Social	8.000	8.000	
16 3 2 Cooperação	58.000	58.000	
16 3 3 Participação ativa na Diáspora	1.000	1.000	

Investimento Público 2017

Desagregação por Objetivo

				Euro		
Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
16	3	4	Iniciativas de promoção da integração	6.000	6.000	
16	4		Identidade Cultural e Açorianidade	285.000	285.000	
16	4	1	Juventude e Açorianidade	15.000	15.000	
16	4	2	Promoção dos Açores e sua Diáspora no mundo	15.000	15.000	
16	4	3	Resgate, preservação e divulgação da Identidade Açoriana	75.000	75.000	
16	4	4	Cooperação	100.000	100.000	
16	4	5	Relacionamento Açores/Comunidades/Açores e afirmação da Açorianidade	80.000	80.000	
16	5		Imigrado e Interculturalidade	58.000	58.000	
16	5	1	Integração e educação intercultural	15.000	15.000	
16	5	2	Cooperação	35.000	35.000	
16	5	3	Iniciativas de promoção da integração, diversidade e interculturalidade	8.000	8.000	

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade	Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL	774.631.823	517.480.454	257.151.369
PGR	4.538.276	4.164.276	374.000
VPG	158.099.414	78.452.458	79.646.956
SRSS	64.082.836	61.982.836	2.100.000
SREC	79.015.212	75.265.212	3.750.000
SRMCT	59.303.919	42.088.848	17.215.071
SRTOP	156.246.065	127.575.669	28.670.396
SRS	32.107.875	32.107.875	
SREAT	51.386.696	36.886.696	14.500.000
SRAF	169.851.530	58.956.584	110.894.946

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
PGR	4.538.276	4.164.276	374.000
7 JUVENTUDE	2.605.200	2.231.200	374.000
7 1 Juventude	2.605.200	2.231.200	374.000
7 1 1 Internacionalizar Mobilidade	120.000	120.000	
7 1 2 Cidadania e Voluntariado Local e Internacional	100.000	100.000	
7 1 3 Orçamento Participativo Jovem e Associativismo	200.000	200.000	
7 1 4 Desporto e Juventude	3.000	3.000	
7 1 5 Indústrias Criativas e Culturais: Incentivo à Criatividade	130.000	130.000	
7 1 6 Incentivo à Formação dos Jovens	110.000	110.000	
7 1 7 Conferências, Fóruns e Seminários	10.000	10.000	
7 1 8 Ocupação Tempos Livres dos Jovens e Campos de Férias	550.000	550.000	
7 1 9 Observatório da Juventude	50.000	50.000	
7 1 10 Projetos Comunitários	15.000	15.000	
7 1 11 Informação Juventude	13.500	13.500	
7 1 12 Incentivo ao Turismo Jovem	81.000	81.000	
7 1 13 Academias da Juventude	150.000	150.000	
7 1 14 Pousadas da Juventude dos Açores	372.700	372.700	
7 1 15 Modernização da Pousada de Juventude de Ponta Delgada	680.000	306.000	374.000
7 1 16 Prepara o teu regresso a Casa	20.000	20.000	
15 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1.082.521	1.082.521	
15 1 Apoio aos Media	985.048	985.048	
15 1 1 Programa de Apoio à Comunicação Social	575.048	575.048	
15 1 2 Plataforma Eletrónica de Comunicação com o Cidadão	410.000	410.000	
15 2 Jornal Oficial	97.473	97.473	
15 2 1 Acesso a base de dados jurídicos	97.473	97.473	
16 RELAÇÕES EXTERNAS E COMUNIDADES	850.555	850.555	
16 1 Projeção dos Açores no Mundo	204.555	204.555	
16 1 1 Relações com instituições e organizações internacionais	129.555	129.555	
16 1 2 Projetos de Cooperação, mobilidade e internacionalização	75.000	75.000	

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
16 2 Afirmação dos Açores na Europa	230.000	230.000	
16 2 1 Relações com organismos de cooperação inter-regional, organizações e instituições europeias	100.000	100.000	
16 2 2 Aproximar os Açores da Europa	68.000	68.000	
16 2 3 Cidadania Europeia	62.000	62.000	
16 3 Emigrado e Regressado	73.000	73.000	
16 3 1 Inclusão e Intervenção Social	8.000	8.000	
16 3 2 Cooperação	58.000	58.000	
16 3 3 Participação ativa na Diáspora	1.000	1.000	
16 3 4 Iniciativas de promoção da integração	6.000	6.000	
16 4 Identidade Cultural e Açorianidade	285.000	285.000	
16 4 1 Juventude e Açorianidade	15.000	15.000	
16 4 2 Promoção dos Açores e sua Diáspora no mundo	15.000	15.000	
16 4 3 Resgate, preservação e divulgação da Identidade Açoriana	75.000	75.000	
16 4 4 Cooperação	100.000	100.000	
16 4 5 Relacionamento Açores/Comunidades/Açores e afirmação da Açorianidade	80.000	80.000	
16 5 Imigrado e Interculturalidade	58.000	58.000	
16 5 1 Integração e educação intercultural	15.000	15.000	
16 5 2 Cooperação	35.000	35.000	
16 5 3 Iniciativas de promoção da integração, diversidade e interculturalidade	8.000	8.000	

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
VPG	158.099.414	78.452.458	79.646.956
1 EMPRESAS, EMPREGO E EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA	158.099.414	78.452.458	79.646.956
1 1 Competitividade Empresarial	62.339.326	62.183.768	155.558
1 1 1 Sistemas de Incentivos à Competitividade Empresarial	43.815.000	43.815.000	
1 1 2 Promoção e valorização dos produtos açorianos	795.480	795.480	
1 1 3 Internacionalização da Economia Açoriana	641.340	641.340	
1 1 4 Fomento do Empreendedorismo e Inovação	417.800	417.800	
1 1 5 Capacitação e Desenvolvimento Empresarial	305.380	305.380	
1 1 6 Instrumentos Financeiros de apoio às empresas	7.000.000	7.000.000	
1 1 7 Promoção da Qualidade	200.000	200.000	
1 1 8 Dinamização dos Sistemas Tecnológicos	75.000	75.000	
1 1 9 Sistema de Apoio ao Microcrédito Bancário	50.000	50.000	
1 1 10 Valorização dos Recursos Geológicos	60.000	60.000	
1 1 11 Assistência Técnica PO Açores 2020/Sistemas de Incentivos	612.768	612.768	
1 1 12 Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial	7.500.000	7.500.000	
1 1 13 Dinamização da Atividade Económica	350.000	350.000	
1 1 14 Estímulo ao Desenvolvimento Empresarial	516.558	361.000	155.558
1 2 Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais	775.686	775.686	
1 2 1 Tradição e inovação no reforço da competitividade das empresas artesanais nos Açores	200.000	200.000	
1 2 2 Promoção Internacional do Artesanato dos Açores	154.000	154.000	
1 2 3 Craft & Art - Capacitar pela Inovação	86.686	86.686	
1 2 4 Incubadora de base temática-Artesanato	125.000	125.000	
1 2 5 Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato	210.000	210.000	
1 3 Emprego e Qualificação Profissional	84.840.649	7.411.751	77.428.898
1 3 1 Formação Profissional	51.994.357	2.300.000	49.694.357
1 3 2 Programas de Estágios Profissionais	14.134.541	1.950.000	12.184.541
1 3 3 Programas de Emprego	17.000.000	1.800.000	15.200.000
1 3 4 Adequação Tecnológica dos Serviços	396.751	396.751	

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
1 3 5 Defesa do Consumidor	95.000	95.000	
1 3 6 Estudos, Projetos e Cooperação	70.000	70.000	
1 3 7 Assistência Técnica PO Açores/FSE	800.000	800.000	
1 3 8 Inspeção Regional do Trabalho	350.000		350.000
1 4 Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional	656.724	656.724	
1 4 1 Modernização e Reforma da Administração Pública Regional	75.000	75.000	
1 4 2 Sistema Integrado de Gestão da Administração Regional dos Açores	243.141	243.141	
1 4 3 Promoção da qualidade nos serviços da administração pública regional	278.583	278.583	
1 4 4 Desmaterialização de Processos	60.000	60.000	
1 5 Eficiência no Serviço Público ao Cidadão	2.960.000	2.300.000	660.000
1 5 1 Rede Integrada de Apoio ao Cidadão	2.960.000	2.300.000	660.000
1 6 Serviços Sociais	170.000	170.000	
1 6 1 Serviços de Apoio aos Funcionários Públicos	170.000	170.000	
1 7 Cooperação com as Autarquias Locais	654.529	654.529	
1 7 1 Cooperação Técnica	14.550	14.550	
1 7 2 Cooperação Financeira com os Municípios	40.000	40.000	
1 7 3 Cooperação Financeira com as Freguesias	599.979	599.979	
1 8 Estatística	100.000	100.000	
1 8 1 Produção, Tratamento e Divulgação Estatística	70.000	70.000	
1 8 2 Projecto no âmbito do INTERREG V A MAC 2020	30.000	30.000	
1 9 Planeamento e Finanças	5.602.500	4.200.000	1.402.500
1 9 1 Gestão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação do Plano e Fundos Estruturais	500.000	500.000	
1 9 2 Património Regional	500.000	500.000	
1 9 3 Reestruturação do Sector Público Regional	200.000	200.000	
1 9 4 Coesão Regional	4.402.500	3.000.000	1.402.500

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
SRSS	64.082.836	61.982.836	2.100.000
9 SOLIDARIEDADE SOCIAL	41.479.264	39.379.264	2.100.000
9 1 Apoio à Infância e Juventude	8.481.909	8.481.909	
9 1 1 Adaptação de edifício a Creche no Nordeste	201.642	201.642	
9 1 2 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude	954.598	954.598	
9 1 3 Construção de creche em Ponta Delgada	382.225	382.225	
9 1 4 Obras de ampliação e remodelação de creche e jardim-de-infância na Povoação	545.049	545.049	
9 1 5 Obras de beneficiação do infantário "O Carrocel" em Angra do Heroísmo	232.475	232.475	
9 1 6 Remodelação da creche "O Castelinho", na Horta	1.528.814	1.528.814	
9 1 7 Construção da Creche do Paim	162.521	162.521	
9 1 8 Construção da Creche de Água de Pau	703.450	703.450	
9 1 9 Remodelação da Mãe de Deus - Lar de infância e juventude e Creche	781.649	781.649	
9 1 10 Construção de Centro Comunitário do Instituto de Apoio à Criança	976.412	976.412	
9 1 11 Requalificação de edifício para ATL nos Fenais Luz	79.428	79.428	
9 1 12 Requalificação de Centro Comunitário e ATL em Angra do Heroísmo	813.217	813.217	
9 1 13 Requalificação de Lar de infância e juventude na Praia da Vitória	458.898	458.898	
9 1 14 Requalificação de edifício para Creche e Jardim de Infância no Corvo	377.562	377.562	
9 1 15 Obras de remodelação e ampliação da Creche e Jardim de Infância	143.969	143.969	
9 1 16 Defesa e Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens	140.000	140.000	
9 2 Apoio à Família, Comunidade e Serviços	14.755.855	12.655.855	2.100.000
9 2 1 Apoio especializado ao desenvolvimento e requalificação da rede de equipamentos sociais e programas sociais dos Açores	2.274.584	174.584	2.100.000
9 2 2 Fundo Regional da Ação Social	7.350.000	7.350.000	
9 2 3 Construção do Centro de Alojamento Temporário para Sem Abrigo	2.218.256	2.218.256	
9 2 4 Remodelação do edifício Abrigo Amigo	23.558	23.558	
9 2 5 Programa Especial de Apoio ao Pagamento de Propinas	50.000	50.000	
9 2 6 Requalificação do Edifício para Centro de Terapia Familiar	388.916	388.916	
9 2 7 CEDO - Complemento Especial para o Doente Oncológico	600.000	600.000	
9 2 8 Construção do Centro Intergeracional dos Arrifes	625.000	625.000	

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
9 2 9 Construção do Centro Intergeracional de Vila Franca do Campo	1.125.541	1.125.541	
9 2 10 Construção da 1ª Fase do edifício Intergeracional da Feteira - Horta	100.000	100.000	
9 3 Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	4.196.933	4.196.933	
9 3 1 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência	2.033.781	2.033.781	
9 3 2 Reabilitação de Edifício para Centro de Apoio à Deficiência	367.875	367.875	
9 3 3 Construção do Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel	334.748	334.748	
9 3 4 Remodelação do CAO da Associação Seara do Trigo na antiga Escola de Educação Especial	694.444	694.444	
9 3 5 Remodelação de CAO na Maia, Ribeira Grande	766.085	766.085	
9 4 Apoio a Idosos	12.994.116	12.994.116	
9 4 1 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio aos idosos	909.698	909.698	
9 4 2 Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa	170.000	170.000	
9 4 3 Rede de Cuidados Continuados dos Açores	940.000	940.000	
9 4 4 COMPAMID	650.000	650.000	
9 4 5 Sénior Ativo	213.934	213.934	
9 4 6 Adaptação de edifício destinado a Centro de Dia e Centro de Noite na Bretanha	493.991	493.991	
9 4 7 Criação do centro de apoio ao idoso da Maia	73.342	73.342	
9 4 8 Criação da UCC do Recolhimento Jesus, Maria, José	1.095.091	1.095.091	
9 4 9 Requalificação de edifício para centro de dia e centro de noite nas Cinco Ribeiras	1.285.710	1.285.710	
9 4 10 Construção de cozinha de recepção e distribuição do serviço de apoio ao domicílio da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa	510.667	510.667	
9 4 11 Criação do centro de noite da Piedade	213.686	213.686	
9 4 12 Requalificação do serviço de apoio ao domicílio do Corvo	425.948	425.948	
9 4 13 Construção do centro de dia da Maia	591.669	591.669	
9 4 14 Construção do Centro de Dia das Doze Ribeiras	853.544	853.544	
9 4 15 Requalificação do serviço de apoio ao domicílio em Santa Cruz das Flores	1.522.852	1.522.852	
9 4 16 Criação de Centro de Noite no Lar Luís Soares de Sousa	1.280.174	1.280.174	
9 4 17 Construção do Centro de Dia dos Flamengos	464.481	464.481	
9 4 18 Ampliação do Lar de Idosos de Vila do Porto	67.166	67.166	
9 4 19 Construção do Centro de Apoio ao Idoso da Madalena	1.192.163	1.192.163	

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
9 4 20 Criação da Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada	40.000	40.000	
9 5 Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza	1.050.451	1.050.451	
9 5 1 Projetos de intervenção social de carácter inovador e experimental	88.559	88.559	
9 5 2 Campanhas de sensibilização para a promoção da inclusão de minorias sujeitas a discriminações múltiplas	41.298	41.298	
9 5 3 Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de crianças e jovens	264.254	264.254	
9 5 4 Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de idosos	165.806	165.806	
9 5 5 Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de pessoas com deficiência e incapacidade	104.982	104.982	
9 5 6 Projetos de intervenção social vocacionados para a reabilitação e promoção da inclusão de públicos em situação de grave exclusão social	38.136	38.136	
9 5 7 Criação de estruturas multidisciplinares com intervenção técnica especializada	297.416	297.416	
9 5 8 Definição da Estratégia Regional de Combate à Pobreza	50.000	50.000	
10 HABITAÇÃO	22.603.572	22.603.572	
10 1 Promoção de Habitação, Reabilitação e Renovação Urbana	7.163.687	7.163.687	
10 1 1 Promoção de Habitação de Custos Controlados	461.026	461.026	
10 1 2 Operação Urbanística e Reabilitação de Infraestruturas Habitacionais	77.586	77.586	
10 1 3 Programa de Recuperação de Habitação Degradada	6.625.075	6.625.075	
10 2 Arrendamento Social e Cooperação	15.189.082	15.189.082	
10 2 1 Programa de Apoio Famílias com Futuro	7.190.879	7.190.879	
10 2 2 Cooperação com Autarquias - Acordos de Colaboração IHRU/ RAA/ Municípios	3.042.963	3.042.963	
10 2 3 Salvaguarda Habitacional em Zonas de Risco	541.240	541.240	
10 2 4 Contrato Programa com a SPRHI, SA - Sismo	4.140.000	4.140.000	
10 2 5 Operações de Inserção e Reintegração Social	274.000	274.000	
10 3 Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica	250.803	250.803	
10 3 1 Reabilitação e Manutenção de Equipamentos	151.803	151.803	
10 3 2 Adequação e Adaptação Tecnológica dos Serviços	74.000	74.000	
10 3 3 Agenda "Habitação no Arquipélago dos Açores 2017-2031 – Estratégia para 15 anos"	25.000	25.000	

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
SREC	79.015.212	75.265.212	3.750.000
6 EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	79.015.212	75.265.212	3.750.000
6 1 Construções Escolares	35.813.423	34.963.423	850.000
6 1 1 Beneficiação e reabilitação de instalações escolares, propriedade da RAA	756.598	756.598	
6 1 2 Construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1º Ciclo (DLR nº 32/2002/A, de 8 de Agosto)	1.000.000	150.000	850.000
6 1 3 Grande Reparação na EBI da Horta	40.000	40.000	
6 1 4 Requalificação das instalações para o 2.º e 3.º ciclos da EBI de Rabo de Peixe	244.577	244.577	
6 1 5 Construção de novas instalações para a EBI Canto da Maia	12.471.774	12.471.774	
6 1 6 Requalificação da Escola Secundária Antero de Quental	299.720	299.720	
6 1 7 Construção de novas instalações para a EBS da Calheta	16.250.054	16.250.054	
6 1 8 Construção de novas instalações para a EBI de Arrifes	297.468	297.468	
6 1 9 Construção de novas instalações para a EBI de Capelas	1.969.983	1.969.983	
6 1 10 Construção de novas instalações para a EBI da Lagoa	88.500	88.500	
6 1 11 Reparação da EBS das Flores	257.646	257.646	
6 1 12 Reparação do complexo desportivo da EBS Jerónimo Emiliano de Andrade	152.144	152.144	
6 1 13 Reparação da ES Vitorino Nemésio	150.000	150.000	
6 1 14 Reparação da ES Ribeira Grande	120.000	120.000	
6 1 15 Reparação das fachadas ventiladas da EBI Roberto Ivens	164.959	164.959	
6 1 16 Assistência técnica e fecho financeiro	1.500.000	1.500.000	
6 1 17 Requalificação da Escola Secundária da Povoação	50.000	50.000	
6 2 Equipamentos Escolares	376.418	376.418	
6 2 1 Aquisição de Equipamentos para a Educação Pré-Escolar e os Ensino Básico e Secundário	376.418	376.418	
6 3 Apoio Social	10.100.000	10.100.000	
6 3 1 Apoio Social	10.000.000	10.000.000	
6 3 2 Atribuição de produtos de apoio para alunos portadores de deficiência	100.000	100.000	
6 4 Desenvolvimento do Ensino Profissional e apoio às Instituições de Ensino Privado e Formação	5.190.000	3.390.000	1.800.000
6 4 1 Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado	3.000.000	3.000.000	
6 4 2 Escola Profissional das Capelas	1.950.000	150.000	1.800.000

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
6 4 3 Formação do Pessoal Docente e não Docente	240.000	240.000	
6 5 Tecnologias da Informação	693.465	693.465	
6 5 1 Projetos inerentes à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação	693.465	693.465	
6 6 Projetos Pedagógicos	2.676.338	2.676.338	
6 6 1 Prosucesso - Avaliação Externa	50.000	50.000	
6 6 2 Prosucesso - Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar	1.876.309	1.876.309	
6 6 3 Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar	596.629	596.629	
6 6 4 Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias	153.400	153.400	
6 7 Dinamização de Atividades Culturais	2.743.417	2.743.417	
6 7 1 Escolas de Formação	167.500	167.500	
6 7 2 Edição de Obras de Cariz Cultural	32.500	32.500	
6 7 3 Rede de Leitura Pública	60.000	60.000	
6 7 4 Banda Lira Açoriana	98.417	98.417	
6 7 5 Dinamização Cultural	975.000	975.000	
6 7 6 Arte Contemporânea dos Açores - Artca	300.000	300.000	
6 7 7 Apoios a Atividades de Relevante Interesse Cultural	900.000	900.000	
6 7 8 Programa de apoio às sociedades recreativas e filarmónicas	210.000	210.000	
6 8 Defesa e Valorização do Património Arquitétonico e Cultural	10.571.547	10.571.547	
6 8 1 Aquisição e Restauro de Bens de Valor Cultural	218.000	218.000	
6 8 2 Inventário do Património Artístico e Cultural	30.000	30.000	
6 8 3 Imóveis e Conjuntos Classificados	419.710	419.710	
6 8 4 Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo - Novas Instalações	1.086.440	1.086.440	
6 8 5 Investigação Arqueológica	40.000	40.000	
6 8 6 Museus, Bibliotecas e Arquivos	1.750.000	1.750.000	
6 8 7 Salvaguarda do Património Baleeiro	190.000	190.000	
6 8 8 Divulgação e Sensibilização do Património Cultural	40.000	40.000	
6 8 9 Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Públicos	35.000	35.000	
6 8 10 Aquisição, Recuperação e Conservação de Instalações para Entidades Culturais	150.000	150.000	

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
6 8 11 Execução do Protocolo com a Diocese	845.000	845.000	
6 8 12 Museu Francisco Lacerda	750.000	750.000	
6 8 13 Novo Polo de Vila do Porto do Museu de Santa Maria	1.811.514	1.811.514	
6 8 14 Convento de Santo André	506.271	506.271	
6 8 15 Lancha Espalamaca	20.000	20.000	
6 8 16 Museu da Horta	75.000	75.000	
6 8 17 Reabilitação do Património Histórico de Santa Maria	1.000.000	1.000.000	
6 8 18 Projeto Museológico da Ilha do Corvo	369.000	369.000	
6 8 19 Igreja das Manadas	347.566	347.566	
6 8 20 Museu da Construção Naval em Santo Amaro - Pico	224.723	224.723	
6 8 21 Musealização da Torre do Aeroporto de Santa Maria	100.000	100.000	
6 8 22 Igreja do Colégio dos Jesuítas de Angra do Heroísmo	378.216	378.216	
6 8 23 Igreja e Sacristia do Convento de São Boaventura	67.258	67.258	
6 8 24 Museografia do Museu do Pico	25.000	25.000	
6 8 25 Jardins da Casa-Museu Manuel de Arriaga	11.500	11.500	
6 8 26 Trinity House - Joint Cable Station: núcleo das comunicações - Museu da Horta	10.000	10.000	
6 8 27 Tecnologias da Informação e da comunicação no acesso à Cultura	59.000	59.000	
6 8 28 Assistência técnica e fecho financeiro	12.349	12.349	
6 9 Atividade Física Desportiva	685.000	685.000	
6 9 1 Desporto Escolar Açores	125.000	125.000	
6 9 2 Escolinhas do Desporto	330.000	330.000	
6 9 3 Atividades Regulares	230.000	230.000	
6 10 Desporto Federado	7.380.000	6.280.000	1.100.000
6 10 1 Atividades das Associações Desportivas	2.410.000	2.410.000	
6 10 2 Atividade Regular dos Escalões de Formação	1.710.000	1.710.000	
6 10 3 Processos Especiais de Formação dos Jovens Praticantes	225.000	225.000	
6 10 4 Quadros Competitivos Nacionais, Internacionais e Séries Açores	2.810.000	1.710.000	1.100.000
6 10 5 Preparação de Alto Rendimento	225.000	225.000	

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
6 11 Infraestruturas e Equipamentos Desportivos	2.730.604	2.730.604	
6 11 1 Instalações desportivas e sedes sociais	50.000	50.000	
6 11 2 Instalações oficiais integradas no Parque Desportivo Regional	336.040	336.040	
6 11 3 Gestão e Funcionamento dos Complexos Desportivos incluídos no Parque Desportivo Regional	740.000	740.000	
6 11 4 Acesso generalizado às instalações desportivas escolares e outras integradas por Protocolos no Parque Desportivo Regional	400.000	400.000	
6 11 5 Pavilhão de Judo em São Jorge	1.000.893	1.000.893	
6 11 6 Requalificação do Polidesportivo de Santo Espírito, em Santa Maria - 2.ª fase	203.671	203.671	
6 12 Iniciativas Transversais às Diferentes Áreas do Desporto	55.000	55.000	
6 12 1 Promoção do Desporto	10.000	10.000	
6 12 2 Formação Técnica	10.000	10.000	
6 12 3 Simplificação de Procedimentos e Desmaterialização de Processos	10.000	10.000	
6 12 4 Modernização e Apetrechamento	25.000	25.000	

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
SRMCT	59.303.919	42.088.848	17.215.071
3 PESCAS E AQUICULTURA	26.089.691	13.589.691	12.500.000
3 1 Controlo, Inspeção e Gestão	2.068.108	2.068.108	
3 1 1 Controlo e Inspeção	35.000	35.000	
3 1 2 Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas: capacidade inspetiva, formação e sensibilização	65.000	65.000	
3 1 3 Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas: acompanhamento, vigilância e gestão eletrónica	95.000	95.000	
3 1 4 Gestão Sustentável das Pescas e da Aquicultura	1.586.108	1.586.108	
3 1 5 Comunicação e Ações Coletivas	287.000	287.000	
3 2 Infraestruturas de Apoio às Pescas	6.910.651	6.910.651	
3 2 1 Portos da Região	4.982.164	4.982.164	
3 2 2 Construção do Entreposto Frigorífico de Ponta Delgada	293.687	293.687	
3 2 3 Construção da oficina de embarcações da Praia da Vitória	261.936	261.936	
3 2 4 Melhoria das condições operacionais e de segurança do porto de pesca do Topo	100.000	100.000	
3 2 5 Melhoria das condições operacionais e de segurança do porto de pesca da Ribeira Quente	30.000	30.000	
3 2 6 Melhoria das condições operacionais e de segurança do núcleo de pesca do porto da Horta	117.110	117.110	
3 2 7 Melhoria das condições operacionais e de segurança do porto de pesca de Santa Cruz da Graciosa	544.144	544.144	
3 2 8 Melhoria das condições operacionais e de segurança do núcleo de pesca do porto da Madalena	75.000	75.000	
3 2 9 Reequipamento do porto de pesca dos Biscoitos	100.872	100.872	
3 2 10 Requalificação dos portos de Água de Pau, Nordeste e Porto Formoso	204.312	204.312	
3 2 11 Casas de aprestos, gruas, guinchos e investimentos equivalentes	201.426	201.426	
3 3 FROTA e Recursos Humanos	3.131.765	3.131.765	
3 3 1 Regime de Apoio à Frota de Pesca Local e Costeira	1.706.765	1.706.765	
3 3 2 Regime de Apoio à Motorização das Embarcações de Pesca Local	40.000	40.000	
3 3 3 Regime de Apoio à Redução dos Custos na Atividade da Pesca	405.000	405.000	
3 3 4 Regime de Apoio à Segurança no Trabalho a Bordo das Embarcações de Pesca Local e Costeira	220.000	220.000	
3 3 5 Regime de apoio aos contratos de trabalho na pesca	50.000	50.000	
3 3 6 FUNDOPESCA	300.000	300.000	
3 3 7 Formação e promoção do capital humano	400.000	400.000	

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
3 3 8 Estruturas e Equipamentos	10.000	10.000	
3 4 Produtos da Pesca e da Aquicultura	1.056.667	1.056.667	
3 4 1 Apoio a profissionais da pesca e organizações setoriais	700.000	700.000	
3 4 2 Produção, transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura	90.000	90.000	
3 4 3 Inovação na aquicultura	266.667	266.667	
3 5 Regimes de Apoio e Assistência Técnica do Mar 2020	12.922.500	422.500	12.500.000
3 5 1 Apoio ao investimento no âmbito dos projetos MAR 2020	12.922.500	422.500	12.500.000
5 INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO	14.856.397	11.156.397	3.700.000
5 1 Programa de incentivos ao sistema científico e tecnológico dos Açores	6.755.499	3.055.499	3.700.000
5 1 1 Infraestruturas, projetos e atividades no âmbito das entidades do SCTA	2.380.499	1.380.499	1.000.000
5 1 2 Inovação, capacitação científica e implementação de projetos de investigação em contexto empresarial	500.000		500.000
5 1 3 Internacionalização da investigação regional	1.250.000	200.000	1.050.000
5 1 4 Produção, formação e divulgação científica e tecnológica	1.125.000	1.125.000	
5 1 5 Formação avançada	1.100.000		1.100.000
5 1 6 Promoção de um plano de emprego científico	50.000		50.000
5 1 7 Desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores	350.000	350.000	
5 2 Ações de Valorização e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação	150.000	150.000	
5 2 1 Eventos de promoção da ciência, tecnologia e inovação	75.000	75.000	
5 2 2 Iniciativas de gestão, operacionalização e monitorização do sistema científico e tecnológico	75.000	75.000	
5 3 Iniciativas, Projetos e Infraestruturas de Base Tecnológica	925.000	925.000	
5 3 1 Ações promotoras de ecossistemas tecnológicos e digitais	125.000	125.000	
5 3 2 Implementação de infraestruturas tecnológicas	800.000	800.000	
5 4 Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia	7.025.898	7.025.898	
5 4 1 Parque de Ciência e Tecnologia de S. Miguel	50.000	50.000	
5 4 2 Parque de Ciência e Tecnologia da ilha Terceira	6.975.898	6.975.898	
13 ASSUNTOS DO MAR	18.357.831	17.342.760	1.015.071
13 1 Gestão e Requalificação da Orla Costeira	12.934.355	11.919.284	1.015.071
13 1 1 Gestão e requalificação das zonas costeiras	263.716	263.716	
13 1 2 Gestão de zonas balneares	128.396	128.396	

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
13 1 3 Resposta a intempéries e outras situações extraordinárias	150.000	150.000	
13 1 4 Proteção Costeira adjacente ao Hotel Serviflor, Flores	149.160	149.160	
13 1 5 Proteção Costeira e Requalificação do Porto de São Lourenço, Santa Maria	174.722	174.722	
13 1 6 Proteção e estabilização dos taludes na orla costeira da Maia, norte do porto, Santa Maria	504.860	504.860	
13 1 7 Requalificação costeira da costa sul de São Miguel, arriba adjacente ao adro da igreja de São Roque	24.350	24.350	
13 1 8 Proteção e estabilização da zona costeira da Barra, Santa Cruz da Graciosa	6.576.826	6.576.826	
13 1 9 Proteção Costeira da Rotunda do Porto da Casa, Corvo	175.750	175.750	
13 1 10 Estabilização da orla costeira do Porto do Salão, Faial	169.955	169.955	
13 1 11 Retenção norte da proteção do troço a norte do Porto de Pescas da Maia, Santa Maria	483.815	483.815	
13 1 12 Requalificação costeira da costa norte de São Miguel, Rabo Peixe	2.833.279	2.833.279	
13 1 13 Estabilização da orla costeira sobranceira à Irmandade da Coroa do Espírito Santo, São João, Pico	55.025	55.025	
13 1 14 Enrocamento da Marginal de Vila Franca do Campo, São Miguel	229.442	37.500	191.942
13 1 15 Proteção costeira da Baía do Fanal, Terceira	836.114	125.417	710.697
13 1 16 Proteção costeira e requalificação da zona adjacente ao Porto Novo, Corvo	148.945	36.513	112.432
13 1 17 Reforço da Proteção costeira e reabilitação da foz da Ribeira do Guilherme, São Miguel	30.000	30.000	
13 2 Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental	935.306	935.306	
13 2 1 Programa Estratégico para o Ambiente Marinho dos Açores - PEAMA	543.594	543.594	
13 2 2 Cooperação institucional, promoção e educação ambiental marinha e ciência cidadã	40.000	40.000	
13 2 3 Ordenamento do espaço marítimo dos Açores	95.500	95.500	
13 2 4 Programas de Monitorização e Medidas da DQEM e ação ambiental marinha dos Parques Naturais	70.000	70.000	
13 2 5 Infraestruturas e equipamentos	65.560	65.560	
13 2 6 Projeto PLASMAR	58.045	58.045	
13 2 7 Projeto Luminaves	17.067	17.067	
13 2 8 Projeto Marcet	38.540	38.540	
13 2 9 Projeto Mystic Seas II	7.000	7.000	
13 3 Escola do Mar dos Açores	4.488.170	4.488.170	
13 3 1 Escola do Mar	4.488.170	4.488.170	

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
SRTOP	156.246.065	127.575.669	28.670.396
14 TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURAS TECNOLÓGICAS	156.246.065	127.575.669	28.670.396
14 1 Construção de Estradas Regionais	32.700.931	32.700.931	
14 1 1 SCUT'S	31.280.000	31.280.000	
14 1 2 Acesso ao Porto de Pescas de Vila Franca do Campo	1.390.931	1.390.931	
14 1 3 Acessibilidades Furnas-Povoação	30.000	30.000	
14 2 Reabilitação de Estradas Regionais	14.083.011	14.083.011	
14 2 1 Beneficiação de Pavimentação de ER em Santa Maria	30.000	30.000	
14 2 2 Beneficiação de Pavimentação de ER em São Miguel	200.000	200.000	
14 2 3 Reabilitação de ER da RAA	137.000	137.000	
14 2 4 Beneficiação de pavimentação de ER na Terceira	120.000	120.000	
14 2 5 Beneficiação de Pavimentação de ER em São Jorge	82.000	82.000	
14 2 6 Beneficiação de Pavimentação de ER na Graciosa	200.000	200.000	
14 2 7 Beneficiação de Pavimentação de ER no Pico	175.000	175.000	
14 2 8 Beneficiação de Pavimentação de ER no Faial	153.500	153.500	
14 2 9 Beneficiação de Pavimentação de ER no Corvo	26.000	26.000	
14 2 10 Beneficiação de Pavimentação de ER nas Flores	131.000	131.000	
14 2 11 Requalificação da Rede Viária	853.334	853.334	
14 2 12 Qualificação do Parque de Máquinas da SRTOP	1.000.000	1.000.000	
14 2 13 Calamidades em Estradas Regionais	612.223	612.223	
14 2 14 Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento de Santa Maria	99.193	99.193	
14 2 15 Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento de São Miguel	1.629.500	1.629.500	
14 2 16 Ligação interconcelhia Nordeste e a Povoação	3.127.087	3.127.087	
14 2 17 Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento da Terceira	1.040.092	1.040.092	
14 2 18 Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento de São Jorge	1.411.464	1.411.464	
14 2 19 Requalificação da ER 3-2ª Longitudinal - Pico	452.785	452.785	
14 2 20 Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento de Faial	1.043.131	1.043.131	
14 2 21 Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento de Corvo	20.410	20.410	

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
14 2 22 Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento de Flores	574.292	574.292	
14 2 23 Modernização de Máquinas e Viaturas	50.000	50.000	
14 2 24 Sinalização Horizontal e Vertical em ER	915.000	915.000	
14 3 Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária	1.865.277	1.051.677	813.600
14 3 1 Prestação de Serviços de Transporte Regular de Passageiros	1.865.277	1.051.677	813.600
14 4 Integração Paisagística de Zonas Adjacentes às ER	565.000	565.000	
14 4 1 Espaços Públicos	160.000	160.000	
14 4 2 Integração paisagística da rede viária regional	405.000	405.000	
14 5 Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários	38.586.451	10.729.655	27.856.796
14 5 1 Porto e Marina de Ponta Delgada	6.881.075	1.000.000	5.881.075
14 5 2 Porto da Praia da Vitória	606.650	68.573	538.077
14 5 3 Porto, Marina e Baía de Angra do Heroísmo	500.000	75.000	425.000
14 5 4 Porto, Marina e Baía da Horta	500.000	75.000	425.000
14 5 5 Porto de São Roque	290.000	37.500	252.500
14 5 6 Porto de Velas	7.230.000	658.000	6.572.000
14 5 7 Porto da Calheta de São Jorge	200.000	30.000	170.000
14 5 8 Porto das Lajes das Flores	30.000	30.000	
14 5 9 Porto das Poças nas Flores	4.247.245	637.087	3.610.158
14 5 10 Porto da Casa no Corvo	4.620.000	620.681	3.999.319
14 5 11 Aquisição de Diversos Equipamentos para Portos e Marinas	1.335.395	1.335.395	
14 5 12 Aeroporto da Ilha do Pico	1.055.285	181.571	873.714
14 5 13 Aeródromo da Ilha de São Jorge	931.244	381.764	549.480
14 5 14 Aeródromo da Ilha da Graciosa	3.176.091	995.000	2.181.091
14 5 15 Aeródromo da Ilha das Flores	2.000	2.000	
14 5 16 Aeródromo da Ilha do Corvo	3.229.240	849.858	2.379.382
14 5 17 Aerogare Civil das Lajes	1.403.551	1.403.551	
14 5 18 Construção do Terminal de Carga da Aerogare Civil das Lajes	2.348.675	2.348.675	

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
14 6 Gestão dos Aeródromos Regionais	1.973.882	1.973.882	
14 6 1 Concessão da Exploração dos Aeródromos da Região Autónoma dos Açores	1.973.882	1.973.882	
14 7 Serviço Público de Transporte Aéreo e Marítimo Inter-ilhas	41.609.977	41.609.977	
14 7 1 Concessão do Transporte Aéreo de Passageiros, Carga e Correio Interilhas	31.484.977	31.484.977	
14 7 2 Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e Viaturas Interilhas	8.000.000	8.000.000	
14 7 3 Aquisição de Navios para o Transporte de Passageiros e Viaturas Interilhas	2.125.000	2.125.000	
14 8 Dinamização dos Transportes	253.800	253.800	
14 8 1 Desenvolvimento de Sistemas de Apoio à Monitorização nos Portos dos Açores	65.000	65.000	
14 8 2 Plano Integrado dos Transportes	188.800	188.800	
14 9 Tecnologias de Informação e Comunicação	3.022.547	3.022.547	
14 9 1 Desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação	2.639.547	2.639.547	
14 9 2 Autonomia Digital Açores	368.000	368.000	
14 9 3 Nova rede de dados da RAA	15.000	15.000	
14 10 Sistemas de Informação e de Comunicações	76.500	76.500	
14 10 1 Melhoria dos sistemas informáticos	66.500	66.500	
14 10 2 Comunicações	10.000	10.000	
14 11 Laboratório Regional de Engenharia Civil	434.689	434.689	
14 11 1 I&DI - Engenharia Civil	136.450	136.450	
14 11 2 Infraestruturas e Equipamentos	102.500	102.500	
14 11 3 MICNEI - Minimização de impactos de catástrofes naturais em edificado e infraestruturas	67.057	67.057	
14 11 4 SESSPeCo - Sensibilização para o efeito dos sismos na segurança de pessoas e construções	37.311	37.311	
14 11 5 DECISIONLARM – Desenvolvimento de um sistema de apoio à decisão e alarme a movimentos de vertente com o recurso à monitorização cinemática e hidrológica e à	46.376	46.376	
14 11 6 MACASTAB - Bases para a elaboração de um guia metodológico para a gestão do risco natural produzido pela instabilidade de vertentes e taludes de natureza vulcânica na	44.995	44.995	
14 12 Construção , Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos	4.735.000	4.735.000	
14 12 1 Requalificação de Edifícios Públicos	1.150.000	1.150.000	
14 12 2 Casa da Autonomia	3.585.000	3.585.000	
14 13 Cooperação com Diversas Entidades	4.339.000	4.339.000	
14 13 1 Contratos Programa com a SPRHI SA - Rede Viária	2.000.000	2.000.000	
14 13 2 Contratos de Cooperação com Diversas Entidades	2.339.000	2.339.000	

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
14 14 Coesão Territorial - Transportes	12.000.000	12.000.000	
14 14 1 Promoção da Coesão Territorial - Transportes	12.000.000	12.000.000	

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
SRS	32.107.875	32.107.875	
8 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE	24.859.713	24.859.713	
8 1 Ampliação e Remodelação de Infraestruturas	1.068.598	1.068.598	
8 1 1 Empreitada da Construção do Novo Corpo C do Hospital da Horta - 2ª Fase - Centro de Saúde	879.100	879.100	
8 1 2 Empreitada de Remodelação e Ampliação da Extensão de Rabo de Peixe	189.498	189.498	
8 2 Beneficiação de Infraestruturas	3.206.718	3.206.718	
8 2 1 Beneficiação de Infraestruturas das Unidades de Saúde de Ilha, COA e Hospitais	1.107.498	1.107.498	
8 2 2 Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores	621.860	621.860	
8 2 3 Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Lajes do Pico	177.000	177.000	
8 2 4 Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde da Calheta	507.400	507.400	
8 2 5 Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Velas	792.960	792.960	
8 3 Parcerias Públicas Privadas	11.459.866	11.459.866	
8 3 1 Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira	11.459.866	11.459.866	
8 4 Apetrechamento e Modernização	1.601.167	1.601.167	
8 4 1 Equipamentos para Unidades de Saúde de Ilha, COA e Hospitais	200.000	200.000	
8 4 2 Equipamentos para Novo Centro de Saúde da Madalena	309.801	309.801	
8 4 3 Equipamentos para o novo Centro de Saúde de Ponta Delgada	323.366	323.366	
8 4 4 Equipamento Gastroenterologia para Hospital de Ponta Delgada	768.000	768.000	
8 5 Apoios e Acordos	1.815.664	1.815.664	
8 5 1 Redes de cuidados continuados integrados e de saúde mental	1.715.664	1.715.664	
8 5 2 Incentivos à fixação de médicos	100.000	100.000	
8 6 Projetos na Saúde	3.536.700	3.536.700	
8 6 1 Deslocação de Doentes	2.360.000	2.360.000	
8 6 2 Vale de Saúde	300.000	300.000	
8 6 3 Plano Regional da Saúde	155.700	155.700	
8 6 4 Qualidade na Saúde	8.000	8.000	
8 6 5 Emergência em Saúde Pública e em situação de exceção	18.250	18.250	
8 6 6 Promoção de Estilos de Vida Saudável e Prevenção/Tratamento e Reinserção dos Comportamentos Aditivos e Dependências	694.750	694.750	

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
8 7 Formação	60.000	60.000	
8 7 1 Bolsas de Estudo	31.000	31.000	
8 7 2 Formação e Atualização de Profissionais de Saúde	29.000	29.000	
8 8 Tecnologias de Informação na Saúde	2.111.000	2.111.000	
8 8 1 RIS – Sistema Informação de Radiologia	1.611.000	1.611.000	
8 8 2 Projeto E-Saúde	500.000	500.000	
12 PREVENÇÃO DE RISCOS E PROTEÇÃO CIVIL	7.248.162	7.248.162	
12 1 Equipamentos e Comunicações	870.000	870.000	
12 1 1 Viaturas de Emergência	480.000	480.000	
12 1 2 Viaturas dos Corpos de Bombeiros	50.000	50.000	
12 1 3 Equipamentos para o Serviço Regional de Proteção Civil	30.000	30.000	
12 1 4 Equipamentos para as AHBV	60.000	60.000	
12 1 5 Radiocomunicações do SRPCBA	250.000	250.000	
12 2 Infraestruturas	2.425.662	2.425.662	
12 2 1 Beneficiação e Reparação de Quartéis das AHBV da RAA	30.000	30.000	
12 2 2 Centro de Formação de Proteção Civil e Bombeiros	50.000	50.000	
12 2 3 Ampliação e Requalificação do Quartel da AHBV de Santa Cruz das Flores	524.662	524.662	
12 2 4 Construção do Quartel de Bombeiros da AHBV da Povoação	650.000	650.000	
12 2 5 Construção do Quartel de Bombeiros da AHBV do Faial	340.000	340.000	
12 2 6 Remodelação e Ampliação das Instalações da AHBV de Santa Maria	316.000	316.000	
12 2 7 Ampliação do Quartel de Bombeiros das Lajes do Pico	515.000	515.000	
12 3 Protocolos e Apoios	3.847.500	3.847.500	
12 3 1 CIVISA	37.500	37.500	
12 3 2 Apoios ao Transporte Terrestre de Emergência	3.350.000	3.350.000	
12 3 3 Fundo Emergência	5.000	5.000	
12 3 4 Linha de Saúde Açores	50.000	50.000	
12 3 5 Apoios	30.000	30.000	
12 3 6 Suporte Imediato de Vida	375.000	375.000	

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
12 4 Formação	105.000	105.000	
12 4 1 Formação de Profissionais do SRPCBA	5.000	5.000	
12 4 2 Formação dos Corpos de Bombeiros da RAA	80.000	80.000	
12 4 3 Formação à População	10.000	10.000	
12 4 4 Sensibilização à População	10.000	10.000	

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
SREAT	51.386.696	36.886.696	14.500.000
4 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	26.428.888	11.928.888	14.500.000
4 1 Promoção e Desenvolvimento Turístico	22.938.079	8.438.079	14.500.000
4 1 1 Promoção do Destino	1.242.501	1.242.501	
4 1 2 Incentivos à Promoção	18.819.901	4.319.901	14.500.000
4 1 3 Eventos Desportivos de Promoção do Destino	2.875.677	2.875.677	
4 2 Sustentabilidade do Destino Turístico	444.090	444.090	
4 2 1 Desenvolvimento da Política de Turismo	114.090	114.090	
4 2 2 Desenvolvimento Turismo Sénior	300.000	300.000	
4 2 3 Organização de Eventos com Repercussão na Promoção	30.000	30.000	
4 3 Qualificação do Destino	3.046.719	3.046.719	
4 3 1 Qualificação dos Serviços Turísticos	712.348	712.348	
4 3 2 Valorização do Destino Turístico	172.582	172.582	
4 3 3 Incentivos à Animação no Destino	1.236.750	1.236.750	
4 3 4 Qualificação do Turismo Natureza - Trilhos, Mar e Ar	252.500	252.500	
4 3 5 Qualificação dos Recursos Termais	588.542	588.542	
4 3 6 Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento Regional - Turismo	83.997	83.997	
11 AMBIENTE E ENERGIA	24.957.808	24.957.808	
11 1 Qualidade Ambiental	4.712.752	4.712.752	
11 1 1 Inspeção, vigilância, avaliação e licenciamento ambiental	215.982	215.982	
11 1 2 Plataforma de informação da qualidade do ar	220.329	220.329	
11 1 3 Plano Regional para as Alterações Climáticas	409.656	409.656	
11 1 4 Monitorização e controlo da infestação por térmitas	50.856	50.856	
11 1 5 Centros de Processamento de Resíduos das Flores e da Graciosa	528.421	528.421	
11 1 6 Instalações e equipamento dos centros de processamento de resíduos	307.007	307.007	
11 1 7 Operação dos centros de processamento e boas práticas de gestão de resíduos	158.990	158.990	
11 1 8 Selagem e requalificação ambiental dos aterros de São Jorge	901.740	901.740	
11 1 9 Selagem e requalificação ambiental do aterro do Faial	724.836	724.836	
11 1 10 Monitorização das selagens de vazadouros de resíduos	494.935	494.935	

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
11 1 11 Cidadania ambiental ativa	140.000	140.000	
11 1 12 Eco-Freguesia, freguesia limpa	450.000	450.000	
11 1 13 Mobilidade elétrica do corpo de Vigilantes da Natureza	110.000	110.000	
11 2 Conservação da Natureza	8.211.967	8.211.967	
11 2 1 Monitorização e Gestão do Património Natural e da Biodiversidade	1.225.371	1.225.371	
11 2 2 Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha e Reservas da Biosfera	22.000	22.000	
11 2 3 Reservas da Biosfera dos Açores	36.069	36.069	
11 2 4 Gestão e recuperação de espécies e habitats prioritários	1.272.583	1.272.583	
11 2 5 Projeto LIFE Portugal Capacity Building - LIFE14 CAP/PT/000004	50.375	50.375	
11 2 6 Apoios à manutenção de paisagens tradicionais em áreas classificadas	850.000	850.000	
11 2 7 Recuperação de trilhos e infraestruturas de apoio da Fajã de Santo Cristo	390.000	390.000	
11 2 8 Desvio de caminho rural no Barreiro da Faneca, Santa Maria	248.271	248.271	
11 2 9 Atlas da Biologia Reprodutiva da Flora Macaronésica	6.927	6.927	
11 2 10 Rede de Observação e Centros de Reabilitação de Aves Selvagens	150.754	150.754	
11 2 11 Rede Regional de Ecotecas e Centros Ambientais	2.300.000	2.300.000	
11 2 12 Casa dos Vulcões	746.380	746.380	
11 2 13 Adaptação da Fábrica da Baleia de Porto Pim	539.525	539.525	
11 2 14 Zona de apoio às descidas e estacionamento da Montanha do Pico	353.712	353.712	
11 2 15 Exposição do Centro de Monitorização e Investigação das Furnas	20.000	20.000	
11 3 Recursos Hídricos	9.335.487	9.335.487	
11 3 1 Monitorização e manutenção da rede hidrográfica	1.525.705	1.525.705	
11 3 2 Rede de monitorização do ciclo hidrológico	598.360	598.360	
11 3 3 Monitorização qualitativa das massas de água interiores e de transição	659.502	659.502	
11 3 4 Monitorização do estado trófico das lagoas	75.000	75.000	
11 3 5 Controlo da biomassa e dos níveis de nutrientes nas lagoas	150.000	150.000	
11 3 6 Desvio de afluentes da Ribeira do Salto da Inglesa, Furnas	1.486.352	1.486.352	
11 3 7 Florestação na bacia hidrográfica da Lagoa das Furnas	66.164	66.164	
11 3 8 Reabilitação da rede hidrográfica de São Miguel	1.655.295	1.655.295	

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
11 3 9 Requalificação da rede hidrográfica do Pico	1.328.765	1.328.765	
11 3 10 Requalificação da rede hidrográfica das Flores	947.870	947.870	
11 3 11 Requalificação da rede hidrográfica da Terceira	558.094	558.094	
11 3 12 Requalificação da rede hidrográfica do Faial	284.380	284.380	
11 4 Ordenamento do Território	1.192.892	1.192.892	
11 4 1 Avaliação e revisão de instrumentos de gestão territorial	67.480	67.480	
11 4 2 Informação e monitorização do território	137.320	137.320	
11 4 3 Sistemas de monitorização e alerta de riscos naturais	305.257	305.257	
11 4 4 Informação geodésica, produção cartográfica e cadastro predial	207.126	207.126	
11 4 5 Rede de estações permanentes GNSS	25.000	25.000	
11 4 6 Sistema Regional de Informação Geográfica	180.000	180.000	
11 4 7 Sistemas e infraestruturas de Informação e Comunicação	270.709	270.709	
11 5 Eficiência Energética	1.215.000	1.215.000	
11 5 1 Política Energética Regional	75.000	75.000	
11 5 2 Eficiência Mais	400.000	400.000	
11 5 3 SCE - Sistema de Certificação Energética de Edifícios	50.000	50.000	
11 5 4 Eficiência Energética nos Edifícios e Vias Públicas - 3EVP	500.000	500.000	
11 5 5 Inovação e tecnologia no setor energético - InovTechEnergy	100.000	100.000	
11 5 6 Qualificação, capacitação e formação	90.000	90.000	
11 6 EcoMob(in)Azores	250.000	250.000	
11 6 1 Mobilidade Elétrica, Inteligente e Sustentável	250.000	250.000	
11 7 Serviços Energéticos	39.710	39.710	
11 7 1 Combustíveis, eletricidade e ascensores	39.710	39.710	

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
SRAF	169.851.530	58.956.584	110.894.946
2 AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL	169.851.530	58.956.584	110.894.946
2 1 Infraestruturas Agrícolas e Florestais	44.815.380	17.533.600	27.281.780
2 1 1 Infraestruturas de Ordenamento Agrário	19.690.935	1.241.500	18.449.435
2 1 2 Infraestruturas rurais e florestais	3.175.551	3.175.551	
2 1 3 Infraestruturas agrícolas e de desenvolvimento rural	557.533	557.533	
2 1 4 Equipamento do Novo Laboratório Regional de Veterinária	1.223.284	1.223.284	
2 1 5 Empreitada de Construção do Parque Multissetorial da Ilha Terceira - Ampliação do Parque de Feiras e Exposições	5.342.332	5.342.332	
2 1 6 Rede Regional Abate	2.869.123	2.869.123	
2 1 7 Construção do Novo Matadouro do Faial	4.029.312	870.311	3.159.001
2 1 8 Construção do Novo Matadouro da Graciosa	2.525.307	426.335	2.098.972
2 1 9 Matadouro São Miguel - Melhoramento da Infraestrutura	3.003.963	700.956	2.303.007
2 1 10 Matadouro Terceira - Melhoramento da Infraestrutura	1.661.916	390.551	1.271.365
2 1 11 Sistemas e infraestruturas de informação e comunicação	736.124	736.124	
2 2 Modernização das Explorações Agrícolas	51.243.158	24.258.991	26.984.167
2 2 1 Sanidade Animal e Segurança Alimentar	3.040.493	2.680.493	360.000
2 2 2 Melhoramento Genético e Bem-Estar Animal	1.102.500	1.102.500	
2 2 3 Sanidade Vegetal e Proteção das Culturas	744.409	744.409	
2 2 4 Formação Profissional, Experimentação, Aconselhamento e Divulgação Agrícola	3.025.496	3.025.496	
2 2 5 Promoção, divulgação e apoio à decisão	143.250	143.250	
2 2 6 Apoio ao Investimento nas Explorações Agrícolas	30.026.146	4.889.479	25.136.667
2 2 7 Acompanhamento das Intervenções Comunitárias	967.104	967.104	
2 2 8 Regime de Apoio à redução dos custos com a Atividade Agrícola	3.250.000	3.250.000	
2 2 9 Apoio à Reestruturação Financeira das Explorações e à Reposição do seu Potencial Produtivo	2.287.709	2.287.709	
2 2 10 Programa de Reestruturação e Reforço do Sector Leiteiro	626.128	626.128	
2 2 11 Reforma Antecipada	1.907.700	420.200	1.487.500
2 2 12 SICATE/RICTA	516.972	516.972	
2 2 13 Apoio à inovação e rentabilização da atividade agrícola	3.605.251	3.605.251	

Investimento Público 2017
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
2 3 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	35.379.878	10.546.545	24.833.333
2 3 1 Apoio à Indústria Agro-alimentar	26.743.333	1.910.000	24.833.333
2 3 2 Apoio ao escoamento de Produtos na Indústria Agro-Alimentar	3.629.000	3.629.000	
2 3 3 Regularização de Mercados	4.242.054	4.242.054	
2 3 4 Qualidade e Certificação	765.491	765.491	
2 4 Diversificação e Valorização do Espaço Rural	38.413.114	6.617.448	31.795.666
2 4 1 Manutenção da Atividade Agrícola	15.468.583	2.435.250	13.033.333
2 4 2 Pagamentos Agro-ambientais e Natura 2000	11.632.500	1.432.500	10.200.000
2 4 3 Diversificação da Economia Rural	3.973.000	573.000	3.400.000
2 4 4 Potenciar o Setor Vitivinícola	993.250	143.250	850.000
2 4 5 Medidas Florestais de Desenvolvimento Rural	4.351.463	464.130	3.887.333
2 4 6 Fomento Florestal	771.802	771.802	
2 4 7 Promoção do Uso Múltiplo da Floresta	722.516	722.516	
2 4 8 Qualificação da madeira de criptoméria para fins estruturais	250.000	37.500	212.500
2 4 9 Produção, caracterização e qualificação dos Óleos Essenciais de cryptomeria japonica	250.000	37.500	212.500

DESAGREGAÇÃO ESPACIAL

Investimento Público 2017
Desagregação Espacial

Euro

Objetivo/Programa/Projeto	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
TOTAL	30.576.336	273.050.209	159.332.816	33.849.247	60.490.623	51.359.718	61.956.162	30.209.593	13.134.599	60.672.520	774.631.823
FOMENTAR O CRESCIMENTO ECONÓMICO E O EMPREGO, SUSTENTADOS NO CONHECIMENTO, NA INOVAÇÃO E NO EMPREENDEDORISMO	20.045.328	129.404.111	97.288.269	17.828.221	23.464.667	33.719.599	34.492.114	15.645.674	2.673.767	20.764.170	395.325.920
1 EMPRESAS, EMPREGO E EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA	10.963.387	54.681.102	38.227.763	7.035.602	9.441.721	11.436.622	12.305.976	7.588.757	1.354.437	5.064.047	158.099.414
1.1 Competitividade Empresarial	3.063.400	22.070.647	18.176.893	2.862.900	3.516.299	4.354.100	4.185.500	2.819.701	528.886	761.000	62.339.326
1.2 Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais	25.000	70.000	55.000	12.000	12.000	19.000	8.000	7.000	2.000	565.686	775.686
1.3 Emprego e Qualificação Profissional	5.430.587	30.986.455	18.945.870	3.715.302	5.429.522	6.833.522	7.882.476	4.215.156	445.651	956.108	84.840.649
1.4 Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional										656.724	656.724
1.5 Eficiência no Serviço Público ao Cidadão	160.000	800.000	900.000	170.000	160.000	230.000	230.000	170.000	140.000		2.960.000
1.6 Serviços Sociais										170.000	170.000
1.7 Cooperação com as Autarquias Locais										654.529	654.529
1.8 Estatística										100.000	100.000
1.9 Planeamento e Finanças	2.284.400	754.000	150.000	275.400	323.900			376.900	237.900	1.200.000	5.602.500
2 AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL	6.646.607	52.970.908	42.043.827	8.566.971	12.351.880	19.507.296	16.240.542	6.455.400	963.327	4.104.772	169.851.530
2.1 Infraestruturas Agrícolas e Florestais	1.851.492	10.261.827	14.054.071	3.843.776	1.331.238	4.330.878	6.647.396	1.784.372	362.488	347.842	44.815.380
2.2 Modernização das Explorações Agrícolas	1.682.920	16.045.330	13.863.995	1.761.104	4.670.491	5.017.840	3.378.619	1.993.062	174.464	2.655.333	51.243.158
2.3 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	1.214.815	16.278.991	6.939.471	1.259.288	1.572.148	3.539.070	3.173.018	1.159.314	50.317	193.446	35.379.878
2.4 Diversificação e Valorização do Espaço Rural	1.897.380	10.384.760	7.186.290	1.702.803	4.778.003	6.619.508	3.041.509	1.518.652	376.058	908.151	38.413.114
3 PESCAS E AQUICULTURA	947.607	7.733.123	4.917.414	1.431.609	973.779	1.720.023	2.948.079	968.940	195.962	4.253.155	26.089.691
3.1 Controlo, Inspeção e Gestão										2.068.108	2.068.108
3.2 Infraestruturas de Apoio às Pescas	250.000	2.539.627	1.185.870	794.144	300.000	527.243	757.469	250.000	82.225	224.073	6.910.651
3.3 FROTA e Recursos Humanos	51.552	910.931	408.991	87.465	20.782	119.853	132.393	86.316	1.717	1.311.765	3.131.765
3.4 Produtos da Pesca e da Aquicultura	46.055	182.565	122.553	50.000	52.997	72.927	58.217	32.624	12.020	426.709	1.056.667
3.5 Regimes de Apoio e Assistência Técnica do Mar 2020	600.000	4.100.000	3.200.000	500.000	600.000	1.000.000	2.000.000	600.000	100.000	222.500	12.922.500
4 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	767.727	13.480.128	4.961.917	794.039	697.287	1.055.658	2.908.367	612.577	160.041	991.147	26.428.888

Investimento Público 2017
Desagregação Espacial

Euro

Objetivo/Programa/Projeto	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
4.1 Promoção e Desenvolvimento Turístico	618.600	11.719.917	4.582.567	506.870	618.268	891.905	2.684.087	515.431	151.527	648.907	22.938.079
4.2 Sustentabilidade do Destino Turístico	55.796	101.286	38.912	53.797	29.426	34.431	38.006	55.255	4.365	32.816	444.090
4.3 Qualificação do Destino	93.331	1.658.925	340.438	233.372	49.593	129.322	186.274	41.891	4.149	309.424	3.046.719
5 INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO	720.000	538.850	7.137.348				89.150	20.000		6.351.049	14.856.397
5.1 Programa de incentivos ao sistema científico e tecnológico dos Açores		488.850	161.450				79.150			6.026.049	6.755.499
5.2 Ações de Valorização e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação										150.000	150.000
5.3 Iniciativas, Projetos e Infraestruturas de Base Tecnológica	720.000						10.000	20.000		175.000	925.000
5.4 Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia		50.000	6.975.898								7.025.898
REFORÇAR A QUALIFICAÇÃO, A QUALIDADE DE VIDA E A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	4.997.994	62.149.544	39.891.634	2.422.664	22.681.428	7.747.878	11.512.906	3.967.971	1.400.760	13.790.182	170.562.961
6 EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	3.998.033	31.913.030	12.507.797	784.687	19.633.076	2.471.758	4.266.509	1.182.972	437.163	1.820.187	79.015.212
6.1 Construções Escolares	32.700	15.903.996	1.436.416	2.000	16.326.955	29.582	1.442.035	382.141	1.000	256.598	35.813.423
6.2 Equipamentos Escolares	5.000	130.000	171.500	5.000	7.500	12.500	12.500	5.000	1.000	26.418	376.418
6.3 Apoio Social	320.000	4.735.000	2.267.000	395.000	585.000	675.000	740.000	380.000	3.000		10.100.000
6.4 Desenvolvimento do Ensino Profissional e apoio às Instituições de Ensino Privado e Formação	1.500	3.407.300	1.207.400	61.500	139.500	102.000	231.800	20.500	18.500		5.190.000
6.5 Tecnologias da Informação			693.465								693.465
6.6 Projetos Pedagógicos	36.400	816.000	1.597.729	14.600	75.000	55.200	31.400	14.700	4.000	31.309	2.676.338
6.7 Dinamização de Atividades Culturais	35.500	1.526.500	522.000	32.500	68.500	83.000	115.000	58.500	13.000	288.917	2.743.417
6.8 Defesa e Valorização do Património Arquitétonico e Cultural	3.026.514	1.563.907	2.015.819	41.456	1.186.466	742.225	652.344	89.200	375.200	878.416	10.571.547
6.9 Atividade Física Desportiva	27.211	336.588	142.213	21.749	33.989	42.068	55.306	15.647	10.229		685.000
6.10 Desporto Federado	264.837	2.843.989	2.104.880	202.282	154.773	682.783	768.624	196.984	4.509	156.339	7.380.000
6.11 Infraestruturas e Equipamentos Desportivos	248.071	646.600	346.500	8.300	1.055.093	46.800	216.900	19.700	6.600	136.040	2.730.604
6.12 Iniciativas Transversais às Diferentes Áreas do Desporto	300	3.150	2.875	300	300	600	600	600	125	46.150	55.000
7 JUVENTUDE	36.750	1.241.250	377.500	37.750	60.750	63.750	58.250	17.650	12.650	698.900	2.605.200

Investimento Público 2017
Desagregação Espacial

Euro

Objetivo/Programa/Projeto	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
7.1 Juventude	36.750	1.241.250	377.500	37.750	60.750	63.750	58.250	17.650	12.650	698.900	2.605.200
8 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE		1.470.362	11.759.866	300.000	1.300.360	486.801	879.100	621.860	118.000	7.923.364	24.859.713
8.1 Ampliação e Remodelação de Infraestruturas		189.498					879.100				1.068.598
8.2 Beneficiação de Infraestruturas		189.498	300.000	300.000	1.300.360	177.000		621.860	118.000	200.000	3.206.718
8.3 Parcerias Públicas Privadas			11.459.866								11.459.866
8.4 Apetrechamento e Modernização		1.091.366				309.801				200.000	1.601.167
8.5 Apoios e Acordos										1.815.664	1.815.664
8.6 Projetos na Saúde										3.536.700	3.536.700
8.7 Formação										60.000	60.000
8.8 Tecnologias de Informação na Saúde										2.111.000	2.111.000
9 SOLIDARIEDADE SOCIAL	301.681	19.403.842	10.848.059	646.793	618.372	2.421.920	2.725.979	1.640.214	818.019	2.054.385	41.479.264
9.1 Apoio à Infância e Juventude	236	4.331.000	1.648.559		40.000	415.738	1.528.814		377.562	140.000	8.481.909
9.2 Apoio à Família, Comunidade e Serviços	219.004	8.527.075	3.959.815	120.851	250.335	388.450	523.794	103.582	12.949	650.000	14.755.855
9.3 Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais		2.688.255	1.060.473		293.652	154.553					4.196.933
9.4 Apoio a Idosos	82.441	3.857.512	4.179.212	525.942	34.385	1.463.179	673.371	1.536.632	427.508	213.934	12.994.116
9.5 Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza										1.050.451	1.050.451
10 HABITAÇÃO	661.530	8.121.060	4.398.412	653.434	1.068.870	2.303.649	3.583.068	505.275	14.928	1.293.346	22.603.572
10.1 Promoção de Habitação, Reabilitação e Renovação Urbana	409.330	3.108.958	1.143.688	454.921	812.139	753.212	223.812	245.127	12.500		7.163.687
10.2 Arrendamento Social e Cooperação	246.416	4.867.310	3.219.288	193.229	247.394	1.541.047	3.345.688	235.364		1.293.346	15.189.082
10.3 Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica	5.784	144.792	35.436	5.284	9.337	9.390	13.568	24.784	2.428		250.803
MELHORAR A SUSTENTABILIDADE, A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E AS REDES DO TERRITÓRIO	5.533.014	81.496.554	22.152.913	13.598.362	14.344.528	9.892.241	15.951.142	10.595.948	9.060.072	24.185.092	206.809.866
11 AMBIENTE E ENERGIA	584.039	5.719.452	1.422.797	407.604	1.714.121	3.868.163	3.393.895	1.460.690	67.208	6.319.839	24.957.808
11.1 Qualidade Ambiental	51.606	372.780	154.932	154.500	994.896	107.500	949.885	283.528	22.230	1.620.895	4.712.752
11.2 Conservação da Natureza	327.771	749.500	237.500	77.500	527.500	2.180.592	1.923.184	50.000	35.008	2.103.412	8.211.967

Investimento Público 2017
Desagregação Espacial

Euro

Objetivo/Programa/Projeto	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
11.3 Recursos Hídricos	130.000	3.800.613	708.094	115.000	140.000	1.498.765	434.380	1.105.370	7.500	1.395.765	9.335.487
11.4 Ordenamento do Território	42.775	5.000		35.350						1.109.767	1.192.892
11.5 Eficiência Energética	25.357	629.460	256.275	20.082	41.132	64.656	68.744	17.329	1.965	90.000	1.215.000
11.6 EcoMob(in)Azores	5.635	139.880	56.950	4.463	9.141	14.368	15.276	3.851	436		250.000
11.7 Serviços Energéticos	895	22.219	9.046	709	1.452	2.282	2.426	612	69		39.710
12 PREVENÇÃO DE RISCOS E PROTEÇÃO CIVIL	463.885	2.348.249	1.427.534	72.491	213.199	811.983	658.491	656.561	48.269	547.500	7.248.162
12.1 Equipamentos e Comunicações	62.475	181.446	365.157	1.958	64.092	66.303	66.688	61.694	187		870.000
12.2 Infraestruturas	316.410	666.803	57.377	533	1.107	516.680	341.803	524.867	82		2.425.662
12.3 Protocolos e Apoios	85.000	1.500.000	1.000.000	70.000	148.000	229.000	250.000	70.000	48.000	447.500	3.847.500
12.4 Formação			5.000							100.000	105.000
13 ASSUNTOS DO MAR	1.163.397	3.117.071	836.114	6.752.576		55.025	4.658.125	149.160	148.945	1.477.418	18.357.831
13.1 Gestão e Requalificação da Orla Costeira	1.163.397	3.117.071	836.114	6.752.576		55.025	169.955	149.160	148.945	542.112	12.934.355
13.2 Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha										935.306	935.306
13.3 Escola do Mar dos Açores							4.488.170				4.488.170
14 TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURAS TECNOLÓGICAS	3.321.693	70.311.782	18.466.468	6.365.691	12.417.208	5.157.070	7.240.631	8.329.537	8.795.650	15.840.335	156.246.065
14.1 Construção de Estradas Regionais		32.700.931									32.700.931
14.2 Reabilitação de Estradas Regionais	221.693	6.431.087	1.625.592	385.000	1.605.964	887.785	1.266.631	760.292	46.410	852.557	14.083.011
14.3 Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária	200.000	854.000	357.000	4.600		24.000	24.000	290.000		111.677	1.865.277
14.4 Integração Paisagística de Zonas Adjacentes às ER										565.000	565.000
14.5 Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários		6.881.075	4.858.876	3.176.091	8.361.244	1.345.285	500.000	4.279.245	7.849.240	1.335.395	38.586.451
14.6 Gestão dos Aeródromos Regionais										1.973.882	1.973.882
14.7 Serviço Público de Transporte Aéreo e Marítimo Inter-ilhas	2.500.000	14.925.000	8.825.000	2.400.000	1.950.000	2.000.000	3.450.000	2.600.000	800.000	2.159.977	41.609.977
14.8 Dinamização dos Transportes										253.800	253.800
14.9 Tecnologias de Informação e Comunicação										3.022.547	3.022.547

**Investimento Público 2017
Desagregação Espacial**

Euro

Objetivo/Programa/Projeto	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
14.10 Sistemas de Informação e de Comunicações										76.500	76.500
14.11 Laboratório Regional de Engenharia Civil		434.689									434.689
14.12 Construção , Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos		3.585.000								1.150.000	4.735.000
14.13 Cooperação com Diversas Entidades										4.339.000	4.339.000
14.14 Coesão Territorial - Transportes	400.000	4.500.000	2.800.000	400.000	500.000	900.000	2.000.000	400.000	100.000		12.000.000
MODERNIZAR A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL, REFORÇAR A POSIÇÃO DOS AÇORES NO EXTERIOR E APROXIMAR AS COMUNIDADES										1.933.076	1.933.076
15 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO										1.082.521	1.082.521
15.1 Apoio aos Media										985.048	985.048
15.2 Jornal Oficial										97.473	97.473
16 RELAÇÕES EXTERNAS E COMUNIDADES										850.555	850.555
16.1 Projeção dos Açores no Mundo										204.555	204.555
16.2 Afirmação dos Açores na Europa										230.000	230.000
16.3 Emigrado e Regressado										73.000	73.000
16.4 Identidade Cultural e Açorianidade										285.000	285.000
16.5 Imigrado e Interculturalidade										58.000	58.000



Região Autónoma dos Açores
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais

2017 2018 2019 2020

PARECERES DOS PARCEIROS SOCIAIS

Orientações de Médio Prazo 2017-2020
Plano Regional Anual 2017

Região Autónoma dos Açores
XII Governo Regional dos Açores

ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2017-2020
ANTEPROPOSTA DO PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2016

PARECERES DOS PARCEIROS SOCIAIS E DOS CONSELHOS DE ILHA

	Pareceres Recebidos
Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional	X
União Geral dos Trabalhadores	X
Organizações Sindicais não Filiadas nas Centrais	
Organizações Sindicais das Pescas na Região Autónoma dos Açores	
Câmara do Comércio e Indústria dos Açores	X
Associação dos Industriais de Construção e Obras Públicas dos Açores (AICOPA)	X
Federação Agrícola dos Açores	X
Associação de Jovens Empresários dos Açores	
Organizações Patronais da Pesca FPA	
Associação de Municípios da RAA	
Associação Nacional de Freguesias	X
Misericórdias dos Açores	X
Instituições Particulares de Solidariedade Social	
Associações de Defesa do Consumidor (de âmbito regional)	
Associações de Defesa do Ambiente (de âmbito regional)	
Sector Cooperativo (cooperativas com sede na Região)	
Associações da Área da Igualdade de Oportunidades para Mulheres e Homens	X
Universidade dos Açores	X
Representantes da RAA no Conselho Económico e Social	
Personalidades de reconhecido mérito nas áreas de competência do Conselho	X X
Conselho de Ilha de Sta. Maria	X
Conselho de Ilha de S. Miguel	
Conselho de Ilha da Terceira	X
Conselho de Ilha da Graciosa	
Conselho de Ilha de S. Jorge	X
Conselho da Ilha do Pico	X
Conselho de Ilha do Faial	X
Conselho de Ilha das Flores	X
Conselho de Ilha do Corvo	X

PARECERES RECEBIDOS

PARCEIROS SOCIAIS

Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional

ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2017-2020 E PLANO REGIONAL ANUAL 2017 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Parecer da CGTP-IN

1. Evolução recente da Região

Analisando a evolução dos últimos anos, verifica-se que nos Açores também se fizeram sentir negativamente os efeitos da crise do capitalismo, ao nível mundial e da intervenção da Troika e do Governo do PSD/CDS. Ao nível regional, não foram tomadas medidas para fazer frente a esse quadro, tendo sido antes aplicado um memorando, entre o Governo Regional e o Governo central, que trouxe ainda mais entraves à Região.

Assim, o PIB dos Açores recuou em termos reais entre 2011 e 2013. Em 2014 e 2015, houve alguma recuperação, mas ainda não foram retomados os níveis anteriores à crise. O investimento teve um recuo significativo neste período, mais visível nos primeiros anos. Entre 2012 e 2014, a Formação Bruta de Capital Fixo caiu 22,1%, seguindo-se a uma queda de 20,6%, em 2011.

Em consequência, o desemprego aumentou significativamente e o emprego diminuiu, embora tenha havido uma recuperação nos anos mais recentes. Mas aumentou também a precariedade, sem que o Governo Regional e as autoridades públicas tomassem medidas para a combater. Por sua vez, os salários continuam baixos (o salário líquido mensal médio é de apenas 764 euros face a 825 euros da média nacional) e 37% dos trabalhadores assalariados recebem menos de 600 euros líquidos mensais¹.

O PIB *per capita* da Região aumentou, em termos nominais, mas não se incluem os valores reais, o que seria o correcto, em termos de evolução. No entanto, há uma deterioração da posição da Região face à média nacional (passou de 91%, em 2012, para 89%, em 2015) e à média da UE (68,2%, em 2015, face a 70,6%, em 2012).

Apesar de ambos os documentos conterem dados sobre o emprego e desemprego para os anos completos (por isso terminando no ano de 2015), estão disponíveis dados mais recentes relativos aos primeiros três trimestres de 2016² que permitem concluir que:

- a população activa desceu em 2016 (-1,2% nos primeiros nove meses, face a 2015);
- o emprego cresceu muito pouco (+0,4%, face a 2015) e está cada vez mais dependente dos serviços, já que na indústria e agricultura e pescas diminuiu³;
- a precariedade do emprego aumentou (a precariedade que se consegue medir através do Inquérito ao Emprego passou de 21,2%, em 2015, para 23,1%, nos primeiros nove meses de 2016);
- o desemprego diminuiu.

A dependência da Região relativamente aos serviços e o definhamento do sector secundário, que passou de perto de 30% do emprego total, em 2007, para 15,4%, nos primeiros nove meses de 2016 (tendo a indústria transformadora um peso de apenas 7,2%), é visível também pelo não tratamento de dados sobre a evolução do sector e em consequência com a ausência de medidas para a sua revitalização.

1 Fonte: Inquérito ao Emprego, 3.º trimestre de 2016/SREA.

2 Idem, vários trimestres.

3 Ao contrário do que se diz nas OMP (pág. 15), o sector primário está a perder peso na Região. Nos primeiros três trimestres do ano de 2016, o peso da agricultura e pescas no emprego total tinha baixado para 9,6%.

2. Medidas de política

As medidas de política inserem-se nas políticas sectoriais, que, por sua vez, se enquadram nas Grandes linhas de orientação estratégica seguintes: (i) Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, sustentados no conhecimento, na inovação e no empreendedorismo; (ii) Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades; (iii) Melhorar a Sustentabilidade, a Utilização dos Recursos e as Redes do Território; (iv) Modernizar a Comunicação Institucional, Reforçar a Posição dos Açores no Exterior e Aproximar as Comunidades.

Em ambos os documentos ressalta a opção por incentivos às empresas para a produção de bens transaccionáveis com o objectivo de fomentar as exportações e a penetração no mercado global, descurando a produção para o mercado regional e interno e a substituição de importações, o que é necessário ao equilíbrio da balança comercial regional e do próprio país.

Não há medidas de revitalização ou modernização do sector produtivo, que, como se viu atrás, está em retrocesso, sendo apenas tratados especificamente a agricultura e a floresta, as pescas e a aquicultura e ainda o turismo, o que significa uma visão extremamente redutora do desenvolvimento da Região. Aparentemente os outros sectores de actividade não necessitam de qualquer planeamento ou orientação.

O documento contém medidas para a elevação da educação e das qualificações dos açorianos, mas não há uma preocupação em traduzir os avanços alcançados e a alcançar no emprego e no aumento dos salários dos trabalhadores.

Assinala-se, pela negativa, a ausência de orientações e medidas para a criação de emprego com direitos, para o combate à precariedade e aos baixos salários, apesar de se preconizar o aumento do emprego. Opta-se antes pelo mesmo tipo de medidas de apoio à contratação às empresas, estágios e mercado social de emprego.

No nosso entender, o primeiro combate relativamente ao emprego deve ser a eliminação da precariedade, através do reforço de meios da Inspeção Regional do Trabalho para aumentar a fiscalização do cumprimento das relações laborais, bem como pelo exemplo do próprio Governo Regional nesse domínio, acabando com a precariedade com os contratos a prazo na administração pública regional (que no final de Junho de 2016 abrangiam 10,6% dos trabalhadores).

Relativamente às medidas de apoio ao emprego, não devem continuar a apoiar-se contratos a termo. A implementação de uma medida de incentivo à estabilização do vínculo contratual no âmbito do Integra não é suficiente, parecendo-nos mais correcto a sua transformação numa medida de apoio à contratação sem termo, cumprindo o princípio de que a cada posto de trabalho permanente deve corresponder um contrato de trabalho efectivo.

Deve ainda fiscalizar-se o uso de medidas de emprego ou ocupação para evitar a substituição de postos de trabalho, seja através de estágios, do chamado trabalho socialmente necessário ou de outra qualquer medida.

O sector público tem um tratamento insuficiente neste documento e não apenas relativamente à não referência do combate à precariedade do emprego no sector, como se disse atrás, mas também relativamente a necessidades de formação dos trabalhadores ou de recrutamento.

09 de Março de 2017
CGTP-IN/Açores

Junta-se em anexo Parecer sobre a área da educação

**Parecer da CGTP-IN/Açores e do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA)
sobre a área da Educação.**

Nota introdutória

A presente proposta, reconhecemos, tem impacto financeiro no presente Orçamento, no entanto, consideramos que ela, intrinsecamente, representa, simultaneamente, o atenuar de injustiças que se têm vindo a perpetuar no tempo, no caso das normas de transição entre carreiras, da resolução de uma injustiça de tratamento discriminatório dos docentes em relação aos restantes trabalhadores da administração pública e do setor privado, no caso da compensação pela caducidade de contrato, e de combate à precariedade e de suavização das injustiças, no que diz respeito aos docentes contratados, mantidos em regime de precariedade por longos períodos, nos restantes casos.

A presente proposta centra-se, assim, em questões profissionais e não no Sistema Educativo Regional, não porque este não tenha problemas que careçam de resolução, mas porque consideramos que o arrastamento destas injustiças exige uma resolução rápida e uma priorização no topo do processo reivindicativo deste sindicato e do movimento sindical unitário.

Carreira docente

No âmbito das propostas de alteração ao Plano e Orçamento, o SPRA e a CGTP-IN/Açores pretendem a revogação total ou parcial das **Normas de transição entre carreiras do DLR n.º 21/2007/A, de 30 de agosto**.

Dos factos:

1. As normas de transição entre carreiras nos termos do DLR supracitado encontram-se em vigor.
2. Estas normas deveriam ter uma aplicação temporal definida, que, por força do congelamento do tempo de serviço entre 2005 e 2007 e entre 2011 e 2017, produzem distorções significativas no desenvolvimento da carreira de todos os docentes, com especial destaque para os docentes bacharéis, para os docentes bacharéis que fizeram licenciatura nos últimos anos e para os docentes do primeiro escalão da atual carreira.
3. As referidas normas, ao obrigarem estes docentes a cumprirem tempo de serviço na estrutura e escala indiciária aprovada pelo Decreto-Lei 312/99, de 10 de agosto, antes de serem posicionados na carreira prevista pelo DLR n.º 21/2007/A, de 30 de agosto, estrutura de carreira também já revogada pelo DLR n.º 25/2015/A, de 17 de dezembro, têm como resultado um prolongamento absolutamente artificial e inaceitável/incompreensível da carreira para estes docentes, nomeadamente o impedimento do seu reposicionamento no escalão/índice em que se deveriam encontrar, face ao tempo de serviço descongelado que possuem.

Perante o exposto, considera-se da maior pertinência e justiça a revogação das normas de transição entre a estrutura de carreira e escala indiciária prevista no Decreto-Lei 312/99, de 10 de agosto, e a estrutura de carreira e escala indiciária prevista no DLR n.º 21/2007/A, de 30 de agosto, pelo que os docentes bacharéis, os docentes bacharéis que fizeram licenciatura nos últimos anos, e que auferem por um índice já inexistente na carreira docente em vigor - índice 125 -, e os docentes do primeiro escalão da atual carreira deverão ser reposicionados no escalão/índice remuneratório em função do tempo de serviço descongelado que detêm.

Com esta proposta não se verificarão ultrapassagens e será reposta alguma justiça no processo, tendo em conta que estes docentes têm mais de quatro anos descongelados e não foram alvo de qualquer progressão.

Objetivamente, tendo em conta o exposto, o atual quadro legal, conjugado com os períodos de congelamento, terá um efeito devastador no desenvolvimento da carreira docente tendo como principal efeito que a esmagadora maioria dos docentes não terão tempo útil de vida profissional para chegar ao último terço da carreira.



Estas estruturas sindicais exigem, assim, com efeitos já no Plano e Orçamento Regional de 2017, a resolução do problema dos docentes bacharéis e do 1º escalão da carreira. Para o ano de 2018, para além do descongelamento das carreiras, a existência de mecanismos que, no mínimo, permitam a todos os docentes chegarem ao topo de carreira durante a sua vida profissional.

Compensação pela caducidade do contrato

O DLR que contempla o Orçamento Regional de 2016 introduziu uma norma discriminatória para os docentes contratados que prestam serviço nas Escolas Públicas da Região, ao limitar, contrariamente a todos os restantes trabalhadores da Administração Regional, o acesso à indemnização pela caducidade de contrato somente aos docentes que, tendo terminado um contrato num ano civil apenas adquirem o direito à referida indemnização quando o contrato seguinte se celebra no ano civil posterior. Ora, em termos práticos, um docente que terminou um contrato a 31 de agosto apenas adquire o direito à compensação em apreço se o contrato seguinte ocorrer após o dia 31 de dezembro.

Admitindo que no próximo Orçamento Regional esta norma será expurgada, considera-se de toda a justiça a existência da retificação das injustiças ocorridas durante o período de vigência do Orçamento de 2016.

Definição de necessidades permanentes do Sistema Educativo Regional

O SPRA e a CGTP-IN/AÇORES vem defendendo, há muito tempo, que a necessária estabilização dos docentes nas escolas só é alcançável através do reforço do número de lugares dos quadros de escola, devendo, nesse sentido, serem aprovados critérios objetivos e mensuráveis para a abertura desses lugares.

Embora a proposta do SPRA tenha sido parcialmente acolhida, ao poderem vir a ser contabilizadas as horas de redução da componente letiva por antiguidade, são propostas outras. O cumprimento desta norma obrigará igualmente a que, para a determinação das necessidades permanentes das escolas, sejam tidos em consideração:

- A existência de turmas com um número reduzido de alunos em função de nelas estarem integrados alunos com necessidades educativas especiais;
- O desdobramento das turmas nos termos legalmente estabelecidos;
- Os cargos de natureza pedagógica de cuja atribuição resulte a redução da componente letiva (exemplo: Direção de Turma);
- Docentes com mais de sessenta anos e que se encontrem de baixa médica prolongada.

Índices remuneratórios dos docentes contratados

O Sindicato dos Professores da Região Açores e a CGTP-IN/Açores consideram que não **seria mais do que justo que os docentes contratados fossem remunerados de acordo com o seu tempo de serviço, tal como, aliás, preconiza a Diretiva 1999/70/CE do Conselho da União Europeia: *No que diz respeito às condições de emprego, não poderão os trabalhadores contratados a termo receber tratamento menos favorável do que os trabalhadores permanentes numa situação comparável pelo simples motivo de os primeiros terem um contrato ou uma relação laboral a termo [...]***. O SPRA não desistirá desta luta e contará com o incondicional apoio da CGTP-IN/Açores, porque, para além de fazer sentido, uma vez que a formação base e a experiência são as mesmas, é uma realidade em vários países da Europa e, inclusivamente, já o foi nos Açores. Os docentes contratados não podem ser discriminados! Já lhes basta serem precários!...

09 de Março de 2017
CGTP-IN/Açores

União Geral dos Trabalhadores



PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES E REIVINDICAÇÕES SINDICAIS DA UGT/A PARA A LEGISLATURA 2016/20

A Autonomia dos Açores cumpriu, 40 anos depois da sua criação, os objetivos que lhe foram fixados na Constituição, nomeadamente no que toca ao desenvolvimento económico e social das infraestruturas de base dos Açores.

Uma extensa rede de portos e aeroportos, hospitais e centros de saúde e de estabelecimentos de educação, equipamentos coletivos sociais de apoio às crianças, jovens e idosos, cobre hoje as novas ilhas dos Açores, sem que os seus concelhos e freguesias sejam exceção, graças à Autonomia dos Açores e à ação dos seus órgãos de governo próprio. A isto acresce referir a importância da criação da Universidade dos Açores e da RTP/Açores que permitiu gerar uma maior consciência e pensamento regionais sobre a nossa identidade coletiva e o desenvolvimento do arquipélago.

Se em 1974 o PIB per capita dos Açores era cerca de 45 por cento do nacional, hoje representa 91 por cento.

Esta fase bem-sucedida da nossa Autonomia foi possível graças à solidariedade nacional, numa primeira fase, e aos fundos disponibilizados pela União Europeia, numa segunda fase, e à ação dos sucessivos órgãos do governo próprio da Região, sobretudo a partir da aprovação da Lei das Finanças Regionais 13/98 de 24 de fevereiro.

Atualmente o orçamento da Região é composto por 66 por cento do seu as receitas próprias, 16 por cento por fundos comunitários e a solidariedade nacional, aproximadamente, 18 por cento, como bem salientou o presidente do Governo Regional dos Açores recentemente na sua intervenção no Clube de Pensadores em Vila Nova de Gaia.

Contudo, se é verdade este nosso sucesso coletivo, temos igualmente que reconhecer que a nossa Autonomia falhou no que toca à captação do investimento reprodutivo e à modernização, reforço e capacitação do nosso tecido produtivo regional de bens e serviços transacionáveis, indispensável à criação de empresas, riqueza e emprego sustentável, pelo facto de não termos sabido ou conseguido **adotar rapidamente um novo paradigma de crescimento económico e social que apostasse no desenvolvimento das nossas capacidades e**





potencialidades produtivas endógenas dos setores da agricultura, em que se torna premente ultrapassar a atual crise da lavoura, gerada com o fim das quotas leiteiras, do mar, onde é fundamental apostar no aumento e modernização da nossa frota de pesca, na transformação, industrialização e comercialização do pescado e na aquacultura, e do turismo, agora que, liberto dos estrangulamentos que os transportes colocavam à sua afirmação, começa a dar sinais promissores disso. A atual dimensão e gravidade do desemprego na Região tem a ver, em grande parte, com o fim da fase de crescimento apostada na criação das infraestruturas regionais e com a crise da construção civil que daí resultou, com a agravante de mais de 75% do orçamento da RAA estar comprometido nos próximos anos (Quadro Plurianual de Programação Orçamental artigo 45º do DLR nº 1/2016/A de 8 de janeiro, que aprova o orçamento da Região Autónoma dos Açores).

Neste contexto,

Tendo em conta a debilidade da nossa estrutura produtiva regional, assente basicamente no setor terciário, dos serviços, e a necessidade de a diversificar, reforçar e modernizar;

Considerando a falta ou insuficiência de investimento interno e externo que aumente, capacite e desenvolva o nosso tecido produtivo regional de bens e serviços transacionáveis, e a necessidade de o atrair como forma de criação de empresas, riqueza e emprego;

Tendo presente a dimensão e gravidade do desemprego, e a necessidade de o combater através do lançamento de políticas ativas de criação de emprego, nomeadamente por via do reforço das competências académicas e profissionais dos desempregados;

Considerando o aumento dos fenómenos de pobreza, de conflitualidade social e mesmo de insegurança, e a necessidade de os combater de forma coordenada e consequente;

Considerando a falta ou deficit de diálogo e negociação coletiva e de transparência e de informação no que toca ao funcionamento da nossa administração pública regional, e a necessidade de as corrigir e ultrapassar;





Considerando, por último, a tendência crescente verificada na nossa administração pública regional para a aplicação do princípio da confiança política na ocupação dos cargos públicos, partidarizando-os, e a necessidade de reforçar aqui o princípio da competência;

A UGT-Açores elege como principais preocupações e reivindicações sindicais a ter em conta na próxima legislatura 2016/20 – para as quais pede e espera a atenção e atuação consequente de todos os partidos políticos concorrentes, -- as que se passam a enunciar de imediato:

1. A ADOÇÃO DE POLÍTICAS DE CRESCIMENTO ECONÓMICO SUSTENTÁVEL – *tendentes à diversificação, reforço e modernização do sector reprodutivo regional*, nomeadamente nos setores onde a Região possui potencialidades endógenas e revela capacidades de resposta imediata em termos de oferta de bens e serviços, nomeadamente nos da agricultura, das pescas e do turismo, através da aplicação e aproveitamento eficiente e eficaz dos fundos europeus alocados ao desenvolvimento da RAA no âmbito da Agenda 2020.

2. POLÍTICA DE APOIO À REQUALIFICAÇÃO URBANA EM COOPERAÇÃO COM AS AUTARQUIAS – a UGT-Açores defende a necessidade do reforço dos programas e ações tendentes à recuperação e beneficiação do parque habitacional, arquitetónico e cultural regional, no âmbito de uma política mais geral de reabilitação e requalificação urbana, em estreita cooperação com as autarquias, como forma de combater por esta via o desemprego gerado no setor da construção civil.

3. ADOÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO – que conduzam à criação e surgimento de empresas regionais que permitam o tão desejado e necessário reforço, modernização e diversificação do setor produtivo regional.

4. A ADOÇÃO DE POLÍTICAS ATIVAS DE APOIO AO EMPREGO E DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DE TRABALHADORES – que apostem no reforço e valorização das competências profissionais e académicas dos trabalhadores, em geral, e dos desempregados, em particular, que capacitem e potenciem a sua integração plena no mercado do trabalho, com a consequente e progressiva mitigação e abandono dos atuais programas ocupacionais provisórios, precários e geradores de dependências, **promovendo-se a integração destes trabalhadores ocupacionais na administração pública**





sempre que o exercício das suas funções vise a satisfação de necessidades permanentes dos serviços públicos.

Impõe-se aqui um levantamento urgente, estreitamente concertado com os sindicatos e as associações empregadoras, das necessidades formativas com vista à criação e implementação de programas de formação profissional que permitam aumentar a empregabilidade dos trabalhadores em geral, e dos desempregados em particular, em que aquelas entidades sejam chamadas a participar na sua organização, gestão e realização tal como aconteceu no passado, não se compreendendo que, passados 3 anos de execução do novo quadro comunitário de apoio, nada tenha sido aqui financiado, encontrando-se atualmente as escolas de formação profissional a desenvolver a sua atividade com recurso exclusivo ao financiamento bancário.

5. REFORÇO DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE COMBATE À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL E QUE PERMITAM A REPOSIÇÃO E AUMENTO DOS RENDIMENTOS DOS TRABALHADORES – as primeiras, em colaboração estreita com as misericórdias e demais instituições particulares de segurança social, que permita também a *atualização dos salários e demais remunerações dos trabalhadores das IPSS/Misericórdias, congelados desde 2009*, as segundas, em concertação com o setor empresarial, privado e público, de bens e serviços transacionáveis, que conduza à *celebração de contratos coletivos que se traduzam na reposição e aumento dos rendimentos dos respetivos trabalhadores*, e com o Governo Regional, através do diálogo social e da negociação coletiva que permita, entre outras coisas.

- a) A atualização anual do complemento regional de pensão;*
- b) A atualização anual do complemento regional de abono de família; e,*
- c) A atualização anual da remuneração complementar/subsídio de insularidade, congelada desde 2012.*

6. APOIO E INCENTIVO À PRESENÇA E ATUAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA NA REGIÃO, NOMEADAMENTE PSP E GNR – que potencie e capacite a sua intervenção de garantia da segurança pública de pessoas e bens na Região, nomeadamente mediante o *reforço do seu efetivo humano, dos seus meios e equipamentos de defesa e da*





atribuição da remuneração complementar/subsídio de insularidade à semelhança do que acontece com os funcionários públicos regionais e locais.

7. RESPEITO E REFORÇO DO DIÁLOGO SOCIAL E DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA NA REGIÃO – quer no âmbito do diálogo institucional, através da *substituição do atual conselho regional de concertação estratégica por um verdadeiro conselho económico e social presidido por uma personalidade independente em que a sociedade civil organizada aí tenha presença maioritária e possa exercer o seu efetivo papel de aconselhamento e da revisão da organização e funcionamento dos atuais conselhos de ilha*, quer no âmbito da *negociação bilateral entre a administração pública e os sindicatos do setor, através do cumprimento integral da nova LTFP* (Lei de Trabalho em Funções Públicas), *quer ainda através da negociação coletiva entre o setor empresarial e os sindicatos* que conduza à celebração de acordos coletivos que permitam contemplar aumentos salariais para 2017 e anos seguintes.

8. REFORÇO DA PRESENÇA E ATUAÇÃO DA INSPEÇÃO REGIONAL DO TRABALHO NO TERRENO EM ARTICULAÇÃO COM A AÇÃO DE DENÚNCIA DOS SINDICATOS – através do aumento do número, qualidade e surpresa das ações inspetivas no terreno às empresas, valorizando-se os aspetos pedagógicos das mesmas de forma a permitir relações de trabalho sãs e mais conformes com a lei.

9. DEFESA DE UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL MAIS TRANSPARENTE, COMPETENTE E RESPEITADORA DOS DIREITOS À INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS – em que os seus órgãos, serviços e agentes ajam de forma transparente e informem atempadamente os cidadãos sobre os seus pedidos e requerimentos, promovendo mediadas legislativas que garantam o princípio da competência no preenchimento dos cargos públicos regionais, garantido assim a despartidarização dos mesmos.

10. REPOSIÇÃO DO DIFERENCIAL FISCAL PARA OS NÍVEIS ANTERIORES AO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO, COM VISTA À DIMINUIÇÃO DA ATUAL CARGA FISCAL SOBRE OS CIDADÃOS E AS EMPRESAS – tendo em vista a diminuição da carga fiscal, a atração do investimento e a reposição e aumento dos rendimentos dos trabalhadores e suas famílias, a UGT-Açores reivindica a reposição do





UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES DOS AÇORES

diferencial fiscal de 30% em matéria de IVA e IRC nos exatos moldes em que existia a 31 de dezembro de 2013.

Açores, 26 de setembro de 2016

UGT/AÇORES





PARECER DA UGT/AÇORES
SOBRE
ANTEPROPOSTA DAS ORIENTAÇÕES A MÉDIO PRAZO 2017 – 2020 DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

INTRODUÇÃO

A elaboração da anteproposta das Orientações a Médio Prazo OMP 2017–2020, acontece num período de grandes incertezas e de alguma instabilidade política europeia e mundial na decorrência dos referendos, no Reino Unido que determinou a sua saída da União Europeia, da rejeição da revisão constitucional proposta pelo governo de Matteo Renzi na Itália, e, finalmente com a eleição de Donald Trump para a Presidência dos Estados Unidos da América, e das eleições que se avizinham em alguns países da União Europeia, todos estes acontecimentos em contra corrente ao status quo atual.

Simultaneamente Portugal, e os Açores neste particular, estão ainda a sofrer os efeitos do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, conhecido pela sigla PAEF, particularmente severo, que implicou grandes constrangimentos económicos, financeiros e sociais, mas com evidentes reflexos positivos ao nível da consolidação das nossas finanças públicas e credibilidade externa. O deficit orçamental foi progressivamente diminuindo ao longo dos anos desde 2012, sendo que a evolução positiva da balança comercial com o exterior permitiu a passagem de uma necessidade de financiamento da economia, que atingia cerca de 10% do PIB aquando do pedido de auxílio financeiro externo feito por Portugal em 2011, para um registo crescente e positivo depois de 2012, contribuindo assim para aquele objetivo, bem como a melhoria de outros agregados, que concitaram finalmente a tão ansiada redução da dívida pública que registou um decréscimo de 1,2% em 2015.





ANÁLISE E SEU DESENVOLVIMENTO

O documento em causa que decorre do programa do Governo aprovado na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, visa dar uma perspetiva global e abrangente da atividade governativa para a legislatura, no período 2017- 2020, assumindo por isso grande relevância no contexto económico-social da Região, na medida em que pretende ser uma referência para os agentes económicos sociais que interagem e atuam no seu espaço geográfico.

É também importante, porque permite, ou deveria permitir aos agentes económicos e sociais, organizarem e planear a sua atividade no horizonte temporal de curto e médio prazo, na medida em que podem ou poderiam fazer opções e tomar decisões gerindo racionalmente o presente e perspetivar o futuro com relativa confiança.

Todavia, e não obstante a sua estrutura seguir o estipulado no diploma que institui o Sistema Regional de Planeamento dos Açores, a nosso ver, enferma de algumas debilidades, porque a forma como é apresentado acaba por não cumprir com os objetivos e fins que um documento dessa natureza deve conter, senão vejamos:

No documento são feitas projeções ao nível macro, do investimento público para o período em causa quantificando por objetivo/programa os recursos financeiros a afetar em cada ano e sua conexão com os fundos comunitários, que não obstante ser um indicador, deixa muitas dúvidas quanto à sua concretização/execução, como se tem constatado pela análise às Contas Regionais de exercícios anteriores.

De referir a este propósito, que segundo dados oficiais, a execução dos primeiros três anos das OMP 2013-2016, ficou em apenas 55% do total planeado, e a execução de 2016 no fim do 3º trimestre estava em apenas 53% da dotação revista, pelo que

.2.





chegamos à conclusão que a execução orçamental em termos de legislatura vai ficar muito aquém do previsto no documento relativo às Orientações a Médio Prazo OMP 2013-2016.

Aliás, como ficou demonstrado nas execuções orçamentais de 2013, 2014 e 2015, que atingiram 85%, 73,3%, e 75,02% respetivamente em relação à dotação revista, isto quando se sabe que a execução financeira dos Fundos Comunitários no âmbito do anterior quadro comunitário de apoio, 2007-2013, ocorreu praticamente a 100%, mais precisamente 99,7%.

Por outro lado, não existe qualquer registo e identificação dos compromissos plurianuais assumidos, quando se sabe que parte das verbas orçamentadas, destinam-se a pagar compromissos assumidos anteriormente, como por exemplo, as vias de comunicação em regime de SCUT, a Parceria Público Privada do Hospital de Angra do Heroísmo, transferências para as Empresas Públicas, Entidades Públicas Empresariais, Autarquias Locais, reequilíbrio do Plano Regional de Saúde e outros decorrentes de obrigações assumidas no passado, com efeito multiplicador na economia muito inferior do que aquando da execução das respetivas obras.

Em circunstâncias normais, nada de errado haveria na situação acima descrita, porquanto o dinheiro que entrava na banca, instituições financeiras, bem como doutros eventuais credores, voltaria de seguida ao circuito económico normal por via do consumo, investimentos e outras operações afins.

Porém, e, não obstante o clima de descompressão gerado pela atual maioria governamental ao tomar mediadas na perspetiva de devolução de rendimentos à população, a difícil situação financeira em que se encontra a banca portuguesa não proporciona tal desfecho, pelo que continuam a existir alguns constrangimentos que

.3.





não facilitam a tão necessária liquidez para que a economia funcione normalmente, promovendo o crescimento económico para níveis desejáveis, de modo a aproximarmo-nos novamente dos demais parceiros europeus.

CONCLUSÃO

Neste contexto, pelas razões expostas e sem deixar de reconhecer o cumprimento da legalidade, de algum virtuosismo, e até de alguma concordância em termos genéricos com o que aí é dito, achamos o documento manifestamente insuficiente e até mesmo evasivo, na medida em que os agentes económicos continuam sem saber ao certo quais são os valores afetos a compromissos plurianuais assumidos, desconhecendo assim os montantes efetivamente disponíveis em cada ano, dificultando ou impedindo-os mesmo dum exercício atempado de planeamento e de orientação da sua atividade, pelo que não podemos dar uma opinião mais pormenorizada sobre a anteposta das Orientações de Médio Prazo 2017-2020.

Açores, 8 de Fevereiro de 2017





PRPOSTAS DA UGT AÇORES SOBRE A ANTEPROPOSTA DO PLANO ANUAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES DE 2017

1. INTRODUÇÃO

Após uma abordagem aos indicadores da conjuntura económica e social, que constam no primeiro capítulo da Anteproposta do Plano de Investimentos da RAA para 2017, podemos verificar ligeiras dissonâncias negativas com o todo nacional e europeu.

A nossa análise incidirá sobre as políticas setoriais enquadradas nos quatro objetivos globais, alertando para os pontos dos programas inseridos em cada um deles que achamos mais importantes na nossa perspetiva.

2. POLÍTICAS SECTORIAIS A DESENVOLVER EM 2017

2.1 - FOMENTAR O CRESCIMENTO ECONÓMICO E O EMPREGO SUSTENTADOS NO CONHECIMENTO, NA INOVAÇÃO E NO EMPREENDEDORISMO

No que diz respeito a este objetivo, que é composto por cinco programas, com uma dotação de mais de 51% do Plano, da qual cerca de 56% são provenientes de «Outros Fundos» (Europeus na sua maioria), são os que pela sua natureza e estrutura, reputamos da maior importância no âmbito deste plano pelo seu eventual impacto sobre o crescimento económico sustentável que se pretende.

Concretizando,

No que toca ao ponto 1 **Empresas, emprego e eficiência administrativa** dever-se-á privilegiar o incentivo às empresas e ao investimento que se traduza no aumento da capacidade produtiva regional e na criação líquida de emprego como forma de combater o flagelo do desemprego e da precariedade laboral que se abateu sobre a Região. Os incentivos a conceder deverão ter em conta o número e qualidade dos empregos a criar.

Nesta conformidade preconizamos a adoção de políticas de investimento, que venham ao encontro das reais necessidades da Região no âmbito de um modelo de desenvolvimento económico sustentável, dando-se aqui prioridade ao investimento com carácter reprodutivo, gerador de riqueza e emprego, assente no potencial endógeno da Região proporcionados pelos setores agrícola, das pescas e do turismo, no que será relevante a sua aplicação criteriosa e eficiente por forma surtir os efeitos e resultados desejados.

No Programa de **Emprego e Qualificação Profissional**,

Relevam-se as verbas financeiras alocadas à **Formação Profissional (1.3.1)** sem que, contudo, aí nada se especifique quanto à forma da sua distribuição pelo universo de trabalhadores abrangidos, a saber quantos trabalhadores públicos e privados é que serão eventualmente abrangidos pela formação profissional, quantos desempregados e ativos, etc. Importa assim especificar melhor o público-alvo e os objetivos que se pretendem atingir com esta verba de 84.840.649 Euros.

.1.





Constatamos preocupados o fato de tão elevados montantes transferidos via Fundos Europeus não se traduzirem, numa efetiva e real criação de emprego duradouro e sustentável.

Se analisados os projetos aprovados e investimentos efetuados, cujas projeções, previam impactes bastante positivos na economia e sobretudo na criação de emprego, ficamos preocupados, pois a divulgação recente pelo Instituto Nacional de Estatística, e outros da Especialidade de alguns indicadores económico e sociais, confirma-se que a Região Açores está a divergir novamente da Comunidade Europeia e do País.

Atento, a um indicador bastante importante para aferir o nível de desenvolvimento dos países e regiões, o Produto Interno Bruto, PIBppc, verificamos que estamos respetivamente a 68% e 89% da média da Comunidade Europeia e do País, mantendo uma tendência decrescente desde 2013, que se traduz num retrocesso equivalente a mais de 10 anos, ou seja, ao início do século XXI.

Preconizamos a continuação das políticas ativas de apoio ao emprego, nomeadamente na formação e requalificação profissional dos trabalhadores, habilitando-os para a inserção no mercado de trabalho cada vez mais exigente.

Chama-se a atenção para a necessidade de apoios especiais para os recursos humanos mais desfavorecidos, como sejam os casos dos jovens, das mulheres, dos desempregados de longa duração, e recentemente dos licenciados, situação impensável há poucos anos.

Saudamos e apoiamos a abertura do programa DUAL Açores, que constituirá uma aposta na aprendizagem com recurso a maiores tempos de aprendizagem em contexto real de trabalho, através de uma experiência-piloto. Embora em contextos económicos estruturalmente diferentes o sistema DUAL já é implementado com sucesso há muito tempo noutras regiões europeias.

Ao nível da Gestão na Administração Pública preconizamos uma política de defesa do serviço público, designadamente através da promoção ou reforço da política da prestação de serviços públicos nomeadamente nos sectores da saúde e da educação, assegurando a sua qualidade e acesso universal, como instrumentos indispensáveis de aproximação ao modelo de desenvolvimento económico e social europeu.

A UGT/Açores alerta assim para a necessidade de reforço urgente do pessoal médico, paramédico e auxiliar nos hospitais e unidades de saúde da Região, bem como de assistentes operacionais, como forma de dar resposta a um dos setores mais carenciados de pessoal qualificado na Região.

Na área da educação, importa igualmente alertar sobre a permanente falta de pessoal auxiliar e para a necessidade de abertura de concursos por forma a preencher as vagas existentes nos respetivos quadros de pessoal em inúmeras escolas e mesmo noutros serviços da Administração Pública.





UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES DOS AÇORES

Segundo dados do IFP de dezembro de 2016, estavam inscritos nos centros de emprego da Região Autónoma dos Açores 9 611 indivíduos, dos quais, 7 105 estavam afetos a programas ocupacionais, ou seja, cerca de 74%, a maior percentagem do País, confirmando um registo anual marcadamente crescente desde 2012, o que é para nós motivo de preocupação já que não se vislumbra a inversão desta tendência.

Também e ainda no âmbito da Administração e Gestão Pública preconizamos uma política de planeamento e acompanhamento eficaz no combate à ilegalidade, e evasão fiscal através do reforço dos meios e ações inspetivas tendo em vista evitar o desperdício e má gestão financeira por parte dos serviços públicos regionais e autárquicos, e de verificação da correta e efetiva aplicação dos fundos comunitários.

A este propósito, reivindicamos a conclusão do processo de reposição integral do desagramento fiscal prometido que assegure o aumento do rendimento disponível dos trabalhadores e suas famílias, bem como o aumento da competitividade das empresas regionais, desafiando-se o Governo Regional a retomar os níveis de carga fiscal existentes a 31 de dezembro de 2013, repondo-se assim o diferencial fiscal de 30% em matéria de IVA e IRC, aos consumidores e empresas regionais, respetivamente.

Acresce ainda o alvitre, para introdução ou agravamento pelo Governo da República via Orçamento Estado de um conjunto de taxas e impostos, que podem ter um efeito bastante nefasto para a economia dos Açores, como é o caso da criação do imposto especial sobre o Alojamento Local com uma taxa de 35%.

Apelamos para o Governo Regional, no uso das competências conferidas no âmbito do Estatuto Político Administrativo e da Lei das Finanças Regionais, para já: derrogar a aplicação daquele imposto, ou reduzi-lo substancialmente, porque estando os Açores a tentar sair da crise, com os sectores da, Agropecuária, Pescas e Construção Civil ainda com grandes problemas, a nosso ver era e será, com a ajuda do setor turístico que começa finalmente a dar sinais de crescimento efetivo, que temos de contar para crescermos económica e socialmente.

No Programa de **Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural**

Com o fim das quotas leiteiras, este setor com grande peso na economia dos Açores vem atravessando alguns problemas de sustentabilidade da atividade, pelo que se exige uma atenção redobrada por parte do Governo Regional e demais entidades a ele ligadas, designadamente junto da Comunidade Europeia, pois a falência deste setor na prática implicaria a falência da nossa economia, com todas as consequências que daí advêm ao nível do emprego, bem como da condição social de muitas famílias.

No Programa de **Pescas e Aquacultura**

Dado o potencial que representa para a nossa economia, é um programa que deve merecer também a maior atenção por parte do Governo Regional, pois o fato de vivermos em ilhas no meio do Oceano Atlântico assim o determina.





Neste plano a UGTA propõe a realização de um esforço por parte do Governo Regional no sentido de atrair mais e melhor investimento externo nesta área, designadamente na modernização e aumento da nossa frota de pesca, na captação de investimentos para a indústria de transformação de pescado e para o setor da aquacultura, que sendo um tipo de atividade de mão-de-obra intensiva, funcionaria como escape para a mão-de-obra não qualificada que ficou disponível na sequência da crise da construção civil.

No Programa de **Desenvolvimento Turístico**

Com abertura do espaço aéreo às companhias de aviação Low Coast, especialmente em S. Miguel, este setor registou um crescimento apreciável, com efeitos positivos ao nível do comércio, restauração, transportes e atividades afins, como se confirma pelos últimos dados estatísticos.

Nesta conformidade, a UGTA entende ser de reforçar os apoios ao investimento e à iniciativa privada na criação e melhoria das infraestruturas de oferta turística, nomeadamente no que toca ao alojamento.

2.2 - REFORÇAR A QUALIFICAÇÃO, A QUALIDADE DE VIDA E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Em relação a este objetivo, transversal a diversos departamentos do Governo, engloba ele 5 Programas da área Social e Educação, sendo contemplado em cerca de 3,6% da sua dotação com Fundos Externos, a aplicar preferencialmente na Educação e Solidariedade Social.

Também aqui, os resultados não têm sido os esperados como se pode confirmar por alguns indicadores recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística.

Achamos que poderão ser necessárias outras medidas e ações por forma a retirar os Açores da cauda do País em termos sociais, como por exemplo o desemprego, a grande percentagem de famílias com necessidade de apoio ao rendimento, o abandono e insucesso escolar, a toxicodependência, a gravidez precoce, etc .

Neste plano, alerta-se para o seguinte:

No Programa de **Investigação, Desenvolvimento e Inovação,**

Preconizamos a adoção de políticas de cooperação com a Universidade dos Açores, encomendando nomeadamente estudos e trabalhos que a Região necessite em conjugação com programa comunitário Programa Operacional PO 20-20, como forma de desenvolver e projetar esta instituição a nível nacional e internacional e até de apoiar e financiar o modelo tripolar da Universidade dos Açores como projeto emblemático do movimento autonómico dos Açores;

Quanto à qualificação e recuperação do parque escolar chamamos a atenção novamente para o fato de na Região Autónoma dos Açores existir ainda inúmeras escolas com coberturas de amianto, material nocivo, porque tóxico e cancerígeno e proibido em toda a União Europeia

.3.





desde 2005, no que será necessário a sua substituição ou requalificação.

Registamos ainda o fato de estarem inscritas um grande número de ações no domínio da recuperação e construção escolar, parecendo-nos, todavia, nalguns casos com dotação insuficiente para o fim pretendido.

Quanto ao Programa de Desenvolvimento do Sistema de Saúde, apelamos mais uma vez para o aproveitamento dos recursos materiais disponíveis em muitas unidades de saúde e hospitais, que não estão a ser utilizados com evidentes e graves prejuízos para a saúde dos açorianos que deles necessitam.

No que respeita à Solidariedade Social preconizamos uma política de cooperação ativa com as IPSS/Misericórdias reforçando-se o apoio às instituições que atuam na área do combate à pobreza e à exclusão social, e no apoio domiciliário e assistência familiar dos idosos mais carenciados, bem como no apoio à prestação de cuidados de retaguarda a pessoas acamadas e em evidentes condições de fragilidade física ou psicológica.

Alerta-se a este propósito para a cobertura e resposta às novas realidades de disfunção social emergentes da situação de crise que ainda se vive que atingiu particularmente a classe média (como seja o do fenómeno do desemprego prolongado de ambos os progenitores), utilizando para o efeito a rede de solidariedade social em torno das IPSS/misericórdias.

Alertamos novamente para a necessidade de se garantir atempada e quantitativamente as transferências financeiras para as IPSS/misericórdias, por forma a poderem cumprir cabalmente os seus serviços junto dos utentes e o cumprimento das suas obrigações pecuniárias com os seus trabalhadores.

A UGT/Açores continua a defender a necessidade do reforço dos programas e ações de recuperação e beneficiação do parque habitacional regional, no âmbito de uma política mais geral de reabilitação e requalificação urbana, em estreita cooperação com as autarquias, como forma de combater por esta via o desemprego existente no setor da construção civil.

Para além do benefício de existir a Carta Regional de Obras Públicas (CROP) que é transversal no Plano de Investimentos, achamos que será também benéfico para a economia regional a implementação de concursos de obras públicas regionais que tenham em conta e medida a capacidade das nossas empresas regionais, com o objetivo de dinamizar a atividade económica e a consequente empregabilidade no setor.

2.3 - MELHORAR A SUSTENTABILIDADE, A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E AS REDES DO TERRITÓRIO

Em relação a este objetivo, também transversal a diversos departamentos do Governo, engloba 4 Programas das áreas da Coesão Territorial e Transportes, sendo contemplado em mais de 14% da sua dotação com Fundos Externos a aplicar maioritariamente no Programa 14 **Transportes, Obras Públicas e Infraestruturas Tecnológicas**, com especial relevância nos Equipamentos Portuários e Aeroportuários.





No que diz respeito a este objetivo, alerta-se para:

A condição arquipelágica da região obrigar à existência de políticas de **transporte e energia** coerentes com o objetivo do seu desenvolvimento sustentável e harmonioso, que cruzado com outras iniciativas ao nível da competitividade e empregabilidade, deverão permitir a mobilidade interna a todos os açorianos e também dos estrangeiros que nos visitam.

Sem prejuízo doutras iniciativas, a recente experiência com o novo modelo de transporte aéreo, do tipo Law Coast, dá-nos indicadores bastante positivos quer pelo número de passageiros desembarcados, quer pelo aumento da frequência de toques nos aeroportos, especialmente em S. Miguel, pelo que preconizamos a sua extensão a outras ilhas com forte potencial turístico, como as designadas “Ilhas do Triângulo”, pois a maior parte das infraestruturas e equipamentos já existem e seria um desperdício não aproveitarmos este impulso para projetarmos a Região Açores de uma vez por todas como destino privilegiado de turismo de natureza e do lazer.

2.4 - MODERNIZAR A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL, REFORÇAR A POSIÇÃO DOS AÇORES NO EXTERIOR E APROXIMAR AS COMUNIDADES

Pese embora com uma expressão material e financeira muito pequena, não deixa de ser importante, face à nossa diáspora, e à existência de meios e órgãos de comunicação social com dificuldades financeiras e materiais, em especial a RTP Açores, que tem uma expressão menor que a RTP Porto, ou RTP África, achamos que podem e devem ser reforçados aqui os meios financeiros.

3 - INVESTIMENTO PÚBLICO

Numa Região onde predomina um pequeno e frágil tecido económico como é o caso dos Açores, o Plano de Investimentos do Governo se aplicado criteriosamente em obediência aos princípios de eficiência, eficácia e da racionalidade económica, é sem dúvida um instrumento de primordial importância para o seu desenvolvimento económico e social.

Usando uma figura grosseira, mas verosímil, verificamos que a Anteproposta do Plano de Investimentos para Região Autónoma dos Açores para o ano 2017, com uma dotação global de 774 631 823,00€ incluindo fundos externos, inferior ao ano anterior em 1%, se dividida por 365 dias do ano, corresponde a uma injeção aproximada de 2 122 279,00 € por dia na economia Açoriana, que é muito dinheiro de fato, pelo que se espera que produza mais efeitos do que até agora. Contudo tais impactos positivos sobre a economia real só serão possíveis se esta injeção financeira for efetivamente real e não se encontrar comprometida com encargos anteriormente já assumidos.

Neste contexto, espera-se que o objetivo, “**Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo**”, com um incremento superior a 2% relativamente a 2016, e um peso de 51,1% do total do investimento público, mais do que os restantes três em conjunto, abarque mesmo as prioridades e opções adequadas face ao objetivo do crescimento económico duradouro e sustentável por forma a convergirmos de novo com o todo nacional e com a União Europeia.

.5.





UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES DOS AÇORES

Todavia, por ser o Plano de Investimentos um instrumento por natureza de carácter previsional, parte das ações previstas poderão não se concretizar ou até serem substituídas por outras, importando assim conseguir-se aqui um esforço de execução o mais próximo possível dos 100%, tarefa não muito difícil uma vez que parte desta dotação se deve destinar a satisfazer em parte compromissos anteriormente assumidos.

A finalizar chamamos a atenção para a necessidade de se proceder de futuro a um esforço ainda maior de especificação e justificação de alguns dos objetivos, programas e ações enunciados de forma ainda demasiado genérica que não permite aquilatar a afetação mais concreta das verbas anunciadas.

Eis sucintamente o que se nos oferece por ora dizer sobre o documento em apreço.

Açores, 8 de fevereiro de 2016

UGT/AÇORES



Organizações Sindicais não Filiadas nas Centrais

Câmara do Comércio e Indústria dos Açores



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504-531 Ponta Delgada
Telef. + 351 296 305 000 • Fax + 351 296 305 009
Contribuinte N.º 512 021 260

Exmo. Senhor
Secretário-Geral do Conselho Regional de
Concertação Estratégica
Edifício da Boavista - Rua Padre José Joaquim
Rebello, 20
9500-782 PONTA DELGADA

N/Ref.:2017/436

PONTA DELGADA, 2017/02/09

Assunto: ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2017-2020
PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2017
PARECER

Encarrega-me a Direção desta Câmara do Comércio de enviar a V. Exa o parecer relativamente ao assunto mencionado em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos *Mário Jorge Correia Custódio*

o Secretário-Geral

Mário Jorge Correia Custódio

Mário Jorge Correia Custódio

**ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2017-2020****PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2017****Parecer****I – SÍNTESE**

A CCIA considera de relevante importância os documentos relativos às opções públicas de investimento anual e plurianual. Considera igualmente que uma avaliação mais completa das ações governamentais na área da economia, só pode ser feita através do orçamento, pelo conhecimento da despesa, das receitas fiscais e de outras formas de financiamento. O orçamento tem representado pelo menos o dobro dos valores dos planos de investimento.

Esta Câmara tem reiteradamente defendido que os parceiros sociais devem ter acesso e pronunciar-se também sobre o orçamento, aliás como está previsto na legislação que criou o Conselho Regional de Concertação Estratégica. A manter-se a atual orientação, deve-se alterar o funcionamento e competências daquele organismo.

As Orientações de Médio Prazo (OMP) 2017-2020 fazem uma distribuição das suas dotações globais ao longo dos anos de forma quase uniforme, com pequenas variações, em declínio real, refletindo estratégias estáticas.

Apesar de medidas positivas, as opções consagradas nas OMP não apresentam potencial para mudar o rumo da economia, no sentido de um crescimento sustentado e dinâmico, gerador de riqueza e de criação de emprego. Configura-se a continuação de uma economia muito assente no setor público. Não é, por conseguinte, um documento que reflita uma mudança de paradigma.

As OMP são omissas em questões estratégicas fundamentais para o futuro da sociedade açoriana, como são, a título exemplificativo, o futuro do setor público empresarial e a sua concessão/privatização, a redução da fiscalidade como instrumento de competitividade e os “investimentos prioritários estratégicos” em infraestruturas portuárias e aeroportuárias.

Não há materialização da aposta no turismo, que aliás vê significativamente reduzida a sua dotação, comparativamente com as OMP 2013-2016 e também não há uma definição clara sobre a alteração do modelo de transportes marítimos. Um outro aspeto, que não se vê explicitado é o da aposta na qualificação dos ativos, elemento fundamental para melhorar a qualidade dos serviços, com especial relevo na área do turismo e a competitividade das empresas.

**CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES**

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504-531 Ponta Delgada
Telef. + 351 296 305 000 • Fax + 351 296 305 009
Contribuinte N.º 512 021 260

A CCIA salienta a situação precária do financiamento da economia dos Açores, face à alteração verificada no sistema financeiro, principalmente daquele que tinha origem na Região, não se conhecendo posição pública das entidades regionais sobre esta relevante matéria. Aguarda-se que os fundos da nova instituição financeira (IFD) venham a mitigar esta situação, num processo que continua a demorar em estar operacional nos Açores.

A anteproposta de Plano para 2017, apresenta uma redução de 1,25%, relativamente a 2016.

Salienta-se a redução de quase 4,5% para a área do turismo, setor que carecia de mais fundos para consolidar o crescimento que tem tido nos últimos anos.

A dotação para as parcerias público privadas apresenta um aumento de 2,5 milhões de euros, o que significa um crescimento de 6,26%.

A fiscalidade nos combustíveis tem vindo a aumentar de forma encapotada, privando o setor privado dos benefícios da queda registada do preço internacional.

Regista-se, com satisfação, a intenção de estabelecer um Gabinete de Representação da RAA em Bruxelas, enquanto instrumento propiciador de uma melhor defesa dos interesses regionais junto das instâncias europeias.

II – ENQUADRAMENTO

Os instrumentos de planeamento do investimento público em apreço vão vigorar num contexto de grande incerteza política a nível internacional, com alterações que podem ter impactos profundos na economia europeia e mundial, face, nomeadamente, ao previsto protecionismo dos EUA e à saída do Reino Unido da União Europeia. Certamente que não é possível perceber, para já, as condicionantes e repercussões destas alterações na economia regional. Por isso, considera-se que estes documentos devem poder ser adaptados, com celeridade, às eventuais contingências que se venham a verificar na economia internacional, tendo em vista minimizar os seus impactos na Região.

As Orientações de Médio Prazo (OMP) 2017-2020 coincidem com o período final do PO Açores 2020. É, pois, um período crucial para que haja um aproveitamento integral dos seus recursos financeiros e devidamente direcionado, que permita alcançar um novo patamar de sustentação económica, que seja gerador de mais riqueza e de empregos sustentáveis.



III – OMP 2017 - 2020

As OMP e a anteposta de plano para 2017 apresentam diversos aspetos positivos, que se explicitam ao longo deste parecer, mas a CCIA considera que deveriam privilegiar de uma forma muito mais incisiva a aposta na economia privada, no crescimento económico, concertada com investimento público estruturante, como forma de maior geração de riqueza e de criação de emprego sustentável.

Os dados conhecidos da evolução da execução do PO não caminham no sentido que esta Câmara considera que seria o desejável para alcançar os objetivos atrás referidos. Na realidade, verifica-se que há uma preponderância significativa de projetos executados do setor público, relativamente a projetos de entidades privadas. Continua, desta forma, a termos uma economia muito dependente do setor público, situação que preocupa esta associação.

Um outro aspeto que continua a revelar-se negativo relaciona-se com o facto do PO, nesta ocasião, ainda não estar totalmente operacional, apesar do longo período, que decorre desde o início da sua vigência. É, por isso, uma prioridade a sua total e rápida operacionalização.

A fiscalidade constitui um fator crítico de competitividade afigurando-se como um instrumento privilegiado para o desenvolvimento das atividades empresariais e é também uma política essencial para a fixação de investimento nos Açores.

Considerando-se que as questões de natureza fiscal serão contempladas no orçamento, a CCIA defende, mais uma vez, que aquele documento inclua a utilização, na íntegra, das potencialidades previstas legalmente em sede de IVA e de IRC. Esta é uma medida desejável e necessária, para melhorar a competitividade do tecido empresarial açoriano, para além de aumentar o poder de compra das famílias, com os inerentes impactos positivos na economia regional. A reposição integral do diferencial que existia, terá impactos muito mais significativos nas empresas e nas famílias do que simples alterações em dotações no plano.

Igualmente na área fiscal, o orçamento deve também incluir um sistema de deduções à coleta mais alargado e intensificado, do que tem vindo a acontecer. Estas medidas de carácter fiscal são também muito relevantes para a recapitalização das empresas regionais.



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504-531 Ponta Delgada
Telef. + 351 296 305 000 • Fax + 351 296 305 009
Contribuinte N.º 512 021 260

A CCIA considera que as OMP deveriam contemplar “Investimentos Prioritários Estratégicos”, que foram consensualizadas no último Fórum CCIA, que condicionam a competitividade da economia regional. São os casos da estrutura portuária e de granéis de Ponta Delgada; a adaptação do porto da Praia da Vitória para funções de apoio à navegação e logística internacional e a melhoria da operacionalização/ampliação do aeroporto da Horta. As obras previstas no Plano para 2017 em algumas daquelas infraestruturas, não são satisfatórias e não acompanham as pretensões dos empresários regionais.

Relativamente aos transportes marítimos, a estratégia segundo as OMP é de “aprofundar e evoluir o modelo existente, com o intuito de o otimizar e reduzir os custos diretos e indiretos para uma maior competitividade da economia açoriana”. Para a CCIA o modelo atual não serve, por não ser competitivo e não funcionar adequadamente. Fica esta Câmara a aguardar uma clarificação do que efetivamente se pretende com a enunciação daquele princípio.

As OMP e consequentemente o Plano para 2017 contém muitos objetivos e medidas com as quais a CCIA manifesta a sua concordância e que, em vários casos, vêm ao encontro do que tem vindo a defender. A título exemplificativo destacam-se a declarada aposta mais forte nas atividades de bens e serviços transacionáveis; os apoios à internacionalização; a criação de um gabinete em Bruxelas; a otimização e redução de custos nos transportes marítimos; o apoio ao empreendedorismo; a redução dos custos de contexto; os instrumentos de financiamento para as empresas; o incremento da notoriedade do destino Açores; a política mais agressiva para captação de eventos...

Nas OMP 2013-2016, o programa “Desenvolvimento do Turismo” tinha uma dotação global em termos do plano de 69,6 milhões de euros. Nos sucessivos planos anuais esta verba foi reduzida para 55,9 milhões de euros.

O programa relativo ao turismo nas OMP 2017-2020 apresenta uma dotação global de cerca de 50 milhões de euros. Ou seja, em termos nominais, há uma redução de cerca de 19 milhões de euros, comparando com as OMP 2013-2016.

Os números atrás referidos evidenciam um claro desinvestimento no setor do turismo. Esta estratégia não merece a aprovação da Câmara. O turismo tem vindo a crescer nos últimos 2 anos, depois de vários em queda. Necesita claramente de consolidar a trajetória positiva que tem vindo a ter. Para isso necessita de políticas e medidas bem direcionadas, mas também de recursos financeiros para as concretizar. Esta é uma área, que carece, claramente, de ser corrigida.

**CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES**

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504-531 Ponta Delgada

Teléf. + 351 296 305 000 • Fax + 351 296 305 009

Contribuinte N.º 512 021 260

Nas políticas setoriais das OMP é dado particular ênfase ao “Emprego e Qualificação Profissional”. A este nível preveem-se várias medidas no âmbito de apoio à criação de emprego e ao fomento de competências de jovens e adultos desempregados. Não há contudo, qualquer referência explícita e clara à qualificação de ativos. A CCIA considera como aspeto negativo esta omissão, infelizmente à semelhança do que veio acontecendo nos últimos anos.

É consensual e tem sido reiteradamente referido por responsáveis políticos, a necessidade de melhorar as qualificações dos profissionais principalmente do setor do turismo, como um elemento incontornável para a melhoria da qualidade do serviço prestado a quem nos visita. É importante que essa vontade se materialize em dotação adequada para fazer face aos desafios nesta área, uma vez que as empresas, só por si, não têm capacidade financeira para responder cabalmente à atual necessidade de reforçar as competências dos seus recursos humanos.

O quadro seguinte apresenta uma comparação, em termos de dotação total, entre as OMP 2013-2016 e as que vão vigorar até 2020.

Comparação entre valores totais			
Ano	Investimento	Plano	Outros Fundos
OMP 2017 - 2020	3 102 831 823	2 073 380 454	1 029 451 369
OMP 2013 - 2016	2 936 983 635	1 925 869 369	1 011 114 266
Variação	5,65%	7,66%	1,81%

As dotações globais ao longo da vigência das OMP 2017-2020 são distribuídas de forma quase uniforme, com muito ligeiros acréscimos anuais, que, em termos reais, serão, em princípio, inferiores, tendo em consideração a evolução da inflação, denotando uma visão estática sobre a evolução da economia regional e dos seus desafios.

Foi anunciado que o Governo da República apoiaria diversos investimentos regionais, alguns decorrentes de calamidades. Questiona-se sobre se efetivamente tal se verifica nestes documentos e, em caso afirmativo, quais os projetos que são comparticipados nessas condições e respetivos montantes.

**CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES**

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504-531 Ponta Delgada

Telef. + 351 296 305 000 • Fax + 351 296 305 009

Contribuinte N.º 512 021 260

Certamente que o volume de investimento público é muito relevante nos Açores. Para a CCIA é, no entanto, mais relevante, em termos de impacto efetivo na estrutura económica, a sua alocação e prioridades e fundamentalmente a sua execução. Os últimos anos não têm apresentado uma evolução muito positiva das taxas de execução, que foram as seguintes:

	Dotação ajustada/revista	Executado	Taxa de execução
2013	436 976 456	372 613 851	85,3%
2014	433 455 470	317 771 858	73,3%
2015	483 621 722	362 792 365,61	75%
2016 (período de jan a set)	524 037 513	277 784 561,95	53%

O plano não constitui um objetivo firme mas sim uma área de ajustamento quando as receitas efetivas ficam aquém das projeções.

A CCIA entende reafirmar a sua posição sobre um conjunto de aspetos, que se têm mantido ao longo dos anos, de que se destacam:

- Não apresentação e entrega aos parceiros sociais da anteproposta de orçamento. Ficam, desta forma, os parceiros sociais impossibilitados de avaliar as receitas e despesas, bem como, entre outras, as medidas de carácter fiscal, com repercussão na atividade das empresas;
- Manutenção de várias ações que não se configuram como despesas de investimento, mas antes como despesas correntes, o que empola os valores dos planos. Só no caso das parcerias público privadas as respetivas rendas são 42,7 milhões de euros, ou seja 8,3 % do total do plano;
- Inclusão de projetos ligados à administração pública (designado de Eficiência Administrativa) no mesmo programa que abrange as empresas e o emprego, muitos deles sem qualquer relação como são, a título de exemplo, os serviços de apoio aos

**CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES**

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504-531 Ponta Delgada

Telef. + 351 296 305 000 • Fax + 351 296 305 009

Contribuinte N.º 512 021 260

funcionários públicos, a cooperação com as autarquias etc. A inclusão destes projetos distorce os montantes globais do objetivo e do programa onde se inserem.

Salienta-se que a componente ligada à “Eficiência Administrativa” tem alocado no plano para 2017 um montante superior a cerca de 8 milhões de euros, ou seja cerca de 4,6% do total do objetivo;

A análise feita pela Câmara tem em consideração os seguintes aspetos:

- A ótica utilizada é a dos valores do plano. Quando há utilização dos valores do Investimento (plano + outros fundos) é feita referência explícita aos mesmos;
- As comparações com 2016 são aproximações, face à alteração da estrutura dos planos;
- Utilização do arredondamento dos valores, em vários casos.

IV – PLANO PARA 2017

A anteproposta de Plano para 2017 apresenta uma redução na sua dotação global de 1,25%, relativamente a 2016, conforme se constata pelo quadro seguinte:

Investimento Público			
	Investimento	Plano	Outros Fundos
2016	782 784 462	524 037 513	258 746 949
2017	774 631 823	517 480 454	257 151 369
Variação	-1,04%	-1,25%	-0,62%

Passa-se de seguida a uma análise mais detalhada da anteproposta de plano para 2017, relativamente aos principais objetivos, programas, projetos e ações que têm uma relação mais direta com os interesses representados por esta Câmara.

Competitividade

A CCIA considera positiva a criação de “novos incentivos de reduzido montante, sob a forma de vales de incubação e inovação...”. Propõe-se que sejam abrangidas outras áreas como a internacionalização e a formação, à semelhança do que vem sendo seguida a nível nacional e com significativa procura por partes das empresas.

Aguarda-se que, tal como acontece a nível nacional, haja a intervenção das estruturas empresariais na implementação desta medida.

**CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES**

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504-531 Ponta Delgada
Telef. + 351 296 305 000 • Fax + 351 296 305 009
Contribuinte N.º 512 021 260

Prevê-se um “conjunto diversificado de iniciativas para atração de investimento externo”. A CCIA manifesta a sua concordância com esta intenção, que deve passar por novas abordagens e metodologias junto dos potenciais investidores, uma vez que os resultados têm-se revelado reduzidos a este nível. Uma das apostas nesta área deverá passar por intervenções junto das comunidades emigradas, encontrando-se as melhores fórmulas para que possam participar no investimento na Região.

A nível do financiamento à economia, aguarda-se uma rápida operacionalização das linhas da IFD e da criação dos instrumentos financeiros de apoio às empresas. No plano de 2016 estava prevista a criação de “Fundo de Capital de Risco”, dotado de 7 milhões de euros. Importa saber se houve evolução neste projeto e se o mesmo será complementar dos novos instrumentos ou se será substituído por estes.

A redução de custos de contexto é um elemento muito relevante no desenvolvimento de atividades existentes e também na captação interna e externa de novos projetos, de forma a tornar as empresas regionais mais competitivas.

A CCIA entende que é importante que a Região desenvolva outras iniciativas, para além das previstas no Simplex +. Não podem ser apenas medidas de “simplificação administrativa e de desmaterialização de procedimentos”, que são importantes, mas que devem ser acompanhadas, em alguns casos, por redução ou mesmo eliminação de taxas, emolumentos e outros custos. Esta Câmara tem vindo a apontar, nomeadamente nos Fóruns CCIA, diversas áreas em que a atuação é prioritária a este nível.

O programa Competitividade Empresarial apresenta uma redução de 0,50%, relativamente à dotação de 2016, como evidencia o quadro seguinte:

Competitividade Empresarial			
	Investimento	Plano	Outros Fundos
2016	62 494 000	62 494 000	0
2017	62 339 326	62 183 768	155 558
Variação	-0,25%	-0,50%	

Este programa representa 35,7% do objetivo e 12 % do total do plano.

O montante mais significativo deste programa é o relativo à dotação afeta aos “Sistemas de Incentivos à Competitividade Empresarial”, que representa cerca de 70 % do programa. A dotação deste projeto é idêntica à de 2016. Face à operacionalização total dos subsistemas do Competir +, que se espera estejam rapidamente



operacionais, bem como da criação de “vales” para algumas áreas, questiona-se se o montante em apreço não carece de ajustamento.

Mantém-se a dotação relativa às “Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial”. Estas linhas foram muito importantes num contexto de grande dificuldade no acesso ao crédito. Caso os novos instrumentos financeiros não venham a contemplar algumas áreas que eram cobertas por aquelas linhas, a CCIA propõe que as mesmas sejam revisitadas e renovadas, com as necessárias adaptações.

Emprego e qualificação profissional

Este programa é essencialmente financiado por fundos extra plano, como se evidencia no quadro seguinte, verificando-se crescimento significativo na respetiva dotação. Em termos de investimento não há alteração significativa.

Emprego e Qualificação Profissional			
	Investimento	Plano	Outros Fundos
2016	84 666 760	6 515 000	78 151 760
2017	84 840 649	7 411 751	77 428 898
Variação	0,21%	13,76%	-0,92%

A CCIA concorda com a aposta na formação inicial de jovens e na requalificação de desempregados. Não concorda, no entanto, que se mantenha a política seguida nos últimos anos de não haver uma aposta na qualificação dos ativos, como já referido atrás. É uma lacuna que a Câmara propõe que seja corrigida, não só em termos explícitos, como da respetiva dotação financeira.

A CCIA propõe ainda que haja uma discriminação dos montantes afetos à qualificação dos ativos do setor privado. A formulação do plano para 2017 é idêntica à de anos anteriores, englobando na mesma rubrica “ações de formação profissional para ativos (trabalhadores, funcionários públicos, desempregados) e formação profissional inicial”, o que não permite perceber a sua distribuição, que tem sido exclusivamente direcionada para desempregados e formação inicial.

Um outro aspeto muito importante, como a experiência bem o demonstra, passa pela criação de condições para o desenvolvimento de “formação – ação”, como está fortemente a acontecer a nível nacional, pois é reconhecidamente a melhor fórmula de sucesso e de ter impacto muito direto na melhoria do funcionamento das organizações.

**Planeamento e finanças**

A Ação 1.9.4. Coesão Regional tem uma dotação de cerca de 4,4 milhões de euros.

Seria importante que fossem discriminados quais os “investimentos a realizar no âmbito da coesão regional”, bem como no “estímulo ao investimento nas designadas “Ilhas de Coesão””.

Turismo

O crescimento que o setor tem vindo a conhecer nos últimos 2 anos, decorre de vários fatores, mas com especial relevo para a alteração do modelo de acessibilidades entre a Região e o exterior.

Este crescimento, como consta das conclusões do FÓRUM CCIA 2016, “não pode ser considerado um dado adquirido. Traz antes inúmeros novos desafios exigindo uma estratégia proactiva que deve incluir:

- Priorização do investimento na formação de recursos humanos;
- Requalificação de infraestruturas de apoio como miradouros, áreas balneares, trilhos, etc.;
- Revisão das opções de apoio à oferta de alojamento incluindo tipologias que têm evidenciado forte dinamismo, como por exemplo o alojamento local;
- Simplificação e adaptação da legislação aplicável ao setor;
- Revisão do POTRAA;
- Reforço dos serviços regionais e locais com intervenção nas atividades turísticas.

Continua a não se verificar a resolução de alguns dos referidos aspetos.

Para consolidar o crescimento do turismo é, por conseguinte, necessário haver uma estratégia, medidas e dotações adequadas. Ao contrário regista-se, incompreensivelmente, uma redução na dotação do setor, como evidencia o seguinte quadro, que é, aliás, muito superior à registada em termos globais do plano:

Desenvolvimento do Turismo			
	Investimento	Plano	Outros Fundos
2016	27 779 280	12 489 080	15 290 200
2017	26 428 888	11 928 888	14 500 000
Variação	-4,86%	-4,49%	-5,17%

**CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES**

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504-531 Ponta Delgada

Telef. + 351 296 305 000 • Fax + 351 296 305 009

Contribuinte N.º 512 021 260

Salienta-se que o programa relativo ao turismo é o 2º com menor dotação do objetivo “Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo”, que é o programa com menos verba.

A CCIA propõe um reforço da dotação deste programa, que deve ser significativo, para fazer face às necessidades de consolidação do crescimento que está a conhecer e dos objetivos previstos no próprio plano.

Na área da formação, que é estratégica, para a melhoria do serviço, consta que “Serão também contempladas ações de formação diversas através do apoio a contratualizar com a Associação Açoriana de Formação Turística e Hoteleira...”. Importa saber se as ações serão novamente só para jovens e desempregados, ou se abrange trabalhadores no ativo. Certamente que é muito importante a intervenção da referida escola na formação para o setor, principalmente em áreas de formação inicial, mas não pode ficar apenas confinada a ela.

Encontram-se também previstas “ações de consultoria a unidades hoteleiras, restauração e similares através de protocolo estabelecido com a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal”. Sem questionar este protocolo, não pode a CCIA deixar de manifestar a sua estranheza pelo facto das suas associadas terem visto, nos últimos anos, serem rejeitados projetos de intervenção na área da restauração por “razões de natureza estratégica”. Mais uma vez se opta por canalizar recursos para o exterior, quando existe regionalmente *know how* suficiente. Acresce ainda que foi solicitado por membro do governo regional um levantamento das necessidades de formação para o setor do turismo, tendo o mesmo sido apresentado. Nunca se registou qualquer resposta ao trabalho então apresentado.

Investigação, Desenvolvimento e Inovação

Este programa tem uma dotação de cerca de 11,1 milhões de euros e, relativamente ao anterior quadro de planeamento regional, autonomiza-se da educação e da cultura, transmitindo uma nova prioridade a áreas que podem ser cada vez mais relevantes para as atividades económicas.

Salienta-se que mais de metade do programa está direcionada para a construção de parques de ciência e tecnologia, uma estratégia de investimento em edifícios em vez de pessoas e processos.

Esta Câmara não está convicta de que esta nova aposta se traduza numa maior e mais eficaz interação entre o tecido empresarial e as entidades do sistema científico e tecnológico.

**CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES**

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504-531 Ponta Delgada

Telef. + 351 296 305 000 • Fax + 351 296 305 009

Contribuinte N.º 512 021 260

Ambiente e Energia

Verifica-se uma alteração na estrutura das anteriores OMP, uma vez que a energia surge agora agregada ao ambiente, quando estava ligada aos transportes, refletindo a nova orgânica governamental.

Este programa apresenta um decréscimo significativo relativamente ao de 2016 (Ambiente e Ordenamento), uma vez que apresenta menos cerca de 4,9 milhões de euros, apesar de agora agregar a área da energia.

A CCIA considera positivas as iniciativas que tenham como objetivo defender e melhorar a qualidade ambiental e a preservação da natureza, tendo em consideração não só o bem-estar dos residentes, mas também como bem valioso económico e muito relevante em termos do turismo.

Transportes, Obras Públicas e Infraestruturas Tecnológicas

Este é o programa do plano com maior dotação, ou seja de cerca de 127,6 milhões de euros. Em termos de investimento total, este programa apresenta um total de 156,2 milhões de euros.

Este programa é fortemente marcado pelos montantes afetos à SCUT, ao serviço público de transporte aéreo e marítimo interilhas e às infraestruturas portuárias e aeroportuárias.

Entende-se destacar os seguintes aspetos deste programa:

- A renda da SCUT aumentou 2,3 milhões de euros de 2016 para 2017, passando para 31,280 milhões de euros;
- A construção e reabilitação de estradas regionais totalizam 14 milhões de euros. Em 2016, este item teve uma dotação de cerca de 19 milhões de euros;
- As obras em portos e aeroportos totalizam 10,7 milhões de euros. Em termos de investimento o valor é de 38,6 milhões;
- O serviço público de transporte aéreo e marítimo interilhas totalizam 41,6 milhões de euros. Verifica-se uma redução de 3,1 e de 2 milhões de euros, respetivamente, no transporte aéreo e no transporte marítimos de passageiros e viaturas.

**CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES**

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504-531 Ponta Delgada
Telef. + 351 296 305 000 • Fax + 351 296 305 009
Contribuinte N.º 512 021 260

Encontra-se prevista uma verba de cerca de 2,1 milhões de euros para aquisição de navios de transporte de passageiros. A CCIA reitera, mais uma vez, a sua oposição a este investimento, sem o mesmo estar suportado em estudos especializados e com avaliação independente.

Relações Externas e Comunidades

A CCIA manifesta a sua satisfação por ver introduzidas alterações significativas em projetos nesta área, alguns dos quais vinham sendo reclamados por esta estrutura associativa.

A intenção de estabelecer um Gabinete de Representação da RAA em Bruxelas é um passo muito importante para as instituições públicas e privadas concertarem posições internamente e, posteriormente, poderem defender melhor os interesses regionais junto da União Europeia.

É também positiva a medida de criação do denominado Conselho Açoriano para a Internacionalização, que terá como objetivo “o planeamento e a operacionalização de ações conducentes à internacionalização dos Açores”.

Estas são boas iniciativas que contam com a total disponibilidade e empenho da CCIA, aliás já demonstrados aquando da apresentação destas intenções, em colaborar na sua instalação e operacionalização.

Gostaria esta Câmara também de ver uma maior ligação e intervenção desta área na política de captação de investimento, principalmente junto das comunidades emigradas.

**Associação dos Industriais de Construção e Obras Públicas dos
Açores (AICOPA)**



Exmo. Senhor:

Dr. Renato Medeiros
M.D. Secretário Geral
do Conselho Regional de Concertação
Estratégia
Rua Dr. Bruno Tavares Carreiro, s/n – 4º
andar
9500 – 119 Ponta Delgada

N/ Ref:3/2017

Ponta Delgada, 9 de fevereiro de 2017

Assunto: Anteproposta do Plano Regional Anual para o ano de 2017

Exmo. Senhor,

No seguimento do pedido de parecer a esta Associação à Anteproposta do Plano Anual Regional para o ano de 2017, apresentada em reunião do Conselho Regional de Concertação Estratégica realizada a 20 de janeiro, a AICOPA, na qualidade de parceiro social, enquanto entidade representativa do setor da construção civil e obras públicas nos Açores, vem endereçar a V. Exa., a sua avaliação sobre o documento.

Como pequena introdução começamos por transcrever a intervenção da AICOPA a quando do evento de 28 de Setembro passado " Dia da construção – Para Além de 2017" cujo conteúdo aqui juntamos, pois reflecte, na sua essência o que o nosso setor necessita para os anos que se avizinham. Assim foi dito: *"Nestes últimos nove anos, fruto desta crise económica e social, corremos o risco de ter perdido uma geração, o nosso setor em particular viu emigração de pais e filhos de primos e tios, viu famílias a serem separadas e a perderem estabilidade, creio, que não há uma empresa do nosso setor que não tenha sentido insegurança e incerteza. Que não tenha tido de reduzir pessoas e desinvestir. No fim todos ficamos mais pobres, os filhos que vêm a vergonha dos pais em não terem trabalho, mães a despedirem-se dos filhos na incerteza de os voltarem a ver, irmãos que se separaram para diferentes rumos para longe do que havia sido construído.*

Hoje este "Dia da construção" devemos de registar na memória como ensinamento de mais esta parte da nossa história, hoje é o dia em que nos é dada a hipótese de recuperamos toda esta geração, hoje é o dia em que o setor da construção volta a ser futuro. Todo o trabalho feito nestes últimos 4 anos, não o posso deixar passar em branco e hoje também celebramos isso, com dedicação, com audácia e firmeza, com visão, tenacidade e

resiliência, nestes 4 anos a nossa Associação trabalhou, incansavelmente, em parceria com o Governo Regional e as Autarquias desta Região para paulatinamente invertemos a situação em que nos encontrávamos, hoje a construção na Região Autónoma dos Açores levanta-se e sem medo podemos voltar a falar na palavra investimento.

Contudo é senão mais uma parte deste longo caminho que percorremos, e não o concebo sem olhar para "Além de 2017". Temos de ter a humildade para percebermos o que correu menos bem e de reconhecer o que se fez de bem pois só o aceitar desta consciência construirá sólidas fundações sobre as quais, o imperativo da consistência no investimento público e a regularidade deste mesmo investimento público serão os pilares para os operadores, empresas e trabalhadores do nosso sector, criarem confiança e com esta aumentar a empregabilidade de longo prazo e capacidade de investimento.

Se fizermos isto, o dia de hoje, Este "dia da construção" poderá ser um grito de esperança e quiçá poderemos ter ganho uma geração.

Para além de 2017 reveste-se desta particularidade, é de facto muito importante que haja consistência e regularidade no investimento público, pois só assim se fará sentido, este setor, para a geração activa e para as gerações seguintes."

Posto isto, como é habitual, efetuamos a desagregação das rubricas que constituem o Plano Regionla Anual (PRA), e na nossa apreciação realçamos o contributo que o nosso setor pode dar para a redução do desemprego isto, aparece espelhado no nível de investimento que conseguimos traduzir em produção de obra pública ou se preferirem, em prestação de serviços de construção. Assim, anexamos um pequeno quadro com a tradução que conseguimos efectuar, com os elementos que nos são facultados.

Ano	Investimento Público	Varição do Ano Anterior
2014	€ 656.196.397,00	-----
2015	€ 731.077.964,00	11,41%
2016	€ 782.534.462,00	7,04%
2017	€ 774.631.823,00	-1,01%

Ano	Construção Civil	Varição do Ano Anterior
2014	€ 215.051.210,00	-----
2015	€ 236.691.875,00	10,06%
2016	€ 277.613.580,00	17,29%
2017	€ 274.198.551,00	-1,23%

Fazemos notar que a realização anual, ou o cumprimento do plano, se preferirem, não é de todo negligenciável, e é algo que sempre nos aflige. Assim importa realçar que destes valores há ainda obras plurianuais, trabalhos que transitaram do plano 2016 para o plano de 2017, pela totalidade ou pela parte e, ainda, valores que temos dificuldade em confirmar se se traduzem em trabalho para o nosso setor. No entanto, como temos mantido o critério ao longo dos anos, tal permite-nos concluir e regista, de acento positivo, que de 2016 para 2017 há uma estabilização no valor. Dado que 2016 foi um ano eleitoral, o valor de 2017 não nos parece, de todo, desajustado, embora esperemos uma evolução a ritmos crescentes deste valor (desde que, para tal, se mantenham o equilíbrio, quer das contas públicas, quer do nível de endividamento da Região). Mais uma vez gostaríamos de deixar nota, e a nossa participação no cumprir deste plano. A repartição do investimento público por grandes objectivos de desenvolvimento, parece-nos enquadrado com documento de "Orientações de Médio Prazo – 2017/2020".

A nível de incentivos ao investimento o que está aprovado, parece-nos adequado e bem suportado pelo programa "Competir +". No entanto, importa ressaltar que o foco nos bens transaccionáveis e de carácter inovador, pode, em nosso entender, não gerar resultados muito visíveis no curto prazo, pois esta é uma correcção de rumo levará, necessariamente, algum tempo.

No âmbito da redução de custos de contexto, algo que registamos com agrado é o lançamento de um programa de modernização administrativa e de desmaterialização de procedimentos. É nossa expectativa que o nosso setor possa ser contemplado.

No que toca à redução das importações, o setor da construção pode contribuir com a aplicação dos produtos endógenos, sendo que o esforço junto do projetista tem de existir e em muito ajudará a colocação destes produtos nos cadernos de encargos. Aproveitamos, este parágrafo, para referir que, o desenvolvimento e atualização do catálogo dos produtos endógenos se impõe, bem como a sua contínua divulgação, pelo menos junto dos profissionais do setor. Pelo facto de estar a abordar os materiais de construção, importa frisar, que aqueles que possuem marcação CE, embora estejam já regulados, a sua fiscalização peca por inexistente. Ainda neste contexto lançamos o desafio ao LREC de trabalhar em conjunto com as empresas na identificação das melhores práticas para a resolução dos problemas inerentes às nossas condições climáticas e geográficas, usando, de preferência os produtos endógenos, para que estas boas práticas possam ser seguidas pelos agentes do setor (podendo, estas boas práticas serem exportadas para sítios com condições semelhantes).

Deixamos uma nota sobre como a simplicidade de um projeto que pode, em muito, contribuir para a redução dos custos de manutenção e de operação de um edifício, deixando disponibilidade de recursos para outros investimentos.



No capítulo da formação e qualificação profissional, bem como no programa Reativar, urge estabelecer-se uma política concertada com as associações dos setores, pois uma formação focada e devidamente orientada para as necessidades das empresas irá provar ser mais eficaz e poderá ajudar a diminuir a precaridade, o absentismo e a emigração do nosso Capital Humano. Ainda neste âmbito será importante a focagem da ação das escolas profissionais, pois elas formam recursos importantes para os diferentes setores empresariais.

Talvez, e ainda relacionando com a temática do anterior parágrafo devamos incluir uma abordagem sobre uma realidade da geografia insular, no nosso setor e por analogia de outros setores, sobre a possibilidade de sermos contemplado já este ano um incentivo à mobilidade de trabalhadores dentro da RAA. Fazemos notar que é muito frequente a chamada de atenção para a dificuldade em arranjar mão-de-obra qualificada. Na maioria das vezes esta necessidade circunscrita a quantidade para determinada tarefa. Ora se esta capacidade existe, quiçá, por excesso, ainda que temporariamente, numa outra localidade (ilha, entenda-se), a AICOPA sugere que esta necessidade possa ser colmatada com um apoio ao equilíbrio de mobilidade de trabalho não superior a três meses, mas que potencie os recursos existentes, fomente a formação e a requalificação por aprendizagem.

Com um sinal muito positivo, constatamos, o reaproveitar do património associado ao passado marítimo-económico, bem como o subaquático, de forma a incrementar e potenciar a oferta existente e ainda reforçando o portfólio de oferta turística dos Açores. Todavia impõe-se uma chamada de atenção pois existem acessos ao mar que necessitam de ser recuperados, reabilitados e regenerados por todas as nossas nove ilhas. É de salientar a crescente necessidade de recuperar, redimensionar e regenerar alguns portos de abrigo e marinas por forma a garantir maior segurança, capacidade e coexistência entre as actividades logísticas, as marítimo-turísticas, as de recreio e as de pesca.

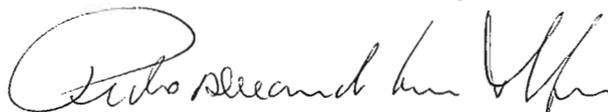
Na rubrica "Obras públicas", a crescente necessidade de manutenção dos equipamentos existentes começa a estar na ordem do dia pelo que, o Governo Regional dos Açores poderá dividir em lotes o edificado e as infra-estruturas por forma a que as empresas da região possam concorrer à sua manutenção e/ou administrando o seu estado de conservação. É uma temática que consideramos importante e para a qual, desde já, demosntramos a nossa total disponibilidade em caso de interesse em debatê-lo. Ainda neste ponto, aproveitamos para referir que a obra para empreitada de requalificação do porto da Horta ficou deserto, como mencionado no PRA para 2017, reveste-se de vital importância a revisão do Código da Contratação Pública adaptado à Região Autónoma dos Açores, pois situações como esta e outras, tenderão a repetir-se ou a agudizar se não forem tidas em atenção as notas que a nossa associação fez sobre o documento.

Para concluir a nossa análise, deixamos algumas notas soltas sobre o documento:

- Referência à estabilidade do sector das pescas, algo que muito prezámos - na pagina 35 (PRA – 2017);
- Uma excelente iniciativa a de sinalizar em Inglês a informação rodoviária sobre os pontos turísticos (pag. 36 do PRA – 2017).
- Apraz-nos registar que a tomada de consciência colocou em prática um programa de apoio ao desporto de modo geral e em particular ao de alta competição e o ensino especializado em desporto.
- Como país, uma nota que deixamos por forma a combater o abandono e o insucesso escolar, o tomar medidas de apoio complementar para as crianças e adolescentes, que revelem mais dificuldades, como apoio de explicação individual.
- Destacamos, também pela positiva e esforço na implementação da rede de museus e colecções visitáveis, não só pelo preservar da memória e perdurar no tempo os usos e costumes de um povo, como também o que representa para enriquecimento da oferta de programa turístico, bem como de reforço do programa educacional que estas unidades culturais podem providenciar.
- Fazemos notar que pela primeira vez, em muitos anos, saíram dados que mostram o saldo demográfico negativo entre nascimentos e óbitos. Isto é algo que deve de ser estudado, bem como a tomada de medidas para inverter esta situação.
- Uma referência e desejo de sucesso ao combate às desigualdades sociais, pois todo o cidadão merecer ter acesso ao mesmo ponto de partida.
- A AICOPA manifesta a sua disponibilidade para colaborar na “Agenda para a Habitação nos Açores 2017-2031”, documento que tem interesse em conhecer.

Sem outro assunto de momento, apresentamos os nosso melhores cumprimentos,

O Presidente da Direção

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Pedro Alexandre Gomes Marques', is written over a light blue circular stamp.

Pedro Alexandre Gomes Marques

Federação Agrícola dos Açores



「
EXMO SENHOR
SECRETÁRIO GERAL DO CONSELHO
REGIONAL DE CONCERTAÇÃO ESTRATÉGICA
DR. RENATO MEDEIROS
」

Sua referência	Sua Comunicação	Nossa referência	Data
		04/17/FAA	17/02/09

Assunto

'PARECER SOBRE A ANTEPROPOSTA DO PLANO REGIONAL ANUAL 2017 E A ANTEPROPOSTA DAS ORIENTAÇÕES MÉDIO PRAZO 2017/2020'

Exmo. Senhor,

A Federação Agrícola dos Açores vem por este meio enviar a V.^a Ex.^a o parecer sobre as antepostas do Plano Regional Anual 2017 e das Orientações de Médio Prazo 2017/2020, apresentadas e elaboradas pelo XII Governo Regional dos Açores.

A situação económica, política e social mundial é cada vez mais incerta e inconstante, não sendo possível projetar o futuro ponderadamente, não só a longo prazo, mas também a médio prazo, atendendo a existirem demasiados fatores cada vez mais voláteis e incontroláveis, pelo que, os documentos de planeamento regionais, onde são definidas as grandes estratégias e linhas de orientação, são fundamentais e revestem-se de primordial importância no estabelecimento das principais prioridades na ação política do Governo Regional dos Açores.

Neste sentido, estes documentos devem ser capazes de responder às principais preocupações da sociedade, adequando-se desta forma, o investimento público às carências e debilidades existentes, e apesar das antepostas englobarem algumas alterações face à legislatura anterior, decorrente essencialmente da diferente orgânica adotada pelo XII Governo Regional dos Açores, a metodologia e essência das políticas a implementar são semelhantes às aplicadas nos últimos 4 anos.

No que se refere à Anteposta das Orientações Médio Prazo 2017-2020 apresentada, o investimento público é de cerca de 3.102 milhões de euros, enquanto a componente regional é de 2.073 milhões de euros, e os outros fundos representam cerca de 1.029 milhões de euros. No programa Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, está previsto um volume financeiro de 666,3 milhões de euros no investimento público, enquanto a componente regional é de 245,9 milhões de euros, e os outros fundos de 420,4 milhões de euros (valor superior à verba proveniente da União Europeia



de 295 milhões de euros do Prorural+ a vigorar entre 2014 e 2020). Registe-se que no caso da agricultura, prevê-se uma diminuição do investimento público ao longo da legislatura, em consequência do comportamento regressivo da componente dos outros fundos, uma vez que a regional, regista acréscimos anuais contínuos.

Esta Anteproposta é organizada com base em valores estimados para os próximos quatro anos, uma vez que os recursos financeiros disponíveis ao longo deste período, dependem de muitas condicionantes instáveis de carácter nacional, europeu ou mundial, e também, de mudanças estratégicas que possam ocorrer, tal como já sucedeu no passado, devendo este documento ser encarado somente, como um instrumento orientador das políticas a adotar pelo Governo Regional dos Açores até 2021.

A anteproposta do Plano Regional Anual tem uma dotação de 774,63 milhões de euros de investimento público, correspondendo a uma diminuição de 1% face ao ano transato, sendo 517,48 milhões de euros de verbas do orçamento regional e de 257,15 milhões de euros com origem em outros fundos, o que representa uma redução de 1% e de 0,6% respetivamente, face a 2016.

No caso da programação para o setor agrícola, o XII Governo Regional dos Açores mantém a coerência existente na legislatura anterior, uma vez que os programas se mantêm inalterados, existindo algumas modificações, na estrutura dos projetos e das ações propostas, sem que tal, altere numa forma significativa o modelo das políticas agrícolas regionais que têm sido seguidas. Estamos assim, perante um documento que prossegue as linhas orientadoras da anterior legislatura.

No Plano Anual Regional de 2017, a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas tem um acréscimo da sua dotação de 1% no investimento público face ao ano transato, tendo uma dotação de 169,85 milhões de euros, sendo 58,95 milhões de euros de verbas do orçamento regional e de 110,89 milhões de euros com origem em outros fundos, o que representa um aumento de 4% e diminuição de 1% respetivamente, face a 2016.

A Federação Agrícola dos Açores sempre entendeu que as execuções dos planos anuais são fundamentais na aplicação das políticas definidas e nesta vertente, as taxas anunciadas têm ficado aquém das expectativas (embora a taxa referente a 2015 tenha sido superior à dos últimos anos), devendo o Governo Regional dos Açores, alterar os procedimentos de forma a melhorar esta situação, que por vezes, suscita dúvida e incerteza sobre o destino final das verbas.

Pela análise efetuada, destaca-se a diminuição de algumas vertentes fundamentais para o rendimento dos agricultores, como a quebra de cerca de 67% no investimento regional nas infraestruturas agrícolas, de 12% nas infraestruturas rurais e florestais e de 85% no programa da reestruturação do setor leiteiro. Estas quebras são preocupantes e demonstram que estas ações não constituem prioridade do Governo Regional dos Açores, pelo que, algumas das grandes carências do setor agrícola, continuarão a subsistir no próximo ano.



Por outro lado, registam-se acréscimos principalmente nas ações referentes à construção de matadouros, na formação profissional, experimentação e aconselhamento e divulgação agrícola (embora esta ação passe também a integrar novas vertentes), em algumas ações da área florestal, no apoio ao investimento nas explorações agrícolas (integra a componente regional dos fundos comunitários e ainda outros pagamentos regionais), no pagamento de alguns compromissos anteriores, como o Safiagri III ou do apoio ao gásóleo agrícola e também no apoio às organizações de produtores.

Mesmo com as dificuldades atuais, e tal como a Federação Agrícola dos Açores tem amplamente mencionado, a capacidade excepcional dos agricultores de corresponderem às solicitações e aos estímulos apresentados, não se reflete totalmente nos meios financeiros canalizados para esta atividade, uma vez que estes são insuficientes e exíguos para fazer face às exigências que são cada vez maiores. Esta reorientação das verbas no setor agrícola é uma demonstração de que as dotações inseridas nos planos não têm sido satisfatórias, uma vez que o Governo Regional dos Açores não tem tido capacidade de cumprir os compromissos assumidos com o movimento associativo, verificando-se ao longo do ano, pagamentos que se prolongam no tempo, e que se revelam prejudiciais para uma gestão das explorações que se pretende eficiente e competitiva. O setor agrícola está constantemente sujeito a obrigações e imposições que têm de ser imperativamente satisfeitas, nomeadamente, das referentes ao sistema fiscal ou de segurança social, por isso, a falta de execução atempada de medidas regionais acordadas, muitas das quais publicadas em portarias, contribui para o agravamento financeiro das explorações.

Os aumentos previstos nesta anteproposta dos projetos e ações sinalizados que visam corrigir as deficiências do ano transato, embora sejam indispensáveis, não são suficientes, como no caso dalguns matadouros, onde o investimento proposto fica aquém das expectativas, porque para além das obras em curso, estas infraestruturas necessitam doutras remodelações, para que o setor da carne seja capaz de corresponder às realidades do mercado, que são cada vez mais exigentes e competitivos.

A quebra do investimento das infraestruturas agrícolas – caminhos de penetração, abastecimento de água e luz às explorações e das infraestruturas rurais e florestais, põe em causa a melhoria que se tem verificado nesta área, que tem sido essencial para a diminuição dos custos de produção das explorações abrangidas, no entanto, permanece ainda muito por fazer e perante os dados apresentados, estas ações sofrerão um corte abrupto no próximo ano e que poderá pôr em causa a viabilidade de muitas explorações.

Não se encontra igualmente salvaguardada a ajuda de 45 euros / vaca leiteira para 2017, para São Miguel e Terceira, o que constitui uma decepção para os produtores de leite e demonstra, que as medidas tomadas na fileira no passado recente, para a fortalecer e reestruturar, parecem ter sido efetuadas duma forma desgarrada e sem coerência, já que, os problemas e as dificuldades que levaram o



Governo Regional dos Açores a adotar esta medida mantêm-se na sua generalidade, tendo mesmo, sido aprovada pela União Europeia, a sua inclusão no Posei, pelo que, a sua manutenção e alargamento às restantes ilhas, é fundamental para a rentabilidade das explorações agropecuárias.

Esta é uma evidência que no setor do leite, tem faltado ao Governo Regional dos Açores, estratégia na regulação da produção de leite e na promoção dos produtos lácteos, não se prevendo para já, qualquer alteração a esta realidade, escasseando, inclusive, informação relevante sobre a fileira, como no caso da redução voluntária da produção de leite a nível europeu, continuando-se sem saber o ponto de situação das candidaturas dos produtores dos Açores, bem como, do balanço da campanha publicitária “Venha Conhecer os Laticínios dos Açores - Puro Deleite”.

Também o reforço da ação - apoio ao investimento nas explorações agrícolas, que integra a componente regional dos fundos comunitários, vem de encontro às preocupações existentes, porque a implementação do Prorural+ tem estado sujeito a vários constrangimentos no que refere aos projetos de investimento, como no caso das medidas do investimento nas explorações agrícolas e da instalação de jovens agricultores, onde ocorreram atrasos nos pagamentos, a partir de setembro/outubro de 2016 e também na análise e nas aprovações das candidaturas.

Em síntese, a anteposta de plano não satisfaz as pretensões da Federação Agrícola dos Açores, pelo que, deverá ocorrer no setor agrícola um reforço de 10% das verbas do investimento público para que os rendimentos agricultores possam ser salvaguardados, que devem ser canalizados para algumas áreas já referenciadas, como do leite, da reestruturação do setor (como no caso das reformas antecipadas), da carne, da sanidade animal, do apoio às organizações de produtores e à reestruturação financeira das explorações, da formação profissional, da diversificação agrícola, do reforço da medida agro ambiente e clima, das infraestruturas agrícolas ou os transportes entre ilhas e para o exterior.

A Federação Agrícola dos Açores reconhece a importância doutros setores económicos e os impactos que geram na sociedade, como o turismo, no entanto, a Agricultura é o maior e melhor da região, desempenhando uma ação incomparável e decisiva, atendendo à sua importância na coesão económico-social, pelo seu contributo para a balança comercial e pelos diferentes impactos que tem nas ilhas, por isso, é preciso efetivamente, apostar numa forma perentória na Agricultura Açoriana, da qual depende o futuro da região.

Com os melhores cumprimentos

A Direção

Associação Nacional de Freguesias



Delegação Regional dos Açores da Anafre

PARECER

SOBRE A ANTEPROPOSTA DE PLANO REGIONAL PARA 2017

1. A Delegação Regional dos Açores da Anafre, no âmbito da sua participação no Conselho Regional de Concertação Estratégica, emite parecer sobre a anteproposta de Plano Regional para 2017, apresentada pelo Governo Regional dos Açores aos parceiros sociais.
2. Em reunião extraordinária do Conselho Diretivo a 28/01/2017 e por unanimidade, o **Conselho emitiu parecer positivo na generalidade** quanto à anteproposta de Plano Regional Anual para 2017.
3. Considerando a *“importância das Freguesias dos Açores e dos seus órgãos, democraticamente eleitos, na construção do processo autonómico democrático, na intervenção em favor da resolução dos problemas dos açorianos e das freguesias, penalizadas pela distância, afastamento, insularidade e pela dupla insularidade”*.
4. É, pois, com este enquadramento político que a Delegação Regional dos Açores da Anafre aprecia a anteproposta do Plano Regional para 2017.
5. Registrar o a especificidade para as freguesias no programa de cooperação com as autarquias locais (1.7) e, especificamente, um programa de cooperação financeira com as Freguesias (1.7.3), o qual contempla a aquisição de mobiliário, equipamento e *software* informático e obras de beneficiação das sedes das Juntas de Freguesia e à



Delegação Regional dos Açores da Anafre

comparticipação de investimentos municipais para aquisição, construção ou grande reparação daquelas sedes, a coberto do quadro legal estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional nº 32/2002/A, de 8 de Agosto, no qual sugerimos o seu reforço. Cooperação dos estragos a projetos de investimento municipal que visa a reparação de estragos causados pela ocorrência de intempéries, situações imprevistas e excecionais (Decreto legislativo regional nº 24/2015/A, de 10 novembro).

6. Registe-se ainda a continuidade dos diversos programas protocolizados com as freguesias em variadíssimas áreas sectoriais com o Governo através das suas Secretarias e Direções Regionais dos Açores.
7. Assim as Freguesias dos Açores, em articulação com o poder Regional e Municipal, são órgãos de poder decisivos na boa gestão dos recursos públicos, na promoção do emprego e da empregabilidade e na valorização dos recursos locais, para o crescimento económico.

Com os melhores cumprimentos,

O COORDENADOR DA DELEGAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES DA ANAFRE,

ANTÓNIO TOLEDO ALVES

Misericórdias dos Açores



Orientações de Médio Prazo 2017 - 2020
- Contributos da URMA -

A URMA corresponde à solicitação do Conselho Regional de Concertação Social, deixando alguns contributos relativos à proposta de Plano Regional de Médio Prazo (PMP) 2017-2020.

A URMA concorda, na generalidade, com as estratégias consubstanciadas no programa, projetos e ações no âmbito das políticas setoriais, de entre estas, em especial das políticas sociais.

Na especialidade, a URMA gostaria de observar:

- a) A necessidade de criar mecanismos que, ao longo do período de vigência do PO Açores 2020, permitam agilizar as transferências FSE, nomeadamente para o funcionamento das Escolas Profissionais que, na Região, dependem financeiramente destes fundos;
- b) Que seria tanto inovador, quanto necessário, no âmbito das Políticas Regionais de Saúde e de Solidariedade Social, alargar a abrangência dos Cuidados Continuados, contemplando, no médio prazo, os Cuidados Continuados em Demências e os Cuidados Continuados de Saúde Mental;
- c) A congratulação pela iniciativa política de conceber uma Estratégia Regional de Luta Contra a Pobreza, projeto no qual as Misericórdias se consideram, desde já, parceiras ativas na sua operacionalização;
- d) Que seria de toda a pertinência, face às linhas estratégicas nacionais e europeias neste domínio, incluir neste PMP, o retomar do projeto de definição da Lei Regional do Voluntariado que, tendo sido trabalhada em legislatura anterior, não chegou a resultar em enquadramento legal específico;
- e) Que subscrevem integralmente as preocupações políticas descritas e as estratégias preconizadas em matéria de energia, sugerindo que nas mesmas seja incluída a tarifa social para o setor social, constituído essencialmente por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), que como se sabe não têm fins lucrativos, tendo em vista a perceção do encargo financeiro dos respetivos consumos, que se consideram bastante expressivos. Pelo facto, sugere-se que seja tomada em consideração a preocupação, já expressa pela URMA à Exma. Senhora Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, no sentido de ser legislada uma Tarifa Solidária para o Setor Social na Região;

- f) Que, no plano Cultural, e atendendo ao facto de o período temporal deste Plano integrar o Ano Europeu do Património, se atender de modo especial:
- ao vasto património propriedade das Misericórdias dos Açores, parte do qual classificado de interesse Concelhio, Regional e até como Património da Humanidade, e merecer, por isso, um especial investimento público na sua conservação, preservação, restauro, em alguns casos reabilitação e manutenção dignificando o património que é cultural, religioso e identitário;
 - ao potencial das Misericórdias, através do seu património material e imaterial, ao serviço da Estratégia Regional para o Turismo.
- g) A inclusão, como desiderato político, da adaptação à Região e/ou criação de instrumentos e ferramentas legislativas próprias, a partir da Lei de Bases da Economia Social, tendo em vista dotar as Misericórdias dos meios para que possam utilizar todo o seu potencial de inovação, de empreendedorismo social e de criatividade, criando valor, emprego sustentável e reduzindo progressivamente a sua dependência em relação aos apoios públicos.

Angra do Heroísmo, 08 de fevereiro de 2017.

O Presidente da União Regional das Misericórdias dos Açores


António Bento Fraga Barcelos



Plano Regional Anual 2017

- Contributos da URMA –

A URMA corresponde à solicitação do Conselho Regional de Concertação Social, deixando alguns contributos relativos à proposta de Plano Regional Anual para o ano 2017.

A URMA, que representa as 23 Misericórdias dos Açores, dedicou especialmente a sua apreciação crítica sobre as políticas públicas sociais, já que é fundamentalmente nestes âmbitos, em termos dos seus principais vetores de ação social, que atua, observando as correspondentes dotações financeiras e orçamental, para o apoio funcional e orgânico das políticas sociais e dos investimentos programados destinados à rede de equipamentos sociais.

É neste enquadramento que a URMA interage com o poder público regional, em parceria e em cooperação institucionais, sempre com a finalidade última, de forma justa e humanista, de servir os cidadãos e as cidadãs, desde tenra idade até à velhice, nas suas capacidades e vulnerabilidades, em cumprimento cabal dos Acordos de Cooperação, alicerces fundamentais para o funcionamento das valências e serviços sociais que desenvolvem.

A URMA concorda, na generalidade, com o documento apresentado, nas suas linhas estratégicas, no âmbito dos programas, projetos e ações contempladas, que se traduzirão numa expansão e/ou melhoria das políticas sociais colocadas ao serviço do desenvolvimento económico, educacional, social e cultural da população açoriana.

A URMA congratula-se pelo facto de identificar, ao longo deste documento, a afetação de verbas destinadas a projetos e ações de cerca de 15 das 23 Misericórdias dos Açores, o que é bastante expressivo.

Na especialidade, as Misericórdias dos Açores entendem que:



a) Áreas da saúde e da solidariedade social

- as Misericórdias reconhecem o esforço político no sentido de dotar a Região duma Rede de Cuidados Continuados Integrados e registam, com agrado, a contínua preocupação no sentido de alargar a Rede e de aperfeiçoar o trabalho já desenvolvido.

- considerando a elevada prevalência de situações de demências, no âmbito das chamadas doenças crónicas, e dada a elevada expressividade daquelas no conjunto destas (cerca de 70% da população idosa em ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – é portadora de alguma forma de demência, não havendo quantificação rigorosa dos casos em domicílio), sugere-se a criação duma dotação que possa prever:

- . mecanismos para dotar dos recursos suficientes as (ainda poucas) Instituições que na Região se propuseram inovar, intervindo nesta área;

- . o levantamento, rigoroso, do universo das demências na Região: número de casos, tipo de demência, distribuição por género e por faixa etária, nível de prevalência por ilha, levantamento de necessidades, respostas existentes, avaliação de resultados do trabalho que já se faz neste domínio, de entre outras variáveis;

- . a formação inicial e avançada dos profissionais que intervém na área das demências;

- . o apoio à investigação, sendo certo que apenas a produção de conhecimento poderá conduzir à correta definição de políticas de ação no âmbito da prevenção e da intervenção nas demências;

- . considerar, face ao exposto, a conceção, a médio prazo, e quando reunida a informação necessária, dum Plano Regional de Intervenção nas Demências;

- . a previsão duma dotação destinada a apoiar as atuais Estruturas Residenciais de Apoio a Idosos, impreparadas para estes “novos utentes”, para que possam proceder às necessárias adaptações físicas tendo em vista garantir as condições de segurança, bem-estar e funcionalidade.

- as Misericórdias constataam, uma vez mais, a integração, no Plano, de dotações financeiras destinadas ao apoio a idosos no âmbito de projetos de iniciativa privada. Não podem deixar de manifestar a sua discordância com esta medida uma vez que o setor social, na Região e no país representado pelas IPSS's e pelas Misericórdias, constitui um parceiro por excelência do Governo, na execução das políticas sociais, assegurando, de forma cada vez mais organizada, e com qualidade, as respostas às necessidades que em cada momento, se fazem sentir. Muitas destas Instituições, com existência pentassecular, confundem-se com a identidade dos territórios onde se implantam e não esgotaram o seu potencial de intervenção e de inovação social. Pelo contrário, afirmam-se pela sua capacidade de adaptação, de renovação, de gestão a custos controlados, representando uma mais-valia



em termos de redução das despesas públicas com o setor social e de rapidez na resposta às populações pela via da sua matriz fundacional, assente no trabalho de proximidade junto de quem mais precisa.

- verifica-se ainda, uma vez mais, a ausência da previsão da designada Carta Social, um documento orientador das políticas, mas também um instrumento para todos os agentes envolvidos no setor social na Região.

- deixa-se ainda a sugestão para que seja introduzida uma rubrica que preveja a criação de incentivos ao empreendedorismo social e aos projetos no âmbito da economia social. O resultado deste investimento traduzir-se-á, certamente, na redução de custos para o erário público, em inovação social e na criação de emprego sustentável.

- as Misericórdias congratulam-se pelo paradigma, em boa hora tornado prioridade política, que se consubstanciou na implementação dum nova filosofia para o Serviço de Apoio Domiciliário, reiterando a expectativa de este investimento continuar rumo a uma resposta verdadeiramente multidisciplinar, que cumpra os objetivos mais nobres desta resposta social, em toda a sua plenitude.

- as Santas Casas gostariam de ver explicitada a intencionalidade política e a correspondente dotação financeira, tendo em vista a revisão dos acordos “valor cliente” existentes, no sentido da sua reavaliação, com introdução dos devidos reajustamentos, valores francamente deteriorados com os aumentos sucessivos do Salário Mínimo Regional (Retribuição Mínima Mensal Garantida).

b) Emprego e Formação

- a formação profissional constitui um subsistema do ensino com um enorme potencial que não se encontra de forma alguma esgotado na Região e que tem vindo, progressivamente, a perder centralidade em função de soluções, desenvolvidas na rede educativa pública, em detrimento duma formação profissional de qualidade que consiga dotar os jovens de competências em áreas diversificadas, com potencial de desenvolvimento para a Região. Acresce o facto de não se constatar a afetação de dotações para a urgente regularização das transferências financeiras dos fundos comunitários, no âmbito do FSE, dos quais, financeiramente dependem as Escolas Profissionais.

- a necessidade de repensar a política dos designados *programas ocupacionais* que constituem um forte apoio aos jovens e desempregados que, para alguns, significam o início duma vida profissional, mas, para outros, são sinónimo de trabalho precário, que não garantem projeto de vida e não resolvem as dificuldades em recursos humanos necessários, pois os ditos “ocupados” asseguram, em muitos casos, necessidades permanentes das Instituições, que não os conseguem integrar após o terminus dos mesmos.

Em conclusão, são estas, em linhas gerais e de forma sucinta, as observações críticas que a URMA entende expressar.

Angra do Heroísmo, 09 de fevereiro de 2017.

O Presidente da União Regional das Misericórdias dos Açores



António Bento Fraga Barcelos

**Associações da Área da Igualdade de Oportunidades para
Mulheres e Homens**

Conselho Regional de Concertação Estratégica

Parecer da Representante das Associações da Área da Igualdade de Oportunidades para Mulheres e Homens sobre a Anteproposta das Orientações de Médio Prazo (OMP) 2017–2020 e o Plano Regional Anual (PRA) para 2017

Após a análise da **Anteproposta das Orientações de Médio Prazo (OMP)** para 2017-2020 é nosso entender que a intenção de atender às especificidades de cada território através da implementação de projetos de intervenção local e específica é muito positiva pois a realidade das várias ilhas é bastante díspar. Sugerimos, no entanto, a clarificação das medidas que o Governo Regional planeia implementar no que toca à igualdade entre homens e mulheres. Realçamos, uma vez mais, a importância do reforço das estratégias de prevenção e combate à discriminação e à violência doméstica e de género, com a manutenção das parcerias com as IPSS existentes.

No que respeita ao **Plano Regional Anual para 2017**, congratulamo-nos com as medidas previstas, no entanto têm carácter generalista o que não permite uma rigorosa avaliação das ações previstas. Queremos ressaltar que não está em causa o valor e importância de qualquer uma das medidas elencadas no PRA, porém, era importante definir medidas concretas, sugerindo-se por isso a sua clarificação evitando, deste modo, quaisquer eventuais dúvidas.

Registamos, com agrado, a preocupação com a apresentação de medidas direcionadas para públicos específicos nomeadamente no que se refere a projetos de intervenção social vocacionados para:

- a promoção da inclusão de crianças e jovens (9.5.3)
- a promoção da inclusão de idosos (9.5.4)
- a promoção da inclusão de pessoas com deficiência e incapacidade (9.5.5)
- a reabilitação e promoção da inclusão de públicos em situação de grave exclusão social (9.5.6)

Por outro lado, as Associações da Área da Igualdade de Oportunidades para Mulheres e Homens, consideram que o orçamento previsto é manifestamente insuficiente para execução de algumas das medidas previstas. São exemplo disso as medidas: 9.5.1 referente a projetos de intervenção social de carácter inovador e experimental; a 9.5.2 referente a campanhas de sensibilização para a promoção da inclusão de minorias sujeitas a discriminações múltiplas; e a 9.5.7 referente à criação de estruturas multidisciplinares com intervenção técnica especializada. Para além dos valores contemplados no orçamento serem reduzidos para a dimensão e importância das medidas a manter ou implementar, considera-se que seria importante clarificar que tipo de ações o Governo Regional tenciona implementar e quantas estruturas e equipas especializadas tenciona criar e onde.

Como se sabe, as especificidades territoriais e demográficas das várias ilhas influenciam o tipo de intervenção, as estruturas necessárias e o número de equipas necessárias para a sua realização. Como exemplo dessas especificidades e, por vezes até, de disparidades, já em 2009, o *Estudo sobre a Violência de Género* coordenado pelo Prof. Doutor Manuel Lisboa e, em 2010, o estudo coordenado pelas Profs. Doutoras Gilberta Rocha e Piedade Lalandia intitulado *A Violência Doméstica na Região Autónoma dos Açores – Estudo sócio-criminal* mostravam que as realidades não são idênticas nas várias ilhas do arquipélago, sendo necessária uma intervenção especializada e pensada para as especificidades de cada espaço geográfico.

A relevância do II Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género é evidente quando, a Região Autónoma dos Açores continua a apresentar números muito elevados de vítimas de violência doméstica, maioritariamente conjugal, quando comparados com as outras regiões do país. O trabalho das IPSS é fundamental na consciencialização das vítimas para a importância da denúncia. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido por estas organizações tem sido muito significativo na prevenção e combate à violência doméstica e de género nos Açores e, por esse motivo, o investimento nesta área deverá ser mantido e reforçado.

As **intenções** em matéria de Igualdade de Género do presente Plano merecem, na generalidade, por parte das Associações a correspondente concordância, pese embora as críticas referidas acima.

A Representante das Associações da Área da Igualdade de Oportunidades para Mulheres e Homens,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Daniela Almeida de Medeiros de Sousa Soares'. The signature is written in a cursive style with a large initial 'D'.

(Daniela Almeida de Medeiros de Sousa Soares)

Universidade dos Açores



Universidade dos Açores

Reitoria

Handwritten signature

Ex.^{mo} Senhor
Dr. Renato Medeiros
Vice-Presidência do Governo, Emprego, e
Competitividade Empresarial
Conselho Regional de Concertação Estratégica
Rua Dr. Bruno Tavares Carreiro, S/N
9500-119 Ponta Delgada

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

REIT-SAI/2017/218

Data

08-02-2017

Assunto: OMP 2017-2020 e PRA 2017

Caro Secretário-Geral do CRCE,

Na sequência da reunião do Conselho Regional de Concertação Estratégica, ocorrida no passado dia 20 de janeiro de 2017, formaliza-se o parecer da Universidade dos Açores (UAc) relativo às antepropostas de Plano Regional Anual 2017 (PRA 2017) e de Orientações de Médio Prazo 2017-2020 (OMP 2017-2020):

1. O PRA 2017 apresenta um conjunto de orientações de política sectorial, e o respetivo envelope financeiro, da responsabilidade do Governo dos Açores, e que, em especial no que concerne ao ensino e à I&DI, se refletem em áreas em que a UAc mantém desde há mais de 40 anos um papel preponderante e na Região Autónoma dos Açores (RAA);
2. Aos setores referidos no ponto anterior, somam-se outras áreas em que a UAc tem vindo a contribuir desde há décadas para o desenvolvimento dos Açores, quer pela formação de quadros especializados, quer pela participação em numerosos estudos e projetos orientados para fins específicos;
3. Contudo, a importância da UAc para o desenvolvimento socioeconómico da RAA é mais uma vez, à imagem de documentos análogos relativos a anos económicos transatos, insuficientemente reconhecida pelo Governo dos Açores, na medida que a verba consignada para o apoio ao designado “desenvolvimento tripolar da UAc” é insuficiente para os fins a que se destina (€ 350.000; ação 5.1.7);
4. Com efeito, a verba referida no ponto anterior revela-se claramente inferior ao valor real dos custos adicionais resultantes da implantação da UAc em três ilhas, cujas raízes são de índole histórica, política, social e cultural. Em reunião anterior do Conselho Regional de Concertação



Universidade dos Açores Reitoria

Estratégica, o Governo dos Açores, pela voz do então secretário regional com competências na matéria, declarou que a UAc não tinha devidamente contabilizados os sobrecustos decorrentes da tripolaridade mas, não só esse estudo já foi efetuado – estimando os mesmos em € 801.031,57 – como o mesmo trabalho foi, entretanto, atempadamente colocado à consideração do Governo dos Açores;

5. O estudo económico-financeiro referido no ponto anterior tomou em consideração os custos associados às deslocações dos membros da comunidade académica entre os polos da UAc, da multiplicação de serviços transversais, das comunicações de voz e dados e, ainda, da manutenção e conservação de edifícios e equipamentos. O valor estimado exclui os custos com pessoal universitário adicional e com os projetos de desenvolvimento levados a cabo pela instituição, que acresceriam os sobrecustos em aproximadamente mais um milhão de euros.
6. Relativamente às verbas consignadas no PRA 2017 para o desenvolvimento do sistema científico dos Açores, e não obstante o montante total de investimento previsto no Programa 5 (€14.856.397), importa que essa verba seja realmente reprodutiva e permita dar um impulso a um sistema que nos últimos anos sofreu constrangimentos financeiros ao nível do lançamento de projetos, formação avançada de investigadores e financiamento de unidades de investigação. Ora, quando a construção de infraestruturas (programa 5.4) equivale a 47,3% do total (€7.025.898), podemos estar perante a manutenção desta tendência preocupante;
7. Mais uma vez, como em pareceres sobre anteriores Planos Regionais, salienta-se que os alvos preferenciais dos apoios a conceder devem ser os produtores de ciência, e as unidades de investigação onde estes se integram, sempre em regime competitivo, no contexto de uma política pública regional de ciência para a definição da qual a UAc não foi suficientemente envolvida;
8. Por outro lado, das OMP 2017-2018, é patente que o valor de investimento previsto em I&DI é até inferior em 2,4% relativamente ao corrente ano, e apenas aumenta em 7,7% e em 12,4%, respetivamente para os anos 2019 e 2020. Este nível de investimento pode ser considerado baixo – e longe do expectável quando se pretende alicerçar o empreendedorismo, em especial em negócios de alto valor acrescentado, em que as bases científicas e tecnológicas são imprescindíveis;
9. Realça-se, a propósito do ponto anterior, que o investimento em I&D na RAA foi em 2014 de apenas 0,35% do PIB regional, inferior ao valor nacional (1,29%); se considerarmos o valor do



Universidade dos Açores Reitoria

PIB da RAA em 2015 (dados SREA), e o extrapolarmos para o ano 2020 considerando um incremento anual de 2%, a percentagem afeta a atividades de I&D será então de 0,40%, refletindo um aumento muito ténue, e longe da meta de 0,7% a 0,8% indicada no PO Açores 2020 para o ano 2023, e muito abaixo da meta nacional do programa Portugal 2020 (2,7% a 3,3% do PIB);

10. A finalizar, salienta-se que nas OMP 2017-2020 está ausente qualquer visão para o ensino superior na RAA, lacuna que se salienta quando de acordo com as metas Portugal 2020 a percentagem de diplomados entre os 30 e os 40 anos de idade deve ser, a nível, nacional, igual a 40%. Contudo, segundo dados do SREA, a taxa de escolaridade no ensino superior nos Açores é de 8,6% entre os jovens com 18 a 22 de anos, quando o valor homólogo em Portugal é igual a 33,1%, o que sublinha a necessidade de colocar a Universidade no centro da política educativa na RAA.

Ficando à disposição para o esclarecimento de qualquer dúvida sobre o exposto, subscrevo-me com os melhores cumprimentos.

Atentamente,



José Virgílio Cruz

Pró-Reitor para o Ensino Universitário

Representante da universidade dos Açores junto do CRCE

Representantes da RAA no Conselho Económico e Social

**Personalidades de Reconhecido Mérito nas Áreas de Competência
do Conselho**



Região Autónoma dos Açores
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais

2017 2018 2019 2020 **PLANO REGIONAL ANUAL**

2017 | 2020 **ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO**

- Parecer –

Gualter Furtado

Índice

1 - Linhas de Orientação Estratégica para o Plano 2017	3
2 – Investimento para 2017	3
3 – Algumas Políticas Setoriais do Plano Regional Anual de 2017	4
4 – Orientação Estratégica 2017-2020	6
4.1 - Grandes Linhas de Orientação Estratégica 2017-2020	6
4.2 – Políticas Setoriais – Orientações de Médio Longo Prazo	7
4.3 – Programas e Iniciativas Comunitárias Disponíveis para a Região	9
5 – Reflexões e Propostas	10
5.1 – Envolvente Externa	10
5.2 – Linhas de Orientação Estratégica para o Plano de 2017	10
5.3 – Investimento nos Açores	10

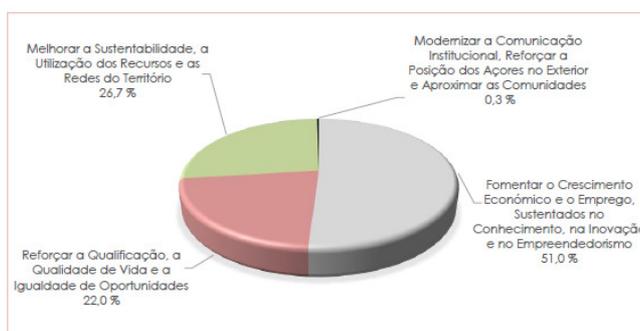
1 - Linhas de Orientação Estratégica para o Plano 2017

- 1) Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, sustentados no conhecimento, na inovação e no empreendedorismo.
- 2) Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades.
- 3) Melhorar a Sustentabilidade, a Utilização dos Recursos e as Redes do Território.
- 4) Modernizar a Comunicação Institucional, Reforçar a Posição dos Açores no Exterior e Aproximar as Comunidades.

2 – Investimento para 2017

Os valores de despesa de investimento público previsto para 2017 ascendem a **774,6 milhões de euros**, dos quais 517,5 milhões são da responsabilidade direta do Governo Regional.

Repartição do Investimento Público por Grandes Objetivos de Desenvolvimento



Repartição do Investimento Público por Grandes Objetivos de Desenvolvimento

Programa/Projetos	Euro		
	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
TOTAL	774.631.823	517.480.454	257.151.369
Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo	395.325.920	174.084.018	221.241.902
1 Empresas, Emprego e Eficiência Administrativa	158.099.414	78.452.458	79.646.956
2 Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	169.851.530	58.956.584	110.894.946
3 Pescas e Aquicultura	26.089.691	13.589.691	12.500.000
4 Desenvolvimento do Turismo	26.428.888	11.928.888	14.500.000
5 Investigação, Desenvolvimento e Inovação	14.856.397	11.156.397	3.700.000
Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades	170.562.961	164.338.961	6.224.000
6 Educação, Cultura e Desporto	79.015.212	75.265.212	3.750.000
7 Juventude	2.605.200	2.231.200	374.000
8 Desenvolvimento do Sistema de Saúde	24.859.713	24.859.713	
9 Solidariedade Social	41.479.264	39.379.264	2.100.000
10 Habitação	22.603.572	22.603.572	
Melhorar a Sustentabilidade, a Utilização dos Recursos e as Redes do Território	206.809.864	177.124.399	29.685.467
11 Ambiente e Energia	24.957.808	24.957.808	
12 Prevenção de Riscos e Proteção Civil	7.248.162	7.248.162	
13 Assuntos do Mar	18.357.831	17.342.760	1.015.071
14 Transportes, Obras Públicas e Infraestruturas Tecnológicas	156.246.065	127.575.669	28.670.396
Modernizar a Comunicação Institucional, Reforçar a Posição dos Açores no Exterior e Aproximar as Comunidades	1.933.076	1.933.076	
15 Informação e Comunicação	1.082.521	1.082.521	
16 Relações Externas e Comunidades	850.555	850.555	

3 – Algumas Políticas Setoriais do Plano Regional Anual de 2017

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

- Aumentar a diversificação e a valorização da produção regional, a par da proteção do ambiente e do uso eficiente dos recursos.
- Investimento de iniciativa pública: destacam-se os investimentos em abastecimento de água, em caminhos e eletrificação das explorações agrícolas, mas também nas infraestruturas veterinárias e de abate, onde sobressai a construção de novos matadouros e a modernização das unidades existentes. Destaca-se, ainda, o investimento na promoção da produção agroflorestal e a conclusão da segunda e última fase da empreitada de construção do Parque Multissetorial da Ilha Terceira.
- Através dos Fundos comunitários, apoiar o rendimento da atividade agrícola através de apoios à perda de rendimento e o investimento privado através de medidas diretas de participação do investimento nas explorações e na agroindústria, com vista a reforçar a competitividade das empresas e do setor em geral.
- Promover o rejuvenescimento e o saber do tecido produtivo, através da formação profissional e do apoio à instalação de jovens agricultores e da criação de condições para a reforma antecipada dos produtores agrícolas de idade mais avançada.
- Promover a preservação e valorização do ambiente e da paisagem rural.

Pescas e Aquicultura

- Desafio do futuro será o de “pescar menos e vender melhor”, fomentando pescarias mais rentáveis, diversificando atividades e marcando a diferença pela qualidade dos produtos.
- Continuação dos investimentos na rede de portos, infraestruturas e equipamentos de apoio à pesca, permitindo mais e melhores condições de trabalho e segurança e a adaptação ao desenvolvimento de novas atividades (Turismo, Formação e Ensino, Investigação, Aquicultura, etc.).

- Iniciar a implementação de um plano de reestruturação do setor extrativo, ajustando a frota e artes de pesca às especificidades dos Açores e aos recursos disponíveis, melhorando a resiliência económica das embarcações e adaptando-as às mutações do ambiente e dos mercados.
- Investimentos destinados a garantir a capacitação dos protagonistas da fileira da pesca, promovendo estratégias de formação e sensibilização, não só nas competências da pesca, como também na atualização e reciclagem em outras matérias de interesse para o setor.

Turismo

- Reforçar as acessibilidades de e para a Região Autónoma dos Açores, nomeadamente, para as ilhas que não beneficiam de rotas liberalizadas, através de operações não regulares em regime de tour-operação.
- Requalificação de todos os postos de turismo da Região.
- Intervir na frente de mar da cidade da Horta renovando o espaço e construindo uma infraestrutura definitiva que permita um melhor desenvolvimento da atividade de animação turística e marítimo-turística.
- Ações de formação diversas.
- Levantamento dos défices de sinalização rodoviária e de informação constantes nestes mesmos pontos de interesse, bem como identificar aqueles que deverão ser objeto de requalificação das infraestruturas de apoio à fruição dos respetivos espaços de interesse turístico.
- Ao nível do Turismo de Natureza pretende-se continuar a incrementar as condições para a fruição ativa dos nossos trilhos.
- Arrancar também o Estudo para a promoção do aproveitamento turísticos dos recursos termais endógenos, com vista a reforçar a oferta deste tipo de produto turístico nos Açores.

Habitação

- Melhoria das condições das habitações próprias e permanentes dos agregados familiares açorianos, seja através de apoios diretos, seja através de parcerias com autarquias e instituições particulares de solidariedade social (IPSS).
- Dinamizar o setor da construção civil através de operações de reabilitação do parque habitacional social da Região.
- Dar continuidade à execução de acordos de parceria com as autarquias para a resolução de situações habitacionais em risco e no âmbito do apoio à requalificação de imóveis degradados, financiando, igualmente, operações de regeneração urbana dos empreendimentos habitacionais promovidas pela SPRHI, (ex. Bairro Nossa Senhora de Fátima, na Ilha Terceira).

Transportes

- Transporte aéreo:
 - Incrementar a eficiência do modelo existente e potenciar as acessibilidades instaladas.
 - Prosseguir as intervenções necessárias à melhoria da operacionalidade e segurança dos aeródromos regionais, nomeadamente executar o “grooving” da pista do aeroporto Pico, construir muros de vedação e o caminho de acesso ao lado sul do aeródromo de São Jorge, construir a torre de controlo e lançar o concurso da empreitada de construção da nova aerogare do aeródromo da Graciosa, repavimentar a pista e iniciar a construção do quartel de bombeiros e a ampliação da aerogare do aeródromo do Corvo.
- Transportes marítimos:
 - Dar continuidade ao serviço de transporte de passageiros e viaturas inter-ilhas.
 - Proceder ao lançamento do concurso público destinado à aquisição do primeiro de dois navios, adequados à prestação desse serviço.

Obras Públicas e Construção Civil

- Reforçar a adequação do setor da construção civil e obras públicas à aposta estratégica de fomento da utilização de materiais endógenos regionais, qualificar as infraestruturas públicas, nomeadamente no domínio da acessibilidade e mobilidade, e garantir a sustentabilidade do setor, indissociável da previsibilidade de investimentos e do contexto de elegibilidade e disponibilidade de fundos, desde logo europeus, quanto à realização de investimentos desta natureza.
- O Governo dos Açores assume como objetivos, aumentar a estabilidade, a qualidade e a competitividade global do setor da construção civil e obras públicas e a promoção da criação de valor e sustentabilidade da fileira da construção.
- Previsibilidade de investimento em obras públicas como valor a preservar no relacionamento com o setor.
- Prevê-se a implementação de medidas de promoção de acessibilidade e mobilidade de pessoas com mobilidade condicionada e a avaliação de todas as medidas passivas e ativas de prevenção de sinistralidade rodoviária existentes e implementadas na rede regional.

4 – Orientação Estratégica 2017-2020

4.1 - Grandes Linhas de Orientação Estratégica 2017-2020

1) *Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, sustentados no conhecimento, na inovação e no empreendedorismo*

- Introdução da economia digital na generalidade dos setores tradicionais de produção.
- Promover a qualidade das instituições públicas com influência direta no funcionamento do sistema económico.
- Promover a interação dos sistemas de investigação e desenvolvimento existentes com os empresários.
- Implementações de uma rede de incubadoras de empresas, para os novos empresários, designadamente os mais jovens, poderem ter o seu espaço físico de criação de empresas com custos partilhados, com apoio em diversas vertentes dos negócios, incluindo o financeiro.
- Política de incentivos para o período 2014-2020 atua, sobretudo, a três níveis:
 - Aumento da produtividade e do valor dos projetos de investimento, privilegiando “melhor investimento” em detrimento do “mais investimento”.
 - Desenvolvimento dos fatores competitivos por via da inovação e da diferenciação assentes no conhecimento, cultura e criatividade.
 - Intensificação da participação das empresas regionais na globalização.

2) *Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades*

- Progresso no domínio da qualificação da população: infraestruturas e condições materiais e físicas de base, mas também ao nível imaterial da organização e funcionamento dos sistemas, proporcionando a universalização do ensino pré-escolar, medidas de combate ao insucesso e abandono escolar e no acesso ao ensino superior.
- Emprego: estabelecimento de relações laborais estáveis e duradouras, essenciais para o aumento da produtividade e competitividade e também outras com impacto financeiro ao nível da facilitação da contratação e de criação de novos postos de trabalho.
- Prestação de cuidados de saúde: melhoria dos instrumentos de governação, reforçando a autonomia e a responsabilidade da gestão, reduzindo as ineficiências e redundâncias no sistema.
- Combater a Pobreza e a Exclusão Social: melhor repartição de rendimentos monetários, emprego mais qualificado e com melhor remuneração, investimentos públicos em infraestruturas e equipamentos dirigidos às crianças, à família e aos idosos, etc.

3) *Melhorar a Sustentabilidade, a Utilização dos Recursos e as Redes do Território*

- Descarbonização das atividades económicas.
- A promoção da mobilidade sustentável.
- Aglomerações urbanas sustentáveis e inteligentes, progressiva autonomização energética face ao exterior
- Eficiência no uso de recursos, desenvolvendo a economia circular em todos os setores, começando pelo setor dos resíduos.
- Desenvolvimento da conectividade territorial nos Açores é condição imprescindível quer para a coesão territorial, aproximando populações, quer para a competitividade, eliminando ou diminuindo barreiras ao comércio regional e a internacionalização dos produtos regionais. Para além dos investimentos em curso nos portos comerciais e em algumas infraestruturas aéreas e a imposição de obrigações de serviço público para segmentos do transporte, a nível do transporte rodoviário funda-se progressivamente a aposta geral na mobilidade elétrica com incentivo à adesão ao veículo elétrico, inclusive no transporte coletivo de passageiros.
- Reforçar as políticas de conservação da natureza.

4) *Modernizar a Comunicação Institucional, Reforçar o Posição dos Açores no Exterior e Aproximar as Comunidades*

- Aprofundar e participar no processo de integração europeia.
- Estimular a aproximação das comunidades emigradas pelo mundo à realidade e sociedade regionais.
- Ações nos espaços exteriores junto de instituições e de entidades ligadas à governação.

4.2 – Políticas Setoriais – Orientações de Médio Longo Prazo

Competitividade

- Promover uma economia baseada no conhecimento e na inovação, tendo por suporte dinamismos empresariais decorrentes de uma vontade empreendedora associados à qualificação dos recursos humanos.
- O turismo está em fase de afirmação, a agricultura tem espaço para a diversificação, as fileiras do leite e da carne tem um potencial de criação de valor assinalável, o mar, em diversas vertentes, encerra um mundo de oportunidades, e também os serviços, incluindo os dirigidos ao aproveitamento do potencial económico destes outros setores.
- Orientação deste quadro regulamentar 2014-2020 é conferida às empresas, as quais desempenham um papel fundamental na criação de emprego e de riqueza, bem como da utilização e valorização dos recursos endógenos.

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

- Aumentar o rendimento da produção regional reduzindo a dependência do exterior e incrementando as exportações das fileiras agroalimentar e agroflorestal, utilizando modos de produção e transformação competitivos e “amigos do ambiente”.
- Assegurar o adequado investimento nas infraestruturas de ordenamento agrário.
- Reforço da aposta na diversificação da produção, como setor inibidor de importações, e na criação de valor, constituem igualmente um meio de melhorar a rentabilidade da atividade agrícola.
- Reforçar a organização e modernização das fileiras do leite e da carne, como principais pilares da atividade agropecuária regional, e promover o desenvolvimento continuado da fileira do vinho.
- Manter o apoio ao investimento privado, às organizações do mundo rural, à formação profissional, contribuindo para a valorização e qualificação dos produtos e da capacidade técnica dos intervenientes.
- Promoção dos produtos agroalimentares açorianos em mercados externos, facilitando o seu escoamento e fortalecendo o seu valor de mercado.
- Rentabilizar a fileira da madeira através do corte e reflorestação de áreas em idade de exploração.

Pescas e Aquicultura

- Estabelecer pescarias responsáveis e sustentáveis, que garantam o bom estado dos ecossistemas marinhos, através da manutenção da qualidade, diversidade e disponibilidade dos recursos marinhos e dos habitats.
- Garantir a segurança e assegurar um abastecimento estável do mercado, a preços razoáveis para o consumidor.
- Adaptar as capacidades das frotas à disponibilidade e sustentabilidade dos recursos.
- Promover uma melhor governança, através da adoção de processos de gestão e de tomada de decisões mais transparentes, mais fiáveis e mais flexíveis.
- Garantir a existência de um setor das pescas e da aquicultura economicamente viáveis, autossuficientes e competitivos numa economia global.
- Resolver os problemas dos ajustamentos estruturais que resultarão da promoção de pescarias sustentáveis.
- Melhorar a qualidade e a quantidade de dados pertinentes para fundamentar a adoção de decisões e promover a investigação científica multidisciplinar.

Turismo

- Manter o investimento na criação e manutenção das melhores condições para a consolidação de uma oferta turística assente na fruição ativa dos espaços naturais, nomeadamente através das atividades de pedestrianismo, cicloturismo, trail run, observação de cetáceos, mergulho, observação de aves, canyoning, desportos de ondas, entre outros.
- Especial atenção à componente da formação dos recursos humanos do setor.
- Opção estratégica de promover o destino através de eventos de dimensão ou relevo internacionais, relacionados com atividades de animação turística que promovam o conceito de turismo de natureza ativo.
- Fortalecer os apoios e implementar uma política mais agressiva de captação de eventos no âmbito do segmento de Congressos & Incentivos.

- Atenção às implicações do crescimento da atividade turística nos frágeis ecossistemas naturais e atuar na defesa do nosso património ambiental, através da elaboração de planos de ordenamento, como sejam o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, e de planos de gestão como os dos Parques Naturais de Ilha e das Reservas da Biosfera.
- Objetivo: “fazer do setor do turismo um dos motores do desenvolvimento económico, social e cultural dos Açores, garantindo-se assim a ambicionada Sustentabilidade do Destino Açores”.

Habitação

- Promover acesso a habitação segura, condigna e permanente pela via do arrendamento.
- Promover acesso a habitação segura, condigna e permanente pela via da construção, melhoramento ou reabilitação do edificado em meio rural e urbano.

Transportes

- Transporte aéreo:
 - Pretende-se incrementar a eficiência dos transportes e potenciar as acessibilidades instaladas.
 - No transporte de carga aérea pretende-se reorganizar o sistema e diminuir os seus custos globais, nomeadamente através da implementação de obrigações de serviço público para os serviços aéreos regulares do transporte de carga aérea e correio entre os Açores e o continente português.
 - Infraestruturas aéreas: prosseguir com a certificação do aeródromo da Base das Lajes, para a sua utilização permanente por aeronaves civis.
- Transportes marítimos:
 - Aprofundar e evoluir o modelo existente, com o intuito de o otimizar e reduzir os custos diretos e indiretos para uma maior competitividade da economia açoriana.
 - Assegurar a continuidade do fornecimento do serviço de transporte de passageiros e viaturas na Região, com obrigações de serviços público.
 - No âmbito do atual quadro comunitário, proceder à aquisição do primeiro de dois navios, adequados à prestação desse serviço.
 - No transporte marítimo de carga pretende-se diminuir os tempos de entrega nos mercados exportadores e consolidar o transporte de mercadorias inter-ilhas.

Obras Públicas

- Fomentar o dimensionamento e qualificação da mão-de-obra adequada à realidade atual do setor.
- Promover e valorizar o uso de materiais endógenos ou produzidos e transformados na Região Autónoma dos Açores.
- Promover a qualificação das infraestruturas públicas, nomeadamente no domínio da acessibilidade e mobilidade.
- Apoiar e fomentar a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico no domínio da construção civil, visando a qualidade e a segurança das obras, bem como a modernização e inovação no setor da construção.

4.3 – Programas e Iniciativas Comunitárias Disponíveis para a Região

- **PO Açores 2020** - é um programa participado pelos fundos estruturais comunitários Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e Fundo Social Europeu (FSE), para o período de programação 2014-2020.
- **Programa Operacional Temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR)** – Proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos.
- **Compete 2020** - O COMPETE 2020 mobiliza seis Objetivos Temáticos, estruturados em torno dos seguintes Eixos:
 - Eixo I: Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação;
 - Eixo II: Reforço da competitividade das PME incluindo a redução de custos públicos de contexto;
 - Eixo III: Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego;
 - Eixo IV: Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas;
 - Eixo V: Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública;
 - Eixo VI: Assistência Técnica.
- **Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) através do PRORURAL +** - O PRORURAL+ reflete a estratégia da Região para a agricultura e para o desenvolvimento rural, pretendendo ser um instrumento financeiro que contribui para o aumento da autossuficiência do setor agroalimentar em 2020.
- **Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP):**
 - **MAR 2020** - Promover uma pesca ambientalmente sustentável, aumentar o emprego e a coesão territorial, promover a comercialização e a transformação dos produtos da pesca, entre outros.
 - **Programa INTERREG V A - MAC (Madeira – Açores - Canárias) 2014-2020** - o Programa prevê o desenvolvimento de operações nas seguintes temáticas: valorização do conhecimento e da inovação, bem como a sua capacidade de integração em redes de conhecimento, melhoria da competitividade das PME, adaptação às alterações climáticas e a prevenção de riscos, proteção do meio ambiente e a eficiência de recursos e a capacidade institucional e eficiência da administração pública.

5 – Reflexões e Propostas

5.1 – Envolvente Externa

O Governo da R.A.A. deve reforçar a sua participação em todos os assuntos relacionados com a União Europeia e que conduzem ao aprofundamento da União Económica e Monetária da Zona Euro.

A atual situação nos Estados Unidos da América onde nos ligam profundos laços de sangue e amizade, integra uma diversificada comunidade emigrante com origens nos Açores. As relações que nos ligam aos EUA são históricas e a emigração açoriana com destino a este grande País existe há mais de um século, logo estamos bem posicionados para acompanhar e avaliar o que se passa neste País e as consequências que poderão advir para os Açores.

A Teoria económica de que a autarcia é a melhor solução para o aumento da riqueza de um País é absolutamente arcaica e contradiz a teoria económica de que o livre comércio é a melhor forma de aumentar a riqueza das nações desde que alicerçada nas vantagens absolutas e comparativas de um País. Em síntese, a teoria económica da autarcia é uma solução deslocada no tempo e anterior aos meados do séc. XVIII e a Adam Smith (1723-1790), e irá a prazo trazer consequências para os EUA e para o Mundo bem mais retrógradas e nefastas do que se pode pensar. Embora os EUA não sejam o principal importador dos produtos de exportação dos Açores é crescente o interesse daquele mercado e apresentava muito potencial de crescimento. Desta forma, é lógico que se a política económica da autarcia for levada à letra que as consequências para a economia açoriana serão negativas. Acresce que as deportações neste contexto político que se desenha vêm a aumentar e a Região terá de estar preparada para este impacto. Estas preocupações manifestadas não devem enfraquecer o crescente interesse do mercado dos EUA, designadamente para setores como o Turismo, embora também aqui seja de esperar consequências e que devem ser antecipadas (Sata, exportações, repatriamento, Base das Lajes, etc).

5.2 – Linhas de Orientação Estratégica para o Plano 2017

Os objetivos formulados são adequados ao tempo e à realidade açoriana, só acrescentaria que as 4 linhas de orientação estratégica apresentadas para o Plano de 2017 deveriam incluir a necessidade permanente da defesa do meio ambiente dos Açores nas mais variadas vertentes, incluindo as construções edificadas e o mar, pois esta é sem dúvida a nossa melhor vantagem comparativa para os diferentes setores de atividade dos Açores.

5.3 – Investimento nos Açores

Continuo a insistir que é importante que a informação apresentada possa incluir os valores programados e realizados para os anos anteriores, ou quando se trate de um novo ciclo como é o caso para os quatro anos precedentes, bem como o enquadramento financeiro das diferentes medidas propostas e o seu impacto no emprego, no produto e nos indicadores sociais.

Tendo em atenção as restrições financeiras que se vivem os valores apresentados para os diversos setores podem ser considerados aceitáveis, importa é que sejam geridos com todo o rigor e máxima eficiência.

A Agricultura, as Pescas e o Turismo são indiscutivelmente os setores de atividade económicos que requerem mais investimento, inovação e controlo de qualidade.

A Educação é fundamental para o Desenvolvimento dos Açores e é um setor estratégico, exigindo-se pois que prevaleça a cooperação estratégica em detrimento da defesa dos interesses corporativos que não ajudam nada a melhorar os rankings da educação nos Açores. O relacionamento da Região com a Universidade dos Açores deve merecer por parte do Governo dos Açores e da A.L.R.A.A. um acompanhamento redobrado pois, embora se aceite que o financiamento principal da Universidade dos Açores deve competir ao Governo da República, não é menos verdade que o que se passa na Universidade dos Açores e os resultados que produz irão fazer-se sentir principalmente e objetivamente nos Açores.

Atendendo ao que se afirmou ao nível da envolvente externa é de prever que as relações externas e as comunidades tenham de vir a reforçar a sua intervenção.

Finalmente uma palavra para incentivar a necessidade de prosseguir com o combate à eutrofização das Lagoas dos Açores e, em especial a Lagoa das Furnas, dotando este programa de recursos adequados e principalmente adotando uma metodologia de trabalho eficaz.

Gualter Furtado

Janeiro de 2017

ORIENTAÇÕES MÉDIO PRAZO 2017-2020

PLANO REGIONAL ANUAL 2017

Enquadramento

Sobre os documentos propostos, foi feita uma análise sumária aos mesmos e reconhece-se que em ambos foram vertidos muitos aspetos positivos da economia Açoriana. No entanto, algumas das medidas propostas de carácter conjuntural nas áreas em baixo descritas, carecem de ser implementadas e outras consolidadas. Nesta primeira abordagem como Conselheiro, apenas apresento algumas ideias genéricas e soluções para os respetivos documentos e deixarei para uma próxima oportunidade as análises analíticas quanto a distribuição de verbas e os contributos do GRA para o investimento público na RAA. A ausência de alguns dados económicos e outros ainda não disponíveis, não nos permite ter uma perceção mais atual da realidade açoriana. Analisar-se dados de 2014 do investimento das empresas na RAA, não me parece muito fiável, se pensarmos que ainda estamos no meio de uma crise, apesar dos sinais regionais de alguma recuperação económica serem notórios. Considero mais importante do que medirmos por exemplo a desagregação espacial do investimento público, por ilhas ou pelos sectores públicos regionais, compreendermos bem o que se pretende fazer na sua globalidade. Por outro lado, como não me restou muito tempo para conhecer melhor o anterior plano da anterior legislatura e fazer comparações, prefiro fazer, nesta fase, este tipo de abordagem inicial de conhecimento do caminho que agora vamos iniciar todos juntos com os Açorianos.

Assim:

Revelam, neste momento, a maior parte dos indicadores que os crescimentos económicos são moderados em diversas zonas do mundo globalizado. Com esta variável, nos Açores teremos muitas dificuldades em exportar ou inovar para estes mercados. Bons indicadores de comércio e serviços para serem recuperados para os níveis que já tivemos na década de 2000, será muito difícil.

Apenas as economias emergentes e em desenvolvimento se espera que possam continuar a crescer. Em Portugal temos estado nos últimos anos a corrigir desequilíbrios orçamentais e a reforçar o sistema financeiro-*esta consolidação retrai como se sabe a economia.*

Por outro lado, não esquecer que vivemos um período em que a maioria das economias estão endividadas (caso dos EUA e dos países da UE que aderiram ao euro). No caso dos EUA, a sua produção subutilizada tem registado individualmente níveis de abrandamento da procura interna. Continuamos sobre o efeito das crises soberanas e genericamente continuamos todos sobre medidas de consolidação orçamental, como é o caso de Portugal.

Depois a nossa procura agregada (consumo público, privado e investimentos) é reduzida neste momento.

ORIENTAÇÕES MÉDIO PRAZO 2017-2020 PLANO REGIONAL ANUAL 2017

Esperamos todos e o atual governo, em particular, na próxima legislatura obter determinados crescimentos económicos e melhorar ainda os níveis de emprego nos Açores, porém o trabalho que se espera será duro e decisivo para o futuro da RAA.

Não podemos ter posições de indefinição quanto ao futuro como acontece, atualmente, com o futuro do projeto europeu.

Princípios

De acordo com a leitura efetuada a ambos os documentos e os desafios que se avizinham, recomendava como desígnios importantes para os Açores os seguintes:

- a) Continuar a aprofundar e a investir numa cultura empresarial de afirmação dos Açores, em especial nas ilhas onde esta realidade tem vindo a degradar-se nos últimos anos.

- b) Adoção de um novo paradigma fundamental de controlo dos recursos públicos- FALTA DE DINHEIRO-ESCASSEZ DE TRABALHO. Quem põe lá o dinheiro nas entidades, empresas tem de estar presente na gestão, ora isto no sector público nem sempre tem acontecido no passado- *Não pode haver desperdícios de recursos para a RAA.*

- c) O desenvolvimento de uma estratégia regional baseada em estratégias de ilha devidamente explanadas em planos estratégicos e coerentes.

- d) Muito empreendedorismo e inovação será fundamental para o aumento das nossas exportações e a consolidação da Marca Açores nos nossos produtos regionais.

- e) O financiamento da economia regional é um elemento central e deve ser levado muito a sério no caso das empresas, pelo que faria todo sentido constituir-se uma “Estrutura de Missão” que apresentasse propostas ou desenhasse instrumentos de capitalização ou de financiamento para as mesmas.

ORIENTAÇÕES MÉDIO PRAZO 2017-2020

PLANO REGIONAL ANUAL 2017

Financiamento da economia

O financiamento da economia de Portugal e dos Açores mais concretamente continuará a ser um problema estrutural que urge resolver na próxima legislatura, na minha modesta opinião. Como é evidente, o tecido empresarial dos Açores contempla muitas situações de sobre-endividamento das empresas, por falta de competência de uma parte dos empresários, mas também é certo e sabido, que sem crescimento nas vendas, sem financiamento de curto prazo, sem investimento, dificilmente os modelos de negócio destas empresas sobrevivem e acabam muitas vezes por ter nos seus balanços, passivos financeiros em excesso e depois as empresas entram em incumprimento generalizado junto das diversas entidades financiadoras.

Por outro lado, em algumas ilhas, os empresários sofrem de ausência de empreendedorismo e poucos tem a perceção de que cada vez mais os negócios devem ser feitos em rede e dentro da nossa coesão regional.

A questão base é esta: como relançamos as nossas economias locais sem investimento, sem financiamento e sem confiança. ***“Não sei como é possível haver recuperação económica sem um tecido empresarial forte, e como é que é possível ter um tecido empresarial forte sem ter os empresários motivados”.***

Esta circunstância deve exigir que:

- a. Seja criado urgentemente um fundo de recapitalização para as empresas ou, em alternativa, uma LINHA GLOBAL de recapitalização das empresas açorianas à semelhança que o Governo da República fez, porque temos de acreditar que o investidor açoriano se tiver condições não difere nada do investidor nacional.
- b. Seja criada uma estrutura –*Missão Empresarial* com o contributo das diversas ilhas para que a recapitalização das empresas passe a ser uma realidade.
- c. Seja revista a aplicabilidade e a distribuição das linhas de apoio à reestruturação bancária e à liquidez das empresas que efetivamente necessitam e enquadrá-las na *Missão Empresarial* que atrás é referida. ***A falta de liquidez na economia está a matar as empresas.***
- d. Mais do que passarmos o tempo a falar e a escrever sobre empreendedorismo, os Açores necessitam de empresários líderes e não seguidores. Neste sentido, fomentar e potenciar a possibilidade, para o período desta legislatura, de construirmos uma verdadeira escola de empresários, seria uma boa medida. Se for possível concretizar esta estratégia melhor, porque assim temos/ teremos

ORIENTAÇÕES MÉDIO PRAZO 2017-2020

PLANO REGIONAL ANUAL 2017

uma visão de inovação com menos risco. Se não puder ser uma escola física, que seja uma cultura empresarial que deve ser trabalhada desde já pois, quase sempre, um dos perigos de quem inicia um negócio é a falta de objetividade e conhecimento.

- e. Sujeitar as empresas açorianas ao instrumento de capital de risco, nos casos em que as mesmas tenham dimensão para se expandir e não nas empresas que queiram arrancar porque no início tem pouca objetividade para os negócios.
- f. Facilitar o acesso ao financiamento bancário das empresas que tragam valor acrescentado às exportações regionais com a incorporação da Marca Açores.
- g. Criar outros modelos de financiamento protocolados com os bancos para situações específicas de empresas com dificuldades no acesso ao crédito, mas que se revelem estratégicas para ilha, em particular, e em geral para os **Açores**.
- h. Criar uma linha de financiamento a Operações de Capital Reversível (este pode ser um financiamento do produto capital pode vir a ser bem acolhido pelo tecido empresarial); a transformação de suprimentos e prestações acessórias em capital social.

Bom aproveitamento do quadro comunitário de apoio 2014-2020

Neste ponto e sobretudo quanto aos sistemas de incentivos para a competitividade empresarial, sugeria ao governo as seguintes situações como forma de melhorar o atual quadro apoio instituído para o sector privado:

- a. Todas as atividades relacionadas com o sector produtivo (agricultura, pescas e turismo) que sejam estratégicas para a RAA deviam ter um apoio forte no investimento, através de incentivos a fundo perdido com uma revisão sobre estes acontecer já em 2017 e, desde que após e durante o projeto seja possível realizar acompanhamentos rigorosos à sua candidatura. Sabemos que, principalmente nas áreas da agricultura e das pescas, o nível de formação e de conhecimento da gestão de alguns dos empresários é precário e como tal numa situação destas o acompanhamento dos mesmos não

ORIENTAÇÕES MÉDIO PRAZO 2017-2020

PLANO REGIONAL ANUAL 2017

deverá ser descurado, bem pelo contrário devem ser apoiados para que a confiança se mantenha a níveis elevados.

- b. Em todos os outros sectores de atividade - que não sejam os que foram referidos anteriormente - os incentivos novos a serem concedidos deviam ser sob a forma de subsídios reembolsáveis, até para responsabilizar os empresários para que sejam capazes de gerirem riscos e de se tornarem melhores empresários. Como o plano de 2017 prevê a criação dos novos incentivos, a possibilidade de uma revisão do COMPETIR+, pode não ser uma má medida se quisermos incentivar mais os empresários.

- c. Fomentar novos investimentos nas empresas novas só com níveis de empreendedorismo elevados. Interessa é perceber muito bem que a empresa mais que apresentar resultados nos primeiros anos, se cria valor para a RAA.

Turismo

O contributo do turismo no crescimento da atividade económica nos Açores tem sido notório principalmente nos últimos meses, em que a alterações verificadas no modelo de transporte para a região foram determinantes. Assim, enquanto vetor estratégico de desenvolvimento regional, deve continuar a ser apoiado inequivocamente, no entanto impõe-se melhorar alguns aspetos no mesmo:

- a. Levar a efeito uma revisão do SITRAA no sentido de o adequar à nova realidade de crescimento da região.

- b. Definir uma estratégia de selecionar os mercados emissores para os Açores e investir forte nos mesmos.

- c. Melhorar fortemente a qualificação dos recursos humanos da hotelaria/restauração em particular nas ilhas mais pequenas.

- d. Promover consistentemente e continuamente a articulação dos transportes aéreos de passageiros com as realidades de cada ilha.

ORIENTAÇÕES MÉDIO PRAZO 2017-2020
PLANO REGIONAL ANUAL 2017

- e. Constar da estratégia de promoção da RAA como destino nos mercados alvo, uma promoção altamente profissional, sem qualquer margem para dúvidas.

- f. Aproveitar todos os eventos e meios ao dispor do GRA para fomentar o turismo e o conhecimento da RAA, como seja a Cultura e o Desporto, onde não pode haver dúvidas quanto à obtenção de retornos económicos para a Região, principalmente nas situações em que essas entidades também recebem frequentemente subsídios não reembolsáveis do orçamento regional.

Nota Final

Foram abordados neste documento algumas considerações e contributos sobre a problemática da economia onde tentei destacar alguns aspetos que se relacionam com a vida das empresas, que espero possam ter algum acolhimento junto das próximas políticas publicas para sector privado.

9 de Fevereiro de 2017

Davide Marcos

CONSELHOS DE ILHA

Conselho de Ilha de Santa Maria



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

Exmo. Sr. Diretor Regional do
Planeamento e Fundos Estruturais

Assunto: Parecer “Orientações de Médio Prazo 2017-2020”

Caro Diretor Regional,

O Conselho de Ilha de Santa Maria na sua reunião ordinária do dia 30 de janeiro de 2017, decidiu, por unanimidade, emitir o seguinte parecer sobre a anteproposta das “**Orientações de Médio Prazo 2017/2020**”, conforme sua solicitação:

- As orientações estratégicas apresentadas nesta anteproposta representam o programa e rumo definido pelo novo Governo Regional dos Açores, sufragado pela maioria da população Açoriana nas últimas eleições para a ALRAA. Por este motivo consideramos com legitimidade o documento apresentado.
- Por maioria, decidimos sugerir ao Governo Regional dos Açores que o referido documento possa contemplar um Plano Plurianual de Investimentos, no quadriénio 2017/2020, por cada Ilha dos Açores.

Sem outro assunto de momento, os melhores cumprimentos, e elevada consideração.

Vila do Porto, 06 de fevereiro de 2017.

O Presidente do Conselho de Ilha de Santa Maria

(Rui Alexandre dos Reis Arruda)



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

12/1

Exmo. Sr. Diretor Regional do
Planeamento e Fundos Estruturais

Assunto: Parecer “Anteproposta do Plano Regional Anual para 2017”

Caro Diretor Regional,

O Conselho de Ilha de Santa Maria em reunião ordinária, do dia 30 de janeiro de 2017, e após Vossa solicitação, decidiu apresentar, por unanimidade, as seguintes considerações sobre a **“Anteproposta do Plano Regional Anual para 2017”**.

A não maior desagregação global desta Anteproposta de Plano não contribui, novamente, para uma interpretação eficaz e mais pormenorizada do documento e da sua real implementação na Ilha de Santa Maria.

Na análise pormenorizada possível ao documento destacamos, positivamente, o seguinte:

- O que é anteproposto para a Ilha de Santa Maria para a Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.

- A contemplação de verbas para a conclusão dos seguintes investimentos:

- Construção do novo polo do Museu de Santa Maria, em Vila do Porto;
- 2.ª Fase da requalificação do Polidesportivo de Santo Espírito;
- Remodelação e ampliação das instalações da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Maria;
- Conclusão dos trabalhos da empreitada de proteção e estabilização dos taludes da orla costeira da Maia, norte do porto.

- A manutenção e abertura de rubricas, aos quais se apela para o início mais breve possível, dos seguintes investimentos:

- Reabilitação do antigo cinema do Aeroporto de Santa Maria;
- Participação do Governo Regional na Musealização da torre do Aeroporto de Santa Maria, reabilitação e adaptação das antigas sala de comando e torre de controle do Aeroporto;
- Desvio de caminho rural na área de Paisagem Protegida do Barreiro da Faneca;
- Lançamento dos procedimentos, adjudicação e conclusão dos trabalhos de retenção norte da proteção do troço a norte do porto de pescas da Maia.

É entendimento deste órgão que deveria estar contemplado nesta Anteproposta e propomos que seja incluído na Proposta de Plano Anual Regional para 2017, o seguinte:

- Que se clarifique e se discrimine objectivamente em **“Implementação de infraestruturas tecnológicas”** o que é referenciado como **“...A ação visa a dinamização dos projetos para a área do espaço, a preparação do “spaceport” em santa Maria...”**. A forma como nos é



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

apresentado este assunto nesta anteproposta não permite que este órgão analise e se pronuncie de outro modo porque não são disponibilizadas informações completas, necessárias e específicas sobre o mesmo.

- A definição de qual o porto que deverá ser considerado como alternativo ao de Vila do Porto, que o mesmo seja alvo de uma grande intervenção para uma verdadeira operacionalidade e se realizem melhoramentos nos outros dois portos da Ilha, também com o objetivo de uma verdadeira operacionalidade destes equipamentos. Esta nossa pretensão é urgente por questões de segurança e apoio às atividades do setor das pescas, quer profissional quer de recreio, assim como ao setor do turismo, nomeadamente às empresas marítimo-turísticas;
- A abertura de rubrica com contemplação de verbas para uma intervenção urgente e imediata no Forte de São João Batista na Praia Formosa, imóvel de inquestionável valor patrimonial e histórico, antes que o mesmo atinja um estado de degradação, que inviabilize a sua recuperação;
- Um reforço substancial financeiro para que seja possível uma grande e abrangente intervenção na beneficiação e pavimentação das diversas Estradas Regionais existentes em Santa Maria, motivada pelo seu elevado estado de degradação, más condições de circulação, sinalização e segurança;
- Que seja contemplado o fornecimento de uma ambulância com tração integral às quatro rodas, uma viatura autotanque pesado, uma viatura de apoio e uma embarcação à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Maria, estabelecendo a prioridade na entrega com o Comando da corporação;
- A abertura de uma rubrica para a recuperação da ER de acesso à Baía da Maia para que, após as obras em curso no local, se inicie imediatamente a recuperação desta via de circulação, que nesta data já se encontra bastante danificada;
- Um grande reforço financeiro na “Cooperação com as Autarquias Locais” - “Cooperação Técnica e Financeira com as Freguesias”, agindo deste modo em conformidade com a pretensão dos responsáveis da ANAFRE nos Açores a qual reflete a expectativa legítima de todas as Freguesias dos Açores.

Sem outro assunto de momento, os melhores cumprimentos, *e elevada consideração*.

Vila do Porto, 06 de fevereiro de 2017.

O Presidente do Conselho de Ilha de Santa Maria

(Rui Alexandre dos Reis Arruda)

Conselho de Ilha da Terceira



<E-MAIL>

Ex.mo Senhor
Diretor Regional do Planeamento e
Fundos Estruturais
Caminho do Meio, 58
São Carlos
9701-853 ANGRA DO HEROÍSMO

S/ Ref.	S/ Data	N/ Ref.	Data
SAI-DREPA/2017/90	2017-01-20	8/CI/2017	Angra do Heroísmo, 2017-02-09

ASSUNTO: PARECER – ANTEPROPOSTA DE PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2017 E ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2017-2020

Em resposta ao ofício em referência, venho presente remeter a V. Ex.^ª o parecer emitido pelo Conselho de Ilha da Terceira:

“Reunido a 7 de fevereiro de 2017 o Conselho de Ilha da Terceira resolve emitir parecer positivo na generalidade quanto às antepostas de Plano Regional Anual para 2017 e de Orientações de Médio Prazo 2017-2020, sem prejuízo das seguintes recomendações:

1. O Conselho de Ilha da Terceira entende ser imprescindível e inadiável dar execução à criação de uma zona económica especial para a área envolvente ao Porto da Praia da Vitória e ao Aeroporto das Lajes, conforme anunciado pelo Governo Regional dos Açores em 21 de novembro de 2015;
2. Manifestar a sua preocupação quanto à falta de concretização dos investimentos associados ao AIR Center, para o qual as únicas intenções de investimento conhecidas são para outras ilhas e haver a indicação da sedeação da entidade gestora no Aeroporto de Santa Maria;
3. O Conselho de Ilha da Terceira considera necessário um rápido arranque da construção da obra, cujo o projeto já foi aprovado, para o Porto das Pipas, de forma a potenciar as ligações entre ilhas e a receção de navios de cruzeiros temáticos com comprimento até aos 150 metros;



CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA
Praça Velha
9701-857 Angra do Heroísmo

4. Recomendar que futuros pedidos de parecer de ante-projetos de Plano Regional sejam acompanhados pela anteproposta de Orçamento Regional para o respetivo ano.

Em anexo são apensos os pareceres sectoriais que foram entregues, os quais integram o presente parecer.”

Com os melhores cumprimentos, *e consideração*

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ILHA,


JOSÉ GABRIEL DO ÁLAMO DE MENESES

Anexos:

- Parecer da Câmara Municipal da Praia da Vitória
- Parecer da União de Sindicatos de Angra do Heroísmo
- Parecer da União Geral de Trabalhadores dos Açores
- Parecer da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo





PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal



Exmo Senhor
Presidente do
Conselho de Ilha da Terceira

ASSUNTO PARECER SOBRE A ANTEPROPOSTA DE PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2017

Em resposta à vossa comunicação, envia-se a V. Ex.^ª o Parecer da Câmara Municipal da Praia da Vitória, emitido em reunião de 26 de janeiro de 2017.

1. A Câmara Municipal da Praia da Vitória **emite parecer positivo na generalidade** quanto à anteproposta de Plano Regional Anual para 2017.
2. A Câmara Municipal da Praia da Vitória entende, neste âmbito, **ser imprescindível e inadiável o compromisso efetivo do Governo Regional dos Açores na resolução das seguintes questões em 2017:**
 - a) Processo Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI) – Bairro Americano de Sta. Rita: apoio do Governo Regional dos Açores nas ações conducentes à resolução do litígio jurídico;
 - b) Processo Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI) – Bairro Americano de Sta. Rita: apoio do Governo Regional dos Açores nas ações conducentes à reabilitação das habitações integradas no perímetro da área supramencionada, possibilitando a garantia de condições mínimas de habitabilidade dos fogos identificados;
 - c) Processo Abastecimento de Água a Sta. Rita: cooperação entre o Governo Regional dos Açores e a Câmara Municipal da Praia da Vitória com vista ao abastecimento de água aquela área do Concelho, tendo em conta o término do abastecimento direto da Base das Lajes, os constrangimentos inerentes à operação e os custos avultados para a sua resolução;
 - d) Processo Parque Empresarial da Vila das Lajes: cooperação entre o Governo Regional dos Açores e a Câmara Municipal da Praia da Vitória conducente à concretização da construção do parque



PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal



empresarial na Vila das Lajes, enquadrado no Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira (PREIT), e tratando-se de um investimento fundamental para a disponibilização de infraestruturas de acolhimento empresarial no Concelho;

- e) Programa de Apoio ao Comércio Tradicional/Local da Praia da Vitória: Medida enquadrada no Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira (PREIT), que se consubstancia na formatação de um pacote de incentivos específicos que possibilitem a dinamização das empresas/estabelecimentos existentes e a geração de novos fatores de atratividade no centro urbano da cidade;
 - f) 2ª Fase da Reabilitação dos Paus da Praia, Belo Jardim e Pedreira: Cooperação entre o Governo Regional dos Açores e a Câmara Municipal da Praia da Vitória tendo como objetivo a conclusão das ações de reabilitação das zonas húmidas da Praia, únicas na Europa e integrantes de um elemento turístico diferenciado contribuinte para o reforço da oferta turística local e da ilha.
3. A Câmara Municipal da Praia da Vitória, no mesmo âmbito, sublinha ser fundamental o **cumprimento das medidas integradas no Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira (PREIT)** destinadas ao Concelho da Praia da Vitória, com especial enfoque nas medidas com impacto económico no desenvolvimento do Concelho e da Ilha.

Com os melhores cumprimentos,



PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal



O

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA DA
VITÓRIA,

ROBERTO LÚCIO SILVA PEREIRA MONTEIRO

ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2017-2020 E PLANO REGIONAL ANUAL 2017 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Parecer da União dos Sindicatos de Angra do Heroísmo/ CGTP-IN

1. *Evolução recente da região*

Analisando a evolução dos últimos anos, verifica-se que nos Açores também se fizeram sentir negativamente os efeitos da crise do capitalismo a nível mundial e da intervenção da Troika e do Governo do PSD/CDS. A nível regional não foram tomadas medidas para fazer frente a esse quadro, tendo sido antes aplicado um memorando entre o Governo Regional e o Governo central que trouxe ainda mais entraves à região.

Assim, o PIB dos Açores recuou em termos reais entre 2011 e 2013. Em 2014 e 2015 houve alguma recuperação mas ainda não foram retomados os níveis anteriores à crise. O investimento teve um recuo significativo neste período, mais visível nos primeiros anos. Entre 2012 e 2014 a Formação Bruta de Capital Fixo caiu 22,1%, seguindo-se a uma queda de 20,6% em 2011.

Em consequência, o desemprego aumentou significativamente e o emprego diminuiu, embora tenha havido uma recuperação nos anos mais recentes. Mas aumentou também a precariedade, sem que o Governo Regional e as autoridades públicas tomassem medidas para a combater. Por sua vez, os salários continuam baixos (o salário líquido mensal médio é de apenas 764 euros face a 825 euros da média nacional) e 37% dos trabalhadores assalariados recebem menos de 600 euros líquidos mensais¹.

O PIB per capita da região aumentou em termos nominais, mas não se incluem os valores reais, o que seria o correcto em termos de evolução. No entanto, há uma deterioração da posição da região face à média nacional (passou de 91% em 2012 para 89% em 2015) e à média da UE (68,2% em 2015 face a 70,6% em 2012).

Apesar de ambos os documentos conterem dados sobre o emprego e desemprego para os anos completos (por isso terminando no ano de 2015), estão disponíveis dados mais recentes relativos aos primeiros três trimestres de 2016² que permitem concluir que:

- a população activa desceu em 2016 (-1,2% nos primeiros nove meses face a 2015);
- o emprego cresceu muito pouco (+0,4% face a 2015) e está cada vez mais dependente dos serviços, já que na indústria e agricultura e pescas diminuiu³;
- a precariedade do emprego aumentou (a precariedade que se consegue medir através do Inquérito ao Emprego passou de 21,2% em 2015 para 23,1% nos primeiros nove meses de 2016);
- o desemprego diminuiu.

A dependência da região relativamente aos serviços e o definhamento do sector secundário, que passou de perto de 30% do emprego total em 2007 para 15,4% nos primeiros nove meses de 2016 (tendo a indústria transformadora um peso de apenas 7,2%), é visível também pelo não tratamento de dados sobre a evolução do sector e em consequência com a ausência de medidas para a sua revitalização.

2. *Medidas de política*

As medidas de política inserem-se nas políticas sectoriais, que por sua vez se enquadram nas Grandes linhas de orientação estratégica seguintes: (i) Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, sustentados no conhecimento, na inovação e no empreendedorismo; (ii) Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades; (iii) Melhorar a Sustentabilidade, a Utilização dos Recursos e as Redes do Território; (iv) Modernizar a Comunicação Institucional, Reforçar o Posição dos Açores no Exterior e Aproximar as Comunidades.

1 Fonte: Inquérito ao Emprego, 3º trimestre de 2016/SREA.

2 Idem, vários trimestres.

3 Ao contrário do que se diz nas OMP (pág. 15) o sector primário está a perder peso na região. Nos primeiros três trimestres do ano de 2016 o peso da agricultura e pescas no emprego total tinha baixado para 9,6%.



UNIÃO DE SINDICATOS DE ANGRA DO HEROÍSMO



Em ambos os documentos ressalta a opção por incentivos às empresas para a produção de bens transaccionáveis com o objectivo de fomentar as exportações e a penetração no mercado global, descurando a produção para o mercado regional e interno e a substituição de importações, o que é necessário ao equilíbrio da balança comercial regional e do próprio país.

Não há medidas de revitalização ou modernização do sector produtivo que, como se viu atrás, está em retrocesso, sendo apenas tratados especificamente a agricultura e a floresta, as pescas e a aquíicultura e ainda o turismo, o que significa uma visão extremamente redutora do desenvolvimento da região. Aparentemente os outros sectores de actividade não necessitam de qualquer planeamento ou orientação.

O documento contém medidas para a elevação da educação e das qualificações dos açorianos, mas não há uma preocupação em traduzir os avanços alcançados e a alcançar no emprego e no aumento dos salários dos trabalhadores.

Assinala-se pela negativa a ausência de orientações e medidas para a criação de emprego com direitos, para o combate à precariedade e aos baixos salários, apesar de se preconizar o aumento do emprego. Opta-se antes pelo mesmo tipo de medidas de apoio à contratação às empresas, estágios e mercado social de emprego.

No nosso entender, o primeiro combate relativamente ao emprego deve ser a eliminação da precariedade, através do reforço de meios da inspecção regional do trabalho para aumentar a fiscalização do cumprimento das relações laborais, bem como pelo exemplo do próprio Governo Regional nesse domínio, acabando com a precariedade com os contratos a prazo na administração pública regional (que no final de Junho de 2016 abrangiam 10,6% dos trabalhadores).

Relativamente às medidas de apoio ao emprego, não devem continuar a apoiar-se contratos a termo. A implementação de uma medida de incentivo à estabilização do vínculo contratual no âmbito do Integra não é suficiente, parecendo-nos mais correcto a sua transformação numa medida de apoio à contratação sem termo, cumprindo o princípio de que a cada posto de trabalho permanente deve corresponder um contrato de trabalho permanente.

Deve ainda fiscalizar-se o uso de medidas de emprego ou ocupação para evitar a substituição de postos de trabalho, seja através de estágios, do chamado trabalho socialmente necessário ou de outra qualquer medida.

O sector público tem um tratamento insuficiente neste documento e não apenas relativamente à não referência do combate à precariedade do emprego no sector, como se disse atrás, mas também relativamente a necessidades de formação dos trabalhadores ou de recrutamento.

30 de Janeiro de 2017

União dos Sindicatos de Angra do Heroísmo/CGTP-IN

ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2017-2020 E PLANO REGIONAL ANUAL 2017 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Parecer da União dos Sindicatos de Angra do Heroísmo/ CGTP-IN

1. *Evolução recente da região*

Analisando a evolução dos últimos anos, verifica-se que nos Açores também se fizeram sentir negativamente os efeitos da crise do capitalismo a nível mundial e da intervenção da Troika e do Governo do PSD/CDS. A nível regional não foram tomadas medidas para fazer frente a esse quadro, tendo sido antes aplicado um memorando entre o Governo Regional e o Governo central que trouxe ainda mais entraves à região.

Assim, o PIB dos Açores recuou em termos reais entre 2011 e 2013. Em 2014 e 2015 houve alguma recuperação mas ainda não foram retomados os níveis anteriores à crise. O investimento teve um recuo significativo neste período, mais visível nos primeiros anos. Entre 2012 e 2014 a Formação Bruta de Capital Fixo caiu 22,1%, seguindo-se a uma queda de 20,6% em 2011.

Em consequência, o desemprego aumentou significativamente e o emprego diminuiu, embora tenha havido uma recuperação nos anos mais recentes. Mas aumentou também a precariedade, sem que o Governo Regional e as autoridades públicas tomassem medidas para a combater. Por sua vez, os salários continuam baixos (o salário líquido mensal médio é de apenas 764 euros face a 825 euros da média nacional) e 37% dos trabalhadores assalariados recebem menos de 600 euros líquidos mensais¹.

O PIB per capita da região aumentou em termos nominais, mas não se incluem os valores reais, o que seria o correcto em termos de evolução. No entanto, há uma deterioração da posição da região face à média nacional (passou de 91% em 2012 para 89% em 2015) e à média da UE (68,2% em 2015 face a 70,6% em 2012).

Apesar de ambos os documentos conterem dados sobre o emprego e desemprego para os anos completos (por isso terminando no ano de 2015), estão disponíveis dados mais recentes relativos aos primeiros três trimestres de 2016² que permitem concluir que:

- a população activa desceu em 2016 (-1,2% nos primeiros nove meses face a 2015);
- o emprego cresceu muito pouco (+0,4% face a 2015) e está cada vez mais dependente dos serviços, já que na indústria e agricultura e pescas diminuiu³;
- a precariedade do emprego aumentou (a precariedade que se consegue medir através do Inquérito ao Emprego passou de 21,2% em 2015 para 23,1% nos primeiros nove meses de 2016);
- o desemprego diminuiu.

A dependência da região relativamente aos serviços e o definhamento do sector secundário, que passou de perto de 30% do emprego total em 2007 para 15,4% nos primeiros nove meses de 2016 (tendo a indústria transformadora um peso de apenas 7,2%), é visível também pelo não tratamento de dados sobre a evolução do sector e em consequência com a ausência de medidas para a sua revitalização.

2. *Medidas de política*

As medidas de política inserem-se nas políticas sectoriais, que por sua vez se enquadram nas Grandes linhas de orientação estratégica seguintes: (i) Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, sustentados no conhecimento, na inovação e no empreendedorismo; (ii) Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades; (iii) Melhorar a Sustentabilidade, a Utilização dos Recursos e as Redes do Território; (iv) Modernizar a Comunicação Institucional, Reforçar o Posição dos Açores no Exterior e Aproximar as Comunidades.

1 Fonte: Inquérito ao Emprego, 3º trimestre de 2016/SREA.

2 Idem, vários trimestres.

3 Ao contrário do que se diz nas OMP (pág. 15) o sector primário está a perder peso na região. Nos primeiros três trimestres do ano de 2016 o peso da agricultura e pescas no emprego total tinha baixado para 9,6%.

Em ambos os documentos ressalta a opção por incentivos às empresas para a produção de bens transaccionáveis com o objectivo de fomentar as exportações e a penetração no mercado global, descurando a produção para o mercado regional e interno e a substituição de importações, o que é necessário ao equilíbrio da balança comercial regional e do próprio país.

Não há medidas de revitalização ou modernização do sector produtivo que, como se viu atrás, está em retrocesso, sendo apenas tratados especificamente a agricultura e a floresta, as pescas e a aquicultura e ainda o turismo, o que significa uma visão extremamente redutora do desenvolvimento da região. Aparentemente os outros sectores de actividade não necessitam de qualquer planeamento ou orientação.

O documento contém medidas para a elevação da educação e das qualificações dos açorianos, mas não há uma preocupação em traduzir os avanços alcançados e a alcançar no emprego e no aumento dos salários dos trabalhadores.

Assinala-se pela negativa a ausência de orientações e medidas para a criação de emprego com direitos, para o combate à precariedade e aos baixos salários, apesar de se preconizar o aumento do emprego. Opta-se antes pelo mesmo tipo de medidas de apoio à contratação às empresas, estágios e mercado social de emprego.

No nosso entender, o primeiro combate relativamente ao emprego deve ser a eliminação da precariedade, através do reforço de meios da inspecção regional do trabalho para aumentar a fiscalização do cumprimento das relações laborais, bem como pelo exemplo do próprio Governo Regional nesse domínio, acabando com a precariedade com os contratos a prazo na administração pública regional (que no final de Junho de 2016 abrangiam 10,6% dos trabalhadores).

Relativamente às medidas de apoio ao emprego, não devem continuar a apoiar-se contratos a termo. A implementação de uma medida de incentivo à estabilização do vínculo contratual no âmbito do Integra não é suficiente, parecendo-nos mais correcto a sua transformação numa medida de apoio à contratação sem termo, cumprindo o princípio de que a cada posto de trabalho permanente deve corresponder um contrato de trabalho permanente.

Deve ainda fiscalizar-se o uso de medidas de emprego ou ocupação para evitar a substituição de postos de trabalho, seja através de estágios, do chamado trabalho socialmente necessário ou de outra qualquer medida.

O sector público tem um tratamento insuficiente neste documento e não apenas relativamente à não referência do combate à precariedade do emprego no sector, como se disse atrás, mas também relativamente a necessidades de formação dos trabalhadores ou de recrutamento.

30 de Janeiro de 2017

União dos Sindicatos de Angra do Heroísmo/CGTP-IN



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES DOS AÇORES

CADERNO DE REIVINDICAÇÕES SINDICAIS

DA

UGT- AÇORES PARA 2017

ENQUADRAMENTO GERAL

Na atual conjuntura mundial fazer previsões e traçar cenários macroeconómicos será porventura um dos exercícios mais difíceis para qualquer especialista ou instituição vocacionada para o efeito.

A incerteza, instabilidade e insegurança reforçadas pelas tensões geopolíticas em diversas regiões do planeta, deixam os mercados e investidores nervosos e com sérias dúvidas onde podem aplicar o seu dinheiro com segurança, mantendo as legítimas expectativas de retorno económico do investimento efetuado.

Para combater esse pessimismo, os Bancos Centrais das principais economias mundiais, adotaram um conjunto de medidas concertadas com os respetivos Governos, Comissão Europeia, Fundo Monetário Internacional e os agentes económicos principais interessados, numa solução de crescimento económico sustentável em paz e liberdade no amplo respeito dos acordos internacionais.

Verifica-se porém, que tal desiderato tem-se mostrado uma tarefa bastante difícil ou de alguma forma inglório, uma vez que a crise persiste teimosamente nalgumas economias, especialmente na Europa, e até se agravou noutras, como nas economias emergentes em consequência da queda dos preços do petróleo e de algumas matérias-primas, impedindo assim o tão almejado crescimento económico duradouro e sustentável que todos os povos aspiram ter, ou voltar a ter novamente, como outrora tiveram os países ocidentais de economia de mercado.

Pode-se afirmar hoje com alguma segurança, que o movimento revolucionário inspirado no modelo democrático ocidental, designado de “Primaveras Árabes”, em que os grupos políticos de oposição naqueles países foram instados e ajudados pelos Ocidentais, (E.U.A, e alguns países da Europa) a combater o poder autocrático e ditatorial neles instalado, contribui decisivamente para esta indesejada situação.

Efetivamente, na maioria dos casos o poder instalado foi derrubado, mas no seu lugar não surgiu outro organizado, mas sim diversos grupos que se digladiavam e digladiam entre si, provocando o caos a fome e a miséria das populações, que tentam com o risco das suas próprias vidas fugir à situação, refugiando-se noutras paragens sobretudo nos países ricos da Europa, como a Alemanha, França, Itália, Suécia etc.

1



Ao mesmo tempo, os ditos grupos que se esperavam democráticos e pró-ocidentais, com a (rédea solta), tornaram-se no seu inimigo número um, atingindo o expoente máximo no designado Estado Islâmico, proclamando a criação dum califado que abrangeria partes da Síria, Iraque e Turquia, atuando simultaneamente em rede com outros satélites a operar no Norte de África, com os Talibãs no Paquistão e Afeganistão.

A sua estratégia para além do terrorismo, incluía e mantém ainda o recrutamento de indivíduos naqueles países, sobretudo jovens, para se juntarem ao seu movimento aliciando-os com falsas promessas, levando-os a combater em nome de “ALÁ” o inimigo número um e causador de todos os males na sua perspetiva, atacando cruelmente e indiscriminadamente as sociedades e os governos que os tentavam e tentam combater, como aconteceu recentemente na França, Bélgica, Reino Unido, e um pouco por toda a Europa.

Moral da história, ou melhor consequência nefasta da estratégia ocidental:

a) Aparecimento de novas formas de terrorismo atacando e matando indiscriminado inocentes;

b) Instalação do sentimento de medo e insegurança nunca vistos nas últimas décadas nas populações daqueles países;

c) Governos aparentemente mal preparados para defender as populações da nova ameaça, o terrorismo praticado por jovens nascidos e criados neles e aparentemente integrados na sociedade;

d) Alteração do status de vida quotidiano nos países ocidentais, sobretudo os mais influentes no panorama económico europeu, por exemplo com a suspensão do acordo de Sheguen, ou instauração do estado de emergência;

e) Instalação do sentimento de desconfiança generalizado sobre os estrangeiros, principalmente os de origem Islâmica, criando-se situações de injustiça pouca dignas de sociedades vistas como democráticas, tolerantes e respeitadoras dos direitos humanos;

f) E finalmente a influência que pode induzir nas escolhas políticas europeias e ocidentais, ao preferirem protagonistas políticos xenófobos, nacionalistas, e protecionistas indutores dum maior isolacionismo e dificuldade em resolver-se conflitos.

Se a tudo isto somarmos os aspetos negativos que a globalização trouxe, como a deslocalização de fábricas, empresas e centros de decisão em busca duma maior remuneração do capital investido, implicando a morte de algumas localidades ou regiões, com o consequente aumento do desemprego, da miséria da fome culminando no agravamento das desigualdades sociais, o resultado só poderia ser desastroso como de resto está a acontecer.

Os fatos políticos recentes têm demonstrado que as populações já não acreditam nas instituições que democraticamente elegeram para os representar e defender os seus interesses, rejeitando as suas propostas políticas e económicas através do voto, como fizeram recentemente no Reino Unido, na Alemanha, e nos EUA, temendo-se mesmo que se venha a transformar num



movimento mundial de contestação aos poderes instalados.

No Reino Unido em referendo a população decidiu não permanecer na U.E., contrariando a indicação dos partidos tradicionais do poder, os Conservadores e Trabalhistas.

Na Alemanha, país em que a Chanceler Angela Merckel detinha até há bem pouco tempo elevados índices de popularidade, nas recentes eleições regionais a população relegou o seu partido, para o fundo da lista, sempre abaixo do 3º lugar das escolhas, não esqueçamos que Merkel numa atitude profundamente humanista e respeitadora do ser humano, abriu praticamente as portas da Alemanha aos refugiados e perseguidos pela guerra, fome e miséria.

Mais recentemente nos Estados Unidos da América, maior potência económica e militar do planeta, mais uma vez as populações contra tudo e contra todos, rejeitaram as propostas e políticas dos eternamente instalados no poder (stablishment) dando a vitória a Donald Trump, um candidato populista, a quem apelidaram de xenófobo, racista e outros adjetivos bastante negativos para a sua imagem, mas que prometia a rutura completa e absoluta com a situação. Focou o seu discurso exclusivamente no que era negativo da globalização e na classe média que viu perder empregos e poder de compra anos a fio, afirmando que iria colocar os interesses dos E.U.A e dos Americanos sempre acima de tudo e de todos.

É neste contexto, diria, de contestação generalizado, que vão decorrer o referendo a 4 de dezembro sobre a reforma constitucional na Itália, as próximas eleições em 2017, em países tão importantes, como a França, Holanda e Alemanha, com enormes riscos das escolhas políticas caírem para partidos ou movimentos políticos que defendem o, aumento do protecionismo e dos nacionalismos, enfim um maior isolamento, contrários aos tratados Europeus e do Comércio Mundial, e assumam-se com realismo, perigoso e retrogrado para o tipo de sociedade que almejamos e se tem construído nos últimos anos.

É neste quadro de incerteza e expectativa generalizadas que todos temos de trabalhar, incluindo os institutos e especialistas que fazem estudos, projeções de crescimento económico e progresso social, revendo e alterando quase diariamente as suas previsões face às mudanças inesperadas que estão a acontecer no presente e se perspectiva no futuro, e, não outra que naturalmente preferíamos.

PROJEÇÕES DE CRESCIMENTO ECONÓMICO

Mundial

De acordo com o mais recente relatório do FMI, o crescimento económico global em 2016 deverá ficar nos 3,1% ligeiramente abaixo (-0,1%) das projeções avançadas em abril, devido ao abrandamento do crescimento económico das economias mais avançadas, bem como o acentuar da recessão nalgumas economias emergentes, como as do Brasil e Rússia.



Todavia, alguns fatores poderão determinar um maior crescimento se, se tiver em conta a revisão em alta do preço do barril de petróleo na sequência do acordo com vista à diminuição da produção conseguido no seio da OPEP, continuando assim a rota ascendente.

A confirmar-se o crescimento acima mencionado, a economia global em 2016 crescerá ao mesmo ritmo do ano passado, esperando-se para 2017 uma aceleração, mas menor do que era estimada há três meses: que era de 3,4%, em vez de 3,3%.

A “onda de incerteza” que o voto pela saída do Reino Unido da União Europeia (UE) acrescentou a um ambiente económico global já por si incerto levou o Fundo Monetário Internacional (FMI) a baixar as previsões para a economia mundial neste ano e no próximo, numa altura em que ainda não eram conhecidos os resultados das eleições presidenciais nos Estados Unidos da América..

Por outro lado, os riscos já identificados no sistema bancário europeu podem ser acentuados ainda mais pelo “Brexit”, nomeadamente as dificuldades nos bancos portugueses e italianos.

O choque do Brexit surge no meio de problemas não-resolvidos no sistema bancário europeu, em particular nos bancos italianos e portugueses, como identificado no Relatório de Estabilidade Financeira Global, patente nas turbulências persistentes nos mercados financeiros e o aumento global de aversão ao risco podem ter graves repercussões macroeconómicas, nomeadamente a intensificação das dificuldades dos bancos, particularmente nas economias vulneráveis.

Segundo a instituição liderada por Christine Lagarde, o crescimento global, já lento, vai ressentir-se, colocando o ónus aos decisores políticos de fortalecerem os sistemas bancários e delinearem planos para pôr em marcha o que o FMI chama de reformas estruturais, que considera muito necessárias.

Ao mesmo tempo considera que este crescimento só adquire consistência, se, se verificar o princípio básico, os países que têm margem orçamental devem utilizá-la — por exemplo, o Canadá, a Alemanha, a Coreia etc.

Na União Europeia

Para além dos constrangimentos que a afetam já enunciados na primeira parte do documento, sem dúvida que o “Brexit” veio acentuar fortemente a incerteza económica, política e institucional, o que deverá ter repercussões macroeconómicas negativas, nomeadamente nas economias europeias desenvolvidas. Mas como ainda não se sabe exatamente em que termos será negociada a saída do Reino Unido da UE, o FMI diz ser ainda muito difícil de quantificar as suas repercussões potenciais além do abrandamento neste período pós-referendo e início das negociações assim que a nova primeira-ministra britânica, Theresa May, acione o artigo 50.º do



aumentado o consumo interno se obtinha um maior incremento do PIB, e assim, a criação de emprego bem como todos os efeitos benéficos que daí advinham, como por exemplo a diminuição das despesas sociais etc.

Todavia, a realidade veio a mostrar que as coisas acabaram por não ser o que pensavam e desejariam, mas sim o contrário ou pelo menos bem diferente, como confirmam os dados que vão sendo divulgados pelo INE, Eurostat, Banco de Portugal, Comissão Europeia, BCE, FMI etc, à medida que o tempo passa.

Depois dos cortes sucessivos feitos em Abril e Junho, o FMI não mexeu nos números, esperando que a economia cresça 1% neste ano, aquém dos 1,6% do ano passado, bem abaixo da previsão governamental de 1,8% e da média de 1.7% prevista para a Zona Euro e do seu principal destino de exportação, a vizinha Espanha, que deverá crescer 3,1%, mais ou menos o mesmo que o registado em 2015, que foi de 3,2%, refletindo este abrandamento o menor crescimento do consumo privado, do investimento e das exportações. Refira-se que também as previsões do 3º trimestre do Banco de Portugal, vão no mesmo sentido prevendo uma desaceleração do PIB mais ou menos dentro dos mesmos valores.

Para 2017, o FMI prevê que o PIB português cresça 1,1%, abaixo dos 1,8% que o Governo previa em maio no âmbito da atualização do programa de estabilidade e de novo muito abaixo do previsto na Proposta de Orçamento de Estado para 2017 que é de 1,5%.

As opiniões de muitos analistas e instituições como Bancos, Universidades etc dividem-se entre os 1,1% e 1,5%, para o crescimento do PIB, conforme os fatores em que baseiam as suas projeções, geralmente no investimento e exportações, em contraponto ao que ocorreu em 2016 que apostava claramente no consumo.

Todavia, para os mais otimistas as metas são credíveis, porque na proposta de orçamento de 2017 vislumbra-se um maior ênfase no apoio ao investimento e às exportações por efeito de fatores externos positivos, como por exemplo a subida dos preços do petróleo face ao acordo da OPEP para diminuir a produção, com reflexos nos principais mercados de exportação de Portugal fora da Europa como Angola e o Brasil.

Atenção que esta opinião poderá já não ser sustentada, face à maior incerteza que as eleições presidenciais americanas vieram trazer à evolução da economia mundial e até ao fenómeno da globalização como era conhecido até hoje.

Déficit e Dívida Pública

O deficit em 2016, segundo estimativas do Ministério das Finanças e corroborado recentemente pela Comissão Europeia, deverá situar-se nos 2,5%, confirmando a tendência de descida que foi de 2,93% em 2015 e bem assim a saída do Procedimento por Déficit Excessivo a que o País estava obrigado, prevendo-se que em 2017 fique nos 2,2%.



Tratado de Lisboa para retirar o país da comunidade europeia.

A crescer junta-se a maior incerteza gerada pela ascensão ao poder nos Estados Unidos da América, de Donald Trump, que na sua campanha assumiu uma política de rutura ou revisão em muitos domínios, incluindo com a União Europeia.

A trajetória do Reino Unido já era de abrandamento para este ano – e a desaceleração agrava-se – mas a perspetiva de recuperação que se previa para o ano seguinte agora já não existe. Depois de um crescimento de 2,2% em 2015, a economia britânica deverá crescer 1,7% em 2016, e, em relação ao próximo ano, o corte nas previsões é bem mais pronunciado, prevendo-se que a economia cresça 1,3%, quando anteriormente se apontava para uma aceleração até aos 2,2%.

Em relação à zona euro, se para este ano as previsões até são ligeiramente melhores do que aquilo que o FMI projetava em Abril, as expectativas para 2017 são mais pessimistas. O cenário previsto é de um crescimento de 1,6% em 2016, 0,1% acima do anteriormente projetado, mas com a perspetiva de abrandamento no ano seguinte para os 1,4%, menos 0,2 do que a previsão anterior.

Também para as duas principais economias da moeda única o FMI reviu em alta a previsão para 2016 e baixou a do próximo ano. A Alemanha deverá apresentar um crescimento do PIB de 1,6% (0,1 acima face a Abril), abrandando em 2017 para 1,2% (0,4 abaixo do valor de há três meses).

Em França o FMI espera uma progressão de 1,5% este ano (uma melhoria de 0,4 face a Abril) seguindo-se uma desaceleração para 1,2% no próximo (0,1 abaixo do valor de Abril).

Neste contexto afirma o FMI que a Europa no seu todo e o Reino Unido (segunda maior economia da EU) são as regiões mais afetadas no futuro próximo.

Efetivamente o reforço da atividade económica tem influência direta no crescimento do emprego, com reflexos óbvios no desemprego, que, não obstante a sua trajetória decrescente, mantém-se ainda a níveis elevados.

O desemprego na UE e na área do Euro deverá diminuir este ano para 9,2% e 10,6% respetivamente, prevendo-se em 2017, que confirme esta tendência.

Em Portugal

A alteração das políticas com chegada do novo Governo de esquerda, saído da maioria da Assembleia da República, liderado por António Costa determinou um rumo diferente na trajetória de consolidação das finanças públicas traçada pelo anterior governo liderado por Passos Coelho.

Foi apresentado um novo paradigma de desenvolvimento económico, à Comissão Europeia dando prioridade à política de rendimentos, acelerando-se a devolução dos cortes efetuados durante o PAEF – Programa de Apoio Económico e Financeiro, no pressuposto de que



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES DOS AÇORES

Quanto à Dívida Pública contrariamente ao previsto anteriormente que era de tendência decrescente, esta aumentará.

Segundo dados do EUROSTAT o primeiro e segundo trimestres registaram um incremento da Dívida Pública, quer em termos mensais quer em termos homólogos, situando-se nos 131,7% do PIB em junho, e 133,2% em setembro, prevendo-se uma inversão da tendência relativamente ao ano de 2015 que segundo dados do Banco de Portugal foi de 128,9 % do PIB, a partir de 130,2% em 2014. Segundo o Ministério das Finanças a tendência decrescente será retomada em 2017, prevendo-se que fique nos 128,4% do PIB.

Emprego/ Desemprego

Segundo previsões do Eurosistema (BCE e conjunto de bancos associados) o mercado do trabalho continua a apresentar uma evolução globalmente positiva, com destaque para a criação de emprego e a manutenção da tendência de descida do desemprego para 11,9% da população ativa no final de 2016 e de 11,3% no final de 2017.

Segundo as últimas projeções do FMI estas previsões até melhoram substancialmente 11,2% este ano e 10,7% para 2017 e de acordo com as projeções na proposta de Orçamento de Estado ainda serão melhores, prevendo que em 2017 ficará nos 10,3%.

Inflação/Poder de Compra

A economia portuguesa é caracterizada por um elevado grau de abertura ao exterior, principalmente em relação à União Monetária, que em 2015 concentrou 57% das exportações e 67% das importações totais, pelo que a evolução dos preços está fortemente condicionada por este fator.

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, mercê da conjugação do fator acima mencionado com a procura interna, tem-se verificado uma subida consistente dos preços em termos mensais e homólogos, prevendo-se que se situe nos 0,7% em 2016 e que atinja 1,4% em 2017.

Queremos aqui alertar para o esforço que os parceiros sociais devem fazer para se chegar a um consenso quanto aos aumentos salariais, para se ir repondo o poder de compra perdido nos últimos anos de crise. De salientar que a só entre 2010 e 2015 os trabalhadores da Administração Pública perderam em média 18,7% do seu poder de compra.

NOS AÇORES

A Autonomia dos Açores cumpriu, 40 anos depois da sua criação, os objetivos que lhe foram fixados na Constituição, nomeadamente no que toca ao desenvolvimento económico e social das infraestruturas de base dos Açores.



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES DOS AÇORES

Uma extensa rede de portos e aeroportos, hospitais e centros de saúde e de estabelecimentos de educação, equipamentos coletivos sociais de apoio às crianças, jovens e idosos, cobre hoje as novas ilhas dos Açores, sem que os seus concelhos e freguesias sejam exceção, graças à Autonomia dos Açores e à ação dos seus órgãos de governo próprio. A isto acresce referir a importância da criação da Universidade dos Açores e da RTP/Açores que permitiu gerar uma maior consciência e pensamento regionais sobre a nossa identidade coletiva e o desenvolvimento do arquipélago.

Se em 1974 o PIB per capita dos Açores era cerca de 45 por cento do nacional, hoje representa 91 por cento.

Esta fase bem-sucedida da nossa Autonomia foi possível graças à solidariedade nacional, numa primeira fase, e aos fundos disponibilizados pela União Europeia, numa segunda fase, e à ação dos sucessivos órgãos do governo próprio da Região, sobretudo a partir da aprovação da Lei das Finanças Regionais 13/98 de 24 de fevereiro.

Atualmente o orçamento da Região é composto por 66 por cento do seu as receitas próprias, 16 por cento por fundos comunitários e a solidariedade nacional, aproximadamente, 18 por cento, como bem salientou o Presidente do Governo Regional dos Açores recentemente na sua intervenção no Clube de Pensadores em Vila Nova de Gaia.

Contudo, se é verdade este nosso sucesso coletivo, temos igualmente que reconhecer que a nossa Autonomia falhou no que toca à captação do investimento reprodutivo e à modernização, reforço e capacitação do nosso tecido produtivo regional de bens e serviços transacionáveis, indispensável à criação de empresas, riqueza e emprego sustentável, pelo facto de não termos sabido ou conseguido adotar rapidamente um novo paradigma de crescimento económico e social que apostasse no desenvolvimento das nossas capacidades e potencialidades produtivas endógenas dos setores da agricultura, em que se torna premente ultrapassar a atual crise da lavoura, gerada com o fim das quotas leiteiras, do mar, onde é fundamental apostar no aumento e modernização da nossa frota de pesca, na transformação, industrialização e comercialização do pescado e na aquacultura, e do turismo, agora que, liberto dos estrangulamentos que os transportes colocavam à sua afirmação, começa a dar sinais promissores disso. A atual dimensão e gravidade do desemprego na Região tem a ver, em grande parte, com o fim da fase de crescimento apostada na criação das infraestruturas regionais e com a crise da construção civil que daí resultou, com a agravante de mais de 75% do orçamento da RAA estar comprometido nos próximos anos (Quadro Plurianual de Programação Orçamental artigo 45º do DLR nº 1/2016/A de 8 de janeiro, que aprova o orçamento da Região Autónoma dos Açores).

Num contexto mais pormenorizado atente-se para dados recentes sobre a Atividade Económica.



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES DOS AÇORES

Não deixando de reconhecer uma grande evolução em diversos domínios da Região, incompreensivelmente o SREA não disponibiliza dados atualizados dos agregados que se usam tradicionalmente para caracterizar o estado de desenvolvimento económico dos Países, e Regiões, como por exemplo; o Produto Interno Bruto (PIB), a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) ou a Balança de Transações Correntes, impedindo-nos assim de fazer comparações e analisar tendências em consonância com o todo nacional e até europeu.

Face a este constrangimento, socorremo-nos dos dados sobre a atividade económica divulgados pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores, no 3º trimestre de 2016.

Se atendermos a uma análise de curto prazo baseada aos últimos anos, nota-se que a evolução do Indicador da Atividade Económica (IAE – Açores) desde 2013, revelou uma tendência de desaceleração, apresentando em Agosto o valor de 1,6%, o que representa uma diminuição face ao mês de Julho (2,1%) e um crescimento inferior ao observado no mês homólogo de 2015 (3,1%).

Analisando os diversos setores de atividade com base nos dados do 3º trimestre de 2016:

No setor primário

Assim, no setor primário o leite entregue nas fábricas mantém a tendência dos últimos meses (-0,4%) com evolução negativa pelo quarto trimestre consecutivo.

Negativos são também os dados relativos ao emprego homólogo (-17,4%).

A evolução da Pesca descarregada também vai no mesmo sentido (-34,9%) bem como a exportação de gado vivo (-29,2%).

Em sentido oposto, pode referir-se a evolução bastante favorável do abate de gado bovino (15,9%).

Estes números refletem sem dúvida uma tendência decrescente no que se torna preocupante, dado tratar-se dum setor com grande peso na economia regional, sobretudo ao nível do PIB e das exportações.

Para além disso, há a registar ainda os efeitos negativos que tem sobre outros setores e áreas de atividade, como por exemplo o comercial e financeiro, ao gerarem efeitos negativos em cadeia em diversos domínios da atividade económica, culminando sempre no aumento do desemprego e conseqüentemente da pobreza e exclusão social.

No setor secundário

No setor secundário há a destacar, positivamente, o consumo de energia na indústria (7,2%) e a produção de queijo (4,2%).



Negativamente há a registar a diminuição homóloga (-1,9%) e trimestral (-0,6%) do emprego, bem como a produção de leite para consumo (-0,7%).

A construção apresenta sinais mistos e até contraditórios: o emprego homólogo regista um aumento significativo (10,9%) enquanto a venda de cimento e o licenciamento regressam a taxas negativas (-2,1% e -11,5%).

Todavia continuamos preocupados face à persistente quebra verificada nos últimos anos na construção civil.

Ao desaparecimento de inúmeras empresas nesta área de atividade, a situação agravou-se indubitavelmente com o desaparecimento dum Banco de cariz marcadamente regional como era o BANIF.

No setor Terciário

No sector terciário quase todos os indicadores têm comportamento bastante positivo.

Assim, o turismo cresce mais de 12%, os passageiros desembarcados ultrapassam os 15%, e a venda de automóveis ligeiros aumentou 29%.

Regozijamo-nos com os resultados conhecidos e a vitalidade que este setor vem demonstrado, sobretudo por efeito das externalidades introduzidas no setor com a vinda das companhias de aviação “Low Coast” para a ilha de S. Miguel, mas gostaríamos de ver esta ação estendida também às outras ilhas, obviamente com o empenhamento esperado do Governo Regional.

O Emprego

No terceiro trimestre de 2016, a população empregada, estimada pelo Inquérito ao Emprego, apresentou um valor de 108.211 trabalhadores, superior em 0,6% à estimada no último trimestre, mas inferior em 0,1% à estimada no trimestre homólogo.

Verifica-se também um aumento homólogo (3,1%) e trimestral (0,9%) do emprego, sobretudo devido ao efeito induzido pelo crescimento do setor terciário.

O Desemprego

Continua a ser um dos flagelos da nossa sociedade como confirmam os dados.

A taxa de desemprego regional no 3º trimestre ficou nos 10,7%, superior à média nacional que é de 10,5% e correspondendo a uma diminuição homóloga de 1,4 p. p. e trimestral de 0,3 p. p..

De salientar neste campo o aumento do número de desempregados em programas ocupacionais, atingindo segundo os dados oficiais o maior número de sempre 6335 indivíduos.

Se a isto juntarmos o elevado número de indivíduos que perderam o direito ao subsídio



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES DOS AÇORES

de desemprego ou outra forma de apoio social, que se disponibilizam a trabalhar informalmente, em condições precárias e mal remunerados, sem qualquer vínculo ou direito social, temos de concluir que este é o problema mais sério que existe na sociedade Açoriana para o que apelamos ao governo dos Açores uma atenção redobrada nesta área de ação.

O Índice de Preços no Consumidor

A taxa média de inflação foi de 1,1% em setembro (a média nacional foi 0,6%), mantendo a mesma taxa de junho.

Em Setembro a taxa homóloga foi de 1,4%, enquanto a taxa correspondente a nível nacional foi 0,6%.”

O valor da inflação média na Região Açores no final do 3.º trimestre, é o reflexo das maiores variações médias ao longo dos últimos três meses nas classes de Bebidas alcoólicas, tabaco, vestuário e calçado, transportes, comunicações e outros bens e serviços.

Outros Indicadores Sociais

Não obstante as melhorias verificadas ao longo dos 40 anos de Autonomia como referimos anteriormente, existem uma série de outros indicadores de índole social altamente preocupantes e que nos colocam no fundo da tabela das estatísticas nacionais.

Através de dados disponibilizados pelo INE até 2015 e estudos avulso verifica-se que:

- 1 - Os Açores são a região com maior taxa de abandono escolar precoce 32,8%;
- 2 - Os Açores são a região com maior taxa de ação social escolar 65% dos alunos recebe;
- 3 - Os Açores são a região com maior taxa de desemprego jovem, 34,4%
- 4 - Os Açores são a região com maior taxa de famílias dependentes do RSI, cerca de 8%;
- 5 - Os Açores são a região com maior taxa de desemprego de longa duração 65%;

Em suma, depois de uma aturada investigação verificamos que estamos na linha da frente nos maus indicadores e na cauda em relação aos bons. Não acreditamos na sorte ou predestinação, mas estamos conscientes que depois de tanto dinheiro injetado nas áreas sociais, alguma coisa não está a correr bem e sentimo-nos também na obrigação de contribuir para a sua inversão, disponibilizando-nos total e empenhadamente para a melhoria ou reversão desta situação.



Neste Contexto

Tendo em conta a debilidade da nossa estrutura produtiva regional, assente basicamente no setor terciário, dos serviços, e a necessidade de a diversificar, reforçar e modernizar;

Considerando a falta ou insuficiência de investimento interno e externo que aumente, capacite e desenvolva o nosso tecido produtivo regional de bens e serviços transacionáveis, e a necessidade de o atrair como forma de criação de empresas, riqueza e emprego;

Tendo presente a dimensão e gravidade do desemprego, e a necessidade de o combater através do lançamento de políticas ativas de criação de emprego, nomeadamente por via do reforço das competências académicas e profissionais dos desempregados;

Considerando o aumento dos fenómenos de pobreza, de conflitualidade social e mesmo de insegurança, e a necessidade de os combater de forma coordenada e consequente;

Considerando a falta ou deficit de diálogo e negociação coletiva e de transparência e de informação no que toca ao funcionamento da nossa administração pública regional, e a necessidade de as corrigir e ultrapassar;

Considerando, por último, a tendência crescente verificada na nossa administração pública regional para a aplicação do princípio da confiança política na ocupação dos cargos públicos, partidarizando-os, e a necessidade de reforçar aqui o princípio da competência;

A UGT-Açores elege como principais preocupações e reivindicações sindicais a ter em conta na próxima legislatura 2016/20 – para as quais pede e espera a atenção e atuação consequente de todos os partidos políticos concorrentes, -- as que se passam a enunciar de imediato:

1. A ADOÇÃO DE POLÍTICAS DE CRESCIMENTO ECONÓMICO SUSTENTÁVEL – *tendentes à diversificação, reforço e modernização do sector reprodutivo regional*, nomeadamente nos setores onde a Região possui potencialidades endógenas e revela capacidades de resposta imediata em termos de oferta de bens e serviços, nomeadamente nos da agricultura, das pescas e do turismo, através da aplicação e aproveitamento eficiente e eficaz dos fundos europeus alocados ao desenvolvimento da RAA no âmbito da Agenda 2020.

2. POLÍTICA DE APOIO À REQUALIFICAÇÃO URBANA EM COOPERAÇÃO COM AS AUTARQUIAS – a UGT-Açores defende a necessidade do reforço dos programas e ações tendentes à recuperação e beneficiação do parque habitacional, arquitetónico e cultural regional, no âmbito de uma política mais geral de reabilitação e requalificação urbana, em estreita cooperação com as autarquias, como forma de combater por



esta via o desemprego gerado no setor da construção civil.

3. ADOÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO – que conduzam à criação e surgimento de empresas regionais que permitam o tão desejado e necessário reforço, modernização e diversificação do setor produtivo regional.

4. A ADOÇÃO DE POLÍTICAS ATIVAS DE APOIO AO EMPREGO E DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DE TRABALHADORES – que apostem no reforço e valorização das competências profissionais e académicas dos trabalhadores, em geral, e dos desempregados, em particular, que capacitem e potenciem a sua integração plena no mercado do trabalho, com a conseqüente e progressiva mitigação e abandono dos atuais programas ocupacionais provisórios, precários e geradores de dependências, promovendo-se a **integração destes trabalhadores ocupacionais na administração pública sempre que o exercício das suas funções vise a satisfação de necessidades permanentes dos serviços públicos.**

Impõe-se aqui um levantamento urgente, estreitamente concertado com os sindicatos e as associações empregadoras, das necessidades formativas com vista à criação e implementação de programas de formação profissional que permitam aumentar a empregabilidade dos trabalhadores em geral, e dos desempregados em particular, em que aquelas entidades sejam chamadas a participar na sua organização, gestão e realização tal como aconteceu no passado, não se compreendendo que, passados 3 anos de execução do novo quadro comunitário de apoio, nada tenha sido aqui financiado, encontrando-se atualmente as escolas de formação profissional a desenvolver a sua atividade com recurso exclusivo ao financiamento bancário.

5. REFORÇO DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE COMBATE À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL E QUE PERMITAM A REPOSIÇÃO E AUMENTO DOS RENDIMENTOS DOS TRABALHADORES – as primeiras, em colaboração estreita com as misericórdias e demais instituições particulares de segurança social, que permita também a *atualização dos salários e demais remunerações dos trabalhadores das IPSS/Misericórdias, congelados desde 2009*, as segundas, em concertação com o setor empresarial, privado e público, de bens e serviços transacionáveis, que conduza à *celebração de contratos coletivos que se traduzam na reposição e aumento dos rendimentos dos respetivos trabalhadores*, e com o Governo Regional, através do diálogo social e da negociação coletiva que permita, entre outras coisas.

- a) A atualização anual do complemento regional de pensão;*
- b) A atualização anual do complemento regional de abono de família; e,*
- c) A atualização anual da remuneração complementar/subsídio de insularidade, congelada desde 2012.*



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES DOS AÇORES

6. APOIO E INCENTIVO À PRESENÇA E ATUAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA NA REGIÃO, NOMEADAMENTE PSP E GNR – que potencie e capacite a sua intervenção de garantia da segurança pública de pessoas e bens na Região, nomeadamente mediante o *reforço do seu efetivo humano, dos seus meios e equipamentos de defesa e da atribuição da remuneração complementar/subsídio de insularidade à semelhança do que acontece com os funcionários públicos regionais e locais.*

7. RESPEITO E REFORÇO DO DIÁLOGO SOCIAL E DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA NA REGIÃO – quer no âmbito do diálogo institucional, através da *substituição do atual conselho regional de concertação estratégica por um verdadeiro conselho económico e social presidido por uma personalidade independente em que a sociedade civil organizada af tenha presença maioritária e possa exercer o seu efetivo papel de aconselhamento e da revisão da organização e funcionamento dos atuais conselhos de ilha*, quer no âmbito da *negociação bilateral entre a administração pública e os sindicatos do setor, através do cumprimento integral da nova LTFP (Lei de Trabalho em Funções Públicas), quer ainda através da negociação coletiva entre o setor empresarial e os sindicatos* que conduza à celebração de acordos coletivos que permitam contemplar aumentos salariais para 2017 e anos seguintes.

8. REFORÇO DA PRESENÇA E ATUAÇÃO DA INSPEÇÃO REGIONAL DO TRABALHO NO TERRENO EM ARTICULAÇÃO COM A AÇÃO DE DENÚNCIA DOS SINDICATOS – através do aumento do número, qualidade e surpresa das ações inspetivas no terreno às empresas, valorizando-se os aspetos pedagógicos das mesmas de forma a permitir relações de trabalho sãs e mais conformes com a lei.

9. DEFESA DE UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL MAIS TRANSPARENTE, COMPETENTE E RESPEITADORA DOS DIREITOS À INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS – em que os seus órgãos, serviços e agentes ajam de forma transparente e informem atempadamente os cidadãos sobre os seus pedidos e requerimentos, promovendo mediadas legislativas que garantam o princípio da competência no preenchimento dos cargos públicos regionais, garantido assim a despartidarização dos mesmos.

10. REPOSIÇÃO DO DIFERENCIAL FISCAL PARA OS NÍVEIS ANTERIORES AO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO, COM VISTA À DIMINUIÇÃO DA ATUAL CARGA FISCAL SOBRE OS CIDADÃOS E AS EMPRESAS – tendo em vista a diminuição da carga fiscal, a atração do investimento e a reposição e aumento dos rendimentos dos trabalhadores e suas famílias, a UGT-Açores reivindica a reposição do diferencial fiscal de 30% em matéria de IVA e IRC nos exatos moldes em que existia a 31 de dezembro de 2013.

Açores, 18 de novembro de 2016

UGT/AÇORES



Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo

Associação Empresarial das ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge

ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2017-2020

PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2017

Projeto de parecer

CCAH

I – Enquadramento

A Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo considera de relevante importância os documentos relativos às opções públicas de investimento anual e plurianual. Considera igualmente que uma avaliação mais completa das ações governamentais na área da economia só pode ser feita através do orçamento, pelo conhecimento da despesa, das receitas fiscais, da política fiscal e de outras formas de financiamento. O orçamento corrente tem representado pelo menos o dobro dos valores dos planos de investimento, mas não tem sido submetido a parecer.

As Orientações de Médio Prazo (OMP) 2017-2020 fazem uma distribuição das suas dotações globais ao longo dos anos de forma quase uniforme, com pequenas variações, em declínio real, refletindo estratégias estáticas.

Apesar de medidas positivas, as opções consagradas nas OMP não apresentam potencial para mudar o rumo da economia, no sentido de um crescimento sustentado e dinâmico, gerador de riqueza e de criação de emprego. Configura-se a continuação de uma economia muito assente no setor público, atrofiador de um setor privado crescentemente espartilhado nas atividades e na obtenção de crédito. Não é, por conseguinte, um documento que reflita uma mudança de paradigma.

As OMP são omissas em questões estratégicas fundamentais para o futuro da sociedade açoriana, como são, a título exemplificativo, o futuro do setor público empresarial e a sua reestruturação ou privatização, a redução da fiscalidade como instrumento de competitividade e os “investimentos prioritários estratégicos” em infraestruturas portuárias e aeroportuárias.

A alteração do modelo de transportes marítimos, um fator crítico para a competitividade, aparece como objetivo mas sem qualquer especificação do rumo a ser seguido.



Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo

Associação Empresarial das ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge

Não há materialização da aposta no turismo, que aliás vê significativamente reduzida a sua dotação, comparativamente com as OMP 2013-2016. Um outro aspeto, que não se vê explicitado é o da aposta na qualificação dos ativos, elemento fundamental para melhorar a qualidade dos serviços, com especial relevo na área do turismo e a competitividade das empresas.

A anteproposta de Plano para 2017, apresenta uma redução nominal de 1,25%, relativamente a 2016 e real de quase 2,5%.

Salienta-se a redução de quase 4,5% para a área do turismo, setor que carecia de mais fundos para consolidar o crescimento que tem tido nos últimos anos.

A dotação para as parcerias público privadas, em contrapartida, apresenta um aumento de 2,5 milhões de euros, o que significa um crescimento de 6,26%.

II – OMP 2017 – 2020 e ANTREPROPOSTA DO PLANO REGIONAL ANUAL 2017

As OMP e a anteproposta de plano para 2017 apresentam diversos aspetos positivos, que se explicitam ao longo deste parecer, mas a CCAH considera que poderiam ir muito além na aposta na economia privada, no crescimento económico, concertada com investimento público estruturante, como forma de maior geração de riqueza e de criação de emprego sustentável, em geral e particularmente quanto à ilha Terceira.

Os dados conhecidos da evolução da execução do PO não caminham no sentido que esta Câmara considera que seria o desejável. Na realidade, verifica-se que há uma preponderância significativa de projetos executados do setor público, relativamente a projetos de entidades privadas. Continua, desta forma, a termos uma economia muito dependente do setor público, situação que preocupa esta associação.

As Orientações de Médio Prazo (OMP) 2017-2020 coincidem com o período final do PO Açores 2020. É, pois, um período crucial para que haja um aproveitamento integral dos seus recursos financeiros e devidamente direcionado, que permita alcançar um novo patamar de sustentação económica, que seja gerador de mais riqueza e de empregos sustentáveis.

Considerando-se que as questões de natureza fiscal serão contempladas no orçamento, a CCAH defende, mais uma vez, que aquele documento inclua a utilização, na íntegra, das potencialidades previstas legalmente em sede de IVA e de IRC. Esta é uma medida desejável e necessária, para melhorar a



Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo

Associação Empresarial das ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge

competitividade do tecido empresarial açoriano, para além de aumentar o poder de compra das famílias, com os inerentes impactos positivos na economia regional. A reposição integral do diferencial que existia, terá impactos muito mais significativos nas empresas e nas famílias do que simples alterações em dotações no plano.

A CCAH considera que as OMP deveriam contemplar “Investimentos Prioritários Estratégicos”, que foram consensualizadas no último Fórum CCIA, que condicionam a competitividade da economia regional. No caso da ilha terceira trata-se da adaptação do porto da Praia da Vitória para funções de apoio à navegação e logística internacional, projeto esse que esta câmara tem defendido há diversos e que é fundamental para o desenvolvimento da ilha e da região.

As obras previstas no Plano para 2017 em algumas daquelas infraestruturas, não são satisfatórias e não acompanham as pretensões dos empresários regionais. Aliás no caso da ilha terceira a maior parte das obras já constavam de Planos Regionais Anuais de anos anteriores que nunca chegaram a ser concretizadas, ou que então encontram-se em fase de execução.

Relativamente aos transportes marítimos, a estratégia segundo as OMP é de “aprofundar e evoluir o modelo existente, com o intuito de o otimizar e reduzir os custos diretos e indiretos para uma maior competitividade da economia açoriana”. Para a CCAH o modelo atual não serve, por não ser competitivo e não funcionar adequadamente.

Nas políticas setoriais das OMP é dado particular ênfase ao “Emprego e Qualificação Profissional”. A este nível preveem-se várias medidas no âmbito de apoio à criação de emprego e ao fomento de competências de jovens e adultos desempregados. Não há contudo, qualquer referência explícita e clara à qualificação de ativos. A CCAH, uma vez mais, considera como aspeto negativo esta omissão, infelizmente à semelhança do que veio acontecendo nos últimos anos.

É consensual e tem sido reiteradamente referido por responsáveis políticos, a necessidade de melhorar as qualificações dos profissionais principalmente do setor do turismo, como um elemento incontornável para a melhoria da qualidade do serviço prestado a quem nos visita. É importante que essa vontade se materialize em dotação adequada para fazer face aos desafios nesta área, uma vez que as empresas, só por si, não têm capacidade financeira para responder cabalmente à atual necessidade de reforçar as competências dos seus recursos humanos.



Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo

Associação Empresarial das ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge

Relativamente ao Plano Anual e fazendo uma análise mais específica das medidas que se destacam para este ano, a CCAH considera positiva a criação de “novos incentivos de reduzido montante, sob a forma de vales de incubação e inovação...”. Propõe-se que sejam abrangidas outras áreas como a internacionalização e a formação, à semelhança do que vem sendo seguida a nível nacional e com significativa procura por partes das empresas.

A nível do financiamento à economia, aguarda-se uma rápida operacionalização das linhas da IFD e da criação dos instrumentos financeiros de apoio às empresas. No plano de 2016 estava prevista a criação de “Fundo de Capital de Risco”, dotado de 7 milhões de euros. Importa saber se houve evolução neste projeto e se o mesmo será complementar dos novos instrumentos ou se será substituído por estes.

A redução de custos de contexto é um elemento muito relevante no desenvolvimento de atividades existentes e também na captação interna e externa de novos projetos, de forma a tornar as empresas regionais mais competitivas.

A nível do turismo, área que está em franca expansão na ilha terceira, é indispensável trabalhar nos seguintes aspectos para que possa crescer e se tornar sustentável:

- Priorização do investimento na formação de recursos humanos;
- Requalificação de infraestruturas de apoio como miradouros, áreas balneares, trilhos, etc.;
- Revisão das opções de apoio à oferta de alojamento incluindo tipologias que têm evidenciado forte dinamismo, como por exemplo o alojamento local;
- Simplificação e adaptação da legislação aplicável ao setor;
- Revisão do POTRAA;
- Reforço dos serviços regionais e locais com intervenção nas atividades turísticas.

Quanto às obras previstas no Plano Regional para a ilha terceira não nos é apresentado nada de novo, pelo que é essencial que as que constam se concretizem logo que possível, como a construção do projeto já aprovado no Porto das Pipas; a conclusão da 2.ª fase do Parque de Exposições na Vinha Brava, e do Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira, assim como o início da construção do terminal de Carga na Aerogare das Lajes.



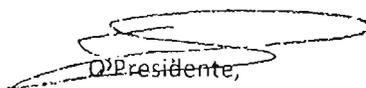
Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo

Associação Empresarial das ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge

Esta Câmara entende que o desenvolvimento da ilha terceira não é possível só com que é precozindao no Plano Regional apresentado, sendo igualmente essencial e imprescindível a concretização, já anteriormente prometida pelo Governo Regional, da criação de uma zona económica especial para a área envolvente ao Porto da Praia da Vitória e à Aerogare das Lajes. Além disso, não podemos deixar de fora a necessidade de concretização dos investimentos associados ao AIR Center.

Angra do Heroísmo, 9 de fevereiro de 2017.

A Direção,



O Presidente,

Sandro Rebelo Paim

Conselho de Ilha de S. Jorge



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Exmo. Senhor
Diretor Regional do Planeamento e
Fundos Estruturais
Caminho do Meio, 58 - S. Carlos
9701-853 Angra do Heroísmo

Nossa Referência
Of. N.º555/CI/2017

Data
08/02/2017

Assunto: *Justificação pela falta de envio dos pareceres pedidos.*

Eu, como Presidente do Conselho de Ilha de São Jorge, venho por este meio justificar a falta de envio dos pareceres deste Conselho de Ilha sobre a Anteposta do Plano Regional Anual para 2017 e sobre as Orientações de Médio Prazo 2017-2020.

Lamentavelmente, tal se deveu à falta de comparência de mais de metade dos membros deste Conselho de Ilha à reunião deste Órgão que teve lugar no passado dia 07 de Fevereiro, ficando este Conselho de Ilha sem “quórum” para poder fazer qualquer deliberação.

Como responsável máximo por este Conselho de Ilha, lamento profundamente o sucedido.

Com os melhores cumprimentos e consideração,

O Presidente

A handwritten signature in dark ink, appearing to be 'Dário Bernardo do Nascimento'.

Dário Bernardo do Nascimento

Conselho de Ilha do Pico

CONSELHO DE ILHA DO PICO

Parecer sobre as antepropostas do Plano Regional para 2017 e das Orientações de Médio Prazo para 2017/2020

O Conselho de Ilha do Pico, reunido a 8 de Fevereiro de 2017, no Salão Nobre do Edifício da Câmara Municipal da Madalena, elaborou o presente parecer relativo às Antepropostas do Plano Regional para 2017 e Orientações de Médio Prazo para 2017/2020.

O Conselho de Ilha do Pico considera o Plano na sua globalidade positivo para os Açores mas ambiciona para Pico um plano amplamente mais favorável e que vá de encontro às necessidades reais da sua população.

A nível Regional, o plano apresenta um conjunto de apoios à manutenção e reforço das políticas sociais, e uma forte aposta na competitividade empresarial e no emprego e qualificação profissional.

O Conselho congratula-se com a inclusão na Anteproposta do Plano Regional para 2017, de algumas obras ambicionadas, entre elas a Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Lajes do Pico, os investimentos a realizar no Aeroporto do Pico visando a sua melhoria de operacionalidade e segurança, as verbas destinadas à construção do Centro do Idoso da Madalena, o Museu da Construção Naval em Santo Amaro e a construção da Casa dos Vulcões. Importantes também são as verbas alocadas para a requalificação da rede hidrográfica do Pico, construção das casas de Aprestos do Porto de S. Roque e o valor apresentado para os incentivos e manutenção da Vinha do Pico, neste caso com a salvaguarda de que os valores apresentados para 2017 serão insuficientes em 2018 caso não exista um aumento considerável da verba a afetar.

O Conselho manifestou preocupação com o sector das pescas, sendo que gostaria de ver uma atenção especial nomeadamente nos apoios a conceder aos pescadores e armadores para manutenção da frota e equipamentos.

O plano contempla uma verba para a melhoria das condições operacionais e de segurança no núcleo de pesca do porto da Madalena. Para além das obras previstas, é importante dotar o mesmo de uma nova grua de 16 toneladas pela Direcção Regional das Pescas. No Porto da Madalena, os pescadores do Pico para efectuarem uma varagem com a grua da Portos dos Açores, explorada pela Naval Canal, pagam por embarcação aproximadamente mil cento e quarenta euros. No porto da Horta é facultada sem custos uma varagem por ano aos pescadores do Faial, sendo que alguns armadores do Pico acabam por efectuar a varagem sem custos na Graciosa, visto lá a grua ser da DRP. Seria importante, enquanto não se instala uma grua de 16 toneladas com as devidas condições, obter um acordo entre a DRP e a Portos dos Açores, para que os pescadores do Pico pudessem efectuar também uma varagem por ano sem custos tal como é possível noutras ilhas, e a varagem também sem custos em casos excepcionais de intempéries.

Este conselho considera da maior importância que sejam efetuadas melhorias na ponte cais do novo Terminal de Passageiros do Porto da Madalena, por forma a aumentar os níveis de operacionalidade da mesma, evitando ao máximo a utilização do cais antigo, sobretudo em dias de agravamento do estado do mar.

Este Conselho demonstrou preocupação pelo atraso no processo de concessão dos estaleiros da Madalena, pela importância económica que os estaleiros representam para a ilha do Pico, e pelo avançado estado de degradação das instalações.

No que refere ao Porto das Lajes e considerando as especificidades do mesmo, o conselho vê relevância em dotar o mesmo de um travel-lift de 30 toneladas, assim como a construção das casas de aprestos no mesmo.

O plano contempla 290 mil euros para apoio aos investimentos a realizar no Porto de S. Roque do Pico, destacando-se a instalação de cabeços de amarração e a execução e colocação a concurso do projeto do novo Terminal de Passageiros e Cais para Ferrys. Tal como anteriormente referido, é preocupação primordial deste Conselho de Ilha que o Pico veja solucionado o problema do seu Porto Comercial, infra-estrutura vital para o desenvolvimento e normal funcionamento da Ilha, sendo urgente a construção do novo Cais e Terminal de Passageiros para dotar o Pico de infra-estruturas adequadas ao fluxo de passageiros que recebe.

O Conselho de Ilha considera importantes ver considerados em planos futuros o seguinte conjunto de obras designadas com estruturantes para a ilha, tais como:

- A segunda fase da Ampliação da Escola da Madalena;
- Os acesso pedonais à Escola Secundária das Lajes do Pico, no percurso compreendido entre o Soldão e a vila das Lajes, correspondente ao percurso que os estudantes têm que percorrer a pé, ao longo da Estrada Regional, por não terem direito a transporte escolar;
- A Circular da Madalena;
- O Edifício da Casa do Povo da Piedade, cujo projeto de arquitetura já está aprovado pela Câmara Municipal das Lajes e que contempla, entre outras, as valências de Posto Médico da Ponta da Ilha, secção destacada de Bombeiros da Ponta da Ilha, ATL e Centro de Convívio de Idosos;
- Equipamento operacional e de diagnóstico para o Centro de Saúde da Madalena, nomeadamente a instalação de um ecógrafo;
- As obras do Clube Náutico das Lajes do Pico;
- O Estudo para o Reordenamento e Proteção dos Portos de São Caetano e Santo Amaro e o Aumento do Porto do Calhau da Piedade.

Atendendo às características da ilha do Pico, que tem afetos à agricultura uma rede de caminhos agrícolas considerável, caminhos esses frequentados também pelos turistas que nos visitam, consideram-se muito insuficientes as verbas destinadas à sua conservação nos últimos planos, sendo que se julga necessário proceder a um maior investimento na área.

O Conselho manifesta preocupação na não renovação dos contratos de medidas agro-ambientais, sendo que os mesmos constituem fatores de qualidade de vida e de gestão equilibrada e duradoura dos recursos naturais. No Pico os mesmos abrangem 212 produtores agrícolas. Manifestou também preocupação pelo atraso no início das muito necessárias campanhas de desratização, urgentes por questões de saúde e de qualidade de vida.

Este Concelho de Ilha gostaria de ver contemplado neste plano a Abeguaría do Matadouro do Pico e a obra de ampliação da capacidade de frio do Matadouro.

No que refere à disponibilização de água à lavoura, são manifestamente insuficientes os investimentos previstos a decorrer no Cabeço Pequeno e no Paúl da Ribeirinha, sendo que existe preocupação relativamente ao andamento da obra do Cabeço Pequeno.

No que concerne ao concelho da Madalena, considerando que os furos que a Câmara Municipal da Madalena está a disponibilizar já se encontram em sobre-exploração, é urgente um maior investimento na zona, nomeadamente nas zonas de Criação Velha e Candelária.

Este Conselho gostaria ainda de ver contemplada a referência ao projeto de aproveitamento hidráulico da água da Lagoa do Paul, situada na freguesia das Lajes, para consumo humano, fornecimento de água à lavoura e produção de energia hidroelétrica. Com a entrada em funcionamento da nova EBS das Lajes, a disponibilização de água pelo Município das Lajes começa a apresentar dificuldades naquela zona do Concelho, sendo, pois, premente a execução da obra de aproveitamento hidráulico da água daquela Lagoa, cujo estudo preliminar já está concluído, sendo uma obra estruturante e que permitirá dar resposta às exigências de consumo sobretudo na zona da Silveira, que é a zona do concelho com maior concentração de pessoas e empresas, designadamente a LactoPico e o matadouro do Pico, a que se soma as centenas de pessoas que frequentam a nova escola e o pavilhão

O Conselho de Ilha volta a afirmar a pretensão de ser legislado na Região um regime de isenção de imposto sobre bebidas espirituosas (aguardente de figo, bagaço, licores e vinhos licorosos com origem na Ilha do Pico), considerando a relevância turística, económica e cultural da atividade no âmbito da Paisagem da vinha do Pico como Reserva e Património da Humanidade.

Pelo que solicita o empenho do Governo Regional dos Açores, neste sentido.

Madalena, 8 de Fevereiro de 2017

A Presidente do Conselho de Ilha do Pico



Sandra Ávila Rodrigues

Conselho de Ilha do Faial

CONSELHO DE ILHA DO FAIAL

Exmº Senhor

Diretor Regional do Planeamento e

Fundos Estruturais

Caminho do Meio, 58 – S. Carlos

9701-853 ANGRA DO HEROÍSMO

Sua referência
SAI-DREPA/2017/90
Proc. 3/14

Sua comunicação de
2017.01.20

Nossa referência

28/17

Data

2017-02-08

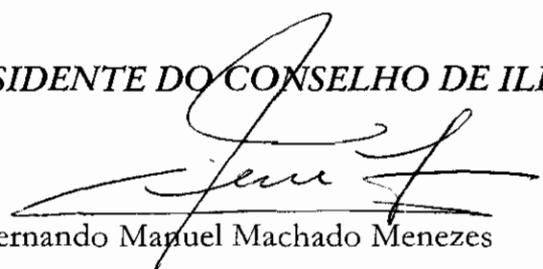
ASSUNTO: PARECER SOBRE ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2017-2020 E ANTEPROPOSTA DO PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2017

Na sequência do pedido de parecer solicitado por V. Ex^a, o Conselho de Ilha do Faial, reunido a 30 de janeiro, emitiu e aprovou por unanimidade, um Parecer sobre os documentos em referência que junto se remete.

Com os melhores cumprimentos



O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ILHA,



Fernando Manuel Machado Menezes

Anexo: o citado

Z.C

CONSELHO DE ILHA DO FAIAL

PARECER DO CONSELHO DE ILHA DO FAIAL SOBRE AS ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2017-2020 E SOBRE O PLANO -----REGIONAL ANUAL PARA 2017-----

--- Por solicitação do Governo Regional dos Açores – Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, o Conselho de Ilha do Faial, reunido em 30 de Janeiro de 2017, deliberou emitir o seguinte parecer sobre os documentos em apreço:

ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2017/2020

Em termos gerais e após análise do documento, o Conselho de Ilha do Faial pronuncia-se favoravelmente quanto ao conteúdo do mesmo designadamente no que se refere às grandes linhas de orientação estratégica enunciadas entre as páginas 57 e 64 e posteriormente desenvolvidas e melhor explicitadas nas páginas seguintes.

O Conselho de Ilha do Faial sublinha, no entanto, a necessidade de concretização efectiva dos propósitos anunciados e manifesta a sua preocupação relativamente às políticas de coesão social e territorial que devem ter como fim último o desenvolvimento de todas as ilhas e de todos os açorianos, evitando-se indesejáveis e injustas assimetrias regionais.

PLANO REGIONAL ANUAL – 2017

O Conselho de Ilha do Faial, tendo em consideração o observado em planos anteriores, constata que muitos dos objectivos não foram cumpridos relativamente à ilha do Faial, que outros vão transitando de ano para ano e que outros ainda desapareceram das intenções do Governo Regional.

Nesta conformidade o Conselho de Ilha do Faial regista com preocupação as sucessivas baixas taxas de execução dos planos que tem vindo a apreciar, manifestando-se pela alteração desta situação por forma a concretizar as medidas que são objecto de planeamento.

Da análise efectuada ao plano de investimentos de 2017 que corresponde ao primeiro ano da presente legislatura, o Conselho de Ilha do Faial mantém a metodologia anteriormente utilizada registando os aspectos que considera positivos e as preocupações suscitadas pelos Senhores Conselheiros.

ACÇÕES POSITIVAS DO PLANO 2017

- Remodelação da creche “O Castelinho” – ação 9 1 6 - 1.528.814€
- Construção do Centro de Dia dos Flamengos – ação 9 4 17 - 464.481€
- Escola do Mar – ação 13 3 1 - 4.488.170€
- Circuitos Logísticos de Apoio ao desenvolvimento – ação 14 2 20 - 1.043.131€
- Empreitada de Construção do Corpo C do Hospital da Horta-2ª fase Centro de Saúde - ação 8 1 1 - 879.100€
- Quartel de Bombeiros da AHBVF – ação 12 2 5 - 340.000€
- Adaptação da Fábrica da Baleia de Porto Pim – ação 11 2 13 - 539.525€
- Construção do Matadouro do Faial – ação 2 1 7 - 3.990.148€

PREOCUPAÇÕES CONSIDERADAS

O Conselho de Ilha do Faial regista, entre outras, que são consignadas verbas de reduzido significado para investimentos do plano que aparentemente não permitem concretizar qualquer obra, designadamente:

- Grande reparação na EBI da Horta – ação 6 1 3 - 40.000€
- Melhoria das condições operacionais e de segurança do núcleo de pescas do porto da Horta – ação 3 2 6 - 117.110€
- Construção da 1ª fase do Edifício Intergeracional da Feteira – Horta – ação 9 2 10 - 100.000€
- Museu da Horta – ampliação das atuais instalações – ação 6 8 16 - 75.000€
- Trinity House – Núcleo das Comunicações – Museu da Horta – ação 6 8 26 - 10.000€
- Jardins da Casa Museu Manuel de Arriaga – ação 6 8 25 - 11.500€.

O Conselho também registou como preocupação a inexistência nos documentos em apreço de qualquer referência a investimentos considerados estruturantes para a ilha do Faial, designadamente a ampliação da pista do aeroporto da Horta e a 2ª fase da Variante à cidade da Horta, bem como outros muito relevantes, como por exemplo as Termas do Varadouro, a remodelação da sede do Clube Naval da Horta e a reabilitação das Igrejas do Carmo e de São Francisco.

O Conselho de Ilha do Faial constatou ainda que a ilha continua a não dispor de uma pousada de juventude e que existem dificuldades no que se refere à recuperação de diversos caminhos agrícolas.

Relativamente ao Porto da Horta o Conselho de Ilha do Faial manifesta grande preocupação considerando o último projeto apresentado e lançado a concurso. Sem prescindir da urgência e da necessidade das obras, o aludido projecto poderá comprometer em definitivo todo o porto e as suas diversas valências, exigindo-se um estudo e reflexão profundos com a participação activa da entidade gestora dos portos, dos técnicos e de todos os operadores. A situação actual é muito preocupante no

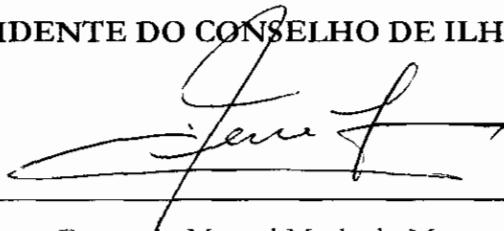
que se refere ao movimento das águas no interior do porto exigindo-se medidas corretivas eficazes, compatíveis com o reordenamento do mesmo.

Finalmente o Conselho de Ilha do Faial tem a expectativa de que as verbas não desagregadas contemplem outras necessidades que na ilha do Faial tenham especial relevância recomendando-se ainda que seja apoiada a reparação do ginásio da Casa de Infância de Santo António.

Considerando ainda o desenvolvimento do turismo que se tem vindo a verificar em todas as ilhas, o Conselho de Ilha do Faial entende que deve ser feito um maior esforço relativamente à formação profissional nesta área.

Horta, 8 de fevereiro de 2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ILHA DO FAIAL,



Fernando Manuel Machado Menezes

Conselho de Ilha das Flores



CONSELHO DE ILHA DAS FLORES

Exmo. Senhor
Diretor Regional do Planeamento e
Fundos Estruturais

Caminho do Meio, 58 São Carlos

V/Ref.:
SAI-DREPA/2017/90

V/Data:
2017/01/20

N/Ref.:
SAI-CIFLORES/2017/02

N/Data:
2017-02-06

ASSUNTO: Orientações de Médio Prazo 2017-2020 e Anteproposta do Plano Regional Anual para 2017

Exmo. Sr.

Na sequência do pedido de parecer solicitado por V. Ex^a, sobre o assunto em referência, o Conselho de Ilha das Flores, reunido no dia 31 de janeiro de 2017, deliberou emitir o parecer sobre os documentos em referência que junto se remete.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho de Ilha

José Gabriel Freitas Eduardo



CONSELHO DE ILHA DAS FLORES

PARECER

Considerando os documentos agora rececionados, Orientações de Médio Prazo 2017-2020 e Anteproposta do Plano Regional Anual para 2017, e perante a falta de uma maior desagregação global deste Plano, situação já por diversas vezes referenciada em pareceres anteriores, o que não contribui para uma interpretação eficaz e mais pormenorizada do documento e para uma perceção mais objetiva da sua real implementação, entende este Conselho de Ilha pronunciar-se no sentido de manifestar algumas preocupações que abaixo se elencam e que gostaríamos de ver contempladas na proposta de Plano que irá ser analisada, discutida e votada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores:

- Foi manifestada preocupação pelo baixo montante da verba (20.000 €) dedicada na ação 5.3.2 – **implementação de infraestruturas tecnológicas** – que não se prevê suficiente para o descritivo da ação que se transcreve: “...a aquisição de terrenos e infraestruturas da antena RAEGE prevista para a Ilha nas Flores.”;

- Foi também manifestada insatisfação em relação à verba destinada à concretização da ação 6.1.11 - **Reparação da EBS das Flores** – (257.646 €) com a justificação de que é uma verba insuficiente para fazer face às necessidades visíveis de intervenção que se pretende para este edifício.

- Na verba destinada para a ilha das Flores no projeto 11.3 (1.105.159 €) – **Recursos Hídricos** – foi questionado se no desenvolvimento das ações deste projeto não se encontra contemplada nenhuma intervenção para a Lagoa Funda, questão já por diversas vezes abordada, e que se prende com o estado das suas águas, devido a provável falta de escoamento;

- No que concerne à ação 11.3.4 - **Monitorização do estado trófico das lagoas** – e à verba que lhe está associada (75.000 €) foi referido neste Conselho que será manifestamente pouca para a realização adequada do desenvolvimento da ação conforme é descrita: “Realização de amostragens físico-químicas das massas de água das lagoas de São Miguel, Pico, Flores e Corvo. Sistema de arejamento da Lagoa das Furnas. Equipamento e funcionamento do Laboratório dos Recursos Hídricos”;

- No que concerne ao projeto 2.1 – **Infraestruturas agrícolas e florestais** - cuja verba destinada à Ilha das Flores prevê o valor de 1.771.872 € para distribuir por várias ações,



CONSELHO DE ILHA DAS FLORES

este Conselho pretende saber se dentro deste projeto acima referido, a ação 2.1.2 - **Infraestruturas rurais e florestais – “Construção, beneficiação e manutenção de rede viária em caminhos florestais e rurais - Empreitadas com fundos do Prorural+ e por administração direta...”** contempla o lançamento da empreitada de execução da beneficiação do Caminho Rural dos Terreiros – Caldeira Rasa, na freguesia do Mosteiro e Fajãzinha, Concelho das Lajes das Flores, num investimento público estimado de mais de meio milhão de euros, conforme era descrito no Comunicado do Conselho de Governo de 06 de abril de 2016, onde ainda se pode ler que a “obra prevê a construção de drenagens e pavimentação com betão betuminoso em cerca de 2.285 metros, beneficiando cerca de 50 hectares de pastagem permanente e 20 empresários agrícolas”;

- Da leitura do memorando deste Conselho do ano transato, (ponto 13) elaborado no dia 29 de março de 2016, antes da visita estatutária do Governo à Ilha das Flores foi também levantada a questão sobre a possibilidade de ser dado início aos procedimentos para beneficiação do troço que liga as duas estradas regionais entre o Rochão do Junco e a Boca da Baleia. Pergunta-se pelo ponto de situação e se está também englobada esta intervenção no montante referido no ponto anterior;

- Ainda na sequência do ponto anterior, estradas florestais, foi questionado por este Conselho para quando o arranque de algum procedimento para ser dado início à asfaltagem da “estrada do Anel” ou da “volta da Ilha”, mais propriamente a estrada que fará a ligação entre a estrada do Morro Alto e Ponta Delgada, sendo que neste ponto, este Conselho admite que tal procedimento seja realizado de forma faseada e o seu montante distribuído ao longo de vários anos;

- No que se refere à ação 14.2.10 - **Beneficiação de Pavimentação de ER nas Flores** -, bem como à ação 14.2.22 - **Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento das Flores** – espera este Conselho que nas verbas destinadas a estas ações esteja contemplada a reparação do talude e da própria faixa de Estrada Regional entre o lugar da Fazenda e a freguesia dos Cedros, que sofreu um desabamento e que ainda não foi alvo de intervenção;

- Ainda referente ao programa 2 - **Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural** – este Conselho questiona para quando o desenvolvimento de ações conducentes ao aproveitamento e à rentabilização do valor existente na Ilha em matas de madeira de criptoméria, que se encontram em fim de vida útil;

- Este Conselho, atendendo a uma maior procura, por parte dos iatistas, pela nossa ilha, manifestou preocupação e entende ser pertinente a necessidade da construção de um edifício de apoio, ao Núcleo de Recreio Náutico das Lajes das Flores, equipado com balneários e lavandaria, para que estes possam usufruir de melhores condições quando



CONSELHO DE ILHA DAS FLORES

atracam na Ilha das Flores e dela fazem o seu ponto de entrada e passagem após viagem pelo Oceano Atlântico;

- Foi ainda mencionada a necessidade de alocar, na proposta de plano para 2017, verba destinada à reabilitação do edifício do Instituto de Ação Social, em Santa Cruz das Flores, uma vez que este se encontra com graves problemas de infiltrações e necessitado de intervenção urgente, por forma a oferecer condições condignas a quem lá trabalha e a quem ali se desloca para ser atendido;

- Foi ainda decidido nesta reunião, que para além destas questões, seria enviado junto com este parecer o memorando deste Conselho de Ilha elaborado no dia 29 de março de 2016 e que serviu de base para a reunião tida com os membros do Governo Regional no mês de abril, aquando da sua visita estatutária a esta ilha, uma vez que algumas das reivindicações de então, continuam a aguardar desenvolvimentos, bem como relembrar e enviar junto também o comunicado do Conselho do Governo, com as decisões tomadas na altura.

Lajes das Flores, 06 de fevereiro de 2017

O Presidente do Conselho de Ilha

José Gabriel Freitas Eduardo

Ex. mo. Senhor:
Presidência do Governo
Gabinete do Presidente
Palácio de Sant'Ana
R. José Jácome Correia
9500 - Ponta Delgada

V/Ref.:

V/Data:

N/Ref.: SAI-CIFFLORES/2016/01 Data: 2016-04-01

Assunto: Constituição do Conselho de Ilha e Memorando

Ex. mos Srs.,

Serve o presente, e conforme solicitado por V. Exas, para remeter a constituição deste Conselho de Ilha e memorando.

Atenciosamente, com os melhores cumprimentos,

O Vice-Presidente do Conselho de Ilha


Selénio Bruno Cabral Mota Salvador de Freitas

Constituição Conselho de Ilha das Flores

	Representante	Entidade
Presidente do Conselho de Ilha	José Gabriel Freitas Eduardo	Presidente Assembleia Municipal Lajes, eleito pelo PS
Vice-Presidente do Conselho de Ilha	Selénio Bruno Cabral Mota Salvador Freitas	Presidente Assembleia Municipal Santa Cruz, eleito pelo PS
1º Secretário	Maria Conceição Vieira Gomes	Assembleia Municipal Lajes, eleita pelo PS
2º Secretário	João Paulo Pratas Quaresma	Assembleia Municipal Santa Cruz, eleito pelo PSD
Assembleia Municipal Santa Cruz, eleito pelo PS	David Luís de Fraga Diogo	
Assembleia Municipal Santa Cruz, eleito pelo PS	Luciano de Sousa Botelho	
Assembleia Municipal Santa Cruz, eleito pelo CDU	Paulo António de Freitas Valadão	
Assembleia Municipal Lajes, eleito pelo PS	Celestino Freitas Serpa	
Assembleia Municipal Lajes, eleito pelo PSD	José Tomaz de Freitas	
Assembleia Municipal Lajes, eleito pelo PSD	Arménio Augusto Fernandes Carneiro	
Presidente CM Santa Cruz, eleito pelo PS	José Carlos Pimentel Mendes	
Presidente CM Lajes, pelo PS	Luís Carlos Martins Maciel	
Câmara Comércio e Indústria da Horta	Sandra Maria Medeiros Amaral	
	William Resendes Braga	
Associação Agrícola da Ilha das Flores	David Salvador Nunes	
	Valter Duarte Pimentel Câmara	
União Sindicatos da Horta	Horácio Fernando da Silva Costa	

União Geral de Trabalhadores	Cristina Maria Lopes Cardoso Ribeiro
Presidente Junta Santa Cruz	Joseph Arcílio Ferreira Costa
Presidente Junta Fajãzinha	Verónica Marisa Alves Eduardo
Presidente Junta Fajã Grande	José Maria Antunes Costa Serpa
Associação Pescadores	José Florentino Cabeceira Azevedo
Representante Governo Regional	Isabel Alexandra Martins Machado Freitas
Representante Ambiflores	César Miguel Santiago Gomes da Rosa
Representante das IPPS's	Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão

Deputado ALRA eleito pelo PSD	Bruno Filipe Belo
Deputado ALRA, eleito pelo PS	Manuel Alberto da Silva Pereira
Deputado ALRA, eleita pelo PS	Arlinda Maria Focha Nunes

CONSELHO DE ILHA DAS FLORES

MEMORANDO

O Conselho de Ilha das Flores, na sua reunião extraordinária realizada no passado dia 29 de Março de 2016, deliberou, por unanimidade, elaborar o presente memorando com os assuntos a apresentar ao Governo dos Açores, aquando da visita estatutária à ilha das Flores, agendada para os próximos dias 5, 6 e 7 de abril de 2016.

- 1- O Governo Regional deverá ter em conta a actual situação financeira da Cooperativa Ocidental, mantendo o apoio ao acompanhamento técnico à gestão e produção de leite, e em conjunto com a sua direcção, assegurar a viabilidade dessa unidade fabril.
- 2- Mantendo-se o problema da ETAR que serve a Cooperativa Ocidental, questiona-se a intervenção por parte do Governo para a tomada de uma ação/apoio com vista à resolução definitiva desta situação, que se prolonga há alguns anos.
- 3- Relativamente à Unidade de Saúde de Ilha das Flores:
 - i. Ponto da situação da Instalação do posto de saúde das Lajes das Flores, e que valências irá disponibilizar à população;
 - ii. Possibilidade de deslocar mais médicos especialistas à Ilha das Flores, abrangendo maior número de especialidades;
 - iii. Ponto da situação da unidade de hidroterapia que foi encerrada por motivos de segurança;
 - iv. Ponto da situação sobre a rentabilização da câmara hiperbárica;
 - v. Saber que diligências estão a ser implementadas para dar cumprimento ao Regulamento de Deslocação de doentes, aprovado pela Portaria n.º28/2015, de 9 de março;

vi. Ponto de situação do serviço de Telemedicina

- 4- Paralelamente às obras de recuperação previstas para o edifício onde é lecionado o ensino pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico da Escola Básica 1,2,3/JI/S Padre Maurício de Freitas, em Santa Cruz das Flores, este Conselho de Ilha solicita uma intervenção mais profunda naquele edifício bem como nos restantes edifícios da Escola, em Santa Cruz das Flores.
- 5- Solucionar o problema dos maus cheiros provenientes das fossas existentes na Escola Básica 1,2/JI das Lajes das Flores, o qual subsiste desde a sua abertura inicial até aos dias de hoje.
- 6- Ponto da situação relativo à Carta Regional de Obra Públicas previstas para a ilha das Flores e se calendarização prevista se mantêm, nomeadamente:
 - i. Proteção da Orla Costeira, subjacente ao Hotel Servi-Flor;
 - ii. Requalificação do Porto das Poças em Santa Cruz das Flores, para aumento da sua capacidade de transporte de passageiros;
 - iii. Beneficiação da Unidade de Saúde da Ilha das Flores.
- 7- O Conselho congratula-se com o aumento do número voos, lugares e capacidade de carga, no horário de Verão da Sata, assim como a existencia de ligações diárias com os aeroportos da Horta, Terceira e Ponta Delgada, pedindo que estas mesmas ligações seja mantidas em horários futuros. Ficando sempre salvaguardado o incremento de voos caso necessário.
- 8- Para quando a instalação de um tanque de Salmoura no entreposto frigorífico, a fim de suprir necessidades na próxima safra.
- 9- Reforço na produção de gelo para a pesca.
- 10- Operacionalidade do porto de pescas da Freguesia de Ponta Delgada:
 - i. Desobstrução do fundo na zona da barra;
 - ii. Colocação de luzes de enfiamento;
 - iii. Reparação da iluminação do porto.

- 11-Relativamente aos Ramais de acesso à Fajãzinha e Mosteiro, reordenamento da entrada Norte da Vila das Lajes e Rua dos Baleeiros, para quando está previsto o início das obras, bem como a possibilidade de repavimentação do antigo ramal de acesso à freguesia da Fajãzinha.
- 12-Ponto de situação sobre a conclusão das obras de selagem das Lixeiras, uma vez que as telas de cobertura se encontram expostas.
- 13-No que se refere a caminhos florestais, qual o ponto de situação do caminho dos terreiros, e qual a possibilidade de se iniciar os procedimentos para a beneficiação do troço que liga as duas estradas regionais, entre o Rochão do Junco e a Boca da Baleia.
- 14-Para quando está agendada a reabertura ao público do Museu da ilha das Flores.
- 15-Ponto da situação dos trabalhos de restauro da Igreja do Convento de São Boaventura.
- 16-Diligenciar no sentido do melhoramento do horário e percurso do transporte escolar dos alunos da Escola Básica 1,2/JI das Lajes das Flores, no percurso Fajã-Grande - Lajes das Flores.
- 17-Solicitar a criação de um horário de Verão, pela Atlânticoline, para o Barco Ariel, no qual seja contemplada a ligação entre as Lajes das Flores e o Corvo.
- 18-Propôr uma melhoria no Porto das Poças, no que concerne às condições de embarque e desembarque de passageiros, de e para a ilha do Corvo.
- 19-Este conselho solicita a reparação da grua já existente no porto das poças, alterando a sua localização, permitindo o funcionamento de ambas em simultâneo, maximizando a operacionalidade do próprio porto.
- 20-Com a extensão do Anel de cabo fibra óptica ao Grupo Ocidental e com a obrigatoriedade das ligações terrestres de fibra óptica chegue a cerca de 50 a 60 por cento da população, as pequenas freguesias ficam ainda assim



longe de melhores comunicações. Assim propomos que estas populações tenham acesso às redes digitais, e aos lugares já cobertos uma maior capacidade de resposta por parte dos operadores aos pedidos já existentes.

21-Melhoria na cobertura das redes de comunicações móveis em toda a Ilha, acautelando a livre concorrência às empresas prestadoras destes serviços.

22-Atendendo aos resultados das análises realizadas à qualidade da água nos últimos anos e às especificidades da hidrografia e relevo da ilha das Flores, vem este Conselho solicitar a revisão ou adequação da Portaria n.º61/2012 de 31 de maio, de forma a evitar os constrangimentos provocados aos agricultores da ilha.

23-Quais as razões da inexistência de abertura de concursos para a venda de madeira de criptoméria existente nas matas pertencentes à Região Autónoma dos Açores, na Ilha das Flores.

24-Recuperação e conseqüente reabertura do trilho PR2 Lajedo-Fajã Grande no troço entre Fajãzinha e Fajã Grande, nomeadamente a reconstrução da ponte pedonal sobre a ribeira.

25-Solicitar uma intervenção urgente na melhoria de funcionamento do aterro destinado a resíduos de construção e demolição (RCD's), ou, em alternativa, a possibilidade de licenciamento de outro local para aterro a acordar com as empresas de construção civil e as autarquias.

26-Possibilidade do alargamento na estrada regional Santa Cruz das Flores - Ponta Delgada, do tabuleiro da ponte de acesso ao lugar da Fazenda de Santa Cruz das Flores, situado sobre a Ribeira dos Moinhos.

27-Possibilidade de aumento do parque de estacionamento da Aerogare da ilha das Flores.

28-Para quando a abertura de um Posto da RIAC na freguesia da Fajã Grande.

- 29- Com o aumento que se prevê da operacionalidade do funcionamento do aeroporto das Flores, atendendo sobretudo ao período de Inverno com as limitações inerentes dos horários do nascer e pôr do Sol, o Conselho de Ilha vem questionar para quando a certificação da iluminação da pista.
- 30- Este Conselho pede que seja dado uma majoração de incentivo ao emparcelamento
- 31- Atendendo que foi criada uma zona de treino e exercitação dos cães de caça, e uma vez que não existe consenso sobre a localização deste espaço, o Conselho de Ilha solicita que possa ser encontrada uma nova zona.
- 32- Atendendo a que se verificam momentos de grande afluência e congestionamento na realização das inspeções periódicas aos veículos automóveis, solicita-se a possibilidade do aumento de frequência dos técnicos ou alargamento dos períodos de presença dos mesmos.
- 33- Qual o ponto de situação da implantação da Estação Geodésica Espacial da Ilha das Flores.
- 34- Ponto de situação da "Grande Rota da Ilha das Flores".
- 35- Solicitar ao Governo Regional para que crie condições de forma a disponibilizar, na Ilha das Flores, o acesso à medicina do trabalho.

Lajes das Flores, 29 de março de 2016

O Vice-Presidente do Conselho de Ilha





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO**

COMUNICADO DO CONSELHO DO GOVERNO

Santa Cruz das Flores, 06 de abril de 2016

O Governo dos Açores, reunido a 5 de abril, em Santa Cruz, no âmbito da Visita Estatutária à Ilha das Flores, deliberou:

1 - Realizar, na ilha das Flores, novos cursos de aquisição básica de competências, através da Rede Valorizar.

A definição do respetivo calendário, turmas e locais de realização das aulas decorrerá após a deslocação, no próximo mês de junho, à ilha das Flores, de uma equipa de técnicos de diagnóstico da Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional.

Estes cursos constituem um importante instrumento de política de formação e de inclusão social, através do qual o Governo dos Açores assegura a todos os cidadãos uma oportunidade de qualificação e certificação de nível básico, que se traduz num aumento da sua empregabilidade.

2 - Reforçar o número de sessões de esclarecimento para empresários na ilha das Flores nas áreas do Código do Trabalho.

Com estas ações, o Governo dos Açores pretende fornecer instrumentos de suporte à gestão dos negócios e permitir aos empresários encontrar soluções que facilitem a adequação do regime de colaboração dos trabalhadores às exigências e especificidades do setor de negócio envolvido.

3 - Aumentar o número de ações de formação para os agentes económicos da ilha das Flores relativamente às normas que disciplinam o exercício das atividades económicas, nos setores alimentar e não alimentar, designadamente nas áreas da higiene e segurança no trabalho e aplicação do Regulamento das Tabelas Nutricionais nos produtos alimentares, a entrar em vigor em dezembro de 2016.

4 - Promover ações de formação para as indústrias alimentares das Flores na área da doçaria regional e boas práticas na indústria alimentar.

O objetivo é o incremento no fabrico dos produtos a partir das receitas tradicionais da ilha das Flores, reforçando simultaneamente a qualificação e o desempenho eficaz da atividade pelos respetivos profissionais.

5 – Proceder à abertura de um novo posto da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão – RIAC, na freguesia da Fajã Grande.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Com este investimento o Governo dos Açores reforça a implementação dos serviços de apoio ao cidadão e a proximidade da administração pública regional aos florentinos.

Após a abertura do posto da RIAC na Fajã Grande fica concluído o processo de implementação da RIAC na ilha das Flores, que passará a dispor de quatro lojas.

6 - Atribuir à Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores um apoio financeiro no montante de cerca de 21 mil euros no âmbito da sua atividade enquanto entidade parceira e gestora do Núcleo de Atendimento e Apoio a Vítimas de Violência Doméstica.

Este apoio financeiro visa dar continuidade à implementação das medidas no âmbito do II Plano de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, designadamente ao nível da prevenção, informação, sensibilização, proteção e apoio às vítimas.

O Governo dos Açores prossegue, assim, a consolidação das políticas de combate a este fenómeno através de uma abordagem integrada e de uma intervenção articulada entre os vários intervenientes.

7 - Atribuir à Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores um apoio no montante de 24 mil euros destinado a participar a realização de pequenas obras de reparação e conservação e a aquisição e manutenção de equipamentos essenciais aos serviços prestados.

A Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores disponibiliza à comunidade serviços de apoio na área da terceira idade, através das valências de Lar de Idosos e Apoio ao Domicílio, bem como nas áreas da Deficiência e Apoio Familiar, através dos Centros de Atendimento e Animação de Pessoas com Deficiência e Acompanhamento Familiar.

8 – Atribuir à Santa Casa da Misericórdia das Lajes das Flores um apoio de cerca de 20 mil euros destinado a participar a realização de pequenas obras de reparação e conservação e a aquisição e manutenção de equipamentos essenciais.

A Santa Casa da Misericórdia das Lajes das Flores tem vindo a desempenhar um papel relevante na ilha, nomeadamente no concelho das Lajes, na área da terceira idade, através da prestação de serviços em Lar de Idosos e Serviço de Apoio Domiciliário a cerca de 50 utentes.

Com estes apoios, o Governo dos Açores dá, assim, continuidade à política de parceria com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias no desenvolvimento de respostas sociais e de apoio à comunidade.

9 - Implementar, no decurso do corrente mês, no Centro de Saúde das Flores, a Unidade de Cuidados Continuados das Flores com capacidade para quatro utentes, a integrar a Rede Regional de Cuidados Continuados.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

A criação desta valência cumpre, assim, com o compromisso assumido pelo Governo dos Açores de desenvolvimento progressivo de um conjunto de serviços adequados, nos âmbitos da Saúde e da Segurança Social, que respondam à crescente necessidade de cuidados da população mais dependente, articulando com os serviços de saúde e sociais já existentes, tendo como objetivo central a melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de dependência.

10 - Autorizar a cedência de utilização, a título gratuito, pelo Instituto da Segurança Social dos Açores, à Casa do Povo das Lajes das Flores do imóvel sito na avenida do Emigrante, n.º 8, freguesia de Lajes das Flores, concelho de Lajes das Flores, para prossecução das suas respetivas atribuições e competências.

Esta cedência salvaguarda o uso pelo Posto de Saúde e pela RIAC dos espaços atualmente ocupados por estes serviços.

11 – Deliberar o lançamento do concurso para execução da empreitada de beneficiação do edifício sede da Unidade de Saúde de Ilha das Flores, com o preço base de dois milhões de euros.

Esta intervenção vai permitir colmatar as falhas estruturais que o edifício apresenta, bem como proceder à reorganização das áreas de atendimento clínico, criando condições para a implementação dos núcleos de saúde familiar e para a autonomização da zona dos cuidados continuados.

O Governo prossegue assim as suas políticas de proximidade e humanização na prestação dos cuidados de saúde, garantindo, simultaneamente, melhores condições de trabalho aos funcionários do Serviço Regional de Saúde.

12 - Autorizar a abertura de concurso para admissão de um médico na área de Medicina Geral e Familiar para a Unidade de Saúde de Ilha das Flores, na sequência da aposentação de um dos médicos desta especialidade naquela unidade de saúde.

Com esta contratação, esta unidade de saúde continuará a dispor de três profissionais nesta área, mantendo a boa acessibilidade a consultas de Medicina Geral e Familiar que se tem registado na ilha das Flores.

13 - Autorizar a abertura de um concurso para admissão de um nutricionista/dietista para a Unidade de Saúde de Ilha das Flores.

Com esta contratação, o Governo dos Açores consolida a assistência nesta área, reforçando também o trabalho consistente de implementação das ações do Plano Regional de Saúde 2014-2016 que incidem na problemática da obesidade.

14 – No âmbito da revitalização do tecido empresarial da ilha das Flores, lançar, por ajuste direto, o procedimento para a realização da empreitada de recuperação e conservação da EBS Padre Maurício de Freitas, em Santa Cruz das Flores, com um valor de 120 mil euros, acrescidos de IVA.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

As obras de reabilitação preveem, nomeadamente, a substituição de cobertura de fibrocimento com amianto no edifício do Jardim de Infância, consistindo na remoção da cobertura existente, limpeza de calciras, reparação de fissuras e impermeabilização das mesmas com tela líquida, reparação de alguns barrotes existentes sobre os muretes de apoio às chapas de cobertura e aplicação de placas de fibrocimento sem amianto de cor natural.

Esta intervenção, prevista no Plano de Investimento para 2016, realizar-se-á no decurso da interrupção letiva de verão e deverá estar concluída antes do início do novo ano letivo.

15 - Apoiar a realização do III Canyoning International Meeting in Azores/CIMA & RIC 2016, que terá lugar na ilha das Flores de 18 a 24 de setembro de 2016, com o montante de 27.500 euros.

Este desporto, que consiste na descida de cursos de água, permite explorar ribeiras, cascatas e outros cursos de água com fortes declives através de uma descida com recurso a rapel, saltos, destrepes e tobogãs.

O evento será promovido pela Associação de Desportos de Aventura Desnível, prevendo-se a participação de cerca de 220 praticantes da modalidade, maioritariamente do estrangeiro.

O projeto pretende dar continuidade às edições anteriormente realizadas, em 2014 na ilha das Flores e em 2015 na ilha de São Jorge.

Os Açores encontram-se entre os melhores lugares do mundo para a prática desta modalidade, que contribui para a promoção do arquipélago como um destino de natureza e de aventura.

Esta nova edição pretende confirmar todo o potencial que a Região tem e contribuir para a captação direta de fluxos turísticos associados a quem pratica a modalidade.

16 – Apoiar, até ao montante máximo de 50 mil euros, a realização de obras no Passal da Igreja Matriz de Santa Cruz das Flores, no âmbito dos apoios que são disponibilizados às entidades públicas e privadas que desenvolvem projetos e ações que contribuam para a promoção do desenvolvimento social e do bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos.

Este apoio integra-se, ainda, na estratégia do Governo do Açores de apoio à recuperação e manutenção do património edificado.

17 – No âmbito do apoio às associações desportivas e da promoção do desporto, atribuir ao Grupo Desportivo Os Minhocas um apoio de seis mil euros destinado a compartilhar os custos com a reabilitação da cobertura do edifício sede da associação, em Santa Cruz das Flores.

18 - Dar instruções à Lotaçor, S.A. para iniciar os procedimentos para a instalação de uma máquina de gelo no Porto das Poças.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Este investimento do Governo Regional visa dotar a ilha das Flores de melhores condições de fornecimento de gelo, proporcionando assim à comunidade piscatória melhores condições de acondicionamento de pescado, condição essencial para a valorização deste produto.

19 – Dar instruções à Lotaçor, S.A. para dar início ao procedimento de contratação da empreitada de construção de um tanque de salmoura no Entreposto Frigorífico das Lajes das Flores.

Com este investimento, o Governo Regional visa dotar a ilha das Flores com um reforço na capacidade de congelação do pescado em mais seis toneladas/ dia, mais concretamente tunídeos, permitindo assim melhorar as condições de congelação e a sua consequente valorização.

Esta medida vai permitir melhorar as condições de funcionamento do entreposto frigorífico, determinante para a conservação do pescado.

O tanque de salmoura foi projetado para poder congelar seis toneladas de peixe por ciclo. Este projeto inclui ainda equipamento de estiva apropriado para trabalhar em tanques de salmoura.

20 – Determinar a realização dos estudos necessários para a instalação de um armazém destinado a pequenas reparações e manutenção de embarcações no Porto das Poças.

Com este investimento, o Governo dos Açores visa dotar aquela infraestrutura de um espaço dedicado à reparação e manutenção naval, colmatando, assim, uma lacuna existente no Porto das Poças e potenciando o aparecimento de empresas ligadas ao setor da reparação e manutenção naval.

21- Elaborar o projeto de ordenamento florestal e de melhoria das pastagens baldias da ilha das Flores.

Com este projeto, pretende-se implementar, de uma forma gradual, um conjunto de alterações na gestão da pastagem baldia, através da instalação de cortinas de abrigo e delimitação de áreas, com vedações e abertura de acessos, permitindo assim o arrendamento à área em algumas zonas, bem como o aumento da qualidade das pastagens, o reforço da rentabilidade das explorações e a melhoria do bem-estar animal.

Pretende-se, ainda, que este projeto de ordenamento envolva a participação da Associação Agrícola da Ilha das Flores e das Autarquias Locais.

Trata-se de um documento de índole operacional, que tem como objetivo orientar a estratégia de intervenção de médio prazo do Serviço Florestal das Flores e Corvo, ao nível da gestão dos Baldios e do Património Florestal Público, visando uma gestão integrada dos recursos e a melhoria das condições destes espaços agroflorestais.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

O ordenamento das áreas de pastagem baldia, que é da maior importância para os lavradores que delas beneficiam, tem o objetivo de melhorar o seu sistema de utilização, a sua produtividade, as condições de bem-estar animal e o correto ordenamento do território.

O projeto deverá estar concluído até ao final do corrente ano de 2016.

22 - Determinar, no âmbito da implementação do Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das lagoas das Flores, o desenvolvimento de um programa de monitorização permanente da qualidade da água das respetivas lagoas, a partir do próximo mês de junho.

Para além da monitorização das massas de água relevantes da Região Hidrográfica dos Açores, ao abrigo da Diretiva Quadro da Água, a Direção Regional do Ambiente, através do seu laboratório, passará a efetuar amostragens físico-químicas nas lagoas da ilha das Flores com a finalidade de avaliar o estado destas massas de água e classificar o seu estado trófico.

Com esta medida, o Governo dos Açores prossegue a sua política de conservação ambiental e de promoção da qualidade da água nas lagoas das Flores, as quais constituem um valioso património natural e uma das principais atrações turísticas da ilha.

23 - Determinar a reestruturação dos conteúdos expositivos do Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão.

Trata-se da reformulação gráfica de alguns conteúdos da exposição, incluindo um novo filme e textos em português e inglês, procurando dinamizar a estrutura e aumentar a sua visitação.

A reestruturação dos conteúdos vai dotar esta estrutura de melhores condições para a promoção e divulgação do património ambiental da ilha das Flores.

24 - Determinar o lançamento da empreitada de execução da beneficiação do Caminho Rural dos Terreiros – Caldeira Rasa, na freguesia do Mosteiro e Fajãzinha, Concelho das Lajes das Flores, num investimento público estimado de mais de meio milhão de euros.

Esta obra prevê a construção de drenagens e pavimentação com betão betuminoso em cerca de 2.285 metros, beneficiando cerca de 50 hectares de pastagem permanente e 20 empresários agrícolas.

O Governo dos Açores contribui, assim, para a segurança dos agricultores e a melhoria das acessibilidades às explorações agrícolas e, desta forma, para o aumento da sua competitividade.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

25 - Determinar a renovação do apoio técnico à gestão, qualidade e aumento da competitividade à Cooperativa Ocidental e, também, contribuir para viabilizar a construção de uma nova Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).

26 - Apoiar a participação de jovens e dirigentes associativos de associações de jovens da ilha das Flores no Encontro Regional do Associativismo Jovem, a realizar nos dias 20, 21 e 22 de abril, na ilha Terceira.

Este encontro contará com a participação de mais de meia centena de associações de todas as ilhas e inclui uma componente formativa destinada aos dirigentes associativos.

O Governo dos Açores promove, assim, o intercâmbio juvenil e o associativismo jovem, que apresenta uma grande vitalidade na Região.

27 - Assegurar a participação dos alunos e professores da Escola EBS das Flores no projeto 'Educação Empreendedora: O Caminho do Sucesso', garantindo aos docentes a formação de aprofundamento ou inicial, duas visitas de acompanhamento pela equipa responsável pelo projeto e a participação no Concurso Regional "IdeiAçores".

Trata-se da participação de duas turmas do 3.º Ciclo e de dois professores, num total de 40 participantes da ilha das Flores.

A formação de professores realiza-se em Ponta Delgada, em setembro de 2016, onde são lecionados conteúdos pedagógicos sobre Educação para o Empreendedorismo e será apresentado o Centro de Recursos Didáticos online, onde são disponibilizados os guiões das aulas e outros materiais de apoio que serão implementados pelos professores ao longo do ano.

É garantida a participação de uma equipa, formada por dois alunos e um professor, que representa a escola na fase regional do Concurso Regional "IdeiAçores", que se realizará, em formato de 'Summer Camp', durante três dias de abril de 2017, na Universidade dos Açores, em Ponta Delgada.

A promoção do empreendedorismo jovem é uma das principais apostas do Governo dos Açores e conta com uma grande adesão por parte das escolas e alunos em toda a Região.

O Conselho do Governo decidiu ainda:

28 - Introduzir no programa Requalificar ajustamentos de carácter operacional e de critérios de seleção com vista a assegurar uma maior transparência aos apoios concedidos, bem como a garantir a elegibilidade do programa ao Programa Operacional Açores 2020, mantendo o Governo, no entanto, o seu compromisso de apoiar as pessoas que se encontram desempregadas no sentido de redirecionarem a sua formação superior de base para outra área de formação e, com isso, aumentarem as suas possibilidades de integração do mercado de trabalho.

O apoio governamental, enquadrado pelo programa Requalificar, é concedido através do pagamento integral das propinas de mestrados e de pós-graduações em áreas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

consideradas de maior empregabilidade de entre a oferta formativa da Universidade dos Açores, com a qual o Governo Regional firmou um acordo para o efeito.

O Requalificar não tem carácter obrigatório e a decisão de candidatura ao programa é da responsabilidade dos desempregados, cabendo à Universidade dos Açores o processo de seleção dos candidatos aos vários cursos a apoiar e à Direção Regional do Emprego e Formação Profissional assegurar o pagamento das respetivas propinas.

29 - Autorizar a cedência, a título definitivo e gratuito, à Santa Casa da Misericórdia da Horta de um prédio urbano sito no Bairro da Vista Alegre, na cidade da Horta.

O prédio da Região não reúne condições para edificação urbana nem para aproveitamento agrícola, pelo que o Governo dos Açores decidiu cedê-lo à Santa Casa da Misericórdia da Horta para que esta instituição possa melhorar as condições de usufruto de um prédio seu que confronta com o da Região.

30 - Aprovar uma proposta de Decreto Legislativo Regional que estabelece o regime jurídico de licenciamento, organização e fiscalização do exercício da atividade de ama na Região Autónoma dos Açores.

O exercício desta atividade é sujeito a licenciamento e pode ocorrer no âmbito de uma instituição de enquadramento de amas ou através da contratualização do serviço diretamente com os pais ou com quem exerça as responsabilidades parentais.

Propicia-se, assim, a possibilidade de extensão destes serviços como resposta às famílias com necessidades de apoio que não se coadunem com as demais respostas sociais.

Por outro lado, esta iniciativa apresenta-se como mais um importante instrumento de conciliação das políticas sociais com as políticas de emprego, particularmente de autoemprego, na Região Autónoma dos Açores.

Esta medida tem, assim, também como desiderato a inserção ou reinserção na vida ativa de pessoas à procura do primeiro emprego e desempregados, designadamente licenciados nas áreas de educação de infância, psicologia e outras áreas, ou pessoas vocacionadas para esta tipologia de serviço, bem como a promoção do emprego, numa lógica que permite a sua conciliação com a vida familiar.

31 - Autorizar a celebração de um contrato de cooperação-valor investimento entre o Governo Regional e a Casa do Povo de Doze Ribeiras, prevendo uma comparticipação até ao valor de 1 milhão e 170 mil euros, com o objetivo de assegurar o financiamento necessário à construção de um Centro de Dia na freguesia de Doze Ribeiras, no concelho de Angra do Heroísmo.

O edifício está dimensionado para uma utilização diária de 30 utentes, podendo desenvolver atividades específicas que poderão chegar aos 90 utilizadores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

O edifício está ainda preparado para outros eventos, com uma capacidade máxima de 180 pessoas.

O Centro de Dia é uma resposta social que visa facilitar a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar, através da prestação de serviços adequados à satisfação das suas necessidades, e contribuir para a prevenção de situações de dependência e para a promoção da autonomia.

Com este investimento, o Governo dos Açores prossegue com o desenvolvimento de atividades de apoio social, através da criação e requalificação de equipamentos que se constituam como respostas sociais de qualidade para apoio às pessoas idosas.

32 - Autorizar a celebração de um contrato de cooperação-valor investimento entre a Região Autónoma dos Açores e a Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, prevendo uma comparticipação até ao valor de 600 mil euros, com o objetivo de assegurar o financiamento necessário à requalificação do Lar de Infância e Juventude, na freguesia de Santa Cruz da Praia da Vitória.

O Lar tem uma capacidade protocolada e instalada para a frequência de 11 jovens.

Esta medida insere-se no investimento que o Governo dos Açores tem vindo a realizar na melhoria e requalificação destes equipamentos sociais de apoio à infância e juventude, conferindo melhores condições ao nível dos recursos educativos e da segurança das instalações.

33 - Autorizar a celebração de um contrato-programa entre a Região Autónoma dos Açores e a SPRHI, S.A., destinado a regular e a promover a construção de 24 edifícios habitacionais, dos respetivos espaços urbanos circunscritos e dos respetivos equipamentos comuns.

A empreitada terá lugar na freguesia de Santa Cruz, no concelho da Praia da Vitória, no âmbito da reconversão e requalificação do Bairro de Nossa Senhora de Fátima, e corresponde à 4.^a etapa do processo de reconversão e requalificação daquele bairro, também conhecido como Bairro Joaquim Alves.

O volume de investimento associado a este contrato é de 2 milhões e 346 mil euros.

Este investimento insere-se ainda nas políticas de Habitação e Renovação Urbana do Governo dos Açores para a promoção da qualificação habitacional e inclusão social na ilha Terceira, respondendo, assim, ao assumido no PREIT – Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira.

34 - Nomear os membros do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira E.P.E, com efeitos a 1 de abril de 2016.

a) Rui Duarte Gonçalves Luís, como Presidente;

b) Olga Maria Martins de Freitas, como Diretora Clínica;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

c) Casimiro Jorge Santos Ribeiro, como Enfermeiro-Diretor;

d) Marco André Forjaz Rendeiro, como Vogal.

35 - Aprovar uma proposta de Decreto Legislativo Regional que visa a alteração do processo de autorização para a operação nos Açores de uma entidade gestora já licenciada por autoridade nacional, bem como prever a possibilidade de extensão à Região de licença emitida por autoridade nacional para a gestão de um sistema integrado de resíduos de embalagens.

Esta iniciativa prevê, ainda, a fixação de um modelo e valores de contrapartidas financeiras pelas retomas, adequados à realidade regional, e aprova a fórmula de cálculo do custo de transporte marítimo dos materiais retomados a suportar pela entidade gestora de sistema integrado de gestão de resíduos de embalagens.

Trata-se de mecanismos essenciais à implementação do PEPGRA - Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores, designadamente quanto aos objetivos de reciclagem.

Em 2015, os Açores reciclaram, 'per capita', 42 quilos de resíduos de embalagem oriundas dos sistemas de recolha seletiva de resíduos urbanos, claramente acima da média nacional de 30 quilos por habitante.

Conselho de Ilha do Corvo



Município do Corvo

Conselho de Ilha

Rua Jogo da Bola – 9980-024 CORVO
Telefone: 292 590 200 – Fax: 292 596 120
geral@cm-corvo.pt

Ex.m^o Senhor
Director Regional do Planeamento e
Fundos Estruturais
drepa@azores.gov.pt
9700 Angra do Heroísmo

V/ referência	Data	N/ referência	Data
SAI-DREPA/2017/90	2017.01.20	Of. N ^o 01/2017	08.02.2017

Assunto: Orientações de Médio Prazo 2017-2020 e Anteposta do Plano Regional Anual para 2017

Na sequência do pedido de parecer solicitado sobre o assunto em referência, o Conselho de Ilha do Corvo, reunido no dia 7 do corrente deliberou por unanimidade emitir o seguinte parecer:

- 1- Concordar com as Orientações de Médio Prazo 2017-2020 e Anteposta do Plano Regional Anual para 2017

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Mesa do Conselho de Ilha,

José Manuel Alves da Silva